

Estado de São Paulo

Carlos Alberto Maciel Romagnoli

Luiz Fernando Valente de Souza Marcondes

Organizadores



1932

90 anos da luta democrática paulista



tira de Letra
EDITORIA

Carlos Alberto Maciel Romagnoli
Luiz Fernando Valente de Souza Marcondes
Organizadores



1932

90 anos da luta democrática paulista

t¹Ra de Letra
E D I T O R A

Copyright© 2022 Tira de Letra Editora.
Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem a expressa
autorização do(s) autor(es).

Editor

J. A. Tiradentes

Revisão

Ciça Ferraz

Design

Fernando Dias

Fotos de capa: Mapa: Biblioteca Nacional. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart168844/cart168844.jpg. Sociedade Veteranos de 32 – MMDC. Colorização: Reinaldo Elias.

Sociedade Veteranos de 32 – MMDC
Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932

DIRETORIA

Presidente da Diretoria Executiva

Carlos Romagnoli

Diretor da Comissão de Sindicância

Gabriel Pires de Oliveira Maciel Romagnoli

Vice-Presidente Diretoria Executiva

Luiz Fernando Marcondes

Diretor de Cerimonial

José Jantália

Presidente da Diretoria Deliberativa

Antônio Carlos Mendes

Diretor de Comunicação

Cassio Martin

Presidente do Conselho Fiscal

Marcelo Alberto Couto

Diretor de Pesquisa

Rodrigo Gutenberg

Diretora Jurídica

Janaina Expósito Pinto

Consultoria

Umberto Luiz Borges D'Urso

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) **(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

1932 [livro eletrônico] : 90 anos da luta
democrática paulista / Carlos Alberto Maciel
Romagnoli, Luiz Fernando Marcondes, organizadores.
-- Barueri, SP : Tira de Letra Editora, 2022.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-86550-25-2

1. Brasil - História - Revolução
constitucionalista, 1932 I. Romagnoli, Carlos Alberto
Maciel. II. Marcondes, Luiz Fernando.

22-135525

CDD-981.061

Índices para catálogo sistemático:

1. Revolução de 1932 : Brasil : História 981.061

Inajara Pires de Souza - Bibliotecária - CRB PR-001652/0

tIRA de Letra
E D I T O R A

www.tiradeletra.com.br
contato@freepress.com.br
(11) 3021-4131 / (11) 98222-1701

Dedico esta obra ao Soldado Constitucionalista Armando Romagnoli, meu amado pai, que despertou em mim a chama imorredoura de 1932 e hoje repousa perenemente no solo sacrossanto do Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932 – Obelisco do Ibirapuera.

Sumário

Prefácio	
Afinal, quanto vale essa obra literária que você acaba de abrir?	8
Apresentação	10
1	
Os ideais constitucionalistas	12
Ives Gandra da Silva Martins	
2	
Imaginário depoimento de um soldado	17
José Francisco Ferraz Luz	
3	
Um marco da Revolução Constitucionalista de 1932.	21
Umberto Luiz Borges D'Urso	
4	
O 1º Batalhão da Força Pública na Revolução Constitucionalista de 1932..	31
Coronel Telhada	
5	
Sorocaba e a Revolução Constitucionalista de 1932.	45
Adilson Cezar	
6	
A Revolução Brasileira de 1930	90
Rodrigo Gutenberg	
7	
Meus avós, meus nobres avós.	107
Lund de Castro Lobo dos Santos	
8	
Santo Amaro e a participação dos botinas amarelas no Movimento Constitucionalista de 1932.	120
José Carlos Bruno	
Gilberto Marques Bruno	
9	
Revisitando 1932 e suas mulheres	153
Maria Cecília Naclério Homem	

10		
9 de julho de 1932.	Arthur Jorge do Amaral	161
11		
Da derrota nasce a vitória	Maura Silva de Oliveira	173
12		
Numismática paulista. A Revolução de 1932	Gilberto Fernando Tenor	179
13		
Ibrahim Nobre e a Revolução de 1932.	Pedro Nasti	186
14		
Nove suspiros de 32	Camila Giudice	197
15		
A fé: a alma do povo paulista.	Cássio Martin	205
16		
O espírito constitucional de 1932	Hélcio de Abreu Dallari Júnior	209
17		
Será verdade que os gaúchos traíram os paulistas?	Jairo Carneiro dos Santos	219
18		
23 de maio	Edson Rontani Júnior	235
19		
Síntese histórica da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC.	Rodrigo Gutenberg	238
Créditos das fotos		265

Prefácio

Afinal, quanto vale essa obra literária que você acaba de abrir?

Primeiro, parablenzo os organizadores Carlos Alberto Maciel Romagnoli e Luiz Fernando Valente de Souza Marcondes, por unir a pléiade de autores que descreve um dos mais relevantes períodos da história: a Revolução Constituinte de 1932 no Brasil.

Nossa Associação Comercial de São Paulo também foi protagonista na epopeia que gerou um país mais democrático e plural. Fundada em 1894, a entidade evolui constantemente, sempre sintonizada às necessidades do empreendedorismo paulista.

Entre centenas de atas decisórias, destaco o parágrafo final em uma delas, mostrando o empenho e liderança da ACSP nas lides constitucionais:

[...] exprimindo sentimentos geraes do protesto contra infundáveis protelações de premente solução ao caso paulista, a Associação Comercial de São Paulo convida o comércio a fechar as portas e suspender suas transações a partir das 14 horas de hoje, até o momento em que estiverem satisfeitas as legítimas aspirações do nosso povo. Nada mais a tratar, encerrada a sessão e lavrada a presente ata. 23 de Maio de 1932. Carlos de Souza Nazareth – Presidente / Clovis Ribeiro – 1º Secretário.

Naquele memorável dia, as empresas paulistas aderiram ao clamor da ACSP. Os funcionários receberam normalmente seus salários e, também, saíram às ruas protestando contra a ditadura. Pouco tempo depois, o jovem Presidente Carlos de Souza Nazareth foi capturado e preso.

Quanto deveria valer uma obra que reverencia os 90 anos desta luta?

As ricas páginas daqui remetem aos aspectos nevrálgicos de um período difícil, tão bem alinhavado pelos autores de notório saber. Analisando mais amiúde, nota-se que a Revolução de 1932 encurtou a distância entre os brasileiros, mudando o destino de gerações, tanto na política quanto na sociedade em geral.

No bojo desta obra fica revelada a base daquilo que somos hoje e do que queremos ser enquanto nação democrática. Em outras palavras, no âmbito do Movimento de 1932 emergiu a tríade *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, combustível para um progresso nem sempre evidente aos nossos olhos.

1932: 90 anos de luta democrática paulista é uma preciosidade imaterial, principalmente por registrar com maestria toda a perseverança, sobretudo dos paulistas, diante dos trágicos malefícios ditatoriais.

Assim, o valor desse livro torna-se imensurável. Você concorda?

Reverencie nossos heróis e desfrute de uma agradável leitura!

Samir Nakhle Khoury

Vice Presidente da ACSP – Coordenador do Comitê de Civismo e Cidadania

Apresentação



Caros leitores,

Comemoramos este ano, 2022, o 90º aniversário da Revolução Constitucionalista de 1932, o que reputo ser o episódio mais marcante e importante da História de nosso Estado e País. Vislumbramos, neste movimento épico, um povo se levantar em armas para clamar pela legalidade e democracia e isto, supedaneados num incomensurável censo de civismo e amor à Pátria.

Assim, movido pelo mesmo ideal destes Heróis Santos de 1932, é que me senti incitado a conclamar diversas personalidades – amigos generosos – a discorrerem um pouco sobre a Epopeia Cívica de 1932, cada um explanando livremente sobre o tema em questão, contando com o apoio significativo do pesquisador e jornalista Rodrigo Gutenberg que disponibilizou seu conhecimento e tempo para a conclusão deste livro.

Pessoas das mais diversas áreas de atuação participaram desta obra. Tivemos o privilégio de contar com a participação do Dr. Ives Gandra da Silva Martins, o maior tributarista deste País; o poeta e advogado Chico Luz, homem de uma sensibilidade ímpar; Dr. Umberto D’Urso, advogado que dedica sua vida em prol da cultura, haja vista que, a frente do departamento de cultura da OAB/SP, possibilitara a realização de mais de 20.000 cursos e palestras; Deputado Estadual Coronel Telhada, ícone da Polícia Militar do Estado de São Paulo, dentre tantos outros.

Convido a conhecerem esta literatura que, sem dúvida alguma, servirá para despertar o interesse de todos sobre tema tão relevante da História Mundial.

Meus mais sinceros agradecimentos.

Carlos Alberto Maciel Romagnoli

Presidente da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC

1

Os ideais constitucionalistas

Ives Gandra da Silva Martins¹

-
1. Advogado tributarista, professor, escritor e jurista brasileiro. Prêmio ESSO do IV Centenário de São Paulo com a monografia *A História de São Paulo até 1930* (1954). Bacharel em Direito pela USP (1958), especialista em Direito Tributário pela Faculdade de Direito da USP (1970) com a dissertação: *A apropriação indébita no Direito Tributário*. Especialista em Ciência das Finanças pela Faculdade de Direito da USP (1971) com a dissertação: *As despesas militares nas Finanças Públicas – Teoria do Limite Crítico*. Doutor em Direito pela Universidade Mackenzie (1982) com a tese: *Teoria da Imposição Tributária*. Participou e coordenou mais de 500 Congressos e Simpósios, nacionais e internacionais sobre Direito, Economia e Política. Publicou artigos (mais de 3.000) nos principais jornais brasileiros e diversos estrangeiros. Membro do conselho Superior do IMAE – Instituto Metropolitano de Altos Estudos, da UniFMU, 16 de setembro/2004, SP. Foi condecorado o Colar do Mérito do TCU – Tribunal de Contas da União, 10 de novembro/2004, Brasília/DF.

A revolução de 32 ainda está para ser estudada em toda a profundidade motivacional que a fez ser deflagrada para além da revolta dos paulistas contra a ditadura Vargas, que fora imposta com um golpe de estado pelo ditador gaúcho contra o presidente eleito em sucessão a Washington Luiz, ou seja, o itapetiningano Júlio Prestes.

Sou cidadão honorário de Itapetininga, cidade que cultiva a história do eminente paulista, que por justos méritos galgaria a presidência da república, não houvesse a intentona de Vargas, aproveitando o assassinato de João Pessoa, ocorrido por motivos de infidelidade conjugal, mas que foi transformado em pretendido assassinato político, assassinato este que foi o estopim da revolução getuliana.

Sempre entendi --e volto ao tema de tantas palestras-- que aquela revolução bem sucedida no seu objetivo maior, foi efetivamente de promulgar uma verdadeira constituição democrática, visto que a Constituição de 1824 fora outorgada pelo Imperador, reservando-se o direito supremo de ser poder moderador do império e a de 1891, tendo sido uma tentativa de imitar aquela americana, carecia de raízes nacionais e, por esta razão, foi incapaz de impedir 39 anos de uma democracia controlada por apenas dois estados (São Paulo e Minas Gerais).

O interessante é que, nada obstante o período da primeira república ter-se caracterizado por um sistema eleitoral de tal forma complexo que possibilitava um controle permanente das eleições, por aqueles que detinham o poder, foi um período histórico de grandes figuras na presidência da república. Escrevi em 1979 para o livro, por Miguel Colassuono e por mim coordenado, intitulado *Ano 2000*, artigo que denominei *A legitimidade do poder e uma teoria de alcance* (editora Resenha Universitária, 2000), no qual explicavam que, não poucas vezes, a ascensão ilegal do poder não explicaria um mau governo.

A democracia da primeira república, após os dois presidentes militares, poderia não ser a ideal e decididamente não era plena, mas os homens que dirigiam o país fizeram história, principalmente os paulistas.

Ora, Getúlio aproveitou-se do assassinato de João Pessoa, para tomá-lo como bandeira do pretendido e inexistente autoritarismo de Washington Luís, pois fora ele indicado como vice na chapa de Vargas. Assim sendo, o estopim do carreirismo político foi aceso e Getúlio, praticamente sem resistência, assumiu o poder.

Em que pese São Paulo ter se oposto ao golpe de 1930 e ter liderado uma revolução que deveria ter o apoio de outros Estados, que o abandonaram às vésperas da revolução por medo das represálias federais, parece-me que o fato de ter sido considerada como a “evolução Constitucionalista” está no cerne, na razão maior do gesto heróico e solitário da gente bandeirante.

O que São Paulo desejava na origem do movimento era dotar o país de uma constituição autenticamente democrática, visto que a primeira Lei Suprema, exteriorizava um poder imperial acima de todos e, a Constituição de 1891 decorreu da admiração, principalmente de Ruy Barbosa, pelo modelo americano, que surgiu de uma guerra para libertação das 13 colônias em 1776 e de uma discussão, culminando 11 anos depois com a promulgação da Constituição americana de sete artigos em 1787.

Aspecto interessante no modelo americano é que se discutiu, no período pré-constituente, se deveria haver ou não a abolição da escravatura, com as colônias do Sul contrárias e as do Norte, mais populosas, favoráveis. A solução encontrada para evitar a criação de 13 países numa Confederação, foi terem criado uma Federação com 13 Estados, mas duas Casas Legislativas em que, na do Senado, a representação seria da Federação com o mesmo número de representantes por cada unidade, independentemente da população.

O certo é que a criação do Senado americano atrasou em 80 anos a abolição da escravatura, que só foi possível após uma violenta guerra civil que durou 5 anos.

O modelo americano, de rigor, de um presidencialismo oposto ao parlamentarismo inglês, só foi bem sucedido na América, nos Estados Unidos, tendo sido de um monumental fracasso na América Latina, em que todos os países sempre estiveram envolvidos em golpes de estado e um sistema gangorral entre democracias e ditaduras.

A própria origem do Brasil, que ganhou a independência com uma só nação, ao contrário da América espanhola em que a permanente divisão e rixa entre regiões da Espanha foi transplantada para a América com uma pulverização de países, mostrava que o sistema federativo americano não seria absorvido tão facilmente por aqui que, ainda no império, com a nação composta de colônias, superou as sucessivas tentativas separatistas, entre as quais a Revolução Farroupilha, no Sul, e a Cabanagem, no Norte, que são bons exemplos.

A verdade é que uma constituição escrita nos moldes estrangeiros, com raízes diversas das nossas terminaria, mesmo que liberal, não cumprindo o seu papel principal, ou seja, de gerar uma autêntica democracia, muito embora fossem três os grandes temas debatidos no Parlamento, à época do segundo império, ou seja, República, Federação e Abolição da escravatura, com os sucessivos gabinetes aceitando o debate, sem qualquer interferência de Dom Pedro II.

Assim sendo, é que o golpe de Getúlio trouxe à pauliceia, novamente, o debate sobre uma nova constituição que impedisse o totalitarismo e as revoltas como a de Isidoro e aquela de Vargas.

O problema maior residiu, todavia, entre os ideais constitucionalistas e a preparação de um movimento que levasse Getúlio a aceitar nossas condições, derrubando-o, se necessário.

“Trinta e dois” foi o que todos conhecem. A morte de quatro paulistas precipitou a deflagração de uma revolução e descomprometimento daqueles Estados que, temerosos da represália federal, não confirmaram seu apoio, de tal forma que o grito de 9 de Julho foi isolado.

A inferioridade numérica em armas, homens e equipamento militar pesado, levou a uma guerra perdida desde o início, mas prolongada por força do heroísmo dos combatentes bandeirantes que, durante uns poucos meses, lutaram até a rendição, lançando, todavia, as sementes de uma constituição democrática.

Percebendo Getúlio que, após aquele movimento, e conhecedor do apoio anterior, retirado na undécima hora dos paulistas, pelos outros

Estados, decidiu aceitar a elaboração de uma nova constituição, de rigor, a primeira real constituição democrática do Brasil, que apesar de ter durado 3 anos apenas, serviu de semente para as de 1946 e 1988, símbolos maiores de nossa democracia.

Infelizmente, a vocação totalitária de Getúlio levou-o a romper o ciclo democrático quando outro paulista estava sendo eleito (Armando Salles de Oliveira), promulgando a Constituição de 1937, modelada por Francisco Campos, no estilo ditatorial que começava a progredir na Europa com o nazismo e o fascismo.

Diziam, à época que, quando as luzes de Chico Ciência --era seu apelido--acendiam, provocavam curto-circuito em todos os fusíveis da democracia.

O certo é que a Constituição de 1937 desapareceu com a queda de Getúlio em 1945, tendo em 1946 o país voltado a ter uma constituição democrática, substituída por uma outra autoritária em 1967 e, atualmente, com uma Constituição democrática de 1988, mas recheada com mais de uma centena de emendas.

A revolução paulista, a meu ver, foi o primeiro e efetivo movimento bem sucedido para a primeira constituição realmente democrática brasileira, que foi a de 1934.

A derrota das armas foi substituída pela vitória dos ideais.

2

Imaginário depoimento de um soldado

José Francisco Ferraz Luz ¹

-
1. Advogado, jornalista, escritor, poeta, membro das Academias, Itanhaense de Letras, Paulistana Maçônica de Letras, Cristã de Letras, filiado ao MMDC desde 1972, foi Comandante do Exército Constitucionalista. Atualmente, é Comandante em Chefe do Estado Maior do Exército Constitucionalista MMDC e Conselheiro deliberativo Federal da AUNUPI – American Association of United Nation Intergovernmental Peacekeeping.

Estávamos em 1930, sob a ditadura de Getúlio Vargas e não aguentávamos mais os desmandos de um ditador. A Constituição era desprezada. Nossos direitos políticos se acabavam em detrimento da vontade daquele que deu o golpe de Estado, pois na época, 1929, reinava a política do café com leite, isto é, ora era o paulista que presidia a República do Brasil, ora era o mineiro que governava. Estávamos sob a presidência de Washington Luiz, portanto o paulista da gema, quando seu sucessor seria, pelos usos e costumes, a vez do mineiro sucedê-lo. Eis então, que cá se rompe com a história e se indica outro paulista: Júlio Prestes para eleição de 1930!

Era governador do Rio Grande do Sul Getúlio Vargas. Inconformado com o indicado, candidatou-se às eleições, perdendo para São Paulo pela apuração dos votos, em 21 de maio de 1930; contou-se 1.091.709 votos a favor de Prestes contra 742.794 obtidos por Vargas e seu vice João Pessoa. Julgada pela oposição como eleição fraudulenta e com o assassinato do pernambucano, vice de Getúlio, pensaram logo em crime político e trataram de mobilizar os militares, sobretudo os tenentes, coadjuvantes do movimento que ganhou corpo durante a República Oligárquica acontecida nas eleições de 1922. Mas, depois, foi apurado que João Pessoa fora assassinato por um viés passional.

Em 24 de outubro, o poder estava nas mãos do presidente Washington Luís, deposto do cargo e logo exilado, pelo golpe dado por Getúlio Dornelles Vargas.

Os protestos ecoavam a todo momento de qualquer parte do país, sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Eis que, em 23 de maio de 1932, em plena Praça da República, são assassinados militantes contra a ditadura, os mártires Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo, que morreram neste dia, porquanto, dias depois, falece Alvarenga que ficou fora da sigla MMDC, que passou a ser o símbolo da luta constitucionalista contra o ditador que enviara tropas federais contra São Paulo, que se defendeu com a formação do exército MMDC, contando com a expertise da então Força Pública de São Paulo.

Eclodia, a 9 de julho de 1932, a Revolução, contando com civis e militares do Exército Brasileiro de São Paulo. Surgiam cartazes de toda ordem como estes reproduzidos:

Nos meus plenos dezoito anos, sou cooptado para a guerra, onde, meu pai, com seus quarenta anos de idade, já se encontra no fronte. Minha casa ficara vazia com o voluntariado de minha mãe na oficina de costura e minha avó na cozinha, preparando as marmitas dos soldados. Meu avô, já falecido, não imaginara o desfecho de sua família.

Fui-me alistar no Batalhão 14 de Julho por simpatia à Revolucionária Francesa que pregava a Liberdade através do seu hino a Marselhesa que diz: “Avante, filhos da Pátria, O dia da Glória chegou. Contra nós, da tirania Liberdade, liberdade querida, Combate com os teus defensores!” pois eu já comungava com os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Ideais que aspirávamos através das armas contra a ditadura em favor da Constituição. Tive uma breve instrução bélica, mas servi como motorista no transporte de viveres e munição até Cruzeiro onde se instalara o fronte entre as forças estaduais e a Federal.

Muitas cartas eu levei sem chegarem aos seus destinatários que foram a óbito, muitos por desnutrição e outros por hipotermia, uma vez que estávamos em pleno inverno de julho.

A carência de armamento fazia com que o poder da criatividade construísse obus com eixo cardã de caminhões e matracas que repetiam a percussão das metralhadoras assustando os adversários. Até trem de aço se construiu como se verdadeiro fosse, com vagões de madeira revestido de metal!

Do rádio do Jeep que eu dirigia, ouvia-se o locutor da Rádio Emissora Record, César Ladeira, que motivava os paulistas a irem à luta. Muitos deixaram seu curso da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, pelo discurso do tribuno Ibraim Nobre.

Tínhamos no Governo de São Paulo o interventor Pedro de Toledo que fora aclamado Governador, renunciando ao posto nomeado por Getúlio.

Um dos episódios que mais me comoveram no front, ocorreu no dia 7 de Setembro, quando um brasileiro varonil saiu da sua trincheira portando

a Bandeira Nacional se pondo de alvo ao seu inimigo, instante em que o adversário deixou seu abrigo, tocando a corneta em continência, motivando a todos os brasileiros a ficarem em forma, perfilados, em continência à Bandeira em memória da Independência do Brasil: grande feito de D. Pedro I às margens do Riacho Ipiranga em São Paulo! Só não entenderam este gesto patriótico os imigrantes que combateram de ambos os lados, a mando de seus patrões industriais, fazendeiros e até comerciantes que, de alguma forma, contribuíram com o fabrico de capacetes, armas, tecidos, autopeças, mecânica e mantimentos. Muito deles conheci buscando seus produtos e transportando medicamentos e objetos hospitalares. Outra coisa curiosa que transportei foram joias, desde alianças, anéis de colação de grau, cordões de ouro e medalhas de santos cunhadas em prata, que serviram de valor de compra para combustíveis, munições, principalmente de lastro do papel-moeda que fora emitido pelo Banespa – Banco do Estado de São Paulo para circulação interna do Estado.

A Revolução se tornara insustentável com a falta de adesão dos outros estados que prometiam adesão pela causa maior que era a volta aos direitos constitucionais, levando o Governador Pedro de Toledo a propor a cessação das hostilidades em 2 de outubro do mesmo ano. Retornamos a união familiar com o dever cumprido, sem mágoas com os irmãos dos outros Estados, pois se tratava de brasileiros o mesmo ideal patriótico. Soube mais tarde, e a história confirma, que as joias doadas e os valores apurados não podendo voltar mais aos seus doadores, custearam a construção de um edifício doado a Santa Casa de Misericórdia de São Pulo, erigido no Largo da Misericórdia, em formato da Bandeira Paulista, correspondendo a cada andar uma das treze lista preta e branco. No seu interior, consta os nomes de todos os doadores de suas joias e valores arrecadados. Uma epopeia que não mais se repetiu, nem mesmo frente à II Guerra Mundial com a expedição dos brasileiros pela FEB Força Expedicionária Brasileira, na Itália.

Orgulho-me de pertencer à geração dos combatentes de 1932 e quero que meus restos mortais repousem no Obelisco Mausoléu aos Heróis de 1932!

Assim Deus permita!

3

Um marco da Revolução Constitucionalista de 1932

Umberto Luiz Borges D'Urso¹

Existe em São Paulo, nos altos e baixos das suas colinas, uma cidade luminosa, com telhados vermelhos sobrepostos, nas encostas amontoadas vem lembranças de Verona e de outras cidades italianas.

O centro da cidade e suas ruas estreitas, que os bondes e automóveis atracavam, e suas pequenas casas, as lojas abertas, os claros armazéns, sugerem certos aspectos de Londres.

Era uma cidade selvagem, como são todas as cidades americanas. [...] São Paulo era, então, indômita.

Nicolau Sevcenko, historiador

-
1. Umberto Luiz Borges D'Urso, advogado criminal, Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Mackenzie, Pós Graduação "Lato Sensu" em Direito Penal pela UNI-FMU. Possui Pós-graduação "Lato Sensu" em Processo Penal pela UNI-FMU. Pós-graduação em Direito pela Universidade de Castilla-La Mancha-Espanha, membro da Sociedade de Veteranos de 1932 – MMDC, membro da União dos Juristas Católicos do Estado de São Paulo – UJUCASP, Conselheiro Efetivo Seccional e Diretor de Cultura e Eventos da OAB/SP nas gestões de 2004/2018. Presidente do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo por quatro gestões, membro do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária da Secretária da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, membro do Comitê Gestor da SAP. Presidente de Honra da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas – Regional São Paulo, ABRACRIM, e autor de vários artigos. Recebeu várias honrarias, dentre elas a Medalha Ruth Cardoso, outorgada pelo Conselho Estadual da Condição Feminina.

Quem passeia pelas ruas populosas de São Paulo não imagina que a cidade já foi pequena, sossegada e, durante os primeiros séculos da história brasileira, até sem importância, permanecendo, por séculos, com ar provinciano. Desde a sua fundação, em 1554 até os últimos anos do século XIX e início do século XX, a história de São Paulo era essa. Nada de metrópole ou megalópole. Em 1929, mesmo em início de industrialização, a capital tinha pouco mais de 1 milhão de habitantes. Hoje, reúne mais de 13 milhões. É a capital mais rica e populosa do país; gera, sozinha, cerca de 10% de toda a riqueza do Brasil.

Como foi possível tamanha transformação? Uma palavra: café. Foi com a produção do café que a cidade, assim como todo o estado, tornou-se uma megalópole e atraiu milhares de migrantes e imigrantes. Transformou-se no município mais importante da América Latina e em um dos mais importantes do mundo, comparado a Londres e Nova Iorque.

A história do café em São Paulo teve início por volta de 1870, quando o cultivo da fruta dominou o interior do estado, fez surgir novas cidades e elevou a província à principal produtora do grão. A produção do café foi responsável, ainda, pela implantação das ferrovias, para escoar a colheita até o Porto de Santos e, também, pela vinda de imigrantes europeus, principalmente italianos, para trabalhar na lavoura.

Mesmo com toda esta riqueza, a cidade ainda era pequena e tímida. Ruas tranquilas, moradores na varanda, trânsito insignificante, bondes, passeios nos parques. Entretanto, com o dinheiro dos barões do café, formou-se toda uma infraestrutura para receber os abastados senhores e teve início a transformação. O mercado consumidor se ampliou, o governo investiu em transporte e comunicação. Surgiram hotéis, teatros e restaurantes que logo ombream os da capital federal, para deleite de seus frequentadores.

Estas mudanças também geraram ambições políticas. Paulistas e mineiros alternaram-se no poder, nos primórdios da era republicana – a chamada “República do Café com Leite” –, até que, em 1930, Getúlio Vargas, gaúcho, chegou à presidência após um golpe de estado, que desagradou os defensores da democracia.

Os paulistas, inconformados, pediam uma nova constituição, proposta até então defendida por Vargas. Mas, depois de assumir o poder provisoriamente, o presidente fechou o Congresso, proibiu manifestações e publicou decreto que permitia substituir os governadores por interventores, estes que, obviamente, eram homens de sua confiança. E, para garantir que nada sairia do seu controle, o político sulista criou o Código dos Interventores e revogou a Constituição de 1891. Governava assim de forma ditatorial e foi acusado de protelar a criação de uma nova Carta Magna.

Inconformados com as atitudes do governo, os paulistas tomaram a frente das manifestações contra Getúlio. A Revolução Constitucionalista foi a resposta à intervenção antidemocrática. O presidente passou a limitar a autonomia dos estados; em especial, São Paulo, pois, segundo alguns historiadores, ele não simpatizava com os ideais paulistas.

No dia em que se celebra a fundação de São Paulo, 25 de janeiro, em 1932, partidos de oposição realizaram um comício na Praça da Sé, em sinal de protesto contra o governo. Foi o início do que ficaria conhecido como a Revolução Constitucionalista de 1932, que comemora 90 anos neste ano de 2022. O movimento exigia o retorno da democracia ao Brasil, com a convocação de uma Constituinte.

A data prevista para o início da revolta era 14 de julho, dia da Queda da Bastilha, e foi adiada depois que o general Bertholdo Klinger, comandante militar do Mato Grosso, enviou uma carta insolente ao Ministro da Guerra, general de divisão Augusto Espírito Santo. O General Klinger havia prometido 5000 homens, mas apareceu em São Paulo somente em 12 de julho, com pouco mais de 100 homens (SUANO *et. al.*, 2003).²

As trocas constantes de interventores nomeados para governar o Estado de São Paulo e a intromissão de Getúlio Vargas na política paulista, com o veto a nomes de possíveis secretários estaduais, deu munição para a revolta. Em 23 de maio daquele ano, quatro estudantes foram mortos durante uma manifestação contra os jornais que apoiavam Vargas.

2. Livro coordenado pelo Prof. Dr. Marcelo José Ferraz Suano, editado pela Uninove, op. cit.

Os manifestantes queimaram e empastelaram os periódicos e atacaram a sede da Legião Revolucionária, ligada a Vargas. Foi ali que a batalha se tornou fatídica, pois os legionários reagiram, deixando mortos e feridos.

Neste conflito, Euclides Bueno MIRAGAIA, 21 anos, Mário MARTINS, 25 anos, DRÁUSIO Marcondes de Souza, 14 anos, e Antonio Américo de CAMARGO Andrade, 30 anos, foram assassinados a tiros e granadas e se tornaram os mártires e, as iniciais de seus nomes ou sobrenomes formaram a sigla M. M. D. C., que hoje dá nome a praças, escolas, ruas, clínica médica e à Sociedade de Veteranos de 32 – MMDC. Meses depois, no dia 12 de agosto, morreria um quinto manifestante, Orlando Alvarenga, no Hospital Santa Rita, após a bala ter seccionado a sua medula. Muitos afirmam, de forma equivocada, que os mártires eram todos estudantes. Vamos porém, resgatar aqui, a verdade desta informação.

Antonio Américo de CAMARGO Andrade nasceu em 03/12/1901, era comerciário, morreu vitimado por tiros no dia 23/05/1932. **DRAUSIO Marcondes de Souza** nasceu em 22/10/1917, era estudante e auxiliar farmacêutico, faleceu com 14 anos em 28/05/1932 – cinco dias após ser alvejado, em decorrência de infecção causada pelos ferimentos. **Mario MARTINS de Almeida** nascido em 08/02/1901, era fazendeiro na cidade de Sertãozinho, interior de São Paulo. Em 23 de maio, estava de passagem na capital, em visita aos pais quando foi morto. **Euclides Bueno MIRAGAIA** nasceu em 21/04/1911, era aluno da Escola de Comércio Alvares Penteado e trabalhava como auxiliar de cartório. Faleceu em 23/05/1932. **Orlando de Oliveira ALVARENGA** nasceu em 18/12/1899, era escrevente juramentado e faleceu em 12/08/1932.

Em 8 de julho, em outra manifestação, a população tomou as ruas de São Paulo e, na noite seguinte, no dia 9 de julho, o coronel Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, comandante do exército da Segunda Região Militar – São Paulo, por volta das 23hs, ocupara todas as instalações militares. Designado pelo general Isidro Dias Lopes, assumiu o comando das tropas com o objetivo de levar os revolucionários até a capital federal, na época a cidade do Rio de Janeiro, para exigir do governo provisório a reconstitucionalização.

A Revolução Constitucionalista era irreversível: a conspiração iniciou-se no quartel general, situado na Rua Sergipe, nº 37, no bairro de Higienópolis, São Paulo. Os revolucionários tinham uma senha, “Sergipe”, e a contrassenha “37”. Nada mais se poderia fazer, conforme Câmara (2012).³ O movimento ocupou a sede da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, de onde saiu o primeiro contingente de civis armados que lutariam ao lado do Exército e da milícia paulista.

É importante salientar a participação importante das mulheres na mobilização, logística e apoio nos locais de alistamento. O que chamou atenção é que estas incentivavam seus maridos e filhos a integrarem o movimento. Como as tropas paulistas de voluntários eram inexperientes e muitos nunca tinham manejado uma arma, os feridos chegavam em grande quantidade e eram as mulheres que os atendiam.⁴

A revolta teve a adesão das guarnições militares do Exército, incluindo o 4º Regimento de Infantaria, sediado no quartel de Quitaúna, de Osasco, com seu poderoso armamento de canhões. Os revolucionários de São Paulo contavam com o apoio das tropas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, mas apenas o último se manteve leal. Infelizmente, São Paulo lutou sozinho contra o resto do país; os paulistas, com recursos próprios.

Uma imensa campanha de mobilização foi feita. A população foi chamada para participar do movimento e a colaboração foi total. A guerra civil trouxe um propósito a todos. Homens e mulheres doaram joias ao comando da revolução para ser transformadas em armamentos, bem como para pagar os custos da guerra.⁵ O engajamento da população foi geral, em chamadas para incentivar as doações: “ouro para o bem de São Paulo”, “Paulistas vós que tendes o coração de ouro, dai ouro para São Paulo”.

Com o armistício, as doações de ouro dos paulistas não chegaram a ser inteiramente utilizadas. O saldo do ouro foi doado à Santa Casa da cidade.

3. Câmara, Nelson. 1932 – *Corações partidos*, op. cit.

4. Suano et. al., op. cit., p. 141.

5. Câmara, op. cit., p. 31.

A irmandade ergueu um prédio que simboliza ainda hoje a guerra dos paulistas, no centro da cidade, no Largo da Misericórdia, em um terreno que lhe pertencia há séculos. O prédio recebeu o nome de “Ouro para o bem de São Paulo”, em homenagem ao espírito de luta dos paulistas, e foi construído reproduzindo exatamente a bandeira de São Paulo, em que cada listra é representada por um dos treze andares do edifício. O mastro foi feito representando as alianças doadas e decorado com um capacete constitucionalista.

Contam os historiadores que, aquela noite de 9 de julho foi típica do inverno paulista: fria e úmida. A calma da cidade foi quebrada com o desfile de homens paramentados para a guerra e caminhões do exército circulando pelas ruas. No Largo São Francisco, apesar de ser um sábado, civis se reuniram para esperar a chegada dos armamentos. Assim que pegaram em armas, os civis ocuparam os prédios das três emissoras de rádio existentes na capital: a Educadora Paulista, a Record e a Cruzeiro do Sul. A rádio Record convocava as pessoas para se alistarem, objetivando a formação do Exército Revolucionário. Essas chamadas eram intercaladas pela marcha militar francesa “*Paris-Belfort*”.⁶

Os conflitos aconteceram principalmente na região do Vale do Paraíba, entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e sul de Minas Gerais – neste, aconteceram as maiores batalhas. A luta, contudo, foi desigual: quando Getúlio Vargas soube do levante paulista, mobilizou a tropa, comandada pelo general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, com 100 mil homens para defender seu governo. São Paulo contava com 35 mil soldados para a batalha, na sua maioria voluntários civis e militares da Força Pública. Aviões foram usados para bombardear as cidades do interior.

Tudo foi motivo de orgulho para os paulistas, pois era evidente que as tropas governistas eram superiores e estavam mais bem equipadas, em relação às tropas constitucionalistas. Ainda assim, São Paulo realizou verdadeiros milagres com os poucos recursos tecnológicos que possuía – produziu morteiros pesados e leves, munição, granadas, fuzil, máscaras

6. Câmara, op. cit., p. 51.

antigás, lança chamas e outros equipamentos, como blindagem de trens e montagem de canhões sobre vias férreas.

Os paulistas dispunham de pouca munição para cada combatente voluntário e tinham em torno de quarenta mil armas, entre fuzis e metralhadoras leves, embora com número grande de voluntários alistados. A empresa Alpargatas fabricava os uniformes dos voluntários em uma guerra desigual.

A improvisação foi o lema para as tropas constitucionalistas. Um exemplo disso foi a “matraca”, um aparelho com um lado denteado, no qual tocava uma lâmina de aço que girava em alta velocidade, provocando um barulho semelhante ao fogo de metralhadora. A matraca era utilizada geralmente à noite, para que as tropas governistas pensassem que existia uma grande quantidade de fogo dos revolucionários, com a finalidade de abalar a moral dos inimigos. Tratou-se de uma invenção do engenheiro Otávio Teixeira Mendes, que fez parte do batalhão Piracicabanos.

A aviação também teve relevante papel na Revolução de 1932, embora os dois lados em luta dispusessem de poucos aviões. O governo federal contava com aproximadamente 58 aeronaves, divididas entre a Marinha e o Exército, já que a Força Aérea, nessa época, não constituía uma arma independente. Em contrapartida, os paulistas possuíam apenas dois aviões Potez e dois Waco, além de um pequeno número de aviões de turismo. No final de julho, o governo rebelde conseguiu mais um aparelho, trazido pelo tenente Artur Mota Lima, que desertou do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro.

Os aviões do governo federal, chamados de “vermelhinhos”, bombardearam várias cidades do estado de São Paulo, entre as quais Campinas, onde causaram muitos prejuízos, bem como os aviões serviram, como arma de propaganda, jogando panfletos sobre as cidades inimigas e em locais de concentração das tropas rebeldes. Já os aviões das Unidades Aéreas Constitucionalistas (UAC), conhecidos como “gaviões de penacho”, pouco puderam fazer.

Santos Dumont, com problemas de saúde, encontrava-se em Santos, e, ao tomar conhecimento dos bombardeios, comentou com um amigo que

estava magoado ao ver seu invento matando e destruindo irmãos; tal fato levou o Pai da Aviação a cometer suicídio em dia 23 de julho de 1932 no hotel *La Plage*, na cidade litorânea do Guarujá.

Em 1º de outubro de 1932, quase quatro meses depois de iniciado o conflito, os paulistas renderam-se. A desigualdade no número de soldados, a inexperiência dos civis, a falta de equipamentos adequados e até de mantimentos foram determinantes para a rendição. Oficialmente, morreram nas batalhas 934 paulistas. Mas as estimativas apontam que as baixas chegaram a 2200.

Após a derrota, alguns líderes do movimento tiveram os seus direitos políticos cassados e foram deportados para Portugal. Apesar de vencidos militarmente, os paulistas alcançaram os seus objetivos. Em 1933, foi realizada a Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou uma nova constituição para o Brasil, a qual foi promulgada em 1934. O Congresso Nacional foi reaberto, os partidos políticos, que estavam impedidos de funcionar, voltaram à ativa. Com eleições indiretas, Getúlio Vargas foi eleito presidente.

Entre as novidades da Carta Magna de 1934, constava o voto secreto, a Justiça Eleitoral e o voto feminino. E, na primeira eleição, após a entrada em vigor da constituição, São Paulo elegeu 254 deputados. Entre estes, estava Carlota Pereira de Queirós, a primeira mulher eleita para um cargo político no Brasil.

Outro objetivo conquistado pela revolução foi ter um interventor civil no Estado, Armando de Salles Oliveira. Após dois anos no cargo como interventor, Sales foi eleito governador e convocou uma Assembleia Constituinte, que elaborou a Constituição do estado, promulgada em 9 de julho de 1935, em reverência aos revolucionários.

Memórias

Para lembrar dos acontecimentos de 1932, temos monumentos e datas comemorativas. O dia 9 de julho, marca o início do movimento e é feriado

estadual. Na cidade de São Paulo, existem referências à Revolução de 1932, em ruas, praças e viadutos nomeados com os nomes dos combatentes.

Desde 1968, quando foi construída em frente ao Parque do Ibirapuera, a sede da Assembleia Legislativa tornou-se o Palácio 9 de julho, em memória à Revolução. Ela está localizada ao lado do obelisco “Mausoléu aos Heróis de 32”, ou Obelisco do Ibirapuera, monumento erigido em homenagem aos estudantes e soldados mortos na Revolução.

Os restos mortais dos grandes mártires da Revolução Constitucionalista de 1932 descansam hoje no supracitado monumento. Os cinco heróis de 1932 foram homenageados com nomes de ruas no bairro do Butantã, na capital. A Lei nº 13.840/2009 instituiu o Dia de Orlando Alvarenga e dos Heróis Anônimos da Revolução Constitucionalista de 1932, em justa homenagem a Orlando de Oliveira Alvarenga. A inclusão da letra “A”, de “Alvarenga”, na sigla originária era uma reivindicação antiga, “MMDC + A”. Por meio do Decreto nº 46.718, o governo de São Paulo, criou o Colar “Cruz do Alvarenga e dos Heróis Anônimos”.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou, em 13 de janeiro de 2004, a Lei nº 11.658, que instituiu o “Dia dos Heróis MMDCA”, a ser comemorado anualmente no dia 23 de maio, resgatando, desta forma, a história dos nossos mártires, com a necessária incorporação do nome de Alvarenga.

Por fim, é importante salientar que a Revolução de 1932, apesar da derrota militar, é celebrada como uma vitória política dos paulistas pois, lutando praticamente sozinhos contra a maior parte do país – tiveram o apoio efetivo apenas do estado de Mato Grosso – os combatentes de São Paulo buscaram apoio na população local e, com recursos próprios, montaram sua estrutura de combate e providenciaram armamentos. Foram militares, civis, homens, mulheres, jovens e idosos que deram exemplo de amor à pátria, com abnegação e sacrifício, a despeito de todas as dificuldades numéricas, falta de treinamento e de material adequado. Por tudo isso e por um motivo maior: o ideal constitucionalista.

Referências

- CÂMARA, Nelson. **1932: corações partidos**. 1. ed. São Paulo: Lettera, 2012.
- CARVALHO, Fátima Mendes. **Décadas de 30: os anos de incertezas**. João Pessoa: Portal Administradores, 2009. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/decada-de-30-os-anos-de-incertezas>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- CHEIDDI, Lucas. Revolução Constitucionalista de 1932 completa 89 anos nesta sexta-feira. *In: Notícias*. São Paulo: Portal ALESP, 8 jul. 2021. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=425063#:~:text=Nesta%20sexta%2Dfeira%2C%20dia%209,o%20patriotismo%20regional%20tenha%20diminu%C3%ADdo>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- MOREIRA, Regina da Luz. São Paulo pega em armas: a Revolução Constitucionalista de 1932. *In: Fatos & Imagens: Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, s/d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- SUANO, Marcelo José Ferraz (org.). **O Universo da Revolução Constitucionalista de 32**. São Paulo: Editora Uninove, 2003.
- TANJI, Thiago. São Paulo em guerra: entenda o que foi a Revolução de 1932. *In: Máquina do Tempo*. São Paulo: **Revista Galileu**, 9 jul. 2018. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/blogs/Maquina-do-Tempo/noticia/2018/07/sao-paulo-em-guerra-entenda-o-que-foi-revolucao-de-1932.html>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- TUON, Lúgia. A metrópole improvável: por que São Paulo virou a maior cidade do Brasil. *In: Economia*. São Paulo: Portal Exame, 25 jan. 2019. Disponível em: <https://exame.com/economia/a-metropole-improvavel-por-que-sao-paulo-virou-a-maior-cidade-do-brasil>. Acesso em: 20 abr. 2022.

4

O 1º Batalhão da Força Pública na Revolução Constitucionalista de 1932

Coronel Telhada¹

-
1. Coronel da Polícia Militar Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada, conhecido como Coronel Telhada, nasceu na cidade de São Paulo em 1961. Ingressou na Academia de Polícia Militar do Barro Branco em 1979. Foi um dos oficiais fundadores do GATE. Foi promovido a capitão PM por bravura em 1988. Comandou o 1º Batalhão de Polícia de Choque “Tobias de Aguiar” (ROTA). Em 2012, foi eleito vereador para atuar na Câmara Municipal de São Paulo. Em 2014, foi eleito Deputado Estadual, e reeleito em 2018.

O 1º Batalhão de Polícia de Choque “Tobias de Aguiar” é um tradicional quartel da Polícia Militar do Estado de São Paulo e, atualmente, é o aquartelamento da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), tropa de elite do policiamento paulista. Tive a honra de comandar este valoroso Batalhão de 7 de maio de 2009 a 18 de novembro de 2011. Durante o comando do Batalhão Tobias de Aguiar, escrevi o livro *Quartel da Luz – Mansão da ROTA*, narrando os acontecimentos históricos desde a sua criação, em 1º de novembro de 1891, onde o Batalhão participou ativamente de todos os movimentos militares ocorridos na história de São Paulo e do Brasil. Quando da Revolução Constitucionalista de 1932 o Batalhão possuía a designação de 1º Batalhão de Caçadores da Força Pública de São Paulo.

A morte dos jovens Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo (MMDC), no dia 23 de maio de 1932, na esquina da Rua Barão de Itapetininga com a Praça da República, no centro de São Paulo, foi o grande estopim para a revolução, que estourou no dia 9 de julho de 1932, em uma manifestação ocorrida também na Praça da República, na região central da capital. Foi a primeira grande revolta contra o governo de Getúlio Vargas e o último grande conflito armado ocorrido no Brasil. No total, foram 85 dias de combates, com um saldo oficial de 934 mortos, embora estimativas não oficiais reportem até 2.200 mortos, sendo que inúmeras cidades do interior do Estado sofreram danos devido aos combates.

Quando do planejamento do início da Revolução Constitucionalista para o dia 9 de julho de 1932, esperava-se que o Regimento de Cavalaria da Força Pública não aderisse ao movimento, devido à sua tradição junto a figuras como Miguel Costa, constando no Plano do Levante, segundo o Coronel Euclides Figueiredo, um dos chefes da Revolução de 1932, em que o 1º Batalhão de Caçadores Paulistas, deveria atacar e dominar o quartel do Regimento de Cavalaria pelos fundos, pois os dois quartéis até hoje são ligados, possuindo passagens entre os fundos dos mesmos. Tal ataque não ocorreu devido à adesão dos Oficiais do Regimento de Cavalaria ao Movimento deflagrado na madrugada de 9 de julho.

Em 11 de julho de 1932 o 1º Batalhão partiu para Mogi das Cruzes, chegando às 14:30 horas onde acantonou nas dependências de um grupo escolar.

A 14 de julho de 1932, às 03:00 horas, com exceção da 2ª Companhia, partiu o 1º Batalhão de Caçadores Paulistas de Mogi das Cruzes com destino a Guaratinguetá. Onde chegou as 09:55 horas, acantonando na Escola Normal.

Antes disso, no dia 13 de julho, Getúlio Vargas enviou do Rio de Janeiro, tropas dos fuzileiros navais no transporte de guerra “Ceará” que desembarcaram em Parati, fronteira com São Paulo. O objetivo era subir a Serra do Mar e tomar de assalto a cidade paulista de Cunha, com o objetivo de avançar para o Vale do Paraíba, surpreendendo as tropas paulistas pela retaguarda e, também, evitar que os paulistas pudessem descer a serra de Parati, conquistando um porto marítimo.

O sol estava se pondo em Cunha quando tiros disparados por uma patrulha dos fuzileiros deteve um caminhão com os civis voluntários de Guaratinguetá, a um quilômetro da cidade, na subida do morro do Serrote. Os doze voluntários pularam rapidamente para o chão e se posicionaram. Ninguém deu um tiro. Um pesado silêncio se fez. De repente, um dos voluntários gritou bem alto, com sua possante voz:

– Atenção tropa! Traga a metralhadora pesada aqui para frente. Vamos mostrar a eles o que nós paulistas temos.

Parece que o pequeno grupo de fuzileiros acreditou na mentira, pois a tropa que estava entrincheirada a menos de 50 metros à frente, desconhecendo o armamento e o número de soldados paulistas, saiu correndo da trincheira em direção a Cunha. E, em pouco tempo, acreditando que os paulistas estavam atacando com muitos soldados e com armamento pesado, os fuzileiros abandonaram a cidade de Cunha em direção a Parati.

Os doze voluntários avançaram cautelosamente e, depois de informados que os fuzileiros fugiram para Parati, entraram na cidade. São recebidos na praça perto da igreja pelo juiz, aliviado por ter escapado dos fuzileiros, quando estes iniciaram a fuga. A mesma sorte não teve o prefeito da cidade, que foi levado preso pelos fuzileiros.

Os doze voluntários ficaram em Cunha. No dia 14 de julho, perto do meio-dia, chegou por um informante que soldados vestidos de cáqui se

aproximavam de Cunha pela estrada de Guaratinguetá. Os doze voluntários, acreditando que se tratava de uma força do governo federal, se posicionam e atiraram no chão, à frente dos soldados. Estes correram para a beira da estrada, mas não revidaram ao ataque, pois não iam atirar em paulistas. Afinal, a luta era contra o Getúlio e suas tropas.

Um pano branco enfiado na baioneta do fuzil, empunhado pelo sargento Antonio de Figueiredo Borges que avançou, resoluto e sozinho, em direção à curva da estrada, fez os voluntários perceberem que estavam atirando no inimigo errado, pois os soldados de cáqui pertenciam à tropa paulista do 1º Batalhão de Caçadores da Força Pública e do 4º Batalhão do Exército que chegavam para proteger e defender Cunha.

Do 1º B.C.P. chegara, por volta das 14 horas, somente a 4ª Companhia, com todos os seus componentes, bem como uma seção de M. P. composta de 15 praças, sob o comando do 1º Tenente Felício Mendes da Costa.

Os doze voluntários voltaram para Guaratinguetá onde logo estavam lutando junto a outros conscritos na Liga da Defesa Paulista.

No dia 16, chega a Cunha novo reforço de mais uma companhia do 1º B. C. P. com a qual também seguiu o Major Virgílio Ribeiro dos Santos, subcomandante do Batalhão.

Cunha era um bom centro estratégico. Possuía caminhos e estradas que iam a Campos Novos de Cunha e Lorena, de um lado e a Lagoinha e São Luiz do Paraitinga, de outro. Além disso, era um município muito produtivo, e constituía o principal celeiro de Guaratinguetá. Militarmente, para as Forças Constitucionalistas, era então importantíssima. Ocupada a cidade, teriam os adversários excelente base de operações sobre a retaguarda das tropas paulistas no Vale do Paraíba, as quais correriam sérios riscos. Diante de tais manifestações, o Major Virgilio achou prudente não se ausentar mais de Cunha, assumindo o comando daquele setor e passando a dirigir as operações.

Simultaneamente, no dia 15 de julho, sob o comando do Capitão Manuel Nunes Cabral, seguiram as 1ª e 3ª Companhias do 1º BCP e 2 seções de Metralhadoras Pesadas, com destino a Cachoeira. A 1ª Companhia, sob

o comando do Capitão Benedicto Roberto dos Santos e uma seção de M. P. seguiu para a cidade de Areias, enquanto a 3ª Companhia, sob o comando do Capitão Braz Nogueira da Cruz e uma seção de M. P. prosseguiu até a cidade de Silveiras. No mesmo dia, com procedência de Mogi das Cruzes, chegou a Guaratinguetá, a 2ª Companhia, sob o comando do Capitão Carlos Vasconcelos, partindo em seguida para Cunha.

Em 16 de julho a 1ª Companhia do 1º Batalhão sob comando do Capitão Benedicto Roberto dos Santos enviou alguns pelotões para as Fazendas Palmeiras e Santa Rita, nas proximidades da divisa do Rio de Janeiro, sendo que, neste mesmo dia, esses pelotões travaram combates com os primeiros soldados contrários, já dentro do território paulista.

Em Cunha, no amanhecer de 17 de julho, duas patrulhas de reconhecimento e combate do 1º B.C.P., saíram e não voltaram... foram aprisionadas. Naquela mesma tarde, a linha paulista foi fortemente atacada.

A 19 de julho, manobrando pelo flanco esquerdo da cidade com muita rapidez, procurou o adversário cercar a tropa do 1º BCP. Correndo a notícia de que já ocupara a fazenda Cumbe ou Cume, a população, tomada de pânico, abandonou a cidade. Fuzileiros navais da tropa do Getúlio avançaram com cautela, aproximando-se da cidade de Cunha. O sol já tinha se escondido há umas duas horas. Aproximadamente 500 fuzileiros navais armados de fuzis novos, de procedência alemã e, em cada grupo, uma metralhadora, iniciaram às 20 horas o ataque aos paulistas. Vinham do Leste, da direção da estrada Parati – Cunha. Mas a tropa de paulistas, (duas Companhias do 1º Batalhão de Caçadores Paulistas e duas Companhias do 4º Batalhão de Caçadores, do Exército Constitucionalista) entrancheiradas nas encostas dos morros que circundavam este lado da cidade, os receberam com tiros de metralhadora pesada e fuzis. A luta durou por mais três horas, com intensa troca de tiros. Os fuzileiros, ao sentirem que não conseguiam entrar na cidade começaram a recuar. Os paulistas, percebendo o movimento de retirada dos fuzileiros, não lhe deram trégua. Já com o conhecimento do terreno e de suas dificuldades, chegaram bem perto dos marinheiros. Estes, devido a ter os paulistas quase respirando em seus pescoços, começaram a abandonar tudo o que atrapalhava a sua fuga, armamentos, munição, cantis, cobertores e outros equipamentos. E

deixaram, também, para trás, os seus feridos, logo aprisionados e socorridos pelos paulistas. A proximidade entre as tropas era tão pequena que, em certo momento, a tropa paulista cercou um grupo de 10 marinheiros e três oficiais que, vendo-se cercados, e sem nenhuma alternativa, entregaram as suas armas e se renderam aos soldados paulistas do 1º BCP. Quando o sol surgiu acima da serra, anunciando o dia 20 de julho de 1932, muitos fuzileiros jaziam mortos por toda a região montanhosa do Espigão do Divino Mestre.

Entre os voluntários paulistas que, na jornada, receberam batismo de fogo, estava o poeta Guilherme de Almeida, soldado da Infantaria.

Em 20 de julho, sob o comando do 2º tenente Nabor Nogueira Santos, seguiu para Cunha uma seção de M. P. que acabou sendo sitiada por 400 adversários, onde ocorreu um violento combate. Morrer sim, entregar-se nunca! Nesse dia, tombou ferido gravemente o **Soldado Jordão Camargo de Oliveira**, do 1º B.C.P., que acabou falecendo no dia 5 de agosto.

O **Anspeçada Eduardo Vieira de Mello**, ordenança do comandante daquele Posto Avançado, ao verificar que o estoque de munição rareava, rumou por iniciativa própria em busca de suprimentos, isto em pleno calor da luta, enfrentando saraivadas de balas. Retornava ofegante, curvado pelo peso do bernal que transportava a tiracolo. Sustentava com as mãos o capacete, o qual comprimido ao peito estava transbordante de cartuchos, restante da carga que não cabia no bernal. Avistado pelo inimigo, foi alvo da cerrada fuzilaria. Faltavam poucos passos para alcançar a posição. Mesmo ferido, conseguiu rastejar e fazer entrega ao seu comandante do precioso carregamento que iria lhe custar a vida. Estava agonizante. O peito crivado de balas.

Surpreendidos por uma progressão formidável, travou-se em seguida encarniçada luta corpo-a-corpo e à arma branca, ocasião em que o Anspeçada Eduardo foi alcançado pelos soldados inimigos que, irados pelo seu ato de coragem, vieram no seu encalço. Sedentos de sangue e de vingança, investiram furiosamente sobre o destemido guerreiro que sem poder esboçar qualquer gesto de defesa, já bastante ferido, foi impiedosamente morto a coronhadas de fuzil, ficando com o rosto totalmente desfigurado.

Naquele dia, não fosse uma seção de metralhadoras do 1º B.C.P., Cunha teria caído em poder do adversário.

O sr. Manoel de Castro Nogueira, residente em Cunha, enviou ao jornal *Folha da Noite*, a seguinte carta datada de 24 de julho de 1932.

Sr Redator: Respeitosos cumprimentos.

Quem vos escreve é um paulista que, nas trincheiras, defende a nossa grande e santa causa.

Li, no vosso conceituado jornal, a notícia do ataque a Cunha e, como fui testemunha ocular desse combate, quero que a “Folha da Noite” o conheça minuciosamente. Às oito horas, mais ou menos, do dia 20, o flanco esquerdo dessa cidade foi atacado fortemente pelo inimigo, que era numeroso e estava apoiado por uma seção de metralhadoras leves. O pelotão de trinta homens que guardava esse flanco lutou heroicamente, ao invés de fazer uma retirada estratégica.

Os navais, de baioneta calada, avançavam contra a cidade, disparando sem parar. Foi quando o tenente Nabor Nogueira Santos, da Força Pública Paulista, que havia chegado um dia antes, com uma seção de metralhadoras pesadas, avançou resolutamente com uma metralhadora e a respectiva guarnição (oito homens) até uma elevação e, depois de um tiroteio cerrado, de quase três horas, conseguiu debandar o inimigo, que deixou um morto, diversos feridos, armamentos, equipamentos, cobertores e muita munição.

Foram presos diversos marinheiros, além de 03 oficiais, que se entregaram. A guarnição da metralhadora do tenente Nabor era composta do sargento Rafael Perez Busato, cabo Pedro Vieira Nova e soldados José Martins de Oliveira Filho, Abdias Luiz, João Cavalcante Pessoa, José dos Santos, Pedro Leite Siqueira e Américo Siqueira Kauer, todos do 1º B. C. P. da Força Pública Paulista.

Sr Redator, o meu fim não é senão fazer-vos conhecer os nomes desses militares da Força Pública, os quais, com grande denodo, souberam defender a cidade de Cunha, um dos mais importantes pontos estratégicos

do Estado, na revolução constitucionalista, alcançan-
do uma brilhante vitória para a nossa justa causa.

Muito grato pelas atenções que esta cartinha merecer,
subscrevo-me, vosso amigo e patricio.

Pelos prisioneiros feitos naquele dia soube-se, então, que as forças paulistas foram atacadas por forças da Marinha, acrescidas de um batalhão da Polícia do Distrito Federal e por outro do Espírito Santo. Desde então Cunha começou a receber pequenos mas constantes reforços, e não teve mais sossego. Combatia-se diariamente.

Em 21 de julho ocorreu um novo choque. Os fuzileiros recuaram, deixando quinze feridos e um morto.

Na região de Cunha o ataque das tropas ditatoriais desenvolveu-se com muita veemência, mas encontrou da parte das tropas constitucionalistas uma resistência formidável. Depois de algumas horas de vigoroso tiroteio, as tropas atacantes foram rechaçadas em todos os pontos. Durante a ação portou-se com grande bravura o Major Virgílio Ribeiro dos Santos, Comandante do 1º Batalhão de Caçadores da Força Pública.

Em 30 de julho, a artilharia rompeu fogo contra a cidade de Cunha, o que motivou o pânico entre os poucos habitantes ali remanescentes.

Enquanto isso, no dia 7 de agosto, no setor de Queluz, tropas legalistas haviam ocupado o Morro da Fortaleza onde estavam com excelente posição de observação e defesa porém, não havia mais tropas disponíveis para atacar aquela posição. A 1ª Companhia, do Capitão Roberto do 1º B.C.P. estava bem desfalcada pois, possuía somente 70 homens do seu efetivo original de 180 milicianos e 5 fuzis metralhadoras, dos 12 que iniciara a campanha e homens doentes, necessitando de fardamento, calçados e cansados. Em pleno inverno de 1932, a tropa já estava engajada há mais de um mês sem descanso e sem reposição de material. Distribuídos pelas matas do Vale do Paraíba, não é difícil supor o frio e a necessidade por que passavam. Um grupo de combate, com 13 homens e 1 F. M., foi colocado no Morro da Fortaleza para deter o avanço. Queluz perigava.

Foi, então, ordenado o embarque do material pesado, dos gêneros, dos feridos, da cozinha, etc., e o preparo de dinamitação da ponte sobre o Rio Paraíba, que ligava as duas partes da cidade de Queluz. Tudo isso com calma, ordem e, principalmente, à noite, para furtar-se à observação aérea do inimigo. Todos queriam retomar a cidade de Areias, Barreiro, Bananal, Rezende, Barra Mansa, Barra do Pirai e Rio de Janeiro, agora em poder das tropas legalistas. O inimigo atacava diariamente a frente das tropas paulistas, cada vez com mais intensidade. No dia 10 de agosto, logo pela manhã, começou o ataque. As armas automáticas e os canhões vomitavam fogo nas duas margens do Rio Paraíba. Ao meio-dia, aproximadamente, chegou o Batalhão Piratininga, o comandante desembarcou sozinho, inspecionou rapidamente à frente, avaliou a situação e achou melhor não desembarcar a tropa. Dava a situação de Queluz como perdida. A solução, que se impunha, era a retirada.

O adversário havia ocupado o Morro da Fortaleza, após vencer o único grupo de combate encarregado da sua defesa. Para contra-atacar aquela posição importante, de onde se permitia que o adversário dizimasse, lá embaixo, os fracos elementos da tropa constitucionalista que defendiam a linha férrea, foi enviada a 1ª Companhia do 1º B.C.P. sob o comando do Capitão Roberto, que procurou envolver Queluz pelo flanco direito, enquanto, pelo esquerdo, o adversário fazia o mesmo com melhores resultados, oculto nas matas ali existentes, onde os seus movimentos eram subtraídos às vistas dos milicianos paulistas.

Às treze horas mais ou menos, toda a tempestade de fogo se desencadeou. A companhia do Capitão Roberto, após rude e rápido combate, foi envolvida, caindo prisioneiro aquele oficial, juntamente com o Tenente Raul da Silva Neto e vários inferiores e praças. Muitos se salvaram, refugiando-se no mato. Apenas o Tenente Américo Ladislau do Prado conseguiu escapar ao cerco com todo o pelotão. A cidade de Queluz foi perdida para o adversário.

Na região de Cunha, em 7 de agosto, o Coronel Abreu, comandante das tropas paulistas em Guaratinguetá, havia ordenado ao Major Virgílio, que agora comandava o 1º Batalhão, que as tropas paulistas da região marcassem

as suas posições com panos brancos. Um lojista de origem turca forneceu as peças de tecido branco. Deste modo, os aviões paulistas que iriam passar para bombardear as posições das tropas de Getúlio, saberiam onde os paulistas estavam. Mas, o que apareceu nos céus de Cunha, às 11 horas foram os aviões vermelhinhos (legalistas) que aproveitaram o fato de os soldados terem saído das trincheiras em saudação, para metralhá-los, causando baixas entre os paulistas. Um vermelhinho foi derrubado. Os aviões paulistas, por algum motivo, ficaram em terra, em Guaratinguetá. E este incidente causou grande desconfiança entre a tropa.

Em 10 de agosto, o ataque adversário foi geral, porém, mais acentuado no flanco esquerdo. Depois de chegar a cerca de cinquenta metros das posições do 1º B.C.P., o inimigo foi energeticamente repellido com grandes perdas.

A 11 de agosto, após cuidadosa combinação, deixou-se de fazer uma ofensiva de conjunto, com infantaria, artilharia e aviação, porque o avião não apareceu.

O comandante dos fuzileiros, na manhã do dia 15 de agosto de 1932, tentou novamente tomar a cidade de Cunha. Os fuzileiros avançaram pelo centro, tendo à esquerda os combatentes da Polícia Federal e, à direita, policiais do Espírito Santo. Os paulistas contavam para defesa da cidade com tropas do 4º Batalhão de Caçadores do Exército, do 1º Batalhão de Caçadores da Força Pública, do 1º Batalhão da Liga de Defesa Paulista, da Legião Negra e do Batalhão Arquidiocesano. A resistência dos paulistas, ao ataque da tropa do Getúlio, foi dura e corajosa. Os fuzileiros avançaram muito pouco, com pesadas baixas e começaram a recuar e abandonar o seu flanco, com os paulistas em seu encalço e, com isso, quase fechando o cerco sobre os fuzileiros. Estes, ao se verem quase cercados, entraram em pânico, recuando desordenadamente para evitar um cerco total e um aniquilamento pelo fogo cruzado dos paulistas. Muitos da tropa de Getúlio morreram, sem saber afinal, por que lutavam. O comandante dos fuzileiros, não se conformando com mais uma batalha perdida, resolveu bombardear as posições paulistas. Mais de 115 tiros de canhões foram disparados. As granadas caíram nos grotões entre os morros, já que os

fuzileiros atiraram a esmo, sem saberem ao certo onde estavam as tropas paulistas. Os paulistas responderam, com tiros de canhões disparados pela 19ª Bateria de Morteiros.

Um batalhão de fuzileiros, comandado pelo sargento Raposo, depois das grandes baixas e dos combates do dia, com a chegada da noite, acampou exausto. A maioria dos fuzileiros logo adormeceu. De madrugada são acordados sobressaltados por uma sentinela que disparou um tiro. O medo e o sobressalto eram tão grande que todos começaram a atirar. Em certo momento, numa pequena pausa de fuzilaria, alguém grita: – Cessar fogo! – O tiroteio cessou de vez, e o sargento Raposo com alguns cabos vai ver o que acontecia. Não estavam sendo atacados pelos paulistas, mas sim fora uma sentinela que adormecera com o dedo no gatilho e, com sono, disparara o seu fuzil.

Na manhã de 16, após 60 tiros de artilharia, os fuzileiros navais, recebendo reforços de Parati, atacaram novamente Cunha. Os paulistas defenderam, de novo, a cidade. Em vários pontos, houve combates corpo a corpo e, ao final, os paulistas mesmo tendo perdido muitos combatentes, ganharam mais um combate, tendo prendido 22 fuzileiros.

Naquela tarde continuou a ofensiva adversária, registrando-se cerrado tiroteio, principalmente no flanco esquerdo, onde foram gravemente feridos, nas trincheiras, o 1º tenente Felício e o 2º Tenente comissionado Moacir Gorgoni, ambos do 1º B.C.P. e, levemente feridos, três soldados. Por falta de munição e reforços, seria necessário abandonar a cidade, caso o inimigo renovasse, à noite, os ataques desencadeados. O Major Virgílio chegou a determinar tais providências para facilitar a retirada. Felizmente, os ataques não se repetiram e, à noite, foram tomadas as medidas necessárias para remuniamento da tropa e avanço das guarnições de Campos Novos de Cunha e Lagoinha.

Simultaneamente noutro Setor, no dia 17 de Agosto, o **Sargento Manoel Marino Tapia**, da 1ª Companhia do 1º Batalhão de Caçadores Paulistas foi gravemente ferido em combate mas, apesar de socorrido, faleceu no dia seguinte, com apenas 18 anos de idade. Sua morte deu-se em circunstâncias heróicas, que lhe valeram a promoção “post-mortem”, ao posto

imediatamente. Combatia ele numa das trincheiras de Vila Queimada, quando estilhaços de uma granada o alcançaram em diversas partes do corpo, produzindo além de outros ferimentos graves, fratura exposta no braço direito. Segurando com o braço esquerdo o fuzil que havia tombado do direito, queria continuar a combater e a avançar, mesmo esvaindo-se em sangue como se encontrava. Seus companheiros impediram-no e encaminharam-no para o Hospital de Sangue de Cruzeiro onde, no dia seguinte, faleceu e foi sepultado no cemitério local.

Durante um combate cerrado e difícil na noite de 18 para 19 de agosto, o **Cabo Nelson Pinto**, da 1ª Cia do 1º B.C.P. recebeu, numa das trincheiras da frente do Túnel e do Batedor, ferimentos gravíssimos que o obrigaram a baixar ao Hospital de Sangue da cidade de Cruzeiro, onde faleceu no mesmo dia.

Na madrugada de 20 de agosto, iniciou-se a ofensiva paulista, que se prolongou até o dia 25. Todas as vezes que a tropa dos fuzileiros atacou Cunha, os paulistas a defenderam, mantendo-a livre até o final da revolução.

Para tristeza do batalhão, em 23 de agosto, no Hospital de Sangue de Cruzeiro, foi recolhido com uma bala no ventre, o **Soldado Pedro Marciano de Alcântara**, onde faleceu. Este soldado foi um dos voluntários civis que se apresentaram para incorporar o 1º B.C.P., logo no início da Revolução de 1932, lutando valentemente ao lado dos veteranos da Força Pública, demonstrando o valor do povo paulista.

Os dias correram com pequenos reconhecimentos de patrulhas, até que, em 12 de setembro, o 1º B.C.P., às 23 horas, recebia ordem de reunir-se em Guaratinguetá, onde foi recomposto as Companhias que se encontravam no Setor de Queluz. É que nova missão estava reservada ao 1º Batalhão na região de Campinas, já seriamente ameaçada, pois as tropas no setor estavam desanimadas e era desejo geral por termo à luta. Era grande a saudade do lar distante, de que estavam afastados havia mais de sessenta dias.

Chegou ao Comando da Força Pública a notícia de que o Setor de Campinas corria perigo, principalmente pela frente Morungaba – Itatiba, para onde foi deslocado o 1º Batalhão de Caçadores Paulistas. Em 13 de

setembro, às 05:10 horas, partiu o 1º B.C.P. de Guaratinguetá com destino a São Paulo, onde chegou às 14:10 horas. Às 14:40 horas, sem descanso ou tempo para ver a família, partiu o 1º Batalhão atingindo Campo Limpo às 16:00 horas e, às 22:30 horas, chegando a Bragança Paulista. Em 15 de setembro, à 01:00 hora, prosseguiu marcha a pé, atingindo a cidade de Itatiba às 05:00 horas, onde acantonou.

Em 16 de setembro, comissionado no posto de Tenente Coronel, Virgílio Ribeiro dos Santos, assumiu o comando do Destacamento Leste Cam-pineiro, deixando o comando do 1º Batalhão, ao Capitão Manoel Nunes Cabral. Na mesma data, por ordem superior, o 1º Batalhão, composto de todos seus componentes, 300 e poucos homens, partiu de Itatiba com destino a Morungaba, a fim de dar combate ao inimigo nas proximidades de Amparo.

O 1º Batalhão atacou somente quase três dias após, dando tempo a que o adversário tivesse dele conhecimento e se precavesse. Quando as forças paulistas se aproximavam dos redutos contrários, um espião, civil, morador nas proximidades, informou o inimigo das tropas que se aproximavam e dos caminhos que estavam utilizando. Os adversários tiveram tempo de se prevenir e tomar posições que permitissem ou facilitassem atingir pela retaguarda a tropa paulista. Esta circunstância foi agravada pelo fato de não ter a Companhia do Tenente Ulderico, do 1º B.C.P., conseguido permanecer o tempo necessário entre as fazendas São Bento e São Rafael, de modo a impedir a passagem do inimigo, o qual veio de Amparo pela estrada Bairro das Onças, permitindo que as forças constitucionalistas fossem cercadas na ala direita. O resultado foi o fracasso completo da operação.

No dia 18 de setembro de 1932, já na cidade de Amparo, as forças federais, frustraram o propósito paulista e passaram ao contra-ataque ganhando terreno. Durante os combates, neste dia, foi gravemente ferido o **2º Tenente Joviniano Vitoriano de Oliveira**, da 4ª Companhia do 1º B.C.P., morrendo poucas horas depois, apesar de ter sido socorrido de imediato. Faleceram no mesmo combate o **Soldado Bento Soares**, da 4ª Cia e o **Soldado Seraphim Dias de Carvalho**, morto em virtude de um ferimento, por bala de fuzil, na boca.

Ainda na defesa da região de Amparo, em 19 de setembro, o **Cabo João Cosmo dos Santos** do 1º B.C.P. se distinguiu a ponto de merecer a sua promoção a cabo “post-mortem”, tombando ferido quatro vezes por balas de fuzil quando cumpria uma ordem difícil.

Em 20 de setembro, os revolucionários promovem a última ofensiva limitada no setor de Amparo. O Tenente Coronel Comissionado Virgílio dos Santos, com o 1º Batalhão de Caçadores Paulistas e os civis voluntários da Patrulha Prudente de Moraes, tentaram superar as posições dominantes dos ditatoriais. Os legalistas atacados, estando em maior número e contando sensível superioridade de meios, contra-atacam, aprisionando a metade do efetivo paulista.

Em 30 de setembro, o 1º Batalhão de Caçadores Paulistas, completo, marchou de Morungaba para Itatiba, onde chegou às 09:00 horas. Embarcado em trem, deslocou-se para São Paulo, onde chegou às 15:00 horas, retornando ao Quartel da Luz.

Em 01 de outubro, o Tenente Coronel Comissionado Virgílio Ribeiro dos Santos reassumiu o comando do 1º Batalhão, por ter sido dissolvido o Destacamento Leste Campineiro, do qual era Comandante, sendo dispensado do comando interino do 1º B.C.P. o Capitão Manoel Nunes Cabral.

No dia 2 de outubro de 1932, encerrou-se a Revolução Constitucionalista.

Somente na Força Pública onde todo o efetivo foi empenhado (mais de 10 mil homens), foram mortos em ação de guerra 197 homens (34% do total de mortos em toda a Revolução), sendo nove oficiais, dentre eles o então Comandante Geral General Júlio Marcondes Salgado, três aspirantes a oficial, 48 graduados (sargentos e cabos) e 137 soldados. O Exército perdeu 58 homens e a Guarda Civil de São Paulo, 03 homens.

A grande maioria dos mortos na Revolução de 1932, repousa hoje no Mausoléu do Ibirapuera.

5

Sorocaba e a Revolução Constitucionalista de 1932

Adilson Cezar¹

-
1. Professor universitário de História. Presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba. Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil-São Paulo. Presidente do Conselho Estadual da Ordem do Ipiranga (Gov. Est. de SP). Pós-graduação "Stricto Sensu" em História Econômica pela FFCH/USP e em Política Estratégica pelo CO-PPEAD – UFRJ. Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia pela ESG. Comandante em Chefe Honorário do Simbólico Exército Constitucionalista (2022-23).

Acontecimento que empolgou toda a população do Estado de São Paulo, e até mesmo outros setores, mas que foram impedidos de se manifestarem pela força das armas. Discorrer sobre esta Revolução é um grande desafio, pela sua simplicidade de manifestações, pois reuniu, de uma só vez, das crianças aos mais velhos, sem distinção de classes, todos irmanados em torno de um só ideal – o retorno ao Estado de Direito. Essa era a forma de enxergar esse incrível levante – os números e as manifestações, falam por si próprios.

Claro havia como sempre há, aqueles que discordam, por “n” motivos, mas foram uma minoria descontente ou que se sentiu desprestigiada, perdendo cargos e/ou valores.

A Constituição de 1891 fora derrubada pela Revolução de 1930 e aguardava-se, agora, ansiosamente a elaboração de uma nova e mais adaptada às circunstâncias.

Destaca-se, na Revolução de 1932, o despojamento de uma classe social específica: a elite paulista respondia presente, mas não era a única a liderar, pois a população, indiferente de sua condição social, aderiu de maneira ímpar – a presença estava patente de forma nunca antes vista, eram os operários, os empresários, as nossas mulheres e até as crianças estavam prontas. Fenômeno inigualável para todos nós e que marca de forma especial. Era eminentemente legalista e popular – todos participaram ou assim desejavam.

Creio que para entendermos com maior clareza, é necessário se fazer um levantamento mais primoroso e detalhado sobre este período, de forma global para, depois, com maior cuidado, examinar de forma pontual. Aqui é esta a nossa pretensão, embora ainda muito tenha a ser exposto – detalhes específicos bem como devidamente documentados.

O olhar em uma perspectiva geopolítica paulista, é a primeira forma global de se perceber detalhes importantes e que se revelam através do processo histórico específico. Precisamos lembrar que ela varia, por exemplo, em conformidade com o desenvolvimento tecnológico. Por isso para melhor compreender uma determinada situação, é necessário observar os recursos de que o homem dispunha, nesta época. Distinguímos, assim, a

geografia física, que permanece quase inalterada, da questão política, isto é, a ação do homem em determinado espaço.

Com esta concepção, podemos perceber o porquê de os portugueses resolverem escolher o litoral paulista para fixarem a sua primeira povoação. São Vicente era a base mais próxima do Sul e com possibilidades de fornecer mais apoio às embarcações lusitanas para atingirem a foz do rio da Prata, entrada ao território dominado pelos espanhóis, mas atraente pelas suas riquezas. Também não era o único motivo, pois nesta região, tinha-se início um caminho indígena pré-existente e que permitia acesso ao interior – o Peabiru (caminho do gramado amassado). Observamos que este caminho dava acesso até a área que os espanhóis exploravam a prata no Peru. Havia a serra, mas essa trilha facilitava o acesso da nossa gente ao interior. E não era qualquer interior, pois basta observar o mapa do Brasil hidrográfico para entender que, em todas as nossas costas, a maioria dos rios corre para o mar e somente em São Paulo, dispúnhamos principalmente do rio Tietê, que ao inverso dos demais, leva para o interior, desaguardo no rio Paraná e este no rio da Prata. Isso é óbvio, que em um momento onde a floresta ou o relevo apresentava dificuldades, a navegação fluvial facilitou e permitiu a penetração, gerando o incrível movimento bandeirante, que praticamente conquistou todo o interior de nosso país. Esta percepção é importante, pois favorece a compreensão de um dos porquês do Estado de São Paulo, com o de Minas Gerais (este desmembrado de São Paulo) são aqueles cuja povoação atinge um nível de crescimento amplo também no interior.

Saltando no tempo e ao lado do conhecimento territorial, isso explica o motivo de um povoamento mais intenso, atração para a chamada de imigrantes, com um desenvolvimento econômico e técnico mais amplo que os demais Estados.

Após o rompimento com o Império, em 1889, as duas áreas mais fortes no sentido econômico eram respectivamente São Paulo e Minas Gerais, daí o favorecimento para a composição política denominada jocosamente de “café com leite”, que predominou até 1930.

As iniciativas na agricultura e no setor técnico-industrial fazem dessas áreas elemento fundamental de maior desenvolvimento. Claro que

não podemos ficar apenas a tecer louvores, o domínio por si só do setor político, causa inúmeros constrangimentos com outros Estados, bem como problemas de natureza política, social, econômica, etc.

Antecedentes da revolução em Sorocaba

É importante lembrarmos que o papel desempenhado pela cidade de Sorocaba desde o período colonial está diretamente atrelado a este contingenciamento geoestratégico. A vila acompanhou as de sua época, como berço bandeirantista, daqui saindo, aproveitando principalmente o caminho dos rios, para a conquista e destruição das Missões Jesuíticas do Sul e a fundação de inúmeras outras vilas das quais destacamos Cuiabá. No evoluir do tempo, durante o século XVIII e XIX – a abertura das rotas para as tropas de muares, constitui-se em uma alternativa ao caminho marítimo. O fluxo dos muares que chegavam anualmente a Sorocaba, fez a vila ter uma população flutuante muito superior às demais cidades de sua época. O comércio sorocabano é de primeira qualidade, bem como o nosso artesanato, como por exemplo os facões, selarias e demais artigos de couro e metal. Instala-se a Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, sendo que, para isso, são necessários técnicos suecos, alemães e de outras nacionalidades.

Percebe-se pelo pouco que descrevemos, que a cidade se destaca pela sua localização, desenvolvimento excepcional, personagens e lideranças diversas, a ponto de, em 1842, liderar um levante para tomar a capital São Paulo.

Mas, com a evolução, encerra-se o período das tropas de muares e uma série de transtornos se apresentam, a siderurgia não se desenvolveu como se desejava, surgem as epidemias de febre amarela e diversos imigrantes que aqui haviam iniciado seu trabalho, como é o caso de Francisco Matarazzo, que voltou-se em direção a São Paulo, de forma que, no raiar do século XX, e mais precisamente por volta da década de 1930, continuamos uma importante cidade, com multiplicidade de ações, dentre as quais destacamos a Estrada de Ferro Sorocabana, aqui iniciada e em plena expansão.

De forma que, ao despontar dos anos 1930 do século XX, a cidade ainda se constituía em considerável reduto de prestígio dentre outras no Estado de São Paulo. Dois episódios registrados no ano de 1929, sendo que um deles marcou com muitas sequelas especialmente Sorocaba, que foi a excepcional enchente de seu rio que, junto à destruição material, trouxe também mazelas no setor da saúde. Acontecido em janeiro e as suas consequências se estenderam por alguns meses, e outro de âmbito externo, que foi a quebra da Bolsa de Valores de Nova York no mês de outubro de 1929, cujos resultados foram bastante sentidos principalmente no setor industrial e econômico.

Como é possível perceber, o clima de forma ampla era de intenso dis-sabor. Mas, dentro deste contexto, é vitorioso o movimento revolucionário ocorrido do dia 3 a 24 de outubro de 1930, quando os gaúchos atravessaram a cidade sem oposição. Com a queda do regime, o Governo Revolucionário do Dr. Getúlio Dorneles Vargas nomeou, como interventor federal para a Prefeitura Municipal de Sorocaba, o Sr. Octacílio Malheiros (out. 30 a jul. 32). Quando assumiu a administração, deu início a uma série de alterações que levou boa parcela da população ao desagrado. Chamamos a atenção a este fato, cujas consequências, embora sejam inócuas, foram uma forma de atingir moralmente a população. Assim, determinou-se a troca do nome da Praça principal da cidade que fazia homenagem ao Cel. Fernando Prestes que, no passado, realizara o saneamento da cidade após o segundo surto de febre amarela em 1900, rebatizando-a de praça João Pessoa. Ora apesar deste ter sido componente da chapa governista, como vice de Getúlio, o mesmo foi assassinado, mas não por questões de natureza política. Este desenlace aconteceu devido a motivos passionais. Embora brasileiro de escol, não possuía qualquer vínculo com Sorocaba.

Atribuiu-se, ainda, outros nomes a ruas e avenidas, com a explícita finalidade de exaltar figuras favoráveis a uma postura que não era a dos sorocabanos. Assim a rua Gaspar Ricardo, passou para Arlindo Luz, a avenida São Paulo, Siqueira Campos e a rua Votorantim, Baptista Luzardo (observamos ainda que, em alguns casos, estas denominações eram de pessoas que ainda estavam vivas).

Assim, digladiavam no Estado de São Paulo, dois principais partidos políticos, o dominante, Partido Republicano Paulista e um mais recente, o

Partido Democrático (dissidente do PRP). Durante a breve revolução de 1930, o Partido Democrático fez oposição ativa ao PRP, portanto, favorecendo a tomada do poder por Getúlio Vargas.

Esperava-se que, em curto prazo, Getúlio conseguisse colocar a casa em ordem e chamasse a todos para novas eleições, o que não veio a acontecer e, ainda o mais problemático, com relação ao Estado de São Paulo, não entregou a direção deste a personalidade política que o apoiara, mas fosse acima de tudo “paulista”. Sobretudo, os interventores nomeados, desagradaram de forma geral a todos, exceptuando o último Pedro de Toledo, que apoiou as reivindicações de São Paulo.

Tal circunstância, com efetivo apoio da população que se manifestava em movimentos populares por uma constituição, cada vez mais crescentes e agressivos, fez com que os principais partidos oposicionistas o PRP e PD se aproximassem e viessem a constituir uma “Frente Única Por São Paulo Unido”, o que acabou levando para a Revolução Constitucionalista.

A dura realidade

A liderança política paulista, pela longa experiência que possuía, e diante da realidade que se apresentava, da grande capacidade industrial e econômica de São Paulo e por sua influência em outros Estados, não “acreditava” em um confronto bélico. As manifestações, mesmo as mais exaltadas que aconteceram em São Paulo, haja visto a do dia 23 de maio de 1932, com a morte de quatro pessoas e muitos outros feridos, raciocinavam que isso levaria os “tenentes” e Getúlio Vargas, a contemporar e atender os desejos de São Paulo. Um simples raciocínio pode perceber que “algo de muito errado estava acontecendo” pois, desde o dia 24 outubro de 1930 até o rompimento, em 9 de julho de 1932, sete interventores foram nomeados para atuar no Estado de São Paulo (Hastínfilo de Moura, José Maria Whitaker, Plínio Barreto, João Alberto de Barros, Laudo de Camargo, Manuel Rabelo e Pedro de Toledo). Temos a considerar que o último interventor, Pedro de Toledo, percebendo a irredutibilidade de Getúlio, aceitou o rompimento e assumiu como Comandante dos Paulistas na Revolução Constitucionalista.

Esta situação de descrença em um provável conflito bélico, ou se este viesse a ocorrer em São Paulo, acreditava-se em maior adesão da parte de outros Estados, principalmente Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, dentre outros inclusive do próprio Rio Grande do Sul, de forma que a ausência de contatos e uma melhor conversação em nível político, isolou São Paulo que, quando percebeu a situação estava praticamente sozinho. Ações bem dirigidas e coordenadas pela Presidência, bloquearam ou limitaram a atuação mais decisiva de alguns destes Estados, embora em muitos tivessem acontecido manifestações a favor de São Paulo, mas foram bloqueadas.

A ausência ou surpresa da parte organizadora do levante paulista, fez com que todo o nosso território ficasse cercado e sem possibilidade de obter qualquer auxílio externo. Qualquer teórico das agitações bélicas sabe que, dificilmente, aquele que se encontra “fechado ou preso” sem possibilidades de comunicação, poderá ser vitorioso.

Assim em uma **formação teórica** apresentamos a realidade do **quadro bélico de São Paulo**:

Setor Sul – avanço principal das tropas federais penetrando por Itararé e também em outras áreas como Apiaí e o Vale do Ribeira.

Setor Oeste – embora com algumas incursões contrárias, o que absolutamente não se esperava, mas foi o mais simples e, na realidade, apenas como contenção, algumas tropas saíram do Mato Grosso e atravessaram o rio Paraná.

Setor Norte – defesa extensa em toda a fronteira com o Estado de Minas Gerais e considerável avanço destas tropas sobre as cidades paulistas em direção à nossa capital, bem como sobre as cidades do Vale do Paraíba, aí apoiando e trabalhando muitas vezes em conjunto com as forças provenientes do Rio de Janeiro.

Setor Leste – avanço de tropas federais por todo o Vale do Paraíba, provenientes por terra do Rio de Janeiro e cerco total do litoral paulista pela Marinha de Guerra, bem como a utilização de aviões para bombardeio e reconhecimento.

Observação: como é possível perceber pelo quadro descrito acima explicitado, São Paulo encontrava-se completamente “ilhado”, isto é, cercado por todos os lados e sem nenhuma possibilidade de comunicação ou contato com o exterior. Tal fato por si só, independente da poderosa estrutura industrial e total apoio do povo paulista, tratava-se apenas de uma questão de tempo para determinar a derrota.

O governo paulista, juntamente com a chefia de suas forças militares e paramilitares sabem desta triste realidade. Assim, a teorização que acabam por realizar é o deslocamento e criação de quartéis gerais nestas frentes de combate, com a finalidade de manter o máximo de distância possível dos combates e proteger o seu principal centro, que dará todo o apoio possível, mas deve sim, procurar preservar ao máximo da destruição a sua infraestrutura industrial.

Privilegiou-se esta iniciativa de perseverança uma vez que falhou a primeira que deveria acontecer, o chamar de outros Estados para o deslocamento maciço sobre o Rio de Janeiro.

Sorocaba e a colaboração com a Revolução de 1932

Como já foi perceptível pela descrição acima, Sorocaba encontrou-se dentro do perímetro estendido da capital e que deveria ser preservada pelas possibilidades que apresentava para o futuro.

Isto, entretanto, não significa isenção de participação. Muito pelo contrário, algumas vezes até mais consistente e oportuno, pois significa produzir e apoiar com o maior esforço possível, sendo que, para isso, ninguém é ou foi dispensado.

Nossa colaboração (Sorocaba) será de primeira qualidade, com homens, atendimento médico e farmacêutico, armas, alimentos, produções das mais diversas, embora não tenhamos sofrido combates dentro de nossa área. Apenas para alertar para um possível equívoco de interpretação, a Sorocaba geográfica, urbana, não participou de combates, mas seus filhos foram presentes nas diferentes frentes de ação.

Para facilitar, vamos elencar alguns aspectos desta contribuição

O desespero de nós paulistas em obter condições para enfrentar o cerco militar e equiparar as forças com o exército de Getúlio, nos levaram a aproveitarmos de tudo o que estivesse ao nosso alcance para garantir a integridade da gente paulista. Assim, a tecnologia da época foi, dentro do possível, aproveitada e aprimorada, desde o apoio básico à agricultura, pois tínhamos necessidade de abastecimento e, sabendo que estávamos cercados pelos nossos adversários, nada poderia ser obtido do exterior.

Era fundamental que equipes definidas produzissem o que fosse necessário, bem como economizasse ao máximo, uma vez que não dispúnhamos de garantias de acesso a quaisquer bens que viessem de fora, como por exemplo: alimentação, combustíveis, roupas, objetos de aço desde a simples enxada até canhões e morteiros.

Nossas oficinas, em especial a da Estrada de Ferro Sorocabana, foram colocadas à toda prova para a produção de artefatos e máquinas das mais diversas. Assim, nossas indústrias produziram, na medida do possível, artefatos diversos, como munições, minas, bombas, morteiros, instrumentos ópticos e até veículos blindados.

Dados significativos anteriores ao 9 de julho de 1932

Importante observarmos a predisposição de nossa população, contrária ao Governo Getulista instalado. A leitura da obra de Aluísio de Almeida bem demonstra os desencontros e confusão deste momento em que se chega a notícia e, ao mesmo tempo, existem dúvidas. Assim é nosso primeiro instante da declaração bélica. Os dois partidos políticos que se digladiavam – o Partido Republicano Paulista – que fora apeado do poder e o Partido Democrático que, em alguns lugares do Estado, havia substituído seus rivais. Caso de Sorocaba, Octacílio Malheiros era membro do Partido Democrático e, embora apoiando abertamente o “getulismo”, pende para a formação da Frente Única – isto é a reunião desses dois principais partidos favoráveis a uma única postura de São Paulo. Por isso o 9 de julho não é

unânime na manifestação, visto que as notícias não possuíam a velocidade de nossa atualidade. É preciso aguardar e confirmar os fatos. Anuncia-se a renúncia de Pedro de Toledo da Interventoria de São Paulo, mas como sempre se demonstrou ser “paulista de escol”, as diferentes lideranças, empresários, as forças armadas e povo o aclamaram e ele concordou em assumir como “Governador de São Paulo”. Esta importante notícia chegou a Sorocaba, somente na noite desse dia, mas ainda não aquela oficial. A confirmação somente veio a acontecer no dia seguinte, 10 de julho – domingo. A confusão estava instalada, a Praça central – agora denominada a contragosto João Pessoa, está repleta – estão interessados em saber a veracidade dos fatos. O jornal *Cruzeiro do Sul* não circulou, ampliando a expectativa. Todos estavam apreensivos e desejosos de saber sobre os acontecimentos.

Chegando da capital, o Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro, informa sobre os acontecimentos e distribui um boletim conclamando os sorocabanos à luta e dizendo que está organizando sob seu comando, em Sorocaba a “Legião Paulista”. Na Matriz, como acontece todos os anos nesse segundo domingo, em procissão, faz o retorno da imagem de Nossa Senhora Aparecida à sua capela em um de nossos bairros. Certamente a diversidade destas atividades promoveu desencontros, assim segundo alguns, a romaria não teria acontecido e, para outros, embora não com a proporção que é usual, a Santa teria encontrado seu devido retorno. Mas o fato é que esta realização aconteceu, pois depois, exatamente a 10 dias da permanência dela em sua Capela, graças ao apelo de muitos devotos, ela retornou à Catedral, pois aqui ficaria, mais à disposição das orações e atos religiosos. Ela aqui permaneceu até a cessação das hostilidades, ocasião em que voltou à sua tradicional capela, onde permaneceria conforme o costume.

O voluntariado sorocabano

No dia 11 de julho de 1932, esclareceu-se para nossa gente que o Prefeito Municipal, Octácilio Malheiro, continuava a responder por este cargo; para Delegado Regional de Polícia, foi designado o Dr. Hernani Ferreira Braga e para o Salvo Conduto, o Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro.

Nesse mesmo dia, fundou-se em Sorocaba na Prefeitura a sociedade M.M.D.C. (sigla resultante dos nomes daqueles que tombaram no dia 23 de maio na Praça da República em São Paulo e eram favoráveis ao retorno ao regime da lei). O que ocorria em Sorocaba, era semelhante ao que se passava na capital e iguais ações eram tomadas em outras cidades paulistas.

Chegou de São Paulo o Dr. Ademar de Souza Queiroz, com a finalidade de implantar esta sociedade e obter, através dela, recursos e homens dispostos a se sacrificarem pela causa. Acompanhavam neste processo os seguintes senhores: o Prefeito Octacílio Malheiros, Cap Augusto César do Nascimento Filho, Dr. Afonso Pereira de Campos Vergueiro, Porfírio Loureiro, João Pereira Inácio (este representante da Votorantim), Dr. José Carlos de Sales Gomes, Luís Baddini e Diogo Sales. Importante destacarmos que, com o rompimento das relações entre os Governos de São Paulo com o do Rio de Janeiro, as autoridades Sorocabanas foram mantidas em seus respectivos cargos, pois sempre foram cordatas e criteriosas em sua administração, inclusive o próprio interventor na prefeitura que seria substituído posteriormente. Neste caso em particular o Dr. Octacílio Malheiros, permaneceu como “prefeito” até o dia 17 de julho de 1932 quando, dizendo-se desgostoso em razão de boatos contrários à sua pessoa, procurou o Presidente do Conselho Consultivo, Cap Augusto César do Nascimento Filho e passou-lhe o cargo. Este último aceitou a nova incumbência mas, a Frente Única de Sorocaba se reuniu e acreditou melhor indicar para prefeito, o médico Ernesto de Campos que, na ocasião, era tesoureiro da Caixa Popular e estava domiciliado em Sorocaba há mais de dez anos.

A transição foi acolhida com simpatia da parte do Cap Augusto César do Nascimento Filho, que prontamente passou o cargo ao Dr. Ernesto de Campos. Dando prosseguimento, o novo prefeito viajou para a cidade de São Paulo onde, com o ritual de praxe, assumiu o encargo. Em seu retorno à Sorocaba, foi recepcionado no Clube União Recreativo e informou aos presentes de sua satisfação para com a nova responsabilidade que assumia, e prometia um governo de isenção e voltado ao interesse da comunidade. Esta equipe tinha por finalidade a manutenção da ordem na cidade e a realização do alistamento daqueles que voluntariamente desejassem se inscrever nas milícias. Percebia-se a necessidade de se evitar o caos, ou ação de

aproveitadores do clima de incertezas que poderia imperar. Assim, organizaram-se milícias com trinta homens, voltadas à prestação de serviços no policiamento da cidade, das estradas e da represa. Todas as milícias seriam obedientes ao Delegado de Polícia Hernani Ferreira Braga de quem receberiam as instruções necessárias.

Todos estes acontecimentos, o desejo da população de escapar às imposições do regime, e a ideia de que o processo seria rápido e eficiente, fizeram com que muitos de imediato se apresentassem para o voluntariado. Segundo dados, assim que as notícias se confirmaram, quinze jovens partiram espontaneamente para se alistarem na capital. Era 12 de julho, quando o Prof. José Reginato, palestrou para uma multidão que assistia à partida desta juventude sorocabana:

01. Álvaro Martins Filho, 02. Ary Seabra, 03. Brasil Melchior, 04. Carmino Scarpa, 05. Floriano Pacheco (este alistou-se no primeiro dia na cidade de São Paulo), 06. Francisco Amaral Rogich, 07. Hilário Correia, 08. Jorge Martins Passos, 09. José Ibraim Sacker, 10. José Vieira Rodrigues, Leão Amaral Rogich, 12. Líbero Mundini, 13. Ovídio Catuzzo, 14. Rubens Gonçalves, e 15. Rubens Schreppel.

Oficialmente a nossa Comissão de alistamento M.M.D.C. estava constituída pelos seguintes senhores: Dr. José de Almeida Sampaio Sobrinho, Cel. Euclides de Oliveira, Dr. Christovam Prates da Fonseca, Joaquim Fonseca Bicudo, Dr. Octavio Costa Carvalho e Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro, se reuniram na Casa Câmara em 13 de julho, para início dos trabalhos. Aproveitando a oportunidade e percebendo essa necessidade além da inscrição dos voluntários, formava-se um corpo de enfermeiras.

Infelizmente, apesar de dispormos ou conseguirmos identificar muitos daqueles que seguiram esses primeiros voluntários à causa paulista e brasileira, acreditamos melhor nos abster desta apresentação, para evitarmos óbvios desconfortos.

Mas registramos que o entusiasmo era tanto, que alguns seguiram rumo à capital de forma independente, daí a razão do comunicado da Comissão do M.M.D.C., emitido no dia 14 de julho:

[...] todos os voluntários do interior, deverão aguardar ordem dos respectivos comandos antes de se locomoverem.

Mas precisamos salientar alguns fatos que certamente favoreceram alguns estudos a respeito:

Todos os primeiros voluntários são oriundos de classes mais favorecidas – creio que é evidente o porquê, podiam se sustentar ou os familiares darem o devido apoio.

Os operários e outros de “status” social inferior precisavam de amparo específico e estes irão aparecer ainda com o tempo, assim que obtiverem apoio de alguma empresa, pessoa, ou do próprio governo revolucionário.

Para ser bem exato, lembramos o exemplo dado pelo Comendador Antonio Pereira Inácio, que incentivava seus operários a aderirem à causa patriótica a se alistarem. Outros mantiveram o ritmo de suas empresas, mas fizeram doações de algumas produções diárias para o bem de São Paulo, é o caso específico de algumas fábricas de tecelagem. São tecidos destinados à construção de uniformes, toalhas, lençóis e outros adereços necessários, visto que muitos não dispunham de condições econômicas para adquiri-los. Conclamaram-se, também, os industriais e comerciantes, para que estes favorecessem a incorporação de voluntários, visto que a grande maioria deles dependia de seus empregos. Pedia-se que estes fossem dispensados para se alistarem e garantissem a estes a manutenção de seus trabalhos e salários. Destes, manifestaram-se de imediato o Dr. Francisco de Salles Capinam, da fábrica de enxadas e Luiz Viera, da Livraria São Luiz.

Em vários cantos da cidade, realizavam-se comícios, conclamando a adesão à causa constitucionalista e incentivando o voluntariado senão promovendo apoio a este acontecimento. Registramos pronunciamentos neste sentido na noite do dia 13 de julho de 1932, das seguintes personalidades: Antonio Fleury Silveira, Dr. Diogo Moreira Salles, Dr. Ernesto de Campos, Guilherme Scherepel, Gustavo Grandino, o Ex-Deputado João Ferreira da Silva, Prof. José Reginato, Júlio Marcondes Guimarães, Cel. Landulpho Monteiro, Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury e Rodolfo Garcia Nogueira.

Os números dos aderentes e que seguiram o firme propósito de integrarem aos vários batalhões são bastante contraditórios e, apesar de uma análise mais coerente, ainda não são fidedignas.

Às armas sorocabanos

No dia 15 de julho de 1932 embarcaram para São Paulo, mais de 100 voluntários e, junto com eles, parte da população caminharam cantando até a Estação. Era o M.M.D.C. em ação. Para esta multidão, discursou o Dr. Affonso Vergueiro que, como sempre em excelente oratória, exaltava a atitude patriótica de nossos homens. Estes voluntários foram recebidos na cidade de São Paulo pela comissão do M.M.D.C., que os encaminhou a um quartel, onde jantaram e, logo no dia seguinte, estavam sendo informados para os batalhões aos quais seriam designados. Muitos foram os diferentes grupos que saíram de Sorocaba para compor os vários batalhões paulistas mas, como inicialmente o engajamento se dava também de forma espontânea, muitos nomes ficaram perdidos. Mais tarde apesar da prefeitura organizar listas dos voluntários que eram encaminhados para substituir aqueles que foram batidos ou recolhidos a hospitais, por descuido ou talvez devido às dificuldades da própria época, não fizeram cópias, sendo as mesmas remetidas aos órgãos operacionais.

Comissão do M.M.D.C.

Logo após o fatídico acontecimento em São Paulo do dia 23 de maio, secretamente começou a organização da Sociedade M.M.D.C – sigla do nome dos mártires desse triste episódio. Sorocaba como não poderia deixar de ser, recebeu alguns membros dessa associação de forma sigilosa. Mas formada a “Frente Única Paulista” (junção dos dois grupos políticos – PRP e PD) e oficializado o rompimento com o Rio de Janeiro, veio como representante da Comissão M.M.D.C. para Sorocaba o Dr. Adhemar de Souza Queiróz, que entendendo-se com o interventor municipal, iniciaram a organização da Comissão M.M.D.C. de Sorocaba, que deveria

nortear os trabalhos. Uma vez tudo organizado, o Dr. Adhemar de Souza Queiróz, solicitou a sua demissão informando ter que seguir com seu Batalhão e, consultados outros, alguns declinaram e finalmente constituiu-se uma nova direção. Assim, a nova composição da Comissão M.M.D.C. de Sorocaba passou a contar com os seguintes senhores: Dr. Diogo Moreira Salles, Dr. José Carlos de Sales Gomes, Cap. Porphyrio Loureiro, Luiz Baddini e Dr. João Machado de Araújo. Na oportunidade da celebração da data de nossa Independência Política, o 7 de setembro, a milícia civil do M.M.D.C., resolveu que era oportuno a formação de um exército de reserva. Tinha este por objetivo recrutar na região 50.000 voluntários. Com esta intenção acrescentou-se para a comissão especial acima citada, mais esta incumbência. Os sorocabanos que ainda não estavam diretamente engajados no processo revolucionário, estavam convocados a se apresentarem na Prefeitura Municipal de Sorocaba, para realizarem o alistamento. Interessante é que, além deste estar aberto para a inscrição todos os dias, havia certo privilégio em algumas especializações, como por exemplo: motoristas, pedreiros, mecânicos, cavouqueiros, eletricitas, enfim todos técnicos, pois nossas frentes de combates precisavam da orientação destes senhores.

O Tiro de Guerra

O Tiro de Guerra de Sorocaba foi criado em 21 de maio de 1917, com a denominação de “Linha de Tiro número 359” e funcionava como Sociedade Civil. Estava praticamente desativado mas, agora, muitos estavam estimulados e procuraram se organizar através de várias reuniões. Estes conclamaram seus atiradores para aderirem à causa constitucionalista e conseguiram reunir um grupo de 100 homens. Como muitos destes eram pessoas pobres, receberam a farda ou complementos de vestuário necessários através da Caixa Popular. Interessante notarmos que, aos primeiros, foram fornecidos os célebres bibicos ou quepes mas, ainda durante o processo revolucionário, foram substituídos pelos capacetes de aço. Este detalhe é fundamental para notar o interesse de nossas organizações de dotar o nosso soldado constitucionalista de um equipamento que proporcionasse maior proteção na guerra de trincheiras. Estes capacetes, de início, foram

fabricados apenas na capital, tendo por modelo principalmente o tipo francês. Mas, posteriormente, foram também produzidos em Sorocaba nas oficinas da Estrada de Ferro Sorocabana, através de mãos femininas.

Não tivemos em nossa localidade, Sorocaba, combates específicos em campo aberto ou em trincheiras, mas nossos homens sim, participaram em todas as frentes aguerridas. Destacamos, dentre os muitos que trabalharam para fortalecer o grupo do TG 359, a atuação dos senhores Arlindo Previtali, Clodomiro Paschoal, Doracy Amaral, Floriano Pacheco, Jorge Löfler, dentre muitos outros, lembrando que alguns destes acabaram ficando prisioneiros na Ilha Grande.

Para registro, lembramos que o Tiro de Guerra 359, depois de rearticulado e apelando para os reservistas de 1927, foram armados e municados, fardados, enfim equipados. Chegou o dia do embarque para o destino incerto. Era o dia 21 de julho quando, na Praça Cel. Fernando Prestes (nesse momento ainda João Pessoa), a tropa formada recebeu a benção do Cônego Francisco Cangro e a bandeira a ser defendida das mãos de três moças. O Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury pronunciou um inflamado discurso e, na sequência, a senhorita Maria Anita Espelho incitou os rapazes à bravura, ao destemor pela causa maior. Presente a banda “Carlos Gomes” que abrilhantou todo o ato cívico. Terminado este ato cívico-militar, o pelotão realizou a sua marcha até a Estação da Estrada de Ferro Sorocabana, seguido pela população. Como curiosidade referente aos antigos hábitos, a Bandeira Nacional, que acompanhou essa partida, retornou à Matriz, sendo mantida desfraldada e transportada por Branca Amaral. Na Matriz, este pavilhão foi colocado junto à imagem de Nossa Senhora da Aparecida.

Muitos outros voluntários

Após estas primeiras iniciativas e partidas para as áreas de operação, muitos outros voluntários se apresentaram e, em sucessivas levas, foram encaminhados para as diferentes regiões atendendo às diferentes necessidades. Existe a possibilidade de conhecermos pelo menos grande parte dos nomes destes destemidos, visto que o jornal *Cruzeiro do Sul* os relacionou

nominalmente por ocasião de suas partidas. Evidentemente não iremos fazer esse levantamento, mas é importante frisarmos que os sorocabanos estiveram presentes nas mais diferentes frentes de combate.

Alguns exemplos que estimulam a adesão a causa paulista

Os comícios e discursos ocorreram por toda a cidade, em nossas praças, em instituições públicas e privadas, todas no sentido de incentivo ao dever cívico de que apoiar São Paulo é lutar a favor do Brasil.

Todos os jovens, adultos, e mesmo os mais velhos, devem pegar em armas para derrubar a ditadura de Vargas.

Em determinado instante, o industrial Dr. Francisco de Salles Capinan, proprietário da fábrica de enxadas se ergue e informa que está pronto para se alistar e provoca os seus empregados a fazerem o mesmo.

Relação dos Batalhões dos quais participaram voluntários sorocabanos

Zona Sul

Batalhão “9 de Julho”, Batalhão “14 de Julho”, Batalhão “Borba Gato”, Batalhão de Pirassununga, 8º Batalhão de Caçadores Paulista “Fernão Salles”, 3º Batalhão de Caçadores Paulista, Batalhão “Marcílio Franco”, Batalhão de Pinhal, Batalhão “Arlindo”, 1ª Companhia do 1º Batalhão Paulista da Milícia Civil “Coluna Romão Gomes”, Destacamento “Garcia Feijó, Destacamento “Anchieta”, Destacamento “Ten. Cel. Milton”, Secção “Bucker”, Regimento de Cavalaria de “Rio Pardo”, 11º Regimento de Cavalaria Independente, 13º Regimento de Cavalaria Independente (posteriormente mecanizada e denominada de Regimento Anhanguera), 1º BRE, 6º, 7º, 9º e 10º Batalhão de Caçadores da Reserva “Coluna Adauto de Mello”, 8º Regimento de Infantaria, 7º Batalhão de Caçadores Paulista, Trens Blindados (TB1 – TB2 – TB3).

Zona Norte

Batalhão dos “Professores”, Batalhão “Esportivo”, Batalhão “Paes Leme”, 4º Regimento de Cavalaria, 5º Batalhão de Caçadores, 12º Regimento de Infantaria, 2º Batalhão de Engenharia, 2º Grupo de Artilharia de Campanha.

Relação dos voluntários sorocabanos presos em combate e outros

Setor-Sul: Faxina

Antonio Lopes, Antonio Tomé de Souza, Deusdedit Malzoni, Emilio Araújo, Guilherme Scherepel, Henrique Bierrembach, Lazaro Hannickel, Oscarlino Agapita, Osiel Vanderico, Pedro Roberto, Roberto Giardini e Vergílio Tomé de Souza.

Setor-Norte

Ary Seabra, Benedicto Neves, Emilio Araújo, Erico de Oliveira, Felisberto Giardini, Germinal Signorelli, Hilário Correia, João Beneventi, Jorge de Oliveira Silva, José Ruckakmond, José Vicente Machado, Luiz Alves Correia, Marcolino Cortez, Mario Batista de Almeida, Mario Britto, Mário Fazzio, Nancy de Oliveira, Odilon de Souza, Pedro Mello, Raphael Cocurulo, Sylvio Oliveira Lima, Trajano Athaide e Wily Scherepel. Observamos que estes foram encaminhados para o presídio no Rio de Janeiro – Ilha Grande e Ilha das Flores.

Mortes

Nossos registros, mostram que apenas um voluntário residente em Sorocaba, foi morto em combate. Trata-se do Tenente Alceu Vieira, acontecido no setor de Amparo. O mesmo compunha o Batalhão “Paes Leme”, tendo sido promovido a Capitão pelos seus feitos em campo de batalha.

A Estrada de Ferro Sorocabana

Um dos maiores esforços demonstrados pela população Sorocabana aconteceu através das oficinas da Estrada de Ferro Sorocabana, local esse que foi transformado para apoiar de forma integral o nosso esforço bélico. Foram aí construídas armas de diferentes calibres, os célebres capacetes de aço, granadas, morteiros, obuses e o trem blindado. Precisamos lembrar que muitos dos operários foram chamados para os locais de combate, sendo então substituídos pela mão de obra feminina. Um exemplo excepcional. Destacamos que muitos destes empregados profissionais especializados, foram dispensados para complementar o Batalhão de Sapadores Ferroviários.

Mas o maior destaque destas oficinas, bem como de seus funcionários, foi o de participarem da construção de alguns dos célebres “trens blindados”. Os dados existentes demonstram que, em nossas oficinas, foram construídos três destes trens, dois no mês de julho e o terceiro em agosto, sendo que o último não chegou a entrar em combate. O primeiro destes trens foi retirado de Sorocaba, ainda sem estar terminado, pelo Tenente Negrão, que o levou a Buri, onde espalhou o terror.

Importante lembrar que, para isso, nossos operários foram devidamente orientados por técnicos do IPT/SP – Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo. Estes trens possuíam as seguintes características: as locomotivas e os vagões eram protegidos com chapas de aço (duas placas de aço entremeadas de pranchões de cerne de peroba duríssima) e recebiam uma pintura verde, camuflada. Se porventura as balas disparadas contra o trem conseguissem perfurar a placa de aço, dificilmente conseguiriam atravessar os dormentes de peroba e, se fosse o caso, encontrariam ainda outra placa. Seteiras abertas em toda a volta do trem, permitiam a passagem dos canos das metralhadoras pesadas ou dos fuzis. Os soldados, para adentrarem, tinham que buscar o solo e assim conseguir acesso através de um alçapão que se abria no assoalho dos vagões. Em sua parte superior, havia uma torre giratória com uma metralhadora, além de canhões. Não havia comunicação entre a locomotiva e os vagões, a não ser através de telefone instalado. Este trem blindado foi uma das principais armas e que

gerou grande terror entre os opositoristas. Seus holofotes eram usados para buscar militares getulistas no breu noturno enquanto o seu canhão Krupp era uma letal arma de ataque. A pintura, totalmente camuflada nos dois grandes vagões, se tornou a representatividade de um verdadeiro terror dos combatentes rivais. Esta máquina de guerra foi considerada uma das armas mais sofisticadas criadas pela indústria paulista. Possuindo uma malha ferroviária com mais de 5.000 quilômetros, locomotivas blindadas seriam primordiais para locomoção de soldados e mantimentos, além da defesa e ataque dentro do território paulista. O trem blindado dos constitucionalistas operou na rede ferroviária de São Paulo – no vale do Paraíba, em direção ao Rio de Janeiro; no Sul em direção ao Paraná e na região ao norte de Jundiaí. Alguns outros detalhes desse trem:

Formados por uma locomotiva a vapor e dois vagões, foi construído na oficina ferroviária de Sorocaba. De pintura camuflada, possuía um canhão Krupp, ou Schneider de 75 mm, aberturas nos vagões para as metralhadoras (pesadas) Hotchkiss M1914, e holofotes para localização de alvos durante os períodos noturnos. Considerada a arma de maior poder dos revolucionários constitucionalistas paulistas.

Como é possível perceber, os dois holofotes que o trem carregava na parte superior, viabilizava operações noturnas.

O trem blindado dos revolucionários paulistas, era o “Fantasma da Morte”

No pátio da Estação em Sorocaba sempre havia um número expressivo de membros do M.M.D.C., para apoiar os soldados que partiam para o “front”, bem como aqueles que retornavam e eram encaminhados para um local de descanso, alimentação (lembrando que a nossa Casa do Soldado chegou a oferecer até mais de 200 refeições por dia), ou tinham a necessidades de atendimento médico. Destacamos que a atividade principal em nossa estação era de apoio aos trens, com necessidades de adequação e bom

funcionamento, muitas vezes separando vagões que eram encaminhados às oficinas. Geralmente, trens com soldados que por aqui passavam estavam repletos e o destino básico era a frente Sul – defesa de Itararé e Itaporanga.

Caixa Popular

Havia um esquema adrede preparado para arrecadação de valores, com a finalidade de apoiar o movimento constitucionalista. Lembramos que o primeiro a chefiar esta entidade foi o Dr. Ernesto de Campos. Este movimento mobilizava todos os cidadãos dispostos a cooperar com a causa, entregando dinheiro, joias e ou material considerado precioso. O mais interessante era o “dar ouro para o bem de São Paulo”.

Geralmente o casal entregava as suas alianças e recebia, em troca, alianças de ferro com os dizeres “Por São Paulo façam-se grandes coisas”.

Os voluntários que trabalhavam nessa Caixa, em muitos casos, encaminhavam os necessitados para obterem diretamente o produto. Assim, por exemplo, é importante lembrar que um proprietário de empresa de costura, o senhor Saverio Fazzio, que dispunha sob sua direção, de 40 alfaiates e costureiras montando fardas, bem como demais itens necessários de vestimentas diversas. O fundamental é que toda esta colaboração foi realizada totalmente de forma gratuita.

A Caixa Popular também atendia o requisito de alimentação, fornecendo aproximadamente entre 200 a 300 refeições diárias para os soldados em trânsito e que eram atendidos na Casa do Soldado. As senhoras que conseguimos identificar e que trabalharam para este atendimento foram: Branca Amaral, Carmen Seabra Fleury, Carolina Magaldi, Clarina Cabral, Floriza Mascarenhas e Maria Simões.

Escolas

A necessidade de preparar os mais jovens para inúmeras possibilidades de atritos durante o processo revolucionário, levou os educadores e outros

que conheciam estas situações a entender que o melhor a se fazer era preparar os nossos educandos para estas eventualidades.

Assim, os professores e especialistas formavam, com as diferentes classes, batalhões mirins, ensinando que, se estivessem organizados, estavam em vantagem para se protegerem ou até mesmo prestarem algum ato de agressão.

Nossas escolas, também em conformidade com suas instalações, permitiam ensaios de voluntários para a difícil situação de ataque e defesa – principalmente quando dentro de trincheiras, a sensação de ansiedade precisava ser controlada. Recebiam e exercitavam as ordens de comando e, quando possível, de tiro ao alvo. Outras unidades, quando não dispunham de espaço aberto, atendiam aos soldados que paravam para descanso, alimentação e, também ocasionalmente, para atendimento de enfermagem quando surgiam casos simples.

Grupo Escolar Antonio Padilha

Os alunos desta escola, a petizada, para utilizar uma expressão utilizada na época, organizaram o seu próprio batalhão infantil. Professores e instrutores específicos, orientavam, chegando mesmo a constituir grupos específicos, com uniformes e, organizados, clamavam: “se precisar também iremos”.

O detalhe parece insignificante ou mesmo brincadeira, mas percebe-se na condução do processo, a preocupação com as nossas crianças. Orientando-as e organizando-as, seria muito mais fácil protegê-las de um risco maior. Assim educadas, estavam prontas para qualquer chamado, podendo preservá-las do perigo.

Os escolares percebiam e aprendiam com toda esta movimentação e chegavam mesmo, devidamente fardados, a desfilar pelas nossas ruas e praças, sempre conduzindo mensagens estimuladoras.

Mas, na época, aproveitando-se também do espaço existente nesta escola, organizou-se nela o Batalhão “Brigadeiro Tobias” e que, à noite, no

pátio desta, realizava os seus treinamentos, sob as ordens dos instrutores Vicente Russo e Aristides Longo.

Como é perfeitamente perceptível, esta unidade escolar se transformou literalmente em um Quartel de PPM – Posto de Preparação Militar – onde se realizavam os treinamentos para adaptar o civil à questão do enfrentamento em campo de batalha, é o chamado Batalhão de Reserva.

Escola Profissional

A Escola Profissional de Sorocaba estava situada na antiga rua das Flores, hoje denominada de rua Monsenhor João Soares do Amaral. Era um grande sobrado branco com telhado vermelho. No passado, esta edificação pertenceu ao Barão de Mogi Mirim – Manuel Claudiano de Oliveira – e se destacava na cidade pela sua suntuosidade, por isso esse local chegou mesmo a hospedar o Imperador II quando este visitava Sorocaba. Em 1932, através de uma ação conjunta com a Delegacia de Saúde, os seus diretores, Dr. Lemos Júnior e o Prof. Basíides de Godoy, estabeleceram a Casa do Soldado. Graças aos seus amplos espaços, era possível atender os soldados que se encontravam de passagem, fornecendo alimentos, local de descanso e pernoite. Ocasionalmente servia também para atendimento de enfermagem para casos mais superficiais. Importante lembrarmos que os dentistas sorocabanos também se manifestaram e colocaram-se à disposição para atender a todos os necessitados e, muitos deles, iriam partir para a linha de frente.

Escola de Comércio

A tradicional Escola de Comércio de Sorocaba, através de seu Diretor, o Prof. Luiz Smitte, convocou seus professores Antonio Amábile, Albertino Manente e os seus funcionários para assinarem um manifesto de adesão à causa constitucionalista.

Algumas outras iniciativas

Posto de Preparação Militar

O 1º Sargento do Exército, Sylvio Cardoso Franco dedicou-se inteiramente para constituir o PPM – Posto de Preparação Militar uma realidade. Não somente trabalhou incessantemente para colocar aptos os seus comandados, como procurou forçar um maior alistamento. Contemporâneos, conversando com ele a respeito de suas intenções, ele declarava que precisava ter dois homens à disposição para cada soldado que estivesse em combate. Isso era para permitir o necessário descanso e evitar a fadiga.

Aeroporto

Atendendo à solicitação do Governo de São Paulo, o prefeito procurou e elaborou todo um projeto para a construção de um novo aeroporto no bairro da Terra Vermelha, em substituição ao existente nos cerrados do Itanguá. Arregaçaram-se as mangas e elaboraram os projetos a todo o vapor, pelos senhores Francisco Michelotti e Antonio Campos. O entusiasmo acabou quando perceberam que as dimensões exigidas para estas pistas não poderiam ser atingidas, de forma que, tanto o aeroporto do Itanguá, quanto o novo projetado, não atenderiam às necessidades técnicas. Estes foram então demarcados com os conhecidos sinais de proibidos. O problema continuava, a necessidade de local de decolagem, aterrisagem e abastecimento para os aviões era absoluta, pois não dispúnhamos do controle do ar. Procurou-se então uma nova área e, graças à Prefeitura de Sorocaba, ao Engenheiro Virmond e ao incansável senhor Francisco Michelotti, esta foi localizada na cidade de Campo Largo (hoje Araçoiaba da Serra). Infelizmente, não encontramos nenhuma documentação que comprove a concretização e a utilização deste aeroporto. Entrementes, já o de Itapetininga teve uma atuação realmente muito consistente e atendeu a região Sul.

Fábrica de Ferro de São João do Ipanema

Durante a Revolução Constitucionalista, havia a necessidade urgente de ferro para confecção das mais diferentes armas. Uma das tentativas foi a de reabilitar a antiga Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema para produzir este material. A finalidade era a de construir canhões, fuzis e armas brancas das mais diversas. Coube então ao geólogo Luiz Flores de Moraes Rêgo a tarefa de ir até a desativada Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, com a explícita finalidade de colocar um de seus altos fornos em funcionamento. Era claro o objetivo de produzir ferro para atender às necessidades das forças constitucionalistas. Chegou-se mesmo a anunciar a necessidade de carpinteiros, carvoeiros, mecânicos e outros especialistas, para adequar os fornos e demais dependências da fábrica. O sargento Álvaro Jurema, que era também especialista na área de mineralogia, informava que, para a Fábrica de Ipanema produzir 20 toneladas de metal, precisaria de pelo menos 300 trabalhadores de diferentes ofícios. Muito se investiu na tentativa de reativar essa fábrica, mas apesar de todos os esforços, particulares e oficiais, não se conseguiu mantê-la ativada e, assim, encerrou-se mais esta fase da conquista e domínio tecnológico da siderurgia. Outro grande agravante que levou para este resultado foi que, infelizmente, não houve tempo para que essa iniciativa atingisse os seus objetivos, sendo que, desde esta data, não mais houve qualquer tentativa em produzir ferro ou aço nessa área.

Motor a álcool

Apesar do pouco tempo da entrada na revolução, com o esforço para não perecer, visto estarmos isolados e sem poder receber quaisquer produtos de fora de nossa área, era previsível a falta de combustível principalmente para a frota de veículos. Havia algumas iniciativas bem sucedidas, do contrabando de gasolina, mas isso era muito pouco para a demanda. A única alternativa que se apresentava era a do controle na venda deste combustível.

De acordo com o Decreto nº 5.650 do Governo do Estado de São Paulo, só poderia trafegar os automóveis munidos de ficha de tráfego. Ficou suspensa até

segunda ordem, a concessão de licenças novas para automóveis de qualquer espécie. O jornal *Cruzeiro do Sul*, de 6 de agosto de 1932, publicava anúncio da Delegacia Técnica, informando para quem seria fornecida a gasolina e a quantidade em função de seu emprego. Copiando a informação, temos que a retirada dos vales em função do consumo seria para “autos de: aluguel – 10 litros diários; médicos – 10 litros a cada dois dias; caminhões – 15 litros diários.

Como é possível perceber, o governo não tinha acesso à gasolina e demais derivados do petróleo. Assim procurava, em um primeiro momento, o seu racionamento. Então determinou que todos aqueles que precisavam se utilizar desse combustível teriam que ir à delegacia acima especificada e retirar cupons e fichas que, uma vez preenchidas, daria o direito a vales específicos sobre a quantidade de combustível a ser fornecido. No cupom constava: 1º o número da chapa do carro; 2º a quantidade de gasolina; 3º a justificativa – indústria ou comércio. As multas resultantes das infrações sobre o fornecimento de gasolina eram revertidas em auxílio ao movimento constitucionalista, sendo decidida por ordem do Departamento Municipal. Mas pesquisadores das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo conseguiram produzir e distribuir o álcool-motor. Em Sorocaba, os armazéns da Matarazzo, que se encontravam sob a direção de Gregório Prestes de Barros, é quem as realizava. O jornal *Cruzeiro do Sul*, do dia 23 de agosto de 1932, traz em manchete a informação de que seu produto o “álcool motor”, estava sendo comercializado sem qualquer restrição por parte das autoridades competentes. Quem desejasse este novo carburante, em Sorocaba, bastava adquiri-lo nos armazéns da Matarazzo, na rua Sete de Setembro.

Lembramos que este fato era um considerável avanço, pois como vimos anteriormente, o controle da compra de gasolina era realizado através de vales emitidos pelo Diretor da Delegacia Técnica Municipal de Sorocaba, o Major Domingos Alves Matheus.

Evidentemente continuaria a existir este controle, através do fornecimento de vales, mais abrandado, o que já se percebe através de publicação

no mesmo jornal agora do dia 23 de agosto, sendo o comunicado datado de 18 desse mesmo mês. Nesta publicação, fornecia apenas o horário de retirada desses vales, a serem obtidos através desse órgão diariamente das 8 às 11 e das 14 às 17 horas.

Retorno histórico – os muares

O desabastecimento de gasolina e outros derivados do petróleo, fez com que ocorressem duas situações. A primeira, foi aquela surpresa produzida pelas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, com a produção de álcool para nossos motores. Mas, por maior que fosse esta nova realidade, ainda era insuficiente para atender a toda a demanda. Então, além da proibição ou controle do consumo dos derivados do petróleo, outra alternativa que se apresentou foi a mudança no estilo do transporte. Assim, retornamos em muitas atividades a utilizar mulas, como aconteceu com o muar, em nosso próspero passado. Aqueles que viviam nas cercanias de nossa cidade e vilas, foram neste caso mais beneficiados, visto que, dispunham deste transporte e que, subitamente, viu seus preços atingirem um teto que há muito não se percebia. Igual situação refletiu-se nas indústrias ou artesanatos que correspondiam às necessidades deste tipo de transporte. Assim, as selas, arreios, as cangalhas, esporas, e outros tantos adereços foram reutilizados. Nesta oportunidade o prefeito em exercício Ernesto de Campos, informou ao Governo do Estado, de que dispúnhamos de duas fábricas de arreios, a de Ferreira & Cia e a de Luiz Marthe. Lembrava no ato que a Fábrica Ferreira & Cia, não podia aceitar encomendas, uma vez que estava comprometida com a Comissão do M.M.D.C. e outros; já a de Luiz Marthe era capaz de produzir até quinze arreios por semana, com lombilhos e pelego, estribos, cabeçadas, dentre outros artesanatos próprios e o custo estava bem compatível.

Padarias

As dificuldades em obter materiais básicos para consumo, devido ao fechamento da importação de produtos provenientes de regiões que ficavam

além do cerco militar a que estávamos submetidos, precisavam agora ser submetidos a controle. O pão por exemplo tendo por base a farinha de trigo, e sendo considerado alimento habitual e fundamental, não mais poderia estar disponível a todos.

Pão de guerra

Adotou-se então o que foi chamado de “pão de guerra”, sendo que as padarias eram obrigadas a fabricá-los. Um decreto estadual obrigou toda padaria a acrescentar em sua mistura 5% de fubá de milho, ou no caso de dificuldades com esse produto, poderia ser colocada em seu lugar raspa de mandioca na receita, com o objetivo de economizar na farinha de trigo e aumentar o rendimento da produção. Este simples fato da obrigatoriedade, ou receberiam multa, passaram a confeccioná-los, mas em uma grande diversidade de estilos, de forma que não existe um único padrão para os pães de guerra. Mas, mesmo assim, resolvemos dar um exemplo, tendo sempre por base uma farinha de mandioca ou de aveia, muito pouca farinha de trigo, leite, açúcar, sal, ovos... e outros complementos em conformidade com a região e o que ela mais produzia.

Imprensa

Neste período, na imprensa sorocabana estável, o único jornal existente era o *Cruzeiro do Sul*, e que realmente trazia cotidianamente um rápido, porem eficiente, exame da situação da cidade e outras notícias de relevância. Entretanto, como era uma época bastante conturbada, propiciou a existência de inúmeros panfletos, todos de forma a divulgar e instigar a participação dos paulistas. Importa lembrarmos também que essa era uma maneira de marcar uma guerra psicológica, insuflando ânimos a reação.

O esporte

A campanha “Pro Sancto Paulo” de 1932, mexeu também com o brio de nossos esportistas que fizeram o possível para auxiliar na obtenção de

dinheiro, ouro, prata, ou metais que pudessem ser transformados em projetos ou armas. Isso não foi diferente para os integrantes do Esporte Clube São Bento que, atendendo ao apelo dos revolucionários, não titubearam e anunciaram a entrega de seis de seus troféus ao setor de material bélico das forças constitucionalistas, além de uma medalha de ouro. Antes da entrega deste precioso material para a história esportiva desse clube, foi realizada uma assembleia, que foi unânime nesta concessão. A esperança de todos era que São Paulo triunfasse e, para isso, não era possível medir esforços. O presidente do São Bento, Pascoal Ciardi, o tesoureiro, José Nappo, o dirigente, Antonio de Paula Santos, e o primeiro secretário Jose de Campos, entregaram todo este precioso material ao representante do movimento revolucionário, João Genésio de Luca. Este senhor, levou todo este material, juntamente com outros que lhe foram entregues, como brincos de ouro, pratarias, e demais peças metálicas como cobre, latão, zinco e chumbo que a população levou. Observamos que tomamos conhecimento que o restaurador Paulo Henrique Bérghamo, conseguiu recuperar e devolver para o Esporte Clube São Bento, duas dessas taças – a Pierrot, que foi o primeiro troféu conquistado pelo São Bento em 1917, e a do campeonato sorocabano de 1922.

Os religiosos

O nosso primeiro Bispo Diocesano, Dom José Carlos de Aguirre, durante o processo revolucionário, procurava reunir os católicos e sugerir que muitas orações deveriam ser realizadas, para buscarmos a conciliação. Lamentava ele a ausência de esclarecimento e o porquê deveríamos optar por um regime constitucional, mas que este deveria ser obtido de forma pacífica.

A Matriz foi palco de dezenas de missas, celebradas pelo seu Pároco o Monsenhor Domingos Magaldi antes do embarque de homens para as batalhas. Ele procurava estar presente e auxiliar os soldados de todas as maneiras, quer aqueles estavam em trânsito, bem como os nossos voluntários. Lembrando que isto não ficava apenas no âmbito religioso, pois atendia na distribuição de alimentos, com a chegada de trens, e levava

sempre uma palavra de conforto e apoio. Na cidade, percorria várias regiões, sempre a observar e verificar as necessidades, fazendo o mesmo com as enfermarias.

O envolvimento comunitário católico, entretanto, foi mais amplo, pois todas as nossas igrejas, capelas e ou associados, receberam do bispado, em 18 de agosto, a autorização para participarem da “Campanha do Ouro para o Bem de São Paulo”, aqui coordenadas pelas senhoras Judith Rosa Tavares e Diva Amaral Sampaio.

Em setembro, nos dias 7 e 8, resolveram o Bispo e o Mons. Domingos Magaldi, realizar missas campais, diante do Mosteiro de São Bento, em honra à Nossa Senhora Aparecida e para que a paz voltasse a reinar em nosso país.

O atendimento e apoio médico

A Santa Casa de Misericórdia atendeu muitos dos feridos em combate, que eram retirados do “front” e, aqui, sob a coordenação do Dr. José Stilitano eram examinados e medicados. Mas logo se percebeu a necessidade de mais pessoas e com mais experiência para dar uma atenção mais precisa. Por isso este diretor instalou uma escola de enfermagem para pronto atendimento e, assim, também podia colaborar em outros lugares. Dentre as inúmeras jovens que atenderam a esse chamado, conseguimos registrar os seguintes nomes: Alice Correia, Amélia Ribeiro Garcia, Antonieta Mesquita, Carolina Cardoso, Isabel A. Carvalho, Leonor Cardieri, Maria José Nogueira Soares e Zulmira Betti. Para dar melhor atendimento a feridos que retornavam foi necessário, e abriu-se de forma provisória, um hospital em Votorantim.

Corpo de Saúde

Embora a Santa Casa de Misericórdia de Sorocaba, junto com as demais unidades por ela organizadas, atendesse de forma satisfatória, o fato é que as frentes de combate estavam cada vez mais encaminhando feridos e

necessitados de atendimento médico. Esta organizou, portanto, em forma de apoio, mais um Corpo de Saúde. Designados para a administração desse novo órgão, foram o Dr. Eugênio Salerno e o Prof. José Odin de Arruda. Estes compõem a Cruz Vermelha e, com o intercâmbio, obtêm o apoio do corpo clínico da Santa Casa de Misericórdia de Sorocaba, assim constituído: Dr. José Stillitano, Dr. J. J. F. Barros, Dr. Helvidio Rosa, e Dr. Numa de Carvalho.

Explosivos

Havia uma fábrica de explosivos “Raul Cury & Cia” no quilometro 113 da rodovia Sorocaba – Itapetininga e o seu proprietário, Raul Cury, foi chamado para uma reunião com representantes da Comissão M.M.D.C. de Sorocaba. Entretanto, desconhecemos se esse propósito prosperou, uma vez que não encontramos outros registros e apenas que este foi chamado a São Paulo para participar das atividades do Exército Constitucionalista. A indústria, entretanto, continuou a existir, qualificada no ramo como “desdobradora”, isto é, adquirem gelatina explosiva e ou massa nitroglicerina para fabricação de suas bombas.

Atuação de nossas mulheres

Sempre esquecidas, pelo fato óbvio de que a resolução para o difícil problema, estava sempre na frente de combate, pois este resultado é o que sempre tomou conta de nossas consciências e eram as consequências destes atos que importavam. É do conhecimento de todos que se não despú-nhamos de uma retaguarda que aprimorasse as nossas armas, providenciasse a alimentação, o vestuário, o atendimento médico e outras tantas necessidades. Isto repercutiu diretamente no resultado desejado. 1932 teve singularmente toda esta estrutura de maneira nunca antes vista em nosso território, com o envolvimento de todos de forma global. Mas o que realmente determinou a nossa derrota pela força das armas foi, sem dúvida, a questão geopolítica, como já expusemos, uma vez que ficamos ilhados e sem condições de obter qualquer auxílio substancial do exterior.

Destacamos que a mulher paulista forneceu um apoio mais importante do que o simples amplexo moral. Ela teve um desempenho em todas as áreas da revolução e, por isso, citamos alguns destes exemplos visto que elas não podem passar despercebidos e os seus descendentes devem ser deste precioso detalhe devidamente informados.

Graças a elas foi possível criar uma infraestrutura de apoio ao movimento revolucionário, como por exemplo: incentivar nossos homens a se tornarem combatentes, auxiliar os soldados em trânsito, providenciar alimentação, confeccionar fardas e outros materiais à base de tecidos, colaborar na obtenção de donativos, ensinar aos jovens o porquê dessa situação calamitosa, atuarem como enfermeiras, substituírem alguns operários em manejo de máquinas e, até mesmo, assumirem ocasionalmente a condição de soldados e partirem também para o combate.

Inegável em todos os tempos a influência feminina sobre a postura masculina. Trinta e dois revela, através de muitos relatos, situações cômicas, mas com uma finalidade bem objetiva e cívica. Assim destacamos desde o início, uma conduta bastante curiosa e humorista, mas capaz de atingir grandes objetivos. Como é compreensivo, desde o deflagrar da Revolução e a abertura do chamado para os voluntários, muitos rapazes, embora possuísem condições físicas e materiais boas, não se encontravam de imediato dispostos a arriscar suas vidas e, portanto, ficaram distantes dos movimentos. Vários são os relatos que ouvimos que diversas senhorinhas dotadas de um grande espírito cívico, se manifestarem diante destes senhores que se recusavam ao alistamento.

Como era comum naquela época, nos finais de semana e outros momentos de maior liberdade, estes homens e mulheres se reuniam em uma praça, algumas senhorinhas, percebendo um mancebo sem o correspondente fardamento e aparentando idade e condições para o serviço militar, seguravam as suas saias com ambos os braços, as estendiam e faziam o significativo movimento de abano, levantando e abaixando, indicativo de que ele também deveria vestir estas saias. Muitas são as demonstrações que dispõe de um efeito psicológico sobre a masculinidade e que reflete bem a adesão à causa. Sempre de bom humor as mulheres tricotavam, costuravam

réplicas de saias e de peças íntimas feminina e as encaminhavam aos rapazes que conheciam e titubeavam em assumir uma postura de envolvimento.

Outras, jovens senhoritas, em ímpeto de coragem, abordavam cavalheiros e ofertavam a estes, pequenas “botoeiras”, para serem colocadas na lapela, tendo por símbolo uma saia. Muitas destas mulheres integravam grupos secretos que remetiam peças do vestuário feminino, com não muita descrição, aos rapazes válidos ou em idade guerreira, que não se decidiam a procurar os postos de alistamento.

Demos início a esta descrição do comportamento feminino perante aos jovens que não desejavam partir para o combate, com a óbvia finalidade de instigá-los a aceitar um comportamento mais condigno. Dessa situação psicológica, passamos agora e expor um pouco dessa realidade concreta, evidentemente, não é possível registrar com todos os efetivos detalhes, mas apenas algumas situações e com isso salvaguardar alguns nomes de personagens que atuaram de forma intensiva.

Nas páginas anteriores já citamos de forma precisa, muitos nomes de senhoras que atuaram em diferentes setores, o que é importante destacar. Infelizmente, o quadro geral da atuação das mulheres em Sorocaba dificilmente será recuperado, uma vez que os arquivos foram todos encaminhados a São Paulo ainda durante uma época conturbada, visto que não fomos vitoriosos pelas armas. Isso significa que, para muitos, era interessante que os nomes dos envolvidos não fossem encontrados ou declinados, evitando-se, assim, possíveis revanchismos.

Assim, complementamos alguns outros pelo acesso ao que dispomos e por serem mais específicos:

Organização e recrutamento feminino

Como tudo que sempre realizamos, é anteriormente necessário um planejamento ou organização, senão os resultados podem vir a ser até contraditórios ou ineficientes. Assim, para atingir essa desejável estrutura, coube ao Delegado de Saúde da Cidade, Dr. Avelino Lemos Júnior, e ao Diretor da Escola Profissional (hoje Escola Técnica Industrial “Prof.

Rubens Faria de Souza”), Prof. Basílides de Godoy, a cooptação de voluntárias e seu devido aproveitamento. O primeiro passo destes organizadores foi o de reunir alguns outros voluntários para esta tarefa. Apresentaram-se como colaboradores, dentre outros, o Dr. Aristides Ricardo, Dr. José Carlos de Salles Gomes e o Prof. Diógenes de Almeida Marins, à tarefa de congregar e atender os diferentes pontos de apoio. Salientamos que a mulher era, por trás das linhas de combate, o elemento disponível e disposto para isso.

Batalhão Feminino Governador Pedro de Toledo

Pode-se ter uma ideia do envolvimento feminino com a causa paulista, quando lembramos que, aqui em Sorocaba, em fins do mês de julho de 1932, elas se reuniram e constituíram esse batalhão. A organização deste batalhão se deve à nossa juventude feminina, composta por: Ana Maria Belucci, Conceição Taborda, Jorgina Ayres e Maria Anita Espelho. A primeira reunião deste batalhão aconteceu no Palácio Kalil, e conseguimos identificar mais algumas dessas aguerridas mulheres que a elas se juntaram: Alzira Marins, Benedicta Moreno, Carmem Moreno, Maria Conceição e Maria Nazareth Moura. Formado o batalhão feminino, que chegou a ser composto por dezesseis moças, o Comitê do MMDC, cabo de reserva do TG 359, Vicente Russo, assumiu as funções de instrutor deste Batalhão. O Secretário do Governador Pedro de Toledo, Cassiano Ricardo se manifestou diretamente a Maria Anita Espelho, pela sua criação e atuação, agradecendo em nome do Governador:

[...] solidariedade, que bem reflete o civismo da mulher paulista, nesta hora de extraordinária significação para os destinos da nacionalidade.

Das atividades do Batalhão Feminino, temos a informação de que as suas componentes foram encaminhadas para auxiliar no atendimento e segurança da Santa Casa de Misericórdia de Sorocaba, sendo que seis delas seguiram para os locais de combate.

Caravana cultural

Embora neste período a melhor forma de comunicação era ainda a da reunião em pequenos grupos da população, e alguém utilizando-se da palavra informava sobre os acontecimentos e sugeria as diferentes formas de manifestação, havia também o rádio, os jornais, os panfletos e os contatos pessoais. Mas, de qualquer forma, era necessário levar à população a informação para que fosse possível uma unidade ou apoio nas manifestações. Em Sorocaba, com esta finalidade reuniu-se um grupo que a percorria, abrangendo os então seus distritos, como Votorantim, Araçoiaba da Serra (antigo Campo Largo), Salto de Pirapora, dentre outros.

Ezequiel Freire, em uma de suas alocações, pede à mulher sorocabana o exemplo:

Nesta admirável arrancada, o papel magnífico na decisão dos acontecimentos. Mandai vossos filhos e irmãos para o campo de luta e derramai a lágrima da saudade e da dor, tocai nos corações amigos, pedindo que sigam para a luta e que, nesse inferno e na dor de uma ferida, saibam levar avante a bandeira que empunham.

Os diretores da Fábrica Votorantim assinaram o seguinte texto conclamando para o voluntariado, lembrando que dois filhos destes diretores já se encontravam combatendo na frente Norte.

É a esposa que, com o filhinho ao regaço, no amplexo da despedida, diz ao extremoso marido: segue a luta pela vitória, pela vitória de São Paulo, que é a vitória de todos os nossos irmãos brasileiros.

Corpo de enfermagem

Sorocaba encontrava-se dentro da área geopolítica, destinada a fornecer diferentes apoios, podendo atender, principalmente, à resultante dos combates do Sul, bem como do Oeste e parte do Norte. Dessa forma, a

iminência dos combates, uma desagradável realidade tinha de se fazer presente: era importantíssimo que nos preparássemos para amparar os feridos e, por isso,urgia a necessidade de pessoal treinado no serviço de enfermagem, tanto para o atendimento posterior como aquele imediato, no “front”. Assim o Dr. José Stilitano, da Santa Casa de Misericórdia de Sorocaba, preparou o primeiro curso de noções rápidas de enfermagem. As primeiras sorocabanas a frequentar estas aulas foram: Alice Correia, Amélia Ribeiro Garcia, Antonieta Mesquita, Carolina Cardoso e Leonor Cardieri. Posteriormente inscreveram-se as senhoras: Elvira Barbaresco, Gessy Martins, Idalina Barbaresco, Isabel A. Carvalho, Maria Belluci, Maria José Nogueira Sales, Marieta Ferraz Luz, Marina Cangro, Marina Vergueiro Forjaz, Olin-da Mendes, Zélia Vergueiro Forjaz e Zulmira Betti.

Serviço de alimentação para soldados em trânsito

O pessoal que trabalhava ou tinha um maior acesso à Escola Profissional, atuou simultaneamente no fornecimento de alimentos aos soldados em trânsito, fornecendo o chamado “lanche expresso”, como também outros setores, como também na confecção de fardas. Destaque especial merece a Fábrica Votorantim que, por iniciativa de seu diretor-presidente, Comendador Antônio Pereira Inácio, fornecia estes lanches. O cardápio continha três pastéis, dois sanduíches de carne de porco e presunto, um pãozinho com linguiça, um ovo cozido, queijo e banana. Entre as professoras e alunas que conseguimos relacionar estão as seguintes pessoas: Amélia Cezar Machado, Amélia Sampaio, Carmen Dias, Clotilde Machado Ribeiro, Graziela Pereira Leitão, Irene Ramos Soares, Julieta Moraes Cruz, Maria Amélia Mascarenhas, Maria de Castro Afonso Marins, Maria de Lourdes Giapponesi, Maria Dirce F. Silva, Odila Scherepel, Olga de Carvalho, Paulina Cipullo, Rosa Alfieira e Rosa Lisboa.

Confecção de fardas e outras costuras

Para isso, além dos tecidos, eram necessários os botões e linhas. Como Sorocaba dispunha de um grande centro industrial têxtil, não houve

dificuldades na obtenção dos tecidos. Já os botões, as linhas e os demais aviamentos coube ao comércio franqueá-las. A jovem Maria de Lourdes Giappoonesi, então com 16 anos de idade e aluna da Escola Profissional revela: “Nós tínhamos de sair pedindo aviamentos nas lojas para costurar e fazer as roupas dos soldados”.

A professora de português, Francisca de Silveira Queiróz, do Ginásio Municipal, deixou sua sala de aula para trabalhar no serviço de corte e costura, confeccionando fardas para os voluntários. De forma geral, auxiliaram nesse mister, as professoras do Ginásio e da Escola Normal, com destaque especial para as normalistas, que obedeciam às instruções do alfaiate Savério Fazzio e de outros que atuavam neste ramo. O depoimento de Maria do Carmo Afonso Marins é contundente, ”trabalhava-se o dia todo até não haver mais fazendas”.

Assim agitando, e estimulando as nossas moças, conseguiram pouco a pouco que as fardas de brim cáqui se avolumassem. A direção desta escola se empenhou para que seus professores e alunos organizem o C. G. A. S. – Centro Ginásial de Auxílio aos Soldados.

Na Escola Profissional aconteceu o mesmo com as roupas brancas que estavam sendo preparadas. Entre as professoras e alunas destas duas escolas que citamos, podemos destacar a Prof.^a Guiomar Novaes que, literalmente, transformou a sua sala de aula em uma oficina de costura. Relacionamos, ainda, a atuação das seguintes moças para evitar que seus nomes caiam no olvido: Aracy Grohmann Rodrigues, Dulcina Martins, Esther Bernardi, Francisca Almeida, Lourdes Rios Vieira de Souza, Maria Aparecida Neves Cardoso, Maria da Piedade Monteiro, Maria do Carmo Ribeiro Puglia, Nair Lima, Olga Bernardi, Olinda de Almeida Mastrandéa, Zizi Amaral Silveira, dentre várias outras. Lembramos que, em uma reunião ocorrida no Rincão Sorocabano, mais de 50 alfaiates da cidade, aceitaram colaborar com o movimento, ensinando e também produzindo.

Coleta de donativos

Muito grande e intenso é o envolvimento de nossa gente para a coleta de donativos. Os relatos são muitos e, nos jornais, periódicos, enfim existe

muito material escrito que comprova “aquela vontade de se doar pela causa”. Certamente que a publicidade e a divulgação identificando as pessoas, as senhoritas dispostas, estimularam muitas outras a seguirem esta mesma orientação.

Importante destacar que se realizava, também, o trabalho da coleta de materiais metálicos inservíveis e que era realizado pelo funcionário da prefeitura João Genésio de Luca. Este recolhia chumbo, zinco, aço, latão, cobre, ferro e encaminhava para o Serviço de Material Bélico de São Paulo, com a finalidade de serem aproveitados na fabricação de projéteis e conserto de armamentos. Registros apontam que, somente nos primeiros 30 dias de arrecadação, a cidade mandou duas gôndolas com 40 toneladas de metais.

Os jornais da época publicavam, em formato de lista, a entrega destes materiais, que inclui, balas de fuzis, sabres, caixas de espoletas, espadas e até granadas. Para exemplificar com mais detalhes, sem qualquer outra pretensão, citamos:

[...] o senhor Detelmo Filippini forneceu uma máquina de moer. Myriam Coló entregou um total de três sacos de arroz. Amaury, Benjamin e Nelly Santos cederam um alfinete de ouro para gravatas. João Feliciano presenteou com 20 quilos de milho. Zezé Bertoloti Avino destinou dois vasos, uma travessa de bronze e um cinzeiro do estanho.

Como é possível perceber, as doações eram feitas preferencialmente na prefeitura e na Delegacia de Sorocaba mas, também, poderia atender aos inúmeros grupos organizados pelas senhoras e senhores, sendo que alguns até se dispunham, quando havia alguma dificuldade a ir retirá-los.

Apenas com a intenção de demonstrar como era constante este apelo, lembramos que: “um barril de madeira foi colocado em frente ao Clube União Recreativo, região central da cidade, para a população poder depositar os diferentes tipos de donativos”.

Campanha do ouro para o bem de São Paulo

A contribuição de Sorocaba não foi apenas vultuosa, mas é principalmente emocionante.

Calcula-se que mais de 700 sorocabanos forneceram donativos em ouro, prata, pedras preciosas e outros valores para reforçar os recursos financeiros do governo paulista durante os três meses de guerra. O valor chegou a aproximadamente 250 contos de réis.

Quem pode assistir sem ficar isento de sentimentos ao observar, “um casal idoso retirar de seus dedos as alianças de casamento de 23 anos de feliz união e depositá-las para a grandeza do povo paulista”?

A cena foi descrita pela sorocabana Ana Maria Belucci e o casal era Maria Ferraz Cunha com o seu marido José Petrucelli – estes davam a sua contribuição, embora muito os magoasse.

Muitos se dispuseram a realizar este ato, quando não o anularam, nossas mulheres se despojaram de suas joias e outros materiais considerados valiosos. Infelizmente, como em outros casos, não conseguimos dispor de uma relação. Mas importa saber que muitas famílias ainda conservam o simbólico anel de ferro com a inscrição “Dei ouro para o bem de São Paulo”!

A coordenação dos trabalhos dessa campanha foi atribuída às senhoras: Diva Amaral Sampaio e a Judith Rosa Tavares. Também se destacaram nesse mister, as senhoras: Daiel Gonçalves, Elza Cerqueira Cezar, Heloysa de Campos, Ivete Tunis, Prof.^a Ondina Amaral, Zélia Sampaio, dentre outras.

Curiosamente, o farmacêutico Benedicto Pedroso Athanagildo doou dois livros para o movimento constitucionalista. Um exemplar foi destinado ao sorocabano que fornecesse o maior donativo ao tesouro da revolução. O outro foi vendido a “favor das famílias pobres”.

As joias arrecadadas eram depositadas na agência local do Banco Comercial e, através deste, repassadas ao controle do Governo Paulista. Lembremos também que a Delegacia Técnica de Sorocaba, responsável por esse serviço, elaborava uma lista de todos os doadores.

Após o término da revolução, parte das doações feitas pelos sorocabanos retornou à cidade. O dinheiro foi entregue à Santa Casa de Misericórdia e a outros locais de caridade.

Serviço de proteção às famílias de Voluntários

Como é bastante perceptível, a retirada dos homens para compor a força de combate, em algumas famílias causava justificável transtorno. Assim, era absolutamente necessário que a comunidade as amparasse em suas necessidades, principalmente quando se apresentassem na forma de mantimentos e medicação. Em Sorocaba, atuando neste sentido de proteção à família de combatentes, mencionamos as seguintes jovens: Ida Barroneti, Irene Pereira Inácio, Leomina Vianna, Maria Izabel Nogueira, Maria Nardi, Rita Wilda, Rosa Cavone, Terezinha Dal Pian, dentre muitas outras.

Campanha de alistamento e atendimento ao soldado paulista nas trincheiras

Além da atividade feminina em provocar os homens com “idade” a se posicionarem, ou seja, se alistarem, elas se organizaram para realizar este alistamento. Havia a preocupação em dar o melhor dos apoios e, por isso, muitas vezes elas viajavam para atender os soldados que estavam nos “fronts” e todas participavam do Batalhão Feminino Sorocabano. Destas, destacamos as moças: Amélia Poças, Branca Santos Costa, Cordélia Sampaio e Santinha Pereira. Atuavam também como intermediárias entre o “front” e a retaguarda, de forma que, para manter a moral elevada das tropas, estabeleceram-se alguns contatos e apoios entre os combatentes e as moças da retaguarda. Eram por exemplo, encaminhamento de correspondências (pais com seus filhos; esposa com seus maridos; namoradas com seus pretendentes; dentre inúmeros interesses); de objetos pessoais específicos; cigarros e outros. Um dos registros que dispomos deste fato, refere-se à intermediação da senhora Carmen Fleury em arrumar “madrinhas” para sete combatentes sorocabanos: Ary Seabra, Brasil Melchior, Carmino Scarpa, Hilário Correia, Jorge Martins, Rubens Gonçalves e Rubens Scherepel. As moças que aceitaram

essa incumbência foram: Branca Amaral, Carmen Martins, Dail Gonçalves, Ermínia Melchior, Jacira de Campos, Lila de Campos e Maria Helena Fleury. Certamente, foram muitas mais e, sem qualquer dúvida, aconteceram relacionamentos que, após o final da revolução, tornaram-se muito mais intensos, mas deixamos em aberto para outros pesquisadores. Importa também registrarmos que era comum os políticos da época irem à Estação da Estrada de Ferro, quando do embarque de voluntários, para em discursos inflamados, despedirem-se dos que partiam.

Diversos apoios

Muitas equipes foram formadas, como por exemplo, o Grupo de assistência à população civil; Supervisão de serviços femininos etc. Muitas são ainda as situações em que as mulheres “anônimas” se envolveram e esperamos que um dia alguém virá para resgatá-las deste secreto e importante trabalho, que marca a história de São Paulo e do Brasil.

Suspensão das operações

A nossa imprensa de 1º de outubro divulgava a cessação das hostilidades. A cidade de Sorocaba fora feliz no quesito de que aqui não ocorrera qualquer desastre muito significativo.

Compartilhávamos a alegria do retorno de nossos homens que participavam dos diferentes “fronts”. Infelizmente não conseguimos atingir as nossas exigências, mas conservávamos o orgulho de ter defendido o direito a uma constituição e à manutenção da Lei e da Ordem. Já a partir do dia 3 de outubro, começaram a chegar, e adentrar na cidade, as tropas federais que, de passagem, aquartelaram-se em nossas escolas. Aguardávamos ansiosos agora o retorno de nossos jovens voluntários, que foram dar sua contribuição para o retorno da constituição. Apesar da “alegria” pelo retorno de alguns, era necessário aos sorocabanos uma postura com relação a dois temas:

Qual o destino a ser dado ao ouro, joias e outros bens valiosos e que não foram absorvidos?

A todos parecia justo que a riqueza que retornasse deveria ser aplicada em benefício da saúde.

Em Sorocaba, estabeleceu-se uma espécie de competição entre a Santa Casa de Misericórdia e o Asilo Colônia de Pirapitingui – local onde abrigavam os doentes do mal de Hansen, que havia sido inaugurado em 1931 e ficava entre Sorocaba e Itu. Esta disputa foi resolvida a favor da Santa Casa de Sorocaba e o seu provedor, Abílio Soares, embora sentindo-se constrangido, explica que não fez pleito a favor de obter o retorno do ouro para a instituição que dirigia, mas ponderava que era justo e recebia de bom grado estes valores e que, como sempre, seriam empregados a favor da população, não apenas de Sorocaba, mas também atendendo as regiões mais próximas.

Como manter acesa a chama do desejo da reconstitucionalização do Brasil? Este tema era um pouco mais espinhoso, dado o controle agora exercido pelo adversário, mas era o desejo dos nossos jovens que não se conformavam com o resultado da luta fratricida.

Estes queriam a todo o custo manter acesa as chamas do espírito cívico que os manteve nas trincheiras. Para isso, os sorocabanos que retornaram, reuniram-se e planejaram a criação de uma sociedade formada por ex-combatentes, por eles denominada de “Capacetes de aço”. A reunião de sua instalação aconteceu no dia 17 de outubro de 1932, no Cine-Teatro São José, a convite dos ex-combatentes Lupércio Vieira Borges e Paulo Ramos. Fundava-se, assim, esta nova instituição que teve como diretoria provisória a seguinte constituição: Presidente, Floriano Pacheco; Secretários, Raphael de Cunto e Paulo Ramos; Conselheiros auxiliares, Carlos Laino e Lupércio Vieira Borges; publicidade, Hylário Correia. A partir desta data, um livro de adesão foi colocado à disposição daqueles que participaram do movimento revolucionário na casa de Rafael de Cunto.

Conclusão

Como era previsto, Sorocaba, devido à suas características geopolíticas ou estratégicas, era uma das cidades da retaguarda, destinada a apoiar sob

todas as formas, as forças constitucionalistas. Mas, evidentemente, pelo que vimos, contribuiu também com a formação de nossos corpos combativos, constando neles diversos sorocabanos de nascimento ou de adoção. O trabalho de retaguarda aqui realizado, foi de primeira linha em todos os setores de atividades.

Dessa forma, pouco a pouco as coisas foram se acomodando, apesar de não ser como era o nosso desejo, pois a presença de tropas getulistas para manter a ordem era constante mas, o povo, como sempre religioso e agradecido, fez realizar no dia 23 de outubro, o retorno da imagem de Nossa Senhora da Aparecida à sua Capela.

Como é perceptível, muito ainda precisa ser feito para um conhecimento completo das ocorrências registradas em Sorocaba durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Este nosso trabalho, tem apenas a finalidade de chamar a atenção ao muito que ainda precisa ser resgatado e devidamente documentado.

Referências

- ACADEMIA SOROCABANA DE LETRAS (Revista). 1932. **Cinquentenário da Revolução Constitucionalistas**. 1982. Ano IV. Setembro 82. n. 43. Edição Especial Comemorativa. São Paulo: Sociedade Impressora Pannartz, 1982.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Acervo Histórico. Informativo da Divisão de Acervo Histórico. **O que foi falado no plenário sobre 1932**. Ano II. n. 7. junho/julho de 2016. São Paulo. 22 p.
- ALEIXO IRMÃO, José. **A Perseverança III e Sorocaba**. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1995. v. 3 (1931. 1954).
- ALEIXO IRMÃO, José. Apresentação edição especial comemorativa do cinquentenário da Revolução Constitucionalista de São Paulo. **Revista da Academia Sorocabana de Letras**. Ano IV. Setembro 82. n. 04. Edição Especial Comemorativa. São Paulo: Sociedade Impressora Pannartz, 1982. p. 7.
- ALEIXO IRMÃO, José. Causas e Antecedentes da Revolução de 32. **Revista da Academia Sorocabana de Letras**. Ano IV. Setembro 82. n. 04. Edição Especial Comemorativa. São Paulo: Sociedade Impressora Pannartz, 1982. p. 9.
- ALEIXO IRMÃO, José. Episódios da Revolução de 32 em Nuporanga. **Revista da Academia Sorocabana de Letras**. Ano IV. Set. 82. n. 04. Edição Especial Comemorativa. São Paulo: Sociedade Impressora Pannartz, 1982. p. 126.

- ALMEIDA, Aluísio. **História de Sorocaba**. Instituto Histórico e Genealógico de Sorocaba. 2. ed. Itu – SP: Ottoni, 2012. p. 221, 256-259.
- ALMEIDA, Aluísio. **Sorocaba: 3 Séculos de História**. Itu – SP: Ottoni, 2002. p. 369, 398-401.
- AMARAL, Antonio Barreto. **Pedro de Toledo**. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1969.
- BELLO, José Maria. **História da República: 1889-1954**. Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira. 6. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.
- BORGES, W. Dantas. A indústria de explosivos no Brasil: a defesa nacional. **EB Revistas**. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/DF/article/view>.
- BRASIL. **História do Exército Brasileiro**: perfil militar de um povo. Edição do Estado-Maior do Exército. Brasília, RJ. 1972. 3 vols.
- CARONE, Edgard. **A República Nova (1930-1937)**. 2. ed. São Paulo: Difel – Difusão Europeia do Livro, 1976.
- CEZAR, Adilson. Sorocaba: terra de tradições libertárias. **Revista da Academia Sorocabana de Letras**. Ano IV. Setembro 82. n. 04. Edição Especial Comemorativa. São Paulo: Sociedade Imprensa Pannartz, 1982. p. 56.
- CEZAR, Adilson. A mulher sorocabana na Revolução Constitucionalista de 32. **Revista de Estudos Universitários**. Vol. 22, n. 2. Dezembro 96. Universidade de Sorocaba. Sorocaba: Fundação Dom Aguirre.
- CEZAR, Adilson (Coordenador). **M.M.D.C. Orgulho dos Paulistas**. Comissão organizadora das comemorações do cinquentenário da Revolução Constitucionalista de 1932 da Delegacia de Ensino de Sorocaba. Sorocaba: Sistema Gráfico do “Ciências e Letras”, 1982.
- CARDOSO JÚNIOR, Abel. A Revolução de 32 na Música Popular. **Revista da Academia Sorocabana de Letras**. Ano IV. Setembro 82. n. 04. Edição Especial Comemorativa. São Paulo: Sociedade Imprensa Pannartz, 1982. p. 103.
- CRUZEIRO DO SUL. **Jornal Sorocaba Expansão Urbana**. 15 ago. 1979. Sorocaba-SP. Disponível em: <http://digital.jornalcruzeiro.com.br>. 1932.
- DAEMON, Basílio da Costa. A poesia na Revolução de 32. **Revista da Academia Sorocabana de Letras**. Ano IV. Setembro 82. n. 04. Edição Especial Comemorativa. São Paulo: Sociedade Imprensa Pannartz, 1982. p. 65.
- DONATO, Hernâni. **A Revolução de 32**. São Paulo: Círculo do Livro / Livros Abril – 1982.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. **A nossa guerra**. São Paulo: Piratininga, 1933.
- FELICÍSSIMO JÚNIOR, Jesuino. **História da siderurgia em São Paulo**: seus personagens, seus feitos. Boletim n. 49 da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. São Paulo: Rothschild-Loureiro, Instituto Geográfico e Genealógico, 1969.
- FIGUEIREDO, Euclides. **Contribuição para a História da Revolução de 1932**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- FRIOLI, Adolfo. Sorocaba 1932. **Revista da Academia Sorocabana de Letras**. Ano IV. Setembro 82. n. 04. Edição Especial Comemorativa. São Paulo: Sociedade Imprensa Pannartz, 1982. p. 32.

- GARCIA, Lindolfo. **Sorocaba**: participação na Revolução Constitucionalista 1932. MMDC: “Orgulho dos Paulistas”. 1932 a 1982. Homenagem do I. E. Ciências e Letras. Sorocaba: 1982. p. 11-14.
- JARDIM, Renato. **A aventura de outubro e a invasão de São Paulo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.
- JOB, Vera Ravagnani. A participação da mulher. **Revista da Academia Sorocabana de Letras**. Ano IV. Setembro 82. n. 04. Edição Especial Comemorativa. São Paulo: Sociedade Imprensa Pannartz, 1982. p. 95.
- LEITE, Aureliano. **Bibliografia da Revolução Constitucionalista**. São Paulo: Separata da Revista de História n. 51, 1962. p. 145-166.
- LIMA, Armando Oliveira. O submundo da Revolução de 32. **Revista da Academia Sorocabana de Letras**. Ano IV. Set. 82, n. 04. Edição Especial Comemorativa. São Paulo: Sociedade Imprensa Pannartz, 1982. p. 115.
- MORSE, Richard M. **Formação Histórica de São Paulo** (de Comunidade à Metrópole). Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- PICCHIA, Menotti del. **A revolução paulista**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1932.
- TENÓRIO, Heliodoro; OLIVEIRA, Odilon Aquino de. **São Paulo contra a Dictadura**. São Paulo: Ismael Nogueira, 1933.
- VIEIRA, Rogich. O Instituto de Pesquisas Tecnológicas e a Revolução de 1932. **Revista da Academia Sorocabana de Letras**. Ano IV. Set. 82. n. 04. Edição Especial Comemorativa. São Paulo: Sociedade Imprensa Pannartz, 1982. p. 84.

6

A Revolução Brasileira de 1930

Rodrigo Gutenberg¹

-
1. Pesquisador de História da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC, e do Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932. Coordenador histórico do Júri Simulado do Caso MMDC, ocorrido no Tribunal de Justiça de São Paulo. Organizador e coautor de diversos livros, entre eles: *Diário de campanha de Clineu Braga de Magalhães*; *Trem blindado* de Fernando Penteadó Medici; *Capacetes de aço* de Samuel Baccarat; *História e Arte – O Relicário*; *Ensaio Historiográfico sobre a Revolução de 32* e *Vamos Falar de S. Paulo*, Vols. I, II, III e IV.

Este livro é uma obra historiográfica em comemoração à efeméride de 90 anos da Revolução de 32, com o objetivo de resgatar diversos fatos e aspectos históricos encontrados na memória de 1932. O grupo selecionado para ser o construtor desta obra, que tem como organizadores Carlos Romagnoli e Luiz Fernando Marcondes, traz uma variedade de temas sobre o movimento constitucionalista. Então, minha contribuição neste ensejo será traçar uma síntese da Revolução Brasileira, ou seja, a Revolução de 1930. Proponho especificamente 1930 e não 1932, pois os mesmos personagens, instituições e grupos, atuam em 1932 e é fundamental que, para compreender tecnicamente a Revolução Constitucionalista de 1932, se conheça ao menos a Revolução Brasileira de 1930. Reconheço o espaço perpétuo que me foi reservado neste livro, então, tive conformidade com os demais textos desta obra, afinal, conversei com todos os autores e li todos os textos enquanto esta plêiade era formada. E, assim, pude contribuir com a diversidade do tema que, reunidos aqui, tendo o leitor estudado todos, estou certo de que terá em seu repertório pessoal um amplo conhecimento sobre o Revolução de 1932.

Revolução ou golpe?

Muito já foi escrito sobre este importante capítulo da História do Brasil. Diversas maneiras de se contar esta História, com diferentes aspectos que, juntos, registram os fatos ocorridos no final da década de 1920 e os primeiros anos da década de 1930, em São Paulo e no Brasil. Os aspectos políticos, econômicos e sociais, gerais, daqueles dias do povo brasileiro estão muito bem resguardados. Há diversas fontes históricas. Além disso, grandes próceres daquele momento, têm suas biografias muito bem registradas.

Ao longo destes 90 anos, foram feitas diversas análises sobre a Revolução Constitucionalista. O tema é até hoje refletido, sempre analisado, o que é importantíssimo pois, assim, temos ótimas soluções para as problemáticas da técnica do estudo, quer seja histórico, filosófico ou sociológico. Então, nos resulta a compreensão de uma realidade ocorrida no passado.

De ano em ano, alguém sempre estuda e publica material científico, jornalístico ou cultural sobre as revoluções brasileiras. Certamente, destes objetos intelectuais, as revoluções brasileiras das décadas de 1920 e 1930 são as favoritas do público. A Revolução de 32 talvez seja a mais estudada, odiada e amada.

O nome deste movimento liderado em São Paulo por paulistas e brasileiros de outros estados que, exatamente deve ter o nome de Revolução Constitucionalista de 1932, tem às vezes a sua nomenclatura discutida. Passando por uma análise, que são encontradas em alguns livros, textos e declarações alguns ainda procuram debater sobre se o movimento de 1932 foi revolução, revolta ou golpe.

Muitos acabam concluindo que não foi uma revolução, foi apenas um golpe ou uma revolta. Se há esta conclusão, as informações são toscamente apresentadas, sem embasamento técnico e por ser tão superficial é passível de ser ridicularizada, ainda que com respeito à insignificância intelectual do autor.

Em minha opinião. Analisando a Revolução Constitucionalista, esmiuçada e cronologicamente, fazendo as mediações necessárias, ou seja, resolvendo diversas problemáticas fruto de longas reflexões sobre seus agentes e suas atitudes, distanciando-se com segurança das mistificações, passados estes 90 anos, que é um tempo muito longo e que ajuda na cristalização do que realmente foi 1932, não há como negar que o movimento constitucionalista gerou diversas evoluções no pensamento popular em relação aos modelos de políticas, organização militar e, em certa medida, sociais. Não somente a Revolução de 1932. Ao lado da Revolução de 1930, estes grandes movimentos mudaram os rumos do país. Vale lembrar que diversos agentes que estão juntos em 1930 estão juntos em 1932 e continuam juntos por muitas décadas, pois se trata da mesma geração, não é a invasão de um país por outro e o aniquilamento de um povo. Portanto a Revolução de 1932 não é simplesmente um golpe.

Mas houve golpe em 1932? É óbvio que sim! Talvez, todas as revoluções demandam um golpe pois, geralmente, elas necessitam de algum tipo de golpe. Tal como um lutador faz para vencer seu oponente em uma luta e,

assim, ser o sucessor do cinturão de campeão. Vence-se por nocaute, inércia ou por decisão do juiz.

A década de 1930 tem muitas preponderâncias na história de diversos países, pois muitos passaram por grandes transformações naquelas circunstâncias.

A intensidade e os tipos de golpes variam um pouco porém, geralmente é um golpe militar, onde quem tem mais força bélica e política vence. O golpe de 1930, gerou a Revolução de 1930 que, por sua vez, gerou o golpe e Revolução de 1932.

Como sabemos o levante armado da Revolução de 32, que podemos chamá-lo de golpe, não logrou a vitória militar. Em seus primeiros dias não estava claro se teria êxito ou não porém, no quinto dia do levante militar, a notícia de que a maior parte de forças de Minas Gerais e, sobretudo, o Rio Grande do Sul não adeririam ao movimento levantado em 9 de julho, ficou claro que seria muito difícil que o movimento lograsse êxito. Ainda assim, os paulistas seguiram lutando. A luta teve termo através de um armistício, assinado em 2 de outubro de 1932.

O resultado que, especificamente 1932 gerou, foi uma revolução no conceito popular que, a partir daquele momento, viu o quanto era importante que o modelo republicano fosse democrático, com constituição e eleições livres para todos.

O movimento brasileiro abolicionista do século XIX é um dos grandes momentos de congregação do povo em prol de um ideal coletivo. A Revolução de 1932 foi um outro, mais frenético, organizado e, também, de suma importância no desenvolvimento do pensamento brasileiro.

No mesmo momento das revoluções brasileiras das décadas de 1920 e 1930, em Portugal ocorreram os seus golpes e revoluções. O golpe de 28, de maio de 1926, gerou uma revolução. Findou com a Primeira República Portuguesa e iniciou a Segunda que, por sua vez, gerou a aprovação da Constituição de 1933, e assim evoluindo, até que, em 1974 temos a Revolução dos Cravos, que vingou por conta das articulações e do golpe de 25 de abril de 1974.

Na longínqua Tailândia ocorreu um golpe que gerou a Revolução Siamesa de 1932, pondo fim há 800 anos de uma dinastia monárquica absolutista, tornando-a uma monarquia constitucional. O golpe de 24 de junho de 1932 na Tailândia ocorreu sem a necessidade de um conflito armado. Todavia, houve um levante militar para que fossem feitas as mudanças políticas necessárias.

A Marcha sobre Roma em 28 de outubro de 1922 é também considerado um golpe de estado, sem luta armada mas, ainda assim um golpe, pois houve forçamento para que o então rei Vitor Emanuel II cedesse, e assim o fez, dando plenos poderes para Benito Mussolini que, através do partido que criara um ano antes, o Partido Nacional Fascista, fez esta Revolução, que pode ser chamada de Revolução Fascista.

Na Espanha, um golpe de Estado liderado pelo coronel Miguel Primo de Rivera, teve êxito, em 13 de setembro de 1923 contando com o apoio do rei Afonso XIII da Espanha o que, então, gerou uma evolução na política daquele país que novamente deixou de ser uma monarquia para se tornar uma república.

Quarteladas, revoltas e golpes, ambas ao serviço dos Estados e dos povos, quer seja de qual espectro político for, colocando no poder, geralmente um governo com aspectos ditatoriais pois, todos eles, em alguma medida, suprimia algumas liberdades, geralmente sem eleições livres, às vezes esmagando as oposições e cerceando a formação livre de opiniões diversas.

Eu poderia dizer mais sobre mais sobre esta questão de golpe e revolução, discorrendo mais sobre os golpes e revoluções ocorridas no século XX porém, para resumir, apresento estes comparativos. Deste modo, a Revolução de 1930 e de 1932 merecem o título de revolução, pois as suas derrotas e vitórias, embora parciais, ou seja, com objetivos alcançados e outros não, certamente o maior daqueles objetivos, foi alcançado afinal, com eleições livres e a reconstitucionalização do país, foram instituídas. Não deixemos que as narrativas deturpadoras que fazem as falsificações históricas tomarem corpo como se fossem verdades.

Revolução de 1930

Os movimentos revolucionários do Brasil que circundam a Revolução de 1930, causaram profundas rupturas da ordem político-jurídica. Entendê-lo esfolava-me o cérebro, eram muitos detalhes e as informações que se encontram são vastíssimas. Existem muitas fontes de diversas ordens e tipos característicos sobre um tema complexo do ponto de vista do entendimento e de quantidade de personagens e ocorrências. Não é somente consultar o que era publicado na época, o que tornava notícia pública mas, ter que observar arquivos de todas as ordens, oficiais ou não. Pacientemente ler milhares de jornais, cartas, telegramas, documentos, arquivos públicos e particulares e ler os diferentes autores, mesmo que suas obras sejam mais resumidas, ou seja, uma vastidão de documentos historiográficos primários e secundários, que exaustam o estudioso, copiosamente. Haja visto o hermetismo e profundidade, apresento uma honesta construção histórica, com um pouco desta teia de embasamento documental. Assim, posso fornecer fatos que ajudam a entender um pouco de todo este capítulo de História do Brasil.

Quem fez a Revolução de 1930 não foi Getúlio Vargas. Este homem é apenas uma das partes deste movimento que conglomerou políticos e militares de diversos estados brasileiros onde promoveram revoluções. Diante disso, não adiantaria derrubar apenas o presidente do Brasil que, naquele momento, era o carioca Washington Luiz, eleito em 15 de novembro de 1926, no 36º aniversário da primeira república brasileira.

Esperava-se que o novo governo – que sucedia ao já cansado e esgotado presidente Arthur Bernardes que, como ele mesmo disse, – como presidente não foi mais do que um chefe de polícia, mudasse as situações administrativas do país, combatesse as corrupções e que, entre outros pleitos, desse aos revolucionários da Grande Marcha da Coluna Miguel Costa/Prestes a anistia. Uma ampla anistia, pleiteada por parte da população e da imprensa, afinal, em meio a tantos problemas no país, estes revolucionários, eram vistos como uma esperança para os destinos da nação, por parte da opinião pública.

Em junho de 1927, o juiz Washington de Oliveira, deu uma importante sentença aos implicados no movimento revolucionário de 1924 em São Paulo. Condenou estrangeiros que participaram da luta armada e militares de alta, média e baixa batente, entre eles o General Isidoro Dias Lopes do Exército e o Major Miguel Costa da Força Pública de São Paulo, além de dezenas de outros oficiais.

No dia 1º março de 1930, ocorreram no Brasil eleições para a escolha do novo presidente. De um lado a chapa do PRP – Partido Republicano Paulista – tendo como candidato o Dr. Júlio Prestes e, do outro, a Aliança Liberal, tendo como candidato o dr. Getúlio Vargas e como seu vice, o dr. João Pessoa. Respectivamente presidentes dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraíba. Júlio Prestes e o PRP vencem a eleição, tendo recebido 59% dos votos, e Getúlio, 40%. Em 1929, os envolvidos com a Aliança Liberal já diziam que venceriam custe o que custar. O que eles queriam dizer é que, se não fosse pelo voto, seria pelas armas.

Na cidade de Recife, a 26 de julho de 1930 o presidente do Estado da Paraíba, João Pessoa é assassinado por João Dantas, um advogado e jornalista paraibano. No momento de sua morte, João Pessoa estava em reunião com amigos na famosa confeitaria Glória e, em sua conversa, dizia ser contra a deflagração do movimento revolucionário que todos falavam e que realmente se avizinhava. Apesar do crime não ter nada a ver com a disputa política do país, mas sim com uma desavença entre os dois, o assassinato foi utilizado pelos perdedores das eleições daquele ano como sendo um crime político. Incutindo nesta situação motivos mais contundentes, além da crise econômica que o país atravessava, para agir com mais firmeza contra o governo de Washington Luís que, por sua vez, já estava em transição do comando do Catete à posse de Júlio Prestes. Assim, os políticos da Aliança Liberal voltaram a conspirar com os tenentistas e com a exclusão de Luiz Carlos Prestes, onde Miguel Costa foi o escolhido. Nos meses que antecederam o outubro de 1930, Osvaldo Aranha, Coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Baptista Luzardo, João Neves da Fontoura, Newton Stillac Leal, Getúlio Vargas, Virgílio de Melo Franco, e muitos outros, são alguns dos personagens políticos de nossa História que já se organizavam para fazer um levante que destituiria o presidente do país, quer fosse

Washington, quer fosse Júlio Prestes. Os tenentes de 1922, 1924, e da Coluna – 1ª Divisão Revolucionária – também tinham seu novo projeto revolucionário. Os aliancistas do sul foram buscar apoio com o também gaúcho, Luiz Carlos Prestes, que se escondia em Buenos Aires na Argentina. Mas, Prestes não adere, afirmando que este novo conluio revolucionário apenas trocaria uma oligarquia por outra. E ele tinha razão.

O governo brasileiro recebeu a informação, via embaixada em Montevideu, da articulação de um levante contra Washington Luis. O embaixador Helio Lobo emitiu um relatório ao Itamaraty e afirmou que Oswaldo Aranha seria um dos chefes da conspiração que tinha o apoio de diversos próceres de diversos estados brasileiros. Pensava-se que a eclosão seria em 7 de setembro porém, os revolucionários não haviam decidido ainda.

Enquanto isso, o povo sentia os problemas econômicos e sociais. Com a crise econômica de 1929, as sucessivas crises do café brasileiro esfacelavam o povo em geral, que se empobrecia, com cada vez mais desemprego, custo de vida elevado e, naturalmente, a perda do poder aquisitivo. E assim, funcionários públicos e privados, civis e militares, todo o povo, de diferentes classes sociais viam seu futuro como incerto. Este desgosto e preocupação foram os combustíveis, inflamáveis que, via na Aliança Liberal, uma solução para os seus problemas. Desta maneira, os revolucionários “populares”, aos milhares, como em um carnaval, que tomavam as ruas, apoiavam o fim do governo Washington Luis e desacreditavam Júlio Prestes.

Em março de 1930 eclodiu no município paraibano de Princesa uma revolta armada liderada pelo Coronel Zé Pereira, político paraibano que fazia oposição à João Pessoa, então governador da Paraíba e vice de Getúlio Vargas na Aliança Liberal. Com a morte de João Pessoa o movimento político-militar de Zé Pereira, que chegou a fazer do município de Princesa um estado independente, se entendeu com o governo o novo governador da Paraíba, Álvaro de Carvalho e a luta chegou ao fim. Porém, o espírito revolucionário ainda tomava conta do imaginário popular.

O jornal *Diário Nacional*, de Paulo Nogueira Filho, trouxe em sua capa de 7 de agosto uma enorme foto de João Pessoa e as notícias de como

seriam as homenagens e o cortejo realizado do esquife de João Pessoa, ao Rio de Janeiro, onde seria sepultado. Após sua morte, João Pessoa foi embalsamado, velado e trasladado para o Rio de Janeiro pelo navio *Rodrigues Alves*, onde desembarcou na praça Mauá, no próprio dia 7.

Em São Paulo, as homenagens à João Pessoa foram organizadas pelos estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. E, ao lado da foto de João Pessoa que estampava a capa do *Diário Nacional*, um convite ao povo:

Última homenagem de S. Paulo a João Pessoa. Os acadêmicos de Direito de S. Paulo convidam o povo desta capital a prestar uma última homenagem de profunda mágoa e saudade ao presidente João Pessoa, depositando hoje, das 13 às 19 horas, algumas flores, por poucas que sejam, junto ao retrato do herói-mártir, que será colocado na base da estátua de José Bonifácio, no largo de São Francisco.

Os estudantes já haviam feito uma manifestação em desagravo à memória de João Pessoa e, então, agora promoveriam uma romaria.

Esta grande homenagem, em memória de João Pessoa, foi uma manifestação pública muito bonita, com a participação de milhares de pessoas. Porém, ao fim do comício que era feito na frente da Faculdade de Direito, os estudantes decidiram continuar a romaria pela cidade.

Estas manifestações públicas de respeito à João Pessoa, partiam de um pensamento que antagonizava ao regime atual do PRP, formando uma parcela que só crescia de populares descontentes com o governo. Então, estes naturalmente estavam ao lado dos líderes revolucionários que se articulavam entre Buenos Aires, Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Alguns destes líderes revolucionários fizeram a Revolução de 1930. Em janeiro daquele ano, foram presos em São Paulo, no bairro do Cambuci, através do profícuo trabalho do delegado de Ordem Política e Social, Dr. Laudelino de Abreu. Foram presos os revolucionários de 1922 e 1924,

Djalma Dutra, Aristides Leal, Emygdio Miranda e o civil João Baptista Monteiro. Siqueira Campos, paulista de Rio Claro e um dos 18 do Forte de Copacabana de 5 de julho de 1922, que fazia parte do grupo que clandestinamente, estava em São Paulo desde 1929 para conspirar, reage à tiros e consegue fugir do cerco da Polícia Civil.

Esta mesma polícia, infelizmente, era acusada de prisões arbitrárias e espancamentos. Em uma série de violências e crimes, sendo nítida a sua posição partidária, conluindo-se com o perrepsismo.

O Dr. Laudelino compareceu à romaria dos estudantes no Largo São Francisco. Afinal, tratava-se de uma manifestação pública que, além de homenagear João Pessoa, antagonizava com os interesses do governo do PRP. Uma comissão de estudantes, tendo anteriormente se entendido com o delegado da Delegacia de Ordem Política e Social, empenhou sua palavra de que, findos os discursos, o comício terminaria em perfeita ordem, dissolvendo-se no próprio Largo de S. Francisco e evitando-se qualquer outra manifestação, principalmente a passeata pelo centro da cidade. Laudelino e seus policiais acompanharam todos os discursos até seu término, sem intervir de maneira alguma.

Entretanto, ao finalizar o evento, alguns dos populares, levando a bandeira do Partido Democrático e a brasileira, incitavam os presentes à uma passeata pelo centro da cidade.

Então, os policiais civis presentes apelam para que um dos oradores, José Dias Menezes para que não seja realizado tal ato, a fim de que se mantivesse o combinado. Porém, a massa ignorou. Então, a autoridade policial solicitou apoio de outros policiais civis e a cavalaria da Força Pública.

Muitos estudantes se abrigaram no interior da Faculdade de Direito, arrombam a sala de armas da faculdade e se armaram. E, de dentro da faculdade, responderam contra a investida da polícia, e um tiroteio se desencadeiou.

Aureliano Leite, um dos fundadores do MMDC e um dos líderes da Revolução de 1932 e seu filho Fernando Rudge Leite estiveram presentes nesta ocasião e Aureliano afirmou:

Com um filho no casarão franciscano, virei moço ao lado dele e de seus companheiros. Aderi ao barulho de 7 de agosto. Hoje posso asseverar que, se não fosse o fiasco da polícia comandada pelo delegado Laudelino de Abreu, o ocorrido teria se alastrado por São Paulo. Bastava que o bravo Javert² sustentasse o tiroteio ou retornasse à frente de seus beaguins e crescesse contra os rapazes. Nesta noite precipitar-se-ia porventura a revolução!

Respondendo ao fogo dos policiais, alguns rapazes manejavam suas armas inteiramente expostos. Alguns, no meio do largo, misturados às dezenas de praças do Exército, o qual, em boa hora, requisitou o professor Pinto Ferraz, diretor da Faculdade.

Este confronto entre os estudantes do Largo São Francisco e a polícia estadual, produziu diversos feridos e um morto, o praça João Villela, do 1º Esquadrão do Regimento de Cavalaria da Força Pública.

Aureliano Leite e Paulo Nogueira Filho, já citados anteriormente, são alguns dos líderes paulistas que, embora tenham feito a Revolução de 1932, e ao lado de Prudente de Moraes Neto e Joaquim Antônio Sampaio Vidal terem sido os quatro fundadores do MMDC, são todos eles membros do Partido Democrático e, ao lado de diversos outros próceres, foram as lideranças revolucionárias paulistas que fizeram a Revolução de 1930 em São Paulo.

Os fatos verificados no Largo São Francisco em 7 e 11 de agosto de 1930, são como o 22 e o 23 de maio de 1932, parte do rastilho de pólvora. Em 1932, explodiu em 9 de julho e, em 1930, eclodiu em 3 de outubro.

Aureliano Leite tinha como missão na Revolução de 1930 participar da eclosão do movimento agendado para o final de agosto, em Minas Gerais. Todavia, mais uma vez o levante foi adiado.

2. Alusão ao personagem de *Os miseráveis* de Victor Hugo, onde o inspetor Javert é um dos personagens principais do romance.

Encontrava-se acamado Aureliano Leite quando da eclosão do levante revolucionário, que tinha se iniciado em 3 de outubro no sul, centro e nordeste do país. Marcado para às 17:30 horas, em Porto Alegre as lideranças revolucionárias se reúnem no extinto Grande Hotel em Porto Alegre, que se tornou o QG da Revolução de 1930, acertando os últimos detalhes do golpe que iniciaria com o assalto da 3ª Região Militar, liderado por Oswaldo Aranha, Flores da Cunha e Agenor Barcelos Feio.

Um telegrama foi enviado por Oswaldo Aranha à um correlegionário em 15 de setembro de 1930, onde constavam as instruções para o levante:

A situação definitiva é a seguinte: O movimento será simultâneo em todo o país. Para isso cumpre ao Rio: 1) Deflagrar o movimento dia três, sexta-feira às 17:30 horas; 2) neste dia, à mesma hora, levantar-se-á o Rio Grande; 3) nada modificará esta decisão, última e irrevogável.

O ataque revolucionário ao 3º R.M. foi um sucesso. O comandante da Região General Gil de Almeida e o chefe do seu Estado-Maior, Coronel Firmo Freire, foram presos. Simultaneamente, era atacado o Arsenal de Guerra e o morro Menino Deus onde estavam as forças militares governistas. O 7º Batalhão de Caçadores foi dominado no dia seguinte e, no dia 5 de outubro, todo o Rio Grande do Sul estava sob o domínio revolucionário.

Em Minas Gerais o tenente-coronel Aristarco Pessoa (irmão de João Pessoa) foi o chefe militar dos revolucionários mineiros, tendo o apoio de, entre outros, Djalma Dutra, Cordeiro de Farias e Leopoldo Néri da Fonseca.

Seguindo os gaúchos na hora aprazada, às 17:30 horas de 3 de outubro de 1930, prendem o coronel José Joaquim de Andrade, comandante do 12º Regimento de Infantaria e interino da 8ª Brigada de Infantaria, em sua própria casa. Minas não foi capitulada, pois o próprio presidente do Estado, Olegário Maciel era um dos revolucionários e aderiu ao movimento oficialmente.

Contudo, o 12º R.I. resistiu até o fim, quando foi capitulado. As demais unidades de Minas Gerais mantiveram-se fieis ao governo federal e a última unidade de Minas Gerais se rendeu em 23 de outubro.

Newton Prado, Joaquim Távora, Siqueira Campos, João Pessoa e, agora, Djalma Dutra, grande revolucionário veterano da 1ª Divisão Revolucionária (Coluna Miguel Costa/Prestes) é morto em combate por fogo amigo. Uma sentinela das forças revolucionárias atirara equivocadamente em Djalma durante os combates ao assalto do 4º Regimento de Cavalaria Divisória de Três Corações.

Por conta de sua atividade durante a campanha da Aliança Liberal e a situação política e militar durante o ano de 1930, naturalmente o Estado da Paraíba foi o centro irradiador da Revolução Brasileira de 1930 no nordeste e no norte do país. O chefe militar da revolução foi o experimentado militar, também veterano da Revolução de 1922 e 1924 e da Coluna Miguel Costa/Prestes, Juarez Távora, irmão de Joaquim Távora, morto em São Paulo durante a Revolução de 1924.

A data de 3 de outubro fora escolhida por Oswaldo Aranha por coincidir com o dia de serviço do tenente Juraci Magalhães que estava lotado no 22º Batalhão de Caçadores. Porém, o levante militar na Paraíba e em Pernambuco ocorreram nos primeiros minutos do dia 4 quando, há várias horas, as forças governistas já se organizavam para enfrentar os revoltosos. Ao longo dos dias os demais Estados do norte e nordeste foram dominados.

Os primeiros atos do presidente Washington Luis ante o movimento revolucionário demonstravam a gravidade da situação: estado de sítio, convocação dos reservistas; proibição de saques bancários; censura postal e telegráfica e suspensão de jornais opositores, além de capturas e prisões.

As colunas militares avançam em todo o país e Getúlio Vargas era o chefe do movimento revolucionário, trazendo como chefe do seu Estado Maior, o tenente coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro.

Com a conversão de Luiz Carlos Prestes para o comunismo, Vargas, Oswaldo Aranha e os demais chefes do movimento de 1930 voltaram os olhos para o antigo comandante da 1ª Divisão Revolucionária, Miguel Costa que, até maio, havia sido deixado de lado, por ser argentino – embora fosse filho de espanhóis e naturalizado brasileiro – era oficial da Força Pública de São Paulo e não do Exército. Era, também, divorciado e de religião espírita, o que era um absurdo para os puristas da época.

Côncios, no entanto, do inegável valor militar do destemido guerreiro, aqueles próceres da Revolução de 1930 não teve outro remédio senão escolher o já aclamado general, Miguel Costa para comandar as tropas da vanguarda, missão que ele aceitou. Em setembro embarcou rumo à capital do Rio Grande do Sul, fazendo parte de todo o plano militar, segue para o interior do Rio Grande, divisa com Santa Catarina onde, ainda antes mesmo da eclosão do movimento, às 17 horas e 30 minutos, prendeu o marechal Cândido Rondon, em Marcelino Ramos, que tanto o combateu durante a marcha da coluna. Inicia mais uma vez Miguel Costa a sua marcha, agora sobre Santa Catarina e Paraná.

No combate de Sengés, Miguel Costa que, de Jaguariaiva para ali se transportou, a fim de dirigir pessoalmente a ação, como soia constantemente fazer.

O próximo e um dos mais importantes passos do movimento revolucionário era a capitulação de São Paulo, todo poderoso! O confronto final, que deveria se travar a partir das 12 horas do dia 25. Após apenas três semanas de operações, não chegou a se concretizar em virtude dos acontecimentos do Rio de Janeiro, culminados pela deposição do presidente Washington Luis, em 24 de outubro e a assunção da Junta Governativa Militar.

O plano concebido por Miguel Costa e seu Estado Maior, da “Batalha de Itararé” que, segundo João Alberto Lins de Barros e os demais entendidos, seria a maior batalha já desencadeada em terras das Américas, pois previa o engajamento de fortes contingentes militares revolucionários, enfrentando as não menos poderosas forças governamentais, solidamente encasteladas e entrincheiradas naquele baluarte paulista à margem do Paranapanema.

A situação dos combatentes naquele momento histórico apresentava-se de modo extremamente curioso: do lado dos atacantes, forças do Exército eram comandadas por um oficial da Força Pública do Estado de São Paulo, o major Miguel Costa. Do lado dos sitiados dava-se justamente o oposto: os contingentes da Força Pública de São Paulo obedeciam às ordens do Coronel Paes de Andrade, ilustre oficial do Exército.

Por conta de sua participação na Revolução de 1924, e na Marcha da Coluna “Miguel Costa/Prestes”, Miguel Costa havia sido expulso da Força Pública e perdido sua naturalização de brasileiro.

Então, surgia agora Miguel Costa, retornando à São Paulo à frente de seu destacamento que totalizava oito mil homens entre militares do Exército e das polícias do Rio Grande, Santa Catarina e Paraná. Um enorme contingente militar que compunha infantaria, artilharia e cavalaria. Um grande feito militar onde jamais alguém comandou tantas tropas no Brasil. O chefe de seu Estado Maior era um coronel do Exército, João de Mendonça Lima. Dividido em quatro destacamentos e um corpo de voluntários, sem contar o contingente reserva que totalizava mais de quinze mil homens, as forças de São Paulo teriam de enfrentar um contingente de trinta mil homens, ainda que não houvesse armas para tanta gente.

Miguel Costa tinha o maior efetivo militar e maior quantidade de canhões, embora os paulistas estivessem mais bem equipados com armas automáticas, maior quantidade de munição e um forte entrincheiramento defensivo.

Ao longo das duas primeiras semanas de outubro as tropas paulistas se espalharam pelas divisas com Minas Gerais e Paraná. Os revolucionários de Minas Gerais forçavam a entrada em São Paulo, sobretudo através de Uberaba, Guaxupé, Jacutinga e Passa Quatro. A Força Pública de São Paulo também se concentrou em Cananeia, Capela do Ribeira e Ourinhos, enquanto a maior parte da tropa se concentrava em Itararé, divisa com Jaguariaíva.

Itararé é uma linda cidade paulista, com belezas naturais e é um entreposto importantíssimo do ponto de vista militar para o século XIX e XX. A região é estratégica e teve que participar das revoluções republicanas, haja vista sua posição geográfica. Em 1930, Itararé tinha em torno de 7 mil habitantes e era por ela que a estrada de ferro que vinha do sul passava. As belezas naturais de Itararé foram barreiras contra o adversário que necessitava de um difícil plano estratégico, bem como muito efetivo e equipamentos para transpor até o lado paulista.

O comandante da Força Pública em 1930 era o Coronel Joviniano Brandão e o tenente coronel Herculano de Carvalho, que foi o comandante das tropas da Força Pública em Itararé, sendo o chefe do Estado Maior do Destacamento de Itararé. Herculano comandava o famoso 2 de Ouro, 2º Batalhão de Caçadores Paulistas, atual 2º BPM/M. Herculano chegou em Itararé já em 3 de outubro, ao lado do 8º B.C.P., atual 8º BPM/I. Como ainda não havia tropas para combater, os paulistas avançaram sobre o território paranaense e apreenderam material e locomotivas que foram levadas para o lado paulista. Em aspectos gerais, as forças governistas estavam em desvantagem. Outros militares da Força Pública são dignos de menção: José Theophilo Ramos, Rodolfo Juvenal Ramos, Joaquim Teixeira da Silva Braga, Genésio de Castro e Silva e Pedro Arbues, falecido em combate na cidade de Iguape.

O 1º G.I.A.P (Grupo Independente de Artilharia Pesada, o 4º R.A.M. (Regimento de Artilharia de Montanha), 4º B.C. (Batalhão de Caçadores) um esquadrão do 5º R.C.D. (Regimento de Cavalaria Divisionária) de Castro no Paraná, o 2º, 3º e 6º da Força Pública, sua cavalaria e legionários do Batalhão Silvio de Campos eram basicamente as tropas paulistas que defendiam o governo. Totalizavam em torno de seis mil militares.

O plano de Miguel Costa sobre Itararé é considerado uma obra-prima da estratégia militar. Silva Duarte anotou em seu *A revolução vitoriosa*:

O plano de ataque organizado por Miguel Costa é admirável. É algo semelhante ao posto em prática por Foch, contra os alemães. Apenas, Foch dirigia dois milhões de franceses contra dois milhões de alemães, igualmente armados e municidados. E, em Itararé, o general revolucionário dirigia, contra um montão de material de guerra, oito mil homens animados pelo ideal.

Agendado para às 12 horas do dia 25 de outubro o ataque sob Itararé seria pesadíssimo e provavelmente fulminante. Porém, durante as primeiras horas do dia 25 foi ao encontro das forças comandada por Paes de Andrade, o Dr Glycério Alves, emissário de Miguel Costa, intimando o militar do Exército a se render. Glycério levava o seguinte comunicado:

Em nome do comandante em chefe das Forças Nacionais, Dr. Getúlio Vargas, presidente eleito da República, temos a honra de levar ao vosso conhecimento o teor, por cópia dos radiogramas que anunciam a deposição do Dr. Washington Luis e a constituição de uma Junta Governativa provisória na Capital Federal. Dadas essas relevantes circunstâncias de ordem política e as proporções do movimento armado que, como sabeis, forte no apoio popular e no das classes armadas, domina a quase totalidade do território nacional, vimos intimar-vos à deposição das armas, afim de ser evitada uma inútil efusão de sangue. A vossa rendição e a da tropa sob o vosso comando, conquanto deva ser sem condições, ficará, entretanto, subordinada às leis gerais da guerra, garantidas indistintamente todas as vidas. Caçado por um majestoso pronunciamento da opinião nacional, o mandato do governo federal, desapareceu a única razão que vos poderia aconselhar a resistência à marcha dos nossos exércitos. No vosso espírito militar e ao vosso sentimento patriótico fiamos encontrareis os superiores estímulos para a indispensável rendição. O nosso parlamentar é o Dr. Glycério Alves, deputado à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul.

O comandante da 2º R.M. acatou a rendição, atravessou as linhas governistas revolucionárias e, em companhia de Glycério, às 11 horas já se encontrava em reunião com Miguel Costa, onde diz que estava ali à disposição e pronto para receber ordens do Dr. Getúlio Vargas.

Itararé, a batalha que não houve

Em 3 de novembro Getúlio Vargas é empossado Chefe do Governo Provisório e é aclamado pela grande massa de São Paulo e do Brasil. Era a Revolução Brasileira de 1930, feita por todos os brasileiros com o apoio dos paulistas. Em São Paulo foi instaurado um governo provisório que geraria o “Caso Paulista” e, conseqüentemente, a Revolução de 1932.

7

Meus avós, meus nobres avós

Lund de Castro Lobo dos Santos¹

-
1. Natural de São Paulo – SP. Bacharel em História pela Universidade de São Paulo (USP) e estudante de Direito na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Nesta última, é pesquisador PIBIC e membro do grupo de pesquisa Desafios da Democracia no Século XXI. Estagiário em Martinho Alves & Olympio Advogados. Escritor e estudioso de História Brasileira, Direito Constitucional, Direito Tributário e Direito Público.

Já são noventa anos que nos separam do 9 de julho de 1932. Hoje, os brasileiros se debruçam perante o silêncio tentando escutar o que dizem as vozes que não falam mais. O que dizem as terras paulistas banhadas pelo sangue de seus filhos, que ofereceram a vida para que o Brasil honrasse a promessa de sua democracia? Para ouvi-las, não basta apurar os ouvidos. Precisamos nós, seus netos, seus bisnetos, seus herdeiros, ouvir o som que nasce do espírito.

No monumento onde eles descansam, a entrada anuncia: “viveram pouco para morrer bem, morreram jovens para viver sempre”. Senti uma comoção quando olhei para essa inscrição pela primeira vez. Era um fio, partindo de meus antepassados, passando pelos triunfos e tragédias de suas vidas para chegar até mim. O que eu senti foi a história em sua expressão mais íntima, pois os homens que descansam ali morreram por mim. Morreram pelos milhões de brasileiros ameaçados pela opressão em seu tempo, e para que os milhões de brasileiros que ainda nasceriam conhecessem um país livre. Eles morreram pelos meus avós, pelos meus pais, e pelos meus filhos que ainda não nasceram.

Eles foram soldados

A campanha constitucionalista é uma história de heroísmo puro. Em semanas, estima-se que São Paulo arregimentou 200.000 voluntários, numa época em que nosso estado contava com sete milhões de habitantes. Isto quer dizer que quase 3% de todos os paulistas se levantaram espontaneamente para defender a legalidade, além dos incontáveis brasileiros e brasileiras que os apoiaram doando ouro, tecendo uniformes e mobilizando diversas formas de resistência civil neste estado e no resto do país.

Nas pelepas, seus números eram quase sempre inferiores e sua situação quase sempre defensiva. O preparo relâmpago significava que o número de alistados não se traduziu inteiramente em combatentes. Não havia equipamento para todos. Algumas vezes, a munição acabava e o que restava era se abaixar e esperar as forças do Governo Provisório pararem de atirar. E, mesmo com todas estas proações, seu esforço fez com que São Paulo

resistisse oitenta e sete dias, mais tempo do que as resistências da Polônia e da França na Segunda Guerra Mundial somadas.

O que eles não puderam dar em canhões, deram em fuzis. O que não foi possível em fuzis, deram em pistolas. O que não puderam dar em pistolas, deram em baionetas. E o que não puderam dar em baionetas, deram com as últimas palavras: “Um paulista morre, mas não se rende!”

E pelo que lutaram estes bandeirantes do vigésimo século? Pela mesma causa de seus ancestrais: o desejo de engrandecer o Brasil.

Eles foram cidadãos

As bandeiras que deixavam a vila de Piratininga para desbravar terras incógnitas estavam criando algo diferente do que os reis portugueses imaginaram ao ler a carta de Pero Vaz de Caminha. O Novo Mundo era uma folha em branco na qual Sua Majestade el-Rei e seus amigos podiam projetar seus sonhos de riqueza e poder. Nele, vislumbravam um novo Éden, terra de riqueza sem trabalho e prosperidade sem sofrimento. O Brasil português era de fazendas de açúcar presas ao litoral, extensão administrativa dos domínios reais e que serviria a seus interesses. Isto seria realizado pelo controle centralizado de tudo que se passava na colônia.

Para quem compartilhava deste sonho lusitano, a Serra do Mar era como um aviso dos horrores que aguardavam os que se atrevessem a sonhar com mais do que açúcar e vida mansa. Mas, para os bravios que a transpuseram e fincaram os pés na terra que aristocratas europeus conheciam apenas em histórias, a América tornou-se uma terra de glória coroada pelo esforço. Depois de responder o chamado de Camões e desbravar os “mares nunca antes navegados”, ainda tiveram força para abrir caminhos no sertão!

É necessário entendermos a diferença entre o mundano e o espiritual para compreender o legado destas almas valentes. Estes homens não viviam na montanha em que Jesus ofereceu seu sermão. Seu mundo era brutal. Quem, nele, não fosse brutal, nele não viveria. Eram audazes? Sim. Humanos? Também. Não podemos ignorar o elemento profano dos bandeirantes.

A intrepidez de seus feitos confunde-se com morticínio e sequestro, truculência e escravidão. Nada de novo sob o sol, já que nada do que eles fizeram era diferente do que babilônios, egípcios, chineses, persas, gregos, romanos, árabes, franceses, ingleses, alemães, mongóis, indígenas americanos, aborígenes australianos, tribos africanas e todos os outros povos fizeram desde que o *homo sapiens* se ergueu dos ermos de sua infância para abraçar a humanidade, que não permite desfrutar suas benesses sem sofrer com suas atrocidades.

O que torna os bandeirantes dignos de homenagem é o significado espiritual de sua obra. Ao fugir do conforto do litoral para buscar as incertezas do sertão, seu mérito foi começar a construir algo diferente do que os colonizadores haviam planejado para essa terra. Se o Brasil é separado de Portugal, algo construído aqui, por gente que vive aqui, o mérito de iniciar a construção do Brasil cabe a estes paulistas.

Por suas expedições, descobriram-se os caminhos das regiões Sul e Centro-Oeste, e foram feitas as primeiras tentativas de penetrar a Amazônia. Foram eles que descobriram o ouro que tornou Minas Gerais a jóia da Coroa portuguesa, financiou indústrias inglesas e, até hoje, adorna catedrais dos dois lados do Oceano Atlântico. Eles demonstraram que o potencial do Brasil não está restrito ao seu litoral, mas abrange, também, a vastidão de seu interior. Mais do que o usufruto da natureza, sua aventura é uma homenagem à força humana: “ambição cruel, mas heróica, a ambição do mais rijo aço da vontade humana, digna de se medir com o heroísmo dos deveres sagrados, naquele teatro sem auditório, entre o céu e a terra, como os titãs com os deuses”²

E é esta mesma força, cantada em *Os Lusíadas*, que motiva a liberdade. A liberdade dos sertões que Deus nos forneceu para construirmos uma pátria que honre os Seus valores. A primeira frase proclamada por Ele ao entregar os Dez Mandamentos para Moisés foi: “Eu sou o Senhor, teu

2. Conferência de Ruy Barbosa no Cassino de São Paulo em 16 de dezembro de 1909, conforme texto das *Obras Completas de Rui Barbosa*, Volume XXXVI, Tomo I, p. 141. Disponível em: http://www.docvirt.no-ip.com/ObrasRui/STF_Biblioteca.htm.

Deus, que te fez sair da terra do Egito, da casa da escravidão”.³ Ao dar a Lei Suprema para o povo escolhido, a primeira coisa que Deus faz é se identificar com a liberdade. Mais do que útil, mais do que benéfica, mais do que bela, a liberdade é uma virtude divina. E os bandeirantes, cruzando a Serra do Mar como os hebreus cruzaram o Mar Vermelho, foram os primeiros agentes da liberdade no Novo Mundo.

Sua aventura foi prova de que a vocação da gente brasileira não é a servidão, mas a altivez. O conflito entre a centralização da burocracia portuguesa e a insubmissão brasileira é um dos aspectos da construção de nossa nacionalidade, e considero que está no âmago da Revolução de 1932. Ela não deve ser entendida como uma revolta isolada e específica de São Paulo, mas como expressão máxima de um espírito fundamentalmente brasileiro e libertário. Ninguém menos que Ruy Barbosa reconheceu o papel central dos bandeirantes na formação de uma identidade nacional genuína, conectando-a diretamente com o seu tempo:

Foi nestas paragens que teve o seu foco maior o irradiar da força expansiva, desenvolvida primitivamente na elaboração de nossa nacionalidade e na constituição da nossa grandeza territorial. Séculos depois é nelas que se encontram a sua concentração mais poderosa, as energias criadoras de uma nova era na civilização brasileira. A atividade, a riqueza, o gosto, em poucos lustros, metamorfoseando num grande teatro de vida intensa o modesto núcleo administrativo e estudioso, encontrado pela República em 1889. [...]

Em 1740 estava definido o contorno das nossas extremas. A nossa expansão territorial se espraiaava, pelo sul, até a margem setentrional do Prata, pelo oeste até o Paraguai, o Madeira e o Javari. A área colonial se achava triplicada, mercê dos Jesuítas e dos paulistas. Aqueles obedeciam à vocação do seu apostolado. Estes, à do seu patriotismo. Descendência desta linhagem, vós não a desonrais. Mais que nenhum outro fator, concorrestes para a criação da pátria brasileira. Pioneiros da nossa dilatação territorial, pioneiros da

3. Êxodo 20,1. Versão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

emancipação da nossa nacionalidade, pioneiros da nossa riqueza econômica, o hábito das iniciativas heróicas vos inspira hoje a do restabelecimento da verdade nas instituições pela convocação do país à escolha real do seu governo.⁴

As últimas palavras fazem referência à Campanha Civilista, excursão eleitoral empreendida por Ruy contra a candidatura militar de Hermes da Fonseca. Assim, como 1932, este evento foi um embate entre o libertarianismo brasileiro e o centralismo de origem portuguesa que, neste ponto, já estava sendo readaptado para produzir uma versão nativa. Para entender melhor este conflito, vale dedicar mais alguns parágrafos às suas raízes históricas.

Era óbvio que a colônia engoliria Portugal se ela pudesse desenvolver-se naturalmente. Limitar o seu desenvolvimento era condição para manter o domínio português. O jornalista Quintino Bocayuva explicou o quão astucioso era este sistema de controle no Manifesto Republicano de 1870:

No Brasil, antes ainda da ideia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topografia do nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território.

Foi a necessidade que demonstrou, desde a origem, a eficácia do grande princípio que embalde a força compressora do regime centralizador tem procurado contrafazer e destruir.

Enquanto colônia, nenhum receio salteava o ânimo da Monarquia portuguesa por assim repartir o poder que delegava aos vassallos diletos ou preferidos. Longe disso, era esse o meio de manter, com a metrópole, a unidade severa do mando absoluto.

As rivalidades e os conflitos que rebentavam entre os diferentes delegados do poder central, enfraquecendo-

4. Vide nota de rodapé nº1. p. 144-145 do mesmo Volume e Tomo.

-os e impedindo a solidariedade moral quanto às idéias e a solidariedade administrativa, quanto aos interesses e às forças disseminadas, eram outras tantas garantias de permanência e solidez para o princípio centralizador e despótico.⁵

A primeira contenda entre as duas correntes foi a Inconfidência Mineira de 1789. Qual era a intenção dos conjurados, senão dar um basta à sangria das riquezas naturais de Minas para serem desperdiçadas por uma rainha louca e sua corte? Eles foram os primeiros homens a perceber que o atraso nacional não era acidente mas, sim, obra intencional de uma burocracia que vivia do trabalho das classes produtivas. Seu fracasso foi resultado mais da esperteza dos agentes do governo central, e da traição de Joaquim Silvério dos Reis, do que da falta de coragem ou princípio dos revoltosos, não apaga seu legado como o primeiro grito de resistência de um país explorado sistemática e impiedosamente.

O vício de nossa formação nacional é que a independência manteve este sistema de exploração ao invés de derrubá-lo. A separação de Portugal não passou o poder para as mãos dos brasileiros. Ela o manteve nas mãos da sucursal americana da Casa de Bragança, em favor de um príncipe estrangeiro e de seus favoritos. O poder popular foi submetido ao arbítrio do poder pessoal do imperador pela Constituição de 1824. Mas o Brasil manteve-se indômito e a Câmara dos Deputados, reunida pela primeira vez em 1826, foi implacável no combate ao governo catastrófico de Dom Pedro I.

Tão aguerrida foi sua resistência, que o adúltero abdicou em 7 de abril de 1831, e abandonou o filho de 5 anos, deixando o país na mão de regentes com intenções liberais. Os tumultos da década seguinte sugeriram que era impossível conciliar a tentativa de descentralização do Ato Adicional de 1834 com a ordem e a unidade nacional, sem poder substituir o centralismo herdado da colônia, o Segundo Reinado o encastelou.

5. Texto disponibilizado no livro *Quintino Bocaiúva: o Patriarca da República*, de Ciro Silva. Editora Universidade de Brasília, 1983.

Por um milagre – e não há outra palavra – o imperador menino não era degenerado como seu pai, pusilânime como seu avô Dom João VI, nem tacanho e demente como sua bisavó Maria I. A sobriedade de Pedro II, bem apoiada pela espada do Duque de Caxias e uma geração de estadistas capazes, permitiu algum desenvolvimento e parecia sugerir que o centralismo podia, sim, funcionar em favor da nação. Por alguns anos, o espírito bandeirante permaneceu dormente. São Paulo, seu epicentro, começava a usufruir do comércio de café e aproveitar os bons ventos da estabilidade.

Mas a calma foi interrompida pelo início da Guerra do Paraguai, em novembro de 1864. Este conflito esgarçou o tecido social e mostrou as limitações da rigidez institucional da monarquia. A vitória atingida em março de 1870 custou caro. O Manifesto Republicano, a que fiz referência, foi lançado poucos meses depois do fim das hostilidades e representou o renascimento do espírito libertário brasileiro, pela primeira vez expressando-o de maneira sistemática e denunciando a monarquia como uma instituição estrangeira.

Evidentemente que, não se fala nos desbravadores do sertão neste documento notável, a liderança paulista do movimento demoraria alguns anos para se estabelecer. Mas, repito, se entendido o que aqui se chama de “espírito bandeirante” como a ideia de que o Brasil é obra dos brasileiros, e que devem ser eles os donos de seu destino, e que a experiência brasileira é caracterizada pela liberdade e autonomia regional, os cinquenta e oito assinantes do Manifesto seguiam, em essência e em espírito, os passos de Fernão Dias Paes Leme.

Despertados os núcleos de resistência cívica, a monarquia estava com os dias contados. Em 18 de abril de 1873, era fundado o Partido Republicano Paulista, que lideraria a batalha por uma mudança institucional e dentro da legalidade. Sucessivos ministérios imperiais alienaram a Igreja Católica, o Exército e os fazendeiros escravocratas. Muitos membros destes dois últimos grupos viam na república o desagravo das ofensas cometidas por uma monarquia decadente. Sua passagem para o movimento republicano injetou um elemento de força bruta que tornaria possível o advento da República em 15 de novembro de 1889, mas contaminaria o pensamento republicano com o vírus do reacionarismo.

Assim, dividida em seu princípio, a República nasceu com duas correntes, dois modelos de futuro dentre a sua liderança. A primeira era democrática e federalista, derivada do liberalismo histórico e animada pelo vigor de Ruy Barbosa. Ela via o novo regime como uma oportunidade de concretizar a obra de empoderamento popular iniciada com o 7 de abril. Sua vontade persistente de triunfar a soberania popular é pelo patrono da democracia brasileira durante a Campanha Civilista:

Se somos todos brasileiros, se a pátria ainda nos interessa a todos, se todos nos sentimos animados por uma honra comum, se no futuro zelamos o patrimônio comum dos nossos descendentes, exultar devemos a todos com esta regeneração dos costumes públicos, a cujo espetáculo auspicioso estamos assistindo. Desclassificados ignóbeis, vulgares aventureiros, bravateiros de arruaças, resíduos apanhados nas sarjetas para as desordens policiais, exploradores do cretinismo analfabeto poderão tripudiar com a vilipêndiação de um movimento político em que a nossa democracia, pela primeira vez, estabelece, com assombro geral, as provas da sua capacidade (p. 310-12).⁶

Era ela a herdeira do liberalismo do Império e do idealismo da juventude republicana de Ruy Barbosa e Prudente de Moraes, estudantes de Direito no Largo São Francisco, em sua maioria paulistas. Seus modelos eram a civilização do Reino Unido e o regime republicano da França. Para eles, a descentralização não era a ameaça da época da Regência, mas uma condição para o desenvolvimento nacional e a própria chave para mobilizar os recursos brasileiros. Pelo especial destaque de São Paulo como centro intelectual de seus membros e de seu papel histórico aqui discutido, chamo-a de Linha Paulista.

A segunda linha era fruto do apostolado de Benjamin Constant e das campanhas do gaúcho Júlio de Castilhos em seu jornal *A Federação*. Filha do positivismo, buscava algo mais próximo de um governo de tecnocratas

6. Vide notas de rodapé nºs 1 e 3, p. 74, do mesmo Volume e Tomo.

que conduzissem a administração baseando-se não em política, mas em verdades científicas e na supremacia da moralidade – uma ditadura tão benevolente quanto a monarquia portuguesa dizia que era. Mais tarde, ela ganhou expressão mais elaborada no político fluminense Alberto Torres, autor de *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional*.

Nestes livros, ele apresentou uma visão nacionalista e centralista da economia que, mais tarde, seria chamada de “desenvolvimentismo”. Júlio de Castilhos e Alberto Torres morreram cedo demais para ver o fruto de sua produção intelectual. Os nomes que realizariam sua obra, como por exemplo Pinheiro Machado, Borges de Medeiros e Getúlio Vargas. Por isso, pode-se chamar esta associação informal de homens com ideias e – o mais importante – objetivos semelhantes de Linha Gaúcha.

Nenhuma destas correntes conseguiu se estabelecer definitivamente nos primeiros quarenta anos da República. De um lado, a vida grandiosa de Ruy Barbosa como advogado, senador, jornalista e candidato presidencial inspirava multidões a seguir o caminho da democracia. Do outro, as infâmias, desmandos e estados de sítio de Floriano Peixoto, Hermes da Fonseca e Artur Bernardes perpetuavam o vício de autoritarismo e a vontade de impedir o desenvolvimento do povo brasileiro como ator político.

O projeto paulista permaneceu um sonho e a estrutura democrática da Constituição de 1891 era imprópria para executar o projeto gaúcho que, aos poucos, surgia na esteira do fracasso republicano. O próprio estado de São Paulo via-se dividido entre o esforço pela democracia e a acomodação com o autoritarismo. A Política dos Governadores, do paulista Campos Sales, praticamente eliminou a escolha democrática. O Partido Republicano Paulista tornou-se um símbolo da corrupção da República, mas não foi apenas o centralismo animado pela decadência do regime: o Partido Democrático surgiu em 1926 por mãos paulistas que lideravam, novamente, a luta por um progresso verdadeiro.

Disse Abraham Lincoln que “pode-se enganar todas as pessoas por algum tempo, ou algumas pessoas o tempo todo, mas não se pode enganar todos ao mesmo tempo”. A Revolução de 1930 foi a sentença de morte de uma República que não conseguia mais enganar ninguém em momento

algum. A contestada vitória de Júlio Prestes na eleição presidencial deste ano e o assassinato de João Pessoa foram apenas os pretextos para derrubar um regime que não tinha mais quem o apoiasse, isolado depois de isolar os defensores da Linha Paulista, aglomerados no P.D. e em alguns centros de outros estados, e da Linha Gaúcha, reunidos em torno de Getúlio Vargas, homem com pouca estatura física e moral, mas grande sede de poder. Unidos pelas circunstâncias, deram cabo da República brasileira semanas antes que ela completasse 41 anos.

Mas o que fazer do Governo Provisório? Os herdeiros da Linha Democrática lembravam que os revolucionários de 15 de novembro se apressaram para restaurar a legalidade constitucional, apesar dos militares positivistas que queriam prolongar a ditadura de Deodoro da Fonseca. Agora, os papéis estavam invertidos: os defensores do estado de exceção chefiaram o Governo e os pedidos por uma Assembleia Constituinte vinham de uma corajosa minoria. O ano de 1931 não viu nada do esforço legalista empreendido por Ruy Barbosa e do então ministro da Justiça Campos Sales, mas apenas desconversas do caudilho com um ego tão grande quanto a pequenez de seu caráter.

E agora, finalmente, 1932! Sagrado 23 de maio! Corajoso 9 de julho! Combate de morte entre a democracia do povo e a burocracia da elite. Grandes os brasileiros que lutaram pela causa justa da constituinte, que seguiram os passos dos bandeirantes, dos federalistas, dos republicanos, dos democratas, dos que desejaram a liberdade para sua gente. O espírito da Revolução Constitucionalista é o anseio tão antigo quanto as trilhas abertas por Raposo Tavares. A vontade férrea daqueles que sabiam que São Paulo não faz sentido sem o Brasil e que o Brasil não faz sentido sem liberdade.

Eles foram sonhadores

A Revolução de 1932 não é um evento sem importância, mas a expressão mais grandiosa de um ideal genuinamente brasileiro. Situei a luta constitucionalista em sua linhagem histórica. E, para concluir, quero situá-la

na aventura da humanidade. Animado pela amizade com nossos irmãos americanos, cito o grande argentino José Ingenieros:

Sem ideais, seria inexplicável a evolução humana. Sempre os houve, e sempre haverá. Palpitam através de todo esforço magnífico realizado por um homem ou por um povo. São faróis sucessivos na evolução mental dos indivíduos, bem como das raças. A imaginação os acende, ultrapassando continuamente a Experiência, antecipando-se aos seus resultados. Essa é a lei do vir a ser humano; os acontecimentos destituídos de significação, de per si, para a mente humana, recebem vida e calor dos ideais, sem cuja influência jazeriam inertes, e os séculos seriam mudos. Os fatos são pontos de partida; os ideais são faróis luminosos que, de trecho em trecho, iluminam a rota. A história da civilização mostra uma infinita inquietude de perfeições, que os grandes homens pressentem, anunciam ou simbolizam. À frente desses arautos, em cada movimento da peregrinação humana, adverte-se uma força que obstrui todas as sendas: a mediocridade que é uma incapacidade de ideais.

O drama do século passado foi o esforço da democracia, animada pelos ideais da Justiça e da Liberdade, para se estabelecer contra o velho vício do arbítrio: o autoritarismo de Hitler, de Stalin, de Mao Zedong, de Mussolini, e de Getúlio Vargas, que não se conforma com o outro sendo feliz à sua maneira. A tirania dos medíocres que não aceitam que o humano quer viver como deseja, e não da maneira que os pretensos intelectuais e burocratas patifes, de coroa ou de espada, todos cheios de boas intenções, querem que ele viva.

Contra ela, contrapuseram-se alguns dos espíritos mais notáveis da história humana, que merecem ser lembrados nas pessoas de William Gladstone, Abraham Lincoln, Georges Clemenceau, Winston Churchill, Franklin Roosevelt e Ruy Barbosa. Mas milhões destes defensores, igualmente dignos de honrosa memória, jazem sem nome em campos de batalha silenciosos. Nas colinas de Gettysburg, nos campos de Flandres, nas

praias da Normandia e nos torrões paulistas onde tombaram nossos soldados da lei, milhares descansam o sono tranquilo dos soldados.

O sonho heróico dos cidadãos.

O sono doce dos sonhadores.

É este sonho que nós levamos adiante.

Que a memória destes heróis nos sirva como lembrança perene de que homens podem ser mais do que mortais, e de que sonhos podem ser mais do que fantasias.

8

Santo Amaro e a participação dos botinas amarelas no Movimento Constitucionalista de 1932

José Carlos Bruno¹

Gilberto Marques Bruno²

-
1. Advogado especialista em Direito Empresarial, sócio fundador de Marques Bruno Advogados Associados, Fundador e atual Presidente do Cetrasa – Centro das Tradições de Santo Amaro e Diretor do COCCID – Comitê de Civismo e Cidadania da Associação Comercial de São Paulo. Foi condecorado com as Medalhas Pedro de Toledo e Euclides Figueiredo outorgadas pela Sociedade Veteranos de 32 – MMDC e com o Colar Guilherme de Almeida outorgado pela Câmara Municipal de São Paulo, por indicação da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC.
 2. Advogado especialista em Direito Empresarial, Direito Público, Direito sobre Internet e outras Tecnologias. Sócio de Marques Bruno Advogados Associados, Conselheiro da Associação Comercial de São Paulo, Diretor do COCCID – Comitê de Civismo e Cidadania da ACSP, Conselheiro do Varejo da ACSP e Diretor do Cetrasa – Centro das Tradições de Santo Amaro. Autor de obras jurídicas nacionais e internacionais. Professor, palestrante e pesquisador da História da Santo Amaro. Foi condecorado com as Medalhas Pedro de Toledo, Euclides Figueiredo outorgadas pela Sociedade Veteranos de 32 – MMDC, com a Medalha da Constituição outorgada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) dentre outras.

O embrião daquele que seria o estopim para a Revolução Constitucionalista de 1932

Com o advento da queda do império, e a Proclamação da República, o chamado período da “Velha República”, perdurou entre 1889 e 1930, anos em que o controle exercido pelas oligarquias, era amparado em um sistema político de troca de favores. O mandonismo, o clientelismo e o coronelismo foram características importantes e mais marcantes deste período. Durante estes 40 anos, o Brasil experimentou um avanço industrial muito pequeno, que resultou no nascimento do movimento operário no país. Todavia, a desigualdade social e a política eivada de corrupção durante este período ensejaram a ocorrência de diversas revoltas em diferentes regiões do país.

Isto é, até os anos 1930 a política no Brasil era conduzida pelas oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, por meio de eleições em que se alternavam no poder os paulistas e os mineiros, os quais, mantinham o país sob um regime econômico agroexportador, sempre eram eleitos os candidatos que buscavam atender aos interesses dos “Barões do Café”. Este sistema político ficou historicamente conhecido como “política do café com leite” ou política dos governadores.

O modelo funcionou até os demais estados brasileiros crescerem em importância e reivindicarem mais espaço no cenário político brasileiro. Mas não foi só por conta deste motivo. Um aspecto importante, também contribuiu para que esse quadro fosse modificado.

O final da década de 1920, com o advento da quebra da bolsa de Nova Iorque (em outubro de 1929), desencadeou uma crise econômica de cunho mundial, esmagando muitas economias de países que participavam do mercado internacional, no caso o Brasil e as exportações de café.³

A situação de instabilidade fez com que as oligarquias paulistas rompessem a aliança com os mineiros, a ruptura da chamada “política do café

3. FAUSTO, Boris (2010). *A revolução de 1930: historiografia e história*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. p. 65-74.

com leite”, e indicassem Júlio Prestes como candidato à presidência da República. Como reação, o presidente de Minas Gerais Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, apoiou a candidatura oposicionista de Vargas, que nasceu da união das forças contrárias a São Paulo. A expressão governador, só é adotada para designar o chefe do executivo após a Revolução de 1930.

Nos anos 1930, a revolução liderada por Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com o golpe de estado que depôs Washington Luiz e impediu o presidente eleito Júlio Prestes de tomar posse, pôs fim à “Velha República”.

Getúlio Vargas assumiu o “governo provisório” em 3 de novembro de 1930 e, assim, termina a Velha República.⁴

Com a posse de Vargas para chefe do Governo Provisório, é revogada a Constituição Federal de 1891, e ele passa a governar por meio de decretos. Institui-se, então, um governo ditatorial. Foram nomeados interventores para todos os governos estaduais, exceto Minas Gerais que o apoiou. A grande parte dos interventores eram os tenentes que fizeram parte da Revolução de 1930. Prestes foi exilado partindo para Portugal.

Acredita-se que o maior equívoco da Revolução de 1930, e do próprio Getúlio Vargas, foi entregar a tenentes inexperientes para administração dos estados, aspecto este, que teria dado azo a Revolução Constitucionalista de 1932.

No princípio do ano de 1932, o despreparo dos tenentes foi alvo de grave denúncia por um dos principais militares, o tenente João Cabanas (que participou da Revolução de 1924) e que usou como exemplo, a figura do tenente João Alberto Lins de Barros, que governou São Paulo.

Cabanas em fevereiro de 1932, na sua obra *Fariseus da Revolução*, criticou duramente o descalabro das administrações dos tenentes, enfatizando a situação paulista, pouco antes de eclodir a Revolução de 1932.

4. CANCIAN, Renato. Educação UOL. *Revolução de 1930: História do Brasil*. Acesso em: 02 abr. 2022.

[...] João Alberto serve como exemplo: Se, como militar, merece respeito, como homem público, não faz jus ao menor elogio. Colocado, por inexplicáveis manobras e por circunstâncias ainda não esclarecidas, na chefia do mais importante estado do Brasil, revelou-se de uma extraordinária, de uma admirável incompetência, criando em um só ano de governo, um dos mais trágicos confucionismos que há memória na vida política do Brasil, dando também origem a um grave impasse econômico (um déficit de 100.000 contos), e a mais profunda impopularidade contra a “Revolução de Outubro” e ter provocado no povo paulista, um estado de alma perigoso. Nossa história não registra outro período de fracasso tão completo como o do “Tenentismo inexperiente”!

Nesse clima de incertezas, e a abrupta queda nas importações que girou em torno de 70% (setenta por cento), trouxe forte impacto em São Paulo, já que grande parte dos seus recursos eram advindos da cafeicultura. O que vale dizer, a área que mais penou com a recessão econômica foi a de produção do café, o nosso principal produto de exportação e o maior consumidor no mundo, eram os Estados Unidos, que praticamente adquiriam cerca de 80% do nosso café.

A recessão gerou a estagnação do café no mercado e o preço do produto despencou a níveis jamais vistos, aliando-se a sucessão de problemas, as transformações políticas de 1930 e a queda da “Velha República”, acentuou a crise, independentemente do fato de ter o governo tentado agir, com o intuito de proteger o principal produto do país aos olhos do mundo. Mesmo com a criação do Conselho Nacional do Café (CNC) em 1931, isso não foi suficiente para estancar a crise, pois o governo comprava as sacas de café paradas esperando o aumento do valor no mercado internacional. Mas, como isto não ocorria, elas eram então incendiadas. Estima-se que durante 13 anos esta prática resultou na destruição de 78,2 milhões de sacas de café.

O Estado de São Paulo no início de 1932

A situação do estado de São Paulo no início do ano de 1932, era por demais delicada. A crise econômica, a falta de emprego e o aumento da pobreza da população, aliados à desastrosa administração do Tenente João Alberto Lins de Barros, que governou nosso Estado, além de causar um grande entrave econômico, com o endividamento do Estado, elevou a insatisfação do povo paulista sobre os efeitos e consequências da Revolução de 1930, o Golpe de Estado de Getúlio de Vargas.

Sem se falar que estava governando amparado em decretos, elevando-se os atos ditatoriais e cerceando os direitos da população, ampliando a revolta e as ações voltadas a propagação de um movimento em defesa de uma constituição democrática.

Vargas, como chefe do Governo Provisório, acumulava poderes. Sem um Congresso aberto e partidos atuando no campo político, começou a desagradar antigos apoiadores da Revolução de 1930, pois o seu governo centralizava poderes. Não foram convocadas eleições presidenciais, a Assembleia Nacional Constituinte prometida não se realizava, ou seja, o Brasil não tinha uma constituição. Além disso, os interventores escolhidos para governar os estados não agradavam aos políticos locais. Um exemplo disso foi São Paulo.⁵

Os paulistas passaram a perceber que a interferência de Getúlio Vargas nos estados, colocava em risco a autonomia e a liberdade, pois a impossibilidade de escolha dos governantes pelos seus políticos, retirava-lhes o poder de administração e o de implantar políticas de desenvolvimento para pôr fim às desigualdades sociais. As nomeações feitas pelo chefe do Governo Provisório eram, como ditas acima, desastrosas, especialmente no âmbito do estado de São Paulo.

5. HIGA, Carlos César. Revolução Constitucionalista. *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasil-escola.uol.com.br/historiab/revolucaoconstitucionalista.htm>. Acesso em: 15 de abril de 2022.

Os conflitos entre a população e as forças leais ao governo estavam gerando uma situação insustentável. Com “mão de ferro”, Vargas tenta calar a população e a revolta vai revelando um acentuado crescimento.

A participação decisiva da Associação Comercial de São Paulo

O movimento cresceu e ganhou força com a adesão da Associação Comercial de São Paulo. É de se frisar que a instituição teve um papel preponderante no movimento pela constituição, graças ao jovem empresário Carlos de Souza Nazareth, que havia tomado posse no cargo de presidente em fevereiro de 1932 e, naquele mesmo mês, no dia 17, liderou a formação com 17 entidades de uma corrente de apoio, composta também de políticos arbitrariamente desalojados do poder, ex-aliados de Vargas, à Frente Única Paulista na luta pela imediata instalação do regime constitucional.

A resposta de Getúlio Vargas foi enérgica. Após ampla divulgação do “Manifesto de 17 de Fevereiro”, sobrestou os pagamentos de tributos federais e estaduais, estabelecendo a “não cooperação” até a solução do que denominou-se “caso paulista”.

De todas as formas (passeatas, discursos, folhetos, reuniões), a diretoria e os associados da Associação Comercial de São Paulo robusteceram a mobilização popular. O grande comício da Praça da Sé, no dia 24 de fevereiro, levou uma multidão às ruas e, 10 dias após, em março, Carlos de Souza Nazareth anunciava que uma centena de associações de classe agrupavam-se à Frente Única Paulista. A classe operária em movimentos grevistas, igualmente manifestava o sentimento oposicionista. O povo paulista não mais escondia sua irritação e o seu descontentamento com as atitudes discriminatórias de Getúlio Vargas e seu “Governo Provisório” que começa a se revestir do caráter de permanente.

Tentando minimizar os efeitos do seu erro com a nomeação do tenente pernambucano João Alberto, Vargas em março de 1932, o substituiu e nomeou como interventor em São Paulo, Pedro de Toledo, civil e paulista. Foi uma maneira de tentar apaziguar os ânimos por demais exaltados. Seu intento não logrou êxito. O estopim já estava queimando.

Em 22 de maio, com a chegada de Osvaldo Aranha a São Paulo, e o temor de que ele viesse impor uma equipe de tenentes para integrar o governo do interventor Pedro de Toledo, a população foi às ruas da capital paulista para expressar seu protesto, pois a classe média também não concordava com as ideias tenentistas após o desastroso governo de João Alberto.

A diretoria da Associação Comercial de São Paulo, após frequentes reuniões com representantes da lavoura, da indústria e do comércio, adotou duas medidas em 23 maio: 1) enviar um telegrama ao chefe do Governo Provisório exigindo urgente solução para a crise paulista e; 2) promover um protesto público contra a situação do Estado, paralisando as atividades comerciais por 24 horas, a partir das duas da tarde daquele mesmo dia 23 de maio.⁶

Embora, segundo Jorge Americano, nesse tempo já se fabricavam clandestinamente algumas centenas de granadas de mão,⁷ pois os jovens já estavam decididos a ingressar em uma luta armada por São Paulo e exigir uma constituição para pôr fim aos desmandos de Vargas.

Para o grande protesto de 23 de maio, a convocação feita por boletins teve rápida e grande resposta pela sociedade. Nas ruas, praças e janelas dos edifícios, o povo se entusiasmava com a série de discursos inflamados que se pronunciavam pela cidade.

Cerradas as portas das lojas, um grande contingente de comerciários une-se à multidão que tomou o centro de São Paulo. Ocorreram vários conflitos com tropas federais em diferentes pontos da cidade.

A grande manifestação contra o governo Vargas, entre inflamados discursos e palavras de ordem, as forças leais ao governo reagiram de forma contundente e, com os disparos das armas dos “getulistas”, durante a tentativa de invasão à sede da Legião Revolucionária (organização que reunia civis e militares leais ao regime de Vargas) na Praça da República, foram

6. Associação Comercial de São Paulo. *Em defesa da livre iniciativa desde 1894*. São Paulo, 1997.

7. AMERICANO, Jorge. *São Paulo nesse tempo (1915–1935)*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

mortos 4 jovens: Euclides Bueno **Miragaia**, Mario **Martins** de Almeida, **Dráusio** Marcondes de Almeida e Antônio Américo de **Camargo**.

A atitude atroz contra o povo que estava se manifestando, fez com que o apoio da classe média paulista aos fundamentos constitucionalistas, e em oposição ao governo, fosse ampliado sobremaneira. As primeiras letras dos sobrenomes dos jovens assassinados, foram imortalizados no acrônimo M.M.D.C.

Com o surgimento do M.M.D.C., transpor a barreira dos discursos inflamados para a luta armada era uma questão de tempo, diante do sentimento constitucionalista que tomava conta de cada um dos paulistas no estado.

O estopim queimava velozmente e os meses subsequentes tornar-se-iam determinantes para a história do estado de São Paulo e para o país.

Santo Amaro a cidade vizinha a São Paulo às portas da
celebração do seu centenário

Como bem escreveu Venâncio de Mello, em artigo intitulado “Santo Amaro e o 9 de Julho”, na edição nº 11 – Ano III, da Revista Interlagos de julho de 1954:

[...] Santo Amaro e São Paulo sempre marcharam juntos na luminosa história do nosso muito amado torrão natal. Quem se dispuser a analisar o nascimento e o crescimento da metrópole paulistana, encontrará, sem dúvida, plasmada em magníficos feitos de arrojo e patriotismo, a colaboração eficiente da gente santamarense que jamais mediu sacrifícios para auxiliar a sua coirmã de quatrocentos anos.⁸

8. DE MELLO, Elisário Venâncio. Revista Interlagos. Santo Amaro e o 9 de Julho. *Revista de Assuntos Sociais e Culturais*. n. 11. Ano III – julho de 1954.

E era nesse espírito constatado anos depois que, a pacata e aprazível cidade de Santo Amaro, começava a descortinar as primeiras nuances do progresso, cuja aproximação se vislumbrava com a chegada e a visita a convite do prefeito Francisco Ferreira Lopes, do arquiteto e urbanista Alfred Agache, a quem pretendia contratar os serviços, para estabelecer o plano de remodelação de Santo Amaro.

Concomitantemente, o visionário mandatário do executivo municipal, com a aproximação da celebração dos 100 anos da cidade, deliberou que as comemorações fossem realizadas com toda a pompa e circunstância, de maneira que os santamarenses demonstrassem de forma exemplar as manifestações de civismo e cidadania para comemorar o primeiro século de existência.

Assim, por delegação do prefeito Francisco Ferreira Lopes, os componentes da “Comissão do Centenário”, Waldemar Teixeira Pinto, Luiz Martins Araújo, Mariano Monteiro, Eroydes Luz, Walter Abrens, Oscar Stevenson, Flávio Dias, Rivadávia Luz (o maestro), José Luz e Honório Prado trabalhavam de forma intensa e incansável, tendo como missão, que as celebrações, se tornassem inesquecíveis para os botinas amarelas.⁹

Às vésperas da data histórica para os santamarenses, no dia 09 de julho de 1932, foi inaugurada a primeira viagem de ônibus partindo da Praça da Sé com sentido à cidade de Santo Amaro.

Segundo a matéria veiculada na capa da 1ª seção da edição de nº 2.421, do jornal *Folha da Manhã* sob o título “Santo Amaro comemora hoje o Centenário da sua elevação a Município” de 10 de julho de 1932, no dia anterior (09 de julho), ocorreu a inauguração da “Autoestrada de Santo Amaro”.

Pontualmente às 17h00, saíram da Praça da Sé, dois auto-ônibus, com dirigentes da empresa Auto Estrada S.A. e jornalistas da capital, seguiram pela autoestrada destinada a ligar Santo Amaro a Capital e chegaram ao destino combinado, o Paço Municipal de Santo Amaro, onde foram recebidos pelo prefeito Francisco Ferreira Lopes, autoridades e personalidades.

9. Expressão que foi criada para designar os nascidos na cidade de Santo Amaro.

Inaugurando-se, assim, a autoestrada e a “primeira linha de ônibus” da autoestrada de Santo Amaro à capital de São Paulo.¹⁰

Já o amanhecer do dia 10 de julho de 1932, trouxe o sentimento de civismo e de amor dos “botinas amarelas” para a celebração do centenário de fundação do município. A comissão das festividades, havia preparado uma vasta programação, sob o comando do prefeito Francisco Ferreira Lopes.

Previa-se que, ao raiar do dia, as 5h00, dar-se-ia a alvorada com bandas de música e clarins e, nos quatro cantos da cidade, salva de vinte e um tiros. As 9h00 com a chegada do interventor federal Pedro de Toledo e secretários na entrada da cidade, na Granja Julieta, seria escoltado por um piquete de cavalaria em uniforme de gala até a Praça da Santa da Casa, onde passaria em revista os elementos formados para a realização do grandioso desfile cívico-militar-religioso que ocorreria em homenagem ao Santo Padroeiro da cidade, o Santo Amaro para, em seguida, se dirigir pela Avenida Adolfo Pinheiro e pela Rua Capitão Thiago Luz e chegar ao prédio do Paço Municipal para receber as saudações pelo prefeito da cidade e demais autoridades presentes. Após os cumprimentos, o interventor federal Pedro de Toledo e demais autoridades assistiriam a missa campal a ser celebrada pelo vigário geral, representando o Arcebispo Metropolitano de São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva, com a participação da banda e corpo vocal do Colégio Salesiano.

E assim, avançariam as comemorações com vasta programação, seguindo-se almoço para 100 talheres oferecido pela prefeitura para as altas autoridades, personalidades e convidados, e ao depois, os demais eventos, dentre os quais, a inauguração do sistema hídrico da cidade, a exposição e feira de produtos locais, os desfiles cívicos e religiosos e, ao cair da noite, a apresentação no Teatro do Cine São Francisco, da ópera *Il Rigoletto* de Verdi. Queima de fogos de artifício e outras comemorações nos dias subsequentes.

Acrescente-se que a esta programação consta na obra de João Netto Caldeira, denominada *Álbum de Santo Amaro: a história dos santamarenses*,

10. *Jornal Folha da Manhã*. 1ª Seção – Ano VIII – nº 2.421 – Edição de 10 de julho de 1932.

editado em 1935 pela Organização Cruzeiro do Sul, Bentivegna & Netto – SP (p. 92) que, as 10h00, ocorreria a abertura da exposição-feira e, em seguida, a inauguração do serviço de abastecimento de água.

Previa-se para as celebrações uma grande presença da população, inclusive da cidade de São Paulo, chegando a Santo Amaro, como faziam nas sextas-feiras santas, milhares de pessoas, nos bondes, ônibus e automóveis, sendo esses últimos por meio da recém-inaugurada autoestrada.

Mas voltando as primeiras horas do dia 10 de julho de 1932, as ruas centrais começaram a ser ocupadas pelas famílias, todos com as suas melhores vestimentas, com “roupas de festa”, para celebrar o aniversário de 100 anos daquela próspera cidade, distante cerca de 20 km do município vizinho, a cidade de São Paulo.

Pela manhã, após iniciado o programa das festividades,

[...] foram distribuídos dois excelentes trabalhos comemorativos: um almanack, organizado pelos srs. Juvencio e Jurandyr Guerra, assim como interessante monografia escripta pelo snr. Dr. Saladino de Gusmão¹¹ (grafia original).

Até onde se tem conhecimento, os primeiros momentos da comemoração foram realizados com algumas modificações, antecipando-se a celebração da missa campal onde, após o encerramento, chegou a notícia de que, em São Paulo, havia se iniciado o levante armando contra Getúlio Vargas, no dia 9 de julho, e que o estado se encontrava em guerra para com a República, em uma ação deflagrada por meio do Movimento Constitucionalista de 1932, que levou a renúncia de Pedro de Toledo da condição de interventor federal e, ato contínuo, a sua aclamação como governador do estado de São Paulo, com o apoio da população e das forças militares paulistas.

11. CALDEIRA, João Netto. *Álbum de Santo Amaro: a História dos santamarenses*. São Paulo: Editora Organização Cruzeiro do Sul, Bentivegna & Netto, 1935. p. 93.

Os santamarenses foram tomados por momentos de apreensão e consternação diante da notícia que havia sido deflagrado o levante armado, muitos mostraram preocupação elevada, pois a guerra estava muito próxima, e as dolorosas memórias do triste episódio do dia 23 de maio, ainda ecoavam nos quatro cantos do estado de São Paulo.

O Primeiro Contingente Voluntário de 1932. Fruto do espírito de coragem, doação e civismo dos santamarenses

Uma das mais queridas educadoras da história de Santo Amaro, “santamarenses da gema”, Maria Helena Petrillo Berardi em sua obra *Santo Amaro memória e história: da botina amarela ao chapéu de couro*, descreveu:

Não há festas: durante a missa campal, explodiram três morteiros e um deles no espaço formou a bandeira de São Paulo, que pairou alguns minutos sobre a multidão. Ajudou a despertar o sentimento de civismo, incentivando a luta por um governo que seguisse as leis. A gente de Santo Amaro despe o traje de festa e enverga a farda.¹²

Imediatamente o prefeito de Santo Amaro, reuniu-se com os integrantes da “comissão de festividades do centenário”, no interior do prédio da Prefeitura de Santo Amaro (hoje a Casa de Cultura Júlio Guerra), da sacada do prédio do paço municipal, perante grande massa da população que na sua frente se concentrou, discursaram vários oradores em defesa da necessidade de uma constituição.

Os integrantes da “comissão de festividades do centenário” decidiram, com a aquiescência do chefe do poder executivo de Santo Amaro, suspender temporariamente as comemorações do primeiro século da urbe e seguiram para cidade de São Paulo, rumo à Avenida Rio Branco, com

12. BERARDI, Maria Helena Petrillo. *Santo Amaro memória e história: da botina amarela ao chapéu de couro*. São Paulo: Scortecci, 2033, p. 172.

destino ao Palácio dos Campos Elíseos, para manifestar solidariedade e apoio ao governador Pedro de Toledo. Integravam a “comissão das festividades do centenário”, o prefeito Francisco Ferreira Lopes, Waldemar Teixeira Pinto, Luiz Martins Araújo, Marciano Monteiro, Erotides Luz, Walter Abrens, Oscar Stevenson, Flávio Dias, Rivadávia Luz (o maestro), José Luz e Honório Prado.

Ao chegarem na sede do governo, foram recebidos pelo ilustre embaixador Pedro de Toledo e, de imediato, levados ao encontro do Coronel Euclides de Oliveira Figueiredo. “O brilhante paladino constitucionalista indaga dos visitantes o que queriam e um deles, interpretando o sentir de todos, responde resolutivo: armas e munição!”¹³

O Coronel Euclides de Oliveira Figueiredo pensa um momento e resolve: “Está organizada a Companhia Isolada do Exército de Santo Amaro”. Nasceu, assim, o “Primeiro Contigente Voluntário” constituído na Revolução de 1932.

Do presidente ao último auxiliar da “comissão dos festejos do centenário”, todos sem exceção, “despem o traje civil e envergam a farda cáqui”!

O primeiro secretário da comissão, tenente do exército Luís Martins de Araújo, assume o comando, ficando na condição de subcomandante o tenente Moupyr Monteiro, os demais passam a ocupar outras posições, como médicos, engenheiros, capelão, sargentos, soldados etc., todos de Santo Amaro, sem qualquer exceção.

Nos dias seguintes, a CIESA foi constituída sob o comando do Tenente Luís Martins Araújo e, tem-se que foram emitidos mais de 300 certificados de alistamento, servindo o prédio do Grupo Escolar Paulo Eiró como a sede da companhia, tornando-se o quartel dos soldados santamarenses.

Voltando as celebrações do centenário, registros dão conta que mesmo em clima de apreensão, as festividades ocorreram e, grande parte dos eventos descritos na programação foram realizados e testemunhados pelos

13. CALDEIRA, João Netto. *Álbum de Santo Amaro: a história dos santamarenses*. São Paulo: Organização Cruzeiro do Sul – Bentivegna & Netto, 1935. p. 94.

olhos atentos dos “botinas amarelas”, dentre os quais, o saudoso advogado e historiador santamarense Edmundo Zenha, à época, um jovem com 15 anos de idade.

E, assim, a cidade de Santo Amaro, celebrou o seu centenário, que foi divulgado entre os principais veículos de comunicação da cidade de São Paulo, asseverando a grandiosidade e a importância da nossa terra em um dia duplamente histórico para os “botinas amarelas”.

A formação da CIESA e os soldados santamarenses

Aos poucos os santamarenses trocavam as “botinas amarelas” pelas “botas de couro” que compunham o fardamento militar e, sob o comando do tenente Luís Martins Araújo (que era oficial da reserva do Exército Brasileiro), a Companhia Isolada do Exército de Santo Amaro (CIESA), aquartelada no prédio do Grupo Escolar de Santo Amaro, o Grupo Escolar Paulo Eiró, local quem que muitos filhos da terra, aprenderam as suas primeiras letras.

As adesões eram crescentes. Integrantes de famílias tradicionais, chefes de família, jovens, educadores, profissionais liberais e toda a sorte de pessoas, como por exemplo, os sitiantes e agricultores que chegavam do extremo sul de Santo Amaro, região que se dava à época, o cultivo da agricultura, perfilavam-se ao movimento em prol da promulgação de uma Carta Constitucional.

Entre os vários cidadãos, que integraram a luta, nomes como Plínio Negrão, Jaime Marques, Olavo Luz, Francisco Comenale, Belmiro Schunk Zenha (pai de Edmundo Zenha), e o nosso maior herói Delmiro Filgueira Sampaio, o “Pernambuco” que tombou no derradeiro Dia da Revolução em 2 de outubro de 1932, horas antes da cessação das hostilidades.

O Cetrasa – Centro das Tradições de Santo Amaro, possui em seu acervo alguns certificados de alistamento dos componentes da Companhia Isolada do Exército de Santo Amaro. São documentos originais, alguns deles assinados pelo comandante da CIESA Tenente Luís Martins Araújo ou

por seu substituto o Aspirante João Lemcke. Destacando-se entre eles: 2º Tenente Francisco Oscar Penteado Stevenson; 1º Sargento Anésio Silveira Júnior; Cabo Jayme Camargo Xavier e os soldados João Damasceno de Azevedo; José Antonio Silveira e Lucas Teisen e constituem uma rica lembrança da grandiosidade do ato de civismo e de cidadania que acometeu a todos os santamarenses, os “botinas amarelas” que ajudaram a escrever a história do estado de São Paulo em defesa de uma Carta Constitucional em prol da instituição do Império da Legalidade.

A partida, a preparação para o campo de batalha e os primeiros treinamentos

Enquanto mulheres, idosos e até mesmo crianças, imbuídos no espírito de apoio e de auxílio, labutavam incansavelmente nos quatro cantos do nosso Estado, ostentando com orgulho a “Bandeira das Treze Listras”, eram costurados os fardamentos, manipulados medicamentos, preparadas refeições, fundindo capacetes de aço e fabricando munições, os valerosos soldados eram preparados sob a direção dos mais experientes, para o combate contra as “Tropas Federais”, as chamadas “forças Getulistas”, que tinham por missão acabar com os “rebeldes”, assim considerados pelos apoiadores de Vargas.

Esta unicidade em defesa da causa maior, que visava a promulgação de uma constituição, também era notada diuturnamente em Santo Amaro. Quem não foi para a guerra, ajudou na logística, nos suprimentos ou na retaguarda, todos indistintamente imbuídos no espírito de civismo e cidadania.

É chegada a hora da partida. Os jovens, os pais de família, os políticos santamarenses devidamente alistados, que compuseram o “Primeiro Contingente Voluntário” a se perfilar ao Movimento Constitucionalista de 1932, a Companhia Isolada do Exército de Santo Amaro (CIESA), foram enviados, inicialmente para um rápido treinamento na cidade de Cubatão (Litoral Sul do Estado de São Paulo), antes de serem levados ao front para integrar o combate armado.

A saudosa Professora Maria Helena Petrillo Berardi, em sua obra *Santo Amaro memória e história: da botina amarela ao chapéu de couro*, traz um registro de memória afetiva de seu pai, Paulo Petrillo sobre a despedida do contingente de Santo Amaro muito interessante:

[...] iam subindo todos no caminhão que os levaria à estação de trem, ao som da banda que tocava sem intervalos. Muitos deles meus amigos: Moacyr Monteiro, que havia organizado um grupo de escoteiros em Santo Amaro; o irmão dele, Moupyr Monteiro, era meu colega na Secretaria da Agricultura; Ruy Pinheiro do Amorim Cortez, pai do ator Raul Cortez; Luiz Martins do Araújo; Dr. Oscar Stevenson, José Queiroz; o Joãozinho Guerra que tocava comigo no cinema... José Oliveira Andrade, Marcelino Monteiro, irmão do Moupyr e do Moacyr... Quando cada um deles ia subindo, as moças ofereciam uma correntinha com uma medalha (prá proteger...) O Dr. Stevenson recusou, dizendo ser protestante. O capelão era o Padre Pedro Gomes.¹⁴

E assim, do contingente de cerca de 25 mil homens, entre soldados da Força Pública, recrutas que integravam fileiras do Exército, jovens do “Tiro de Guerra”, estudantes da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco e da Escola Politécnica, advogados, funcionários públicos, ferroviários, uma legião negra e até mesmo uma tribo de índios guaranis, lá estavam os trezentos homens de Santo Amaro, sob o comando do tenente Luis Martins Araújo.

Nossos combatentes seguiram para a serra de Cubatão, como relata João Neto Caldeira, e a Companhia Isolada do Exército de Santo Amaro apresentou-se ao Coronel Melo Matos comandante em chefe da praça de Santos.

14. BERARDI, Maria Helena Petrillo. *Santo Amaro memória e história: da botina amarela ao chapéu de couro*. São Paulo: Scortecci, 2005. p. 172-173.

A chegada ao teatro de operações e o início da participação dos soldados santamarenses

Após um rápido treinamento na região, recebem ordens expressas para cumprir a seguinte missão: ocupar as fronteiras do Estado do Paraná, pela faixa litorânea.

A Companhia Isolada do Exército de Santo Amaro marchou para a região do Vale do Ribeira, localizada ao sul do nosso estado e no leste do estado do Paraná, onde os filhos de Santo Amaro, lutaram e buscaram como todos os paulistas a defesa do estado democrático de direito e o restabelecimento da Carta Constitucional.

Iniciam-se os dias de luta e de muita angústia aos soldados santamarenses e as famílias que ficaram na cidade ávidas por notícias. Em Santo Amaro, a fé e a tradição religiosa é que amparava os familiares dos jovens combatentes.

Os bravos “botinas amarelas” ocuparam toda a faixa litorânea de Cananéia a Xiririca, entrando nessa cidade depois de desalojar dela os inimigos, e partiram em perseguição às forças dos batalhões “Barbosa” e “Marcílio Franco”, que estavam recuando do setor de Apiaí.

João Netto Caldeira em registros de grande precisão lembra que uma das ações dos santamarenses no campo de batalha, trouxe resultado muito positivo:

[...] detendo adversário fora do perímetro urbano, os santamarenses tomaram-lhes várias metralhadoras e, com a ajuda destes armamentos, um contingente avança Paraná adentro e, após renhido combate, toma Porto da Linha, importante tronco radiotelegráfico, onde durante 15 dias constitui-se a única força paulista localizada em território alheio.

A escassez de munição e materiais de combate era patente, os paulistas se encontravam em posição de inferioridade se comparados às forças federais. As tropas paulistas possuíam 7 aviões e 44 canhões de menor

potência, enquanto os Federais, 24 “vermelhinhos” (o Avião Waco possuía duas metralhadoras Colt Browning .30” ou 7 mm sincronizadas. Dois cabides para bombas de 45 kg e cinco cabides para bombas de 11 kg, todos sob a fuselagem) e 250 canhões potentes.

Levando-se em conta a extensão da linha de combate sob a responsabilidade da Companhia Isolada do Exército de Santo Amaro, e tendo em vista o desequilíbrio de material bélico, entenderam por bem os comandantes da operação, determinar o recuo das tropas até Santa Maria e daí para a antiga posição, sem perder nenhum homem nem deixar ao inimigo um único tiro ou um farelo de alimento.

Com a retirada de Cananéia, a cidade foi logo ocupada pelo inimigo que estava à espreita e tentando forçar o recuo das forças santamarenses, todavia, uma patrulha de “botinas amarelas”, após intenso combate, retomou o posto. Como saldo favorável às tropas paulistas, foram feitos 16 prisioneiros, inclusive um oficial, que foram levados para Pariquera-Açú. Permaneceram em Cananéia, apenas 5 homens com uma metralhadora, que deram um exemplo de elevada bravura, ao combater uma esquadrilha de canoas de inimigos, que foram levados à rendição e entregando inclusive suas armas. Com fim da contenda, constatou-se a presença de 80 prisioneiros, 80 mil tiros, 05 metralhadoras, oficiais, dois médicos e material cirúrgico suficiente para manter em funcionamento um hospital de campanha.

Tem-se que este teria sido um dos feitos mais importantes da Companhia Isolada do Exército de Santo Amaro, que nasceu de forma voluntária graças ao espírito de civismo e cidadania dos “botinas amarelas”!

A Comissão Municipal do M.M.D.C. e a Cruzada Feminina de Santo Amaro – o apoio logístico e o importante papel das mulheres santamarenses

Enquanto isso, na cidade de Santo Amaro, todos tentavam, na medida do possível, auxiliar. Foi constituída uma Comissão Municipal do

M.M.D.C., composta por Luiz Shmidt, Erothides Luz e pelo Professor Adalberto Andrade Pina. Segundo conta a saudosa Professora Maria Helena Petrillo Berardi, a comissão tinha por missão, cuidar da logística, providenciando tudo que se fizesse necessário aos soldados santamarenses que estavam na refrega.

Também foi organizada a “Cruzada Feminina de Santo Amaro”, as mães, as irmãs, as mulheres, as filhas, se engajaram na confecção de agasalhos de tricô para os soldados, uma forma de driblar o intenso frio, costuravam e produziam joelheiras e cotoveleiras, para evitar escoriações nas marchas de rastros; preparavam alimentos, “paçocas de carne” (uma farofa feita com carne ou socados com farinha de mandioca), para evitar que os soldados se alimentassem de comidas deterioradas.

As mulheres paulistas, embora se encontrassem na retaguarda, exerceram um importantíssimo papel, constituindo-se uma “segunda frente de combate”. Estiveram nas oficinas de costura, nos hospitais de frente e de retaguarda, nas fábricas de munições, nas correntes de orações e em muitas ações provendo e incentivando o árduo trabalho e o engajamento de todos.

Em 29 de julho foi construído um campo de emergência para a aviação constitucionalista. As aulas foram paralisadas nos estabelecimentos de ensino do estado de São Paulo e, com isso, o prédio do Grupo Escolar de Santo Amaro, o Grupo Escolar Paulo Eiró, passou a servir de abrigo aos soldados e de sede para a Cruzada Feminina. Em 22 de agosto, por ato da Prefeitura do Município de Santo Amaro, deu-se a nomeação do santamarense Mario Luz, para o exercício das funções de almoxarife do material de abastecimento para as tropas que se encontravam no campo de batalha.

No dia em que foi celebrado o 110º aniversário de Proclamação da Independência, foi instalado o “Posto de Preparação Militar de Santo Amaro”, também sediado no Grupo Escolar de Santo Amaro, o “Quartel-General” dos “botinas amarelas”. O instrutor do posto de preparação era o segundo sargento Oscar Avila.

Todos trabalhavam diuturnamente, imbuídos no espírito de amor, de civismo e de cidadania, com a finalidade de prestar toda assistência à

população e para as famílias dos que se encontravam no “teatro de operações”, no campo de batalha, demonstrando e fortalecendo os laços de união que sempre foram característicos em todos os legítimos santamarenses.

O cerco estava se fechando, a retomada do território de Xiririca e os derradeiros dias da luta armada que caminhava para o final

Voltando ao “campo de batalha”, Xiririca (hoje cidade de Eldorado), que fora entregue a um contingente do “Batalhão da Força Pública”, estava cercada pelos inimigos e ameaçada de baquear, de tombar, o que poderia prejudicar o avanço dos soldados santamarenses, dado o espaço que estavam a ocupar na batalha.

Após reunião do conselho de oficiais, decidiu-se por um plano audacioso para libertar os irmãos paulistas na cidade sitiada.

Formada duas colunas com os poucos homens disponíveis, uma parte seguiu pela estrada Jacupiranga-Xiririca e outra pelo Rio Ribeira. No dia seguinte à operação, após ardoroso combate, os santamarenses rompem o cerco dos inimigos e, pela segunda vez, tomam Xiririca.

Este feito de grande importância, todavia, acabou sendo ofuscado com queda do valoroso soldado Delmiro Filgueira Sampaio, o “Pernambuco”, a única perda da Companhia Isolada do Exército de Santo Amaro, que nos momentos que precederam a sua morte, pediu aos companheiros que seu corpo não fosse sepultado no campo de batalha pelos seus inimigos.

A luta caminhava para seus derradeiros dias. São Paulo já apresentava sinais de que a situação estava se tornando insustentável, pois o esperado auxílio dos estados não chegou e as tropas federais, estavam preparando uma forte ofensiva junto aos últimos redutos constitucionalistas, o que seria uma verdadeira tragédia, com grande derramamento de sangue e o total enfraquecimento dos paulistas.

O General Bertoldo Ritter Klinger, comandante do Movimento Constitucionalista de 1932, no final de setembro, ao observar a impossibilidade

de prosseguimento dos combates em São Paulo, por falta de recursos militares, propôs o armistício ao governo federal visando fazer negociações para o fim definitivo do conflito, o que se deu em 2 de outubro de 1932. Circunstância essa que, em seguida, o levaria para a prisão e, posteriormente, enviado para o exílio em Portugal, sendo anistiado em 1934 e retornou ao Brasil.

Apenas a título de ilustração, e sem entrar no mérito, discute-se, ainda hoje, se realmente o documento refletiu o armistício destinado a impor a cessação das hostilidades, ou se foi um documento de rendição dos paulistas. Entendemos que se deu o armistício e, com a sua chegada, as lutas cessaram em 2 de outubro.

A Companhia Isolada do Exército de Santo Amaro, dos 300 homens que a integraram, sofreu uma baixa e tinha 18 feridos. Além dos soldados no campo de batalha, o corpo médico prestou relevante assistência, fundando 5 hospitais de emergência e um hospital central em Pariquera-Açú, colaborando para impedir a ocorrência do menor surto de epidêmico, já que a região de Juquiá era conhecida como uma zona maleitosa. A assistência espiritual, que era da responsabilidade do Capelão Padre Pedro Gomes, sempre se fez presente em todos os momentos para que os soldados santamarenses, através da fé, pudessem superar os momentos de apreensão e sofrimento.

Regressando a Santos, quando a cidade estava sendo presa, conforme registro de João Neto Caldeira, os valorosos soldados santamarenses auxiliaram o policiamento da cidade e só depois retornaram a São Paulo, “desfilando garbosamente, no dia 12 de outubro, no trajeto da Estação da Luz até a Praça da Sé”.

Dona Laiz Martins Dias (Tutinha), segundo relata a Professora Maria Helena Petrillo Berardi, “tinha onze anos na época, e morava na Praça Floriano Peixoto, quase no meio da quadra atrás do coreto”, chegou a ver as trincheiras feitas na frente de sua casa e, por ordem de sua mãe, saiu do quarto da frente, pois temia a realização de algum ataque surpresa na cidade de Santo Amaro.

Com o fim da luta armada, assistiu ao desfile dos integrantes da Companhia Isolada do Exército de Santo Amaro, onde muitos estavam feridos

e tristes com a derrota militar e, aos poucos, começavam a retomar a vida, a retornar ao trabalho, apenas as crianças, segundo Dona Laiz, tiveram a vida atrapalhada até o final do ano, porque o Grupo Escolar Santo Amaro, o Grupo Escolar Paulo Eiró depois de abrigar as tropas das cidades distantes, foi ocupado pelas forças do governo.

O contingente que formou a primeira companhia voluntária a se perfilar ao Movimento Constitucionalista de 1932, a Companhia Isolada do Exército de Santo Amaro, com um efetivo de pouco mais de 300 homens, resistiu a um total de 2.100 homens das polícias do Paraná, do Rio Grande e corpo de bombeiros paranaense.

Os santamarenses, com o fim do movimento, receberam os seus filhos, os seus heróis com todas as distinções e o justo reconhecimento por todos aqueles que lutaram pelo nosso estado de forma aguerrida e valorosa.

Tem-se através do registro da historiadora e professora Maria Helena Petrillo Berardi que:

O coronel Euclides Figueiredo fugiu por Santo Amaro, com o auxílio do matreiro Benedito Woitich, que o teria levado pela mata de Parelheiros e Colônia (região do extremo sul da cidade) até o litoral onde tomou a barca Odete que rumaria para Santa Catarina. Todavia, a tripulação composta por Figueiredo, Paulo Duarte e Reinaldo Saldanha e mais sete homens, foi interceptada em 14 de outubro em Caieiras e todos foram presos.

O coronel Euclides Figueiredo, por seu turno, em sua obra *Contribuição para História da Revolução Constitucionalista de 1932* (São Paulo: Martins Fontes. p. 297), ao referir-se sobre as últimas ordens em execução e dissolução da tropa em 3 de outubro, escreveu que:

[...] Reuni alguns decididos oficiais e companheiros, e fizemo-nos de caminhão para o litoral, para atingir um ponto entre Itanhaém e Cananéia, para onde outros amigos fizeram levar a barca de pesca “Odete”. Nela no dia 9 de outubro, rumamos para o Sul. Os episódios dessa aventura e do seu malogro estão

todos contados no livro de Paulo Duarte “Palmares pelo Avesso”. Ninguém os poderia narrar com mais fidelidade, pois aquele improvisado tenente da Revolução participou da ousada tentativa de fuga, como mesmo ânimo que nunca o abandonou na luta.

Logo, não é possível registrar com exatidão se os caminhos da fuga se deram por Santo Amaro, embora os indícios possam levar a presunção relativa de que poderia ter ocorrido, pois naqueles tempos, a terra dos “botinas amarelas” em sua extensão guardava limites com a cidade de Itanhaém (Litoral Sul do Estado de São Paulo).

Além da prisão, os principais líderes do Movimento Constitucionalista de 1932 foram, por determinação do Governo Federal, exilados para Portugal a bordo do navio *Siqueira Campos*. Em Lisboa chegaram os generais Bertoldo Klinger e Isidoro Dias Lopes, os coronéis Euclides Figueiredo, Cristovão Colombo de Mello Matos e outros.

Vargas, por certo, fez valer suas posições de certa forma autocráticas. Prendeu, puniu, exilou e, depois em posturas aparentemente democráticas, adotou medidas que tinha por escopo normalizar o regime republicano.

Os novos tempos e as mudanças profundas que alcançaram os santamarenses

Chegavam os novos tempos, ao menos é o que se imaginava, embora Getúlio Vargas ainda continuasse no poder. Os estados ainda possuíam interventores nomeados mas, ainda assim, o chefe supremo do Poder Executivo, criou uma nova legislação eleitoral, convocou eleições, que permitiram a posse de uma nova assembleia constituinte, e promulgou-se uma nova Carta Constitucional em 1934. O país começava a experimentar o fim das oligarquias e Vargas passou a adotar ações para fomentar o desenvolvimento industrial. O estado bandeirante era comandado por Armando Sales de Oliveira, novo Interventor Federal e homem de confiança do presidente.

Enquanto isso, a centenária cidade de Santo Amaro, seguia nos seus hábitos tradicionais, desenvolvendo suas atividades agrícolas no extremo sul, contribuindo para o abastecimento local e, até mesmo, para a nossa cidade vizinha, São Paulo de Piratininga.

Sob o exercício do mandato iniciado em 10 de setembro de 1934, o Dr. Benedito Brenha Ribeiro, no quinto mês da sua gestão, foi surpreendido, como toda a população de Santo Amaro, com a publicação do Decreto nº 6.983 de 22 de fevereiro de 1935.

Sob os auspícios de um “Plano de Urbanização da cidade de São Paulo”, onde o município de Santo Amaro estaria destinado a constituir um dos mais atraentes lugares de recreio, onde o estado iria fomentar com investimentos públicos, a criação de hotéis, estabelecimentos balneários, cassinos, melhorias nas estradas de acesso etc., o Interventor Federal, decretou a extinção do Município de Santo Amaro, anexando o território à capital. Constituiu uma Subprefeitura, preservou os direitos dos servidores para prefeitura municipal, que passaram a servir a Subprefeitura de Santo Amaro e cancelou a dívida de 500 mil réis que a cidade havia contraído junto ao Governo de Estado.

A perda da autonomia é tema que se revela ainda hoje, revestido de polémica. Uns sustentam que a perda se deu em decorrência da dívida, que se avolumou em virtude dos gastos com a construção do sistema hídrico da cidade, e que fora inaugurado no dia 10 de julho de 1932, por ocasião das comemorações do centenário da cidade.

Outros, por sua vez, defendem que a participação dos “botinas amarelas” no Movimento Constitucionalista de 1932, foi o motivo principal para que Vargas, se vingasse dos santamarenses, formalizando a extinção e anexando a cidade de Santo Amaro ao município de São Paulo, mesmo porque, teria sido nesta época, se deu a construção, ainda que modesta, de uma pista de pouso e decolagens de aviões, utilizada para atender as poucas aeronaves que os paulistas usaram durante a luta e que, mais tarde, seria o “Aeródromo de Congonhas”.

Por mais que se queira justificar a existência de uma dívida para com o estado de São Paulo, o que evidentemente era verdade, acreditamos que

a atitude dos santamarenses em se perfilar a luta pela constituição, foi o fator que levou à perda da autonomia municipal, uma punição pelo ato de bravura e heroísmo com a formação voluntária da Companhia Isolada do Exército de Santo Amaro.

Delmiro Sampaio: o herói santamarense

Voltando aos dias subsequentes ao término da Revolução Constitucionalista de 1932, os soldados santamarenses carregavam em seus bornais, como saldo negativo da luta no campo de batalha, uma baixa e 18 feridos.

É cediço que, na luta armada que mobilizou os paulistas em defesa de uma constituição, muitos dos soldados que integraram as forças contra o Governo Federal, eram muito jovens e, assim, também o foi com a formação do contingente da CIESA, santamarenses da “gema” ou radicados na cidade que na história da sua fundação, é dois anos mais antiga que São Paulo.

Brincalhão e muito alegre, e tratado com o epíteto qualificativo de “Per-nambuco”, Delmiro Filgueira Sampaio, que havia escolhido a cidade de Santo Amaro como a sua terra do coração para se estabelecer e que, aos 22 anos de idade, foi a única baixa no sodalício dos “botinas amarelas”.

Teve sua vida ceifada em decorrência de uma rajada de metralhadora, no derradeiro dia de combates da revolução, ou seja, em 2 de outubro de 1932, quando desarticulou-se dos companheiros na direção dos contrários, na ação de retomada da cidade Xiririca, hoje chamada de Eldorado, mais precisamente no povoado de Lajeado. “Ele havia se distanciado dos demais soldados do grupamento em patrulha de reconhecimento e, após encontrado, mesmo resistindo bravamente, pelos inimigos foi alvejado”.¹⁵

Nos derradeiros momentos de vida, rogou aos seus companheiros, que não permitissem que seu corpo fosse localizado e enterrado pelos inimigos. Em atendimento a sua última vontade, seus pares enterraram o seu

15. BRUNO, Gilberto Marques. *Obra Coletiva: Para Sempre* 32. Vol. III – O Herói Santamarense. O Soldado Voluntário Delmiro Sampaio. São Paulo: Matarazzo, 2018. p. 9-14.

corpo, no local de sua morte e, posteriormente, os seus despojos foram trasladados para Santo Amaro.

O jovem apelidado de “Pernambuco”, “botina amarela de coração”, que um dia decidiu escolher Santo Amaro para seguir sua vida, tornou-se o “Herói Santamarense” e seus restos mortais, permaneceram sepultados no Cemitério de Santo Amaro até as comemorações do 25º Aniversário da Revolução Constitucionalista de 1932.

Registre-se que, pelo fato de Delmiro não ter família ou parentes na antiga cidade, cuidava da zeladoria do seu jazigo o educador Plínio Negrão e seu filho Milton Negrão que, voluntariamente, preservavam o local da última morada do paladino santamarense.

Elisário Venâncio de Mello, na Revista Interlagos de julho de 1954, bem escreveu retratando de forma pormenorizada, os detalhes sobre as comemorações do 22º aniversário da gloriosa efeméride de 9 de julho onde, no Cemitério de Santo Amaro, em ato solene no túmulo de Delmiro, diversos oradores falaram sobre o significado daquela homenagem enfatizando o importante papel de São Paulo, na luta pela democratização do Brasil e que as vidas perdidas não foram em vão.

E, naquele momento, todos imbuídos no sentimento de civismo, idealismo, cidadania e emoção, os oradores revelaram sobre Delmiro Sampaio o seguinte sentimento:

Ali descansava o corpo de um daqueles jovens abnegados e valentes que não titubearam de acorrer ao chamado de seus maiores e, sem dúvida, o seu espírito naquele instante deveria estar tranquilo por ter certeza de que havia cumprido o seu dever de paulista e de brasileiro.¹⁶

Sentimentos exteriorizados em palavras tomadas como um verdadeiro preito destinado a expressar a gratidão dos botinas amarelas, dos “santa-

16. DE MELLO, Elisário Venâncio. Revista Interlagos. Santo Amaro e o 9 de Julho. *Revista de Assuntos Sociais e Culturais*. n. 11. Ano III. Julho de 1954. p. 23-25.

marenses da gema” a um jovem filho que adotou a cidade de Santo Amaro como a sua terra e que por ela deu a vida em defesa de um ideal.

Delmiro Sampaio, porém, mais do que um soldado da revolução, representava a alma valorosa e decidida da gente santamarense, que jamais negou participação em qualquer movimento de redenção da terra bandeirante. À mocidade de agora, Delmiro Sampaio representa o que de mais belo, puro e sincero existe no coração da gente moça, dessa coletividade que ontem como hoje, e hoje como sempre, acorrerá ao chamado da terra natal em perigo. Glória, pois a Delmiro Sampaio, o herói santamarense que soube elevar bem alto as tradições de sua gente e de sua terra natal!¹⁷

Na antiga cidade de Santo Amaro, anualmente, o 9 de julho era comemorado condignamente, autoridades civis, militares, eclesiásticas, políticos, personalidades e lideranças da sociedade, reuniam-se previamente, organizando a programação das celebrações da data mais importante da história do povo paulista e, por certo, também dos santamarenses.

Não havia um santamarense que deixasse de reverenciar a Epopeia Cívica Paulista que ajudou a mudar a história do Brasil.

Além das solenidades na última morada do “Pernambuco”, com entusiasmados discursos de autoridades civis, militares e eclesiásticas, lideranças da sociedade civil organizada, ex-combatentes da Companhia Isolada do Exército de Santo Amaro, as casas e estabelecimentos comerciais estampavam em suas fachadas as bandeiras do Brasil e do Estado de São Paulo, eram realizados desfiles cívicos com alunos das principais escolas de Santo Amaro, tudo revestido em um clima de festa, de respeito, de civismo e de culto aos heróis da revolução.

Durante as celebrações do “Jubileu de Prata”, nas comemorações do vigésimo quinto aniversário da Revolução Constitucionalista, o então

17. Idem.

Governador do Estado de São Paulo, sancionou o Decreto nº 28.889, de 03 de julho de 1957, determinando que os restos mortais do Soldado Voluntário Delmiro Sampaio, fossem depositados no Mausoléu do Soldado Constitucionalista.

Os santamarenses se reuniram, organizaram o necessário, do Cemitério de Santo Amaro, saíram as autoridades e os representantes da sociedade a pé, carregando a urna com os restos mortais do “Herói Santamarense”, e, seguindo o cortejo, cidadãos, crianças e os alunos das principais escolas públicas e particulares.

Em seguida o ataúde foi colocado em carro militar e ladeado por ex-combatentes que, em posição de sentido, seguiram em desfile pelas ruas centrais de Santo Amaro, com parada para uma benção na Catedral de Santo Amaro no Largo Treze de Maio, e para que os santamarenses pudessem render a derradeira homenagem ao paladino. Sob aplausos o veículo militar seguiu pela Avenida Adolfo Pinheiro (com uma breve parada na rua que leva seu nome), partindo pela Avenida Santo Amaro, Avenida Vereador José Diniz rumo ao Ibirapuera. Lá chegando, durante as celebrações do “Jubileu de Prata”, os seus restos mortais foram depositados e repousam no Panteão dos Heróis da Revolução Constitucionalista de 1932.

Delmiro Figueira Sampaio, um “santamarense de coração”, um valente combatente, que deu em sacrifício à pátria e ao ideal, o que de melhor possuía, a sua juventude, a sua vida e o seu sangue em prol da liberdade e da defesa do Estado de Democrático de Direito.

Tributo aos soldados santamarenses

Segundo João Netto Caldeira, em sua obra *Álbum de Santo Amaro*,¹⁸ enumera a relação completa dos integrantes da Companhia Isolada do Exército de Santo Amaro, que era a seguinte:

18. CALDEIRA, João Netto. *Álbum de Santo Amaro: a História dos santamarenses*. Editora Organização Cruzeiro do Sul, Bentivegna & Netto. São Paulo, 1935. p. 96 a 98.

Oficialidade

Capitão Comandante, Luiz Martins de Araujo; Capitão Capelão Padre Pedro Gomes; Primeiros Tenentes Pedro W. Teisen, Wladomiro da Cunha Lobo, João Lemcke, Elias Sodré, Dr. Waldemar Peixeira Pinto e Dr. Flávio Rodrigues Dias (médicos); Segundo Tenentes Sebastião Rodrigues Campos, Dr. Francisco Oscar P. Stevenson, José Silveira, José Nogueira, Moacyr Monteiro, Emygdio Nogueira Leite, Péricles de Carvalho, Tenente Assistente Dr. João Penteado E. Stevenson; Tenente Intendente Goberto de Paula Avellar (17 oficiais).

Primeiros Sargentos

Arnaldo Ferreira Bastos, Anesio Silveira Junior, Firmino Silva Santos, Mario Antonio da Silva (04 sargentos).

Segundos Sargentos

Benedicto Marques, Raphael Comenale, Orlando Poletti, Geraldo Giudice, José Queiroz, Augusto Pinto, Oswaldo de Souza Machado e Luiz Desiderio (08 sargentos).

Terceiros Sargentos

Alberto de Castro Seixas, Vital de Almeida, Walter Ravache, Francisco Badilho, Saul Jardim, Alfredo Spisso Amoroso, Edgard Bradfield, Marciano Monteiro, João Baptista Cataldo, Jayme Williams, Arnaldo Loureiro da Cruz, Ricardo Grasmann, Genaro Massena, Luiz da Silva Gomes, Luiz Pivetta, Carlos de Campos Collaço, Sizernando Carvalho, Bento Pereira da Rocha, João Verissimo da Silva, João Guerra Junior, Eulogio Borba, João São Paulo, Antonio Gustavo Corrêa, Filinto Pedro Galvão e Nepomuceno Braga (25 sargentos).

Terceiros Sargentos da Saúde

Walter Ahrens e Mechiades Guédes (02 sargentos).

Cabos

Haroldo Sampaio Geribello, Alvaro Coelho, Bento Jordão Martins, Gilberto Spindola, Messias Filke, Aldrovando Cruz, Carlos de Souza Valente, Onofre Pinheiro, Leopoldino Fraga da Luz, Epaminondas Scujillo, Marco Aurélio de Sá, Filemon Filgueiras, João Ravache, José Vav, Benedicto Luiz Braga, Raul Snell, Waldomiro Costa Guimarães, João Pinto, José Gomes, Mario Alberto Zucchi, Luiz Cortézi, Jayme Camargo Xavier, Antonio Izidoro dos Santos, Ernesto Cataldo, Francisco Giglio Junior, Henrique Gonçalves, Lucio dos Santos, Theophilo Fortes, Antonio Ribeiro, João Pedro da Cruz, Horacio Gaudencio Catira, Silvino Silvestre, Lavêne França Carneiro, Orozimbo Camargo, Heliodoro França, José Dias, Joaquim Teixeira, Baptista Bauartner, José Ozorio de Azevedo, Germano Tutz, Raul Carmillo do Amaral, Amaro Pires, Carlos Lobato Giudice, José Luuiz Junior, Olympio Vassão, João Salles, Symphronio da Silva Junior e Mario Arantes de Moraes (47 cabos).

Soldados

Eduardo Souza Pinheiro, Olavo Luz, José Rodrigues, Manoel Rodrigues, Francisco Tarcisio Redoglia, João Penteado Proença, Mario Mendes dos Santos, Onofre Sant'Anna Ferreira, Ernestino Rocha, Paulo Aldarico Brasil, Antonio Benedicto Paiva, Joaquim Marques de Moraes, Eduardo Soares, João Paula `Pinheiro, João Baptista Mendes, João de Souza Lima, Pedro Lopes de Souza, Aguinaldo Romanez, Francisco Spiridão, Milton S. Pereira, Antonio Lucci Filho, Gerardino Paiva, Andreolino Seixas, Dagoberto Maranhão, Benedicto Jovelino, Francisco Rodrigues Cortez, Hermogenes Fórtes, Irineu Cunha, Arnaldo Pompeu da Silva, Vicente Pedreira, Firmino Horacio, Nicanor Nolasco Hernandez, Homero Nogueira, Felipe Oliva, Lucas Teisen, Odilon Vieira de Campos, Martinho Antonio Maximino, Plínio Negrão,

Gustavo Pires da Silva, Manoel Gomes, Olympio Soares, Levy Francisco dos Santos, Benedicto Ignacio, Alvaro Fontoura, Amleto Francescheli, Durval Snell, Francisco Soares de Souza, Manoel Menconi, José de Oliveira Andrade, Raymundo Abello, José Cardoso, Edgard Kíehl, José Antonio Silveira, João Damasco de Azevedo, Santos Catini, Diomar de Moraes, Antonio Paula Rodrigues, Carlos Costa, Luciano Branco Araújo, Maximiano Antunes, Antonio de Almeida, Antonio Soares, Pedro Augusto, Celso Ferreira dos Santos, Jorge Pires da Silva, Mario Fontoura, Antonio Arantes de Moraes, Rubens Arantes de Moraes, Avelino Mendes, Alceu Severino, Emilio Cavaleiro, Lindolpho Celso Martins, João Alves de Borba, Raul Lincoln Gustavo Filho, Eruch Arends Junior, Herminio Henrique, Firmino Valle, Pedro Brites, Armando Serrador, João Rocha, Manoel Paulino da Silva, João Santiago de Carvalho, João Vaz Rodrigues, Milton Aragão, Vicente Martins Junior, José Alves da Silva, Clóvis Luz, Décio Luz, Willys Wassão, Carlos Nielsen Junior, João de Deus, Paulo Labate Giudice, José Gouvêa Giudice, Adelio Fortes, Antonio Andrade, Lucilio Carneiro, Andreilino Nicolau Sliwidwain, Aristobolo de Lima, Oswaldo de Freitas, José Silva Lima, Benedicto Pereira, Raphael Archanjo Gonçalves, Antonio de Campos Collaço, Antonio Torquato, Julio Neves, Oswaldo Rolo, Ary de Moares Giani, Antonio Ambrosio de Souza, Francisco Souza, Francisco Ribeiro, Antonio Martins Olympio, João Leandro de Souza, Americo Amancio, Carlos Lopes de Almeida, Mocy Breno, Celso Veiga, Antonio Maximiano Franco, Francellino Pontes, Antonio Publio Valle, Celso Fraga, Florindo Alves, Antonio Florio, Zacharias Cesar de Oliveira, Justiniano de Moraes, Francisco dos Reis, Antonio Silva, Theodomiro Faustino, João Olivio, Manoel Sabino dos Santos, Antonio Fortes Junior, Domingos Julio Ramos, Antonio Juvencio, Gervasio José Duarte, Olympio Rosa Cavaleiro, Bertholino Felix, José Pinheiro, Victalino Botelho, Antonio Baptista Rostello, Armando Fontoura de Almeida, Dante Caravillelo, José Antonio da Luz, Manoel Rodrigues (segundo), Justino Luz, Miguel Dinardi, Jordino de Moraes, Silvio Camargo, Mario F. Rizzo, Paulo Veiga, Seraphim da Costa Guimarães Junior, Irineu Pina, Amaro Tavares, Felicio Joaquim Alves, Eugenio Casabuona, Antonio Benedicto Alçupe, Manoel Florêncio da Costa, Antonio Marcelino, Firmino Xavier, Alfredo Touchi, Dante Avancini, Manoel Lopes, Ricardo Merarijó, Antonio Claudio de Assis, Messias Silva Furani, Ricardo Burmann, Benedicto Pires de Araujo,

Benedicto Cavalheiro, João Cavalheiro, Alipio Albano, Benedicto Antonio Pires, Manoel Vianna, Joaquim Rodrigues, Antonio de Lima, Americo Patricio, Belmiro Alves Ramos, Hermenegildo Tavares, José Cassiano, Daniel C. Rodrigues, Leoncio Alves, José M. Rodrigues, Leonidas T. Pereira, José P. Conceição, Sebastião Souza, Manoel B. Galvão, Quintino Bento, Cornelio Cypriano, Benedicto Reis de Andrade, Antonio Alvarenga, João Braga, Pedro Fernandes, João Juvelino da Silva, Amaral Fraga, Benedicto Ramos, Antonio Pedro, Hary Harzer, Honorato Lopes e Antonio Silveira.

Acrescente-se à relação acima os nomes do Soldado Voluntário Delmiro Filgueira Sampaio e os combatentes Jayme Marques, Francisco Comenale, Belmiro Schunck Zenha, Jayme Camargo Xavier, Oscar Ávila e Lucas Teisen os quais, por algum motivo, não constaram no *Álbum de Santo Amaro* (editado em 1935), perfazendo, assim, o contingente da Companhia Isolada do Exército de Santo Amaro, em um efetivo que, por estimativas, teria totalizado cerca de 305 homens.

E foram estes jovens idealistas que abraçaram a causa em defesa do Estado de São Paulo e do Brasil, demonstrando através dos atos de bravura, que honraram os santamarenses revelando, assim, a importância da frase estampada no Brasão de Armas da cidade de Santo Amaro:

Antiquissimum genus paulista meum!

Referências

- AMERICANO, Jorge. **São Paulo nesse tempo (1915 – 1935)**. São Paulo: Melhoramentos, 1962.
- ASSOCIAÇÃO Comercial de São Paulo. **Em defesa da livre iniciativa desde 1894**. São Paulo: 1997.
- BERARDI, Maria Helena Petrillo. **Santo Amaro memória e história: da botina amarela ao chapéu de couro**. São Paulo: Scortecci, 2033. p. 172-173.
- BRUNO, Gilberto Marques. **Obra coletiva: para sempre 32**. Vol. III – O Herói Santamarense: o Soldado Voluntário Delmiro Sampaio. São Paulo: Matarazzo, 2018. p. 9-14.
- CALDEIRA, João Netto. **Álbum de Santo Amaro: a história dos santamarenses**. São Paulo: Editora Organização Cruzeiro do Sul, Bentivegna & Netto, 1935. p. 94-98.
- CANCIAN, Renato. Educação UOL. **Revolução de 1930: História do Brasil**. Acesso em: 02 abr. 2022.

DE MELLO, Elisário Venâncio. Revista Interlagos. Santo Amaro e o 9 de Julho. **Revista de Assuntos Sociais e Culturais**. n. 11. Ano III. Julho de 1954. p. 23-25.

FAUSTO, Boris (2010). **A revolução de 1930**: historiografia e história. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. pp. 65-74.

HIGA, Carlos César. Revolução Constitucionalista. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilestela.uol.com.br/historiab/revolucaoconstitucionalista.htm>. Acesso em: 15 de abril de 2022.

JORNAL Folha da Manhã. 1ª Seção. Ano VIII, n. 2.421. Edição de 10 de julho de 1932.

9

Revisitando 1932 e suas mulheres

Maria Cecília Naclério Homem¹

1. Doutora em estruturas ambientais e urbanas. Mestre em História.

Neste ano de 2022, comemora-se o 90º aniversário da Revolução Constitucionalista de 1932. Muito se escreveu sobre o tema e ainda pode ser escrito, considerando-se, ainda, a simpatia que despertou em diversos pontos do país e as conseqüências que trouxe para a vida pública. Tentamos, em poucas linhas, dar uma idéia do que foi a chamada “Guerra Cívica” dos paulistas e o que ela representa para a história, com ênfase na participação feminina.

A Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, resultara vitoriosa, tendo contado, mesmo, com as simpatias de São Paulo. O governo provisório foi instalado no dia 3 de novembro pelo novo presidente, o qual prometera uma rápida normalização política do país, dentro do regime constitucional. Entre as bandeiras da Revolução de 1930, podem ser destacadas a reforma eleitoral (com voto secreto) e a convocação de uma Assembléia Constituinte.

Getúlio Vargas procurou controlar as duas forças revolucionárias que o apoiavam, as quais eram antagônicas: os políticos da Aliança Liberal, que propugnavam pela democracia, de um lado; e, por outro, os tenentes, por um governo autoritário. De imediato, os atos de Vargas revelaram-se ditatoriais, começando por nomear interventores para os estados da Federação. Enquanto nestes, os interventores haviam surgido das alianças locais, a São Paulo coube uma série sucessiva de três interventores provenientes de fora, os quais estiveram longe de cair nas boas graças da população. Antes, suscitaram o seu descontentamento por suas imposições e pelo descaso e prepotência com que trataram os assuntos administrativos e as instituições paulistas. Assim, foram alvo de pressões e, um a um, tiveram que renunciar.

Desencadeou-se, em São Paulo, uma forte propaganda contra o governo central. Sob o lema *Tudo pela Constituição*, uniram-se os membros dos partidos políticos mais importantes, estabelecendo uma Frente Única que incluiu os estudantes das escolas superiores e os jornais *O Estado de São Paulo*, *A Gazeta* e *O Diário de São Paulo*. Getúlio Vargas ainda fez uma última tentativa. Desta vez, nomeou o Embaixador Pedro de Toledo, paulista e civil, que acabou tomando uma atitude solidária com o povo e não aceitou os secretários escolhidos pelo presidente. Enquanto São Paulo era

ameaçado de sofrer uma repressão militar, a chegada de Oswaldo Aranha a esta capital, no dia 22 de maio, para nomear o secretariado pró-Vargas, inflamou a população que saiu às ruas para protestar e exigir a Constituinte.

Nos tumultos do dia 23 de maio de 1932, quatro jovens foram assassinados: Euclides Bueno **Miragaia**, Mário **Martins** de Almeida, **Dráusio** Marcondes de Sousa e Antônio Américo de **Camargo** Andrade. De seus sobrenomes foi composta a sigla **M. M. D. C.**, a qual passou a simbolizar a Revolução Constitucionalista. Esta irrompeu no dia 9 de julho do mesmo ano. Uniram-se a antiga Força Pública de São Paulo (atual Polícia Militar), o Exército Brasileiro em terras paulistas e milhares de voluntários. Deviam agrupar reforços vindos de outros estados, prometidos por militares ou por grupos de revolucionários que também se manifestavam contra o governo Vargas. Por falta de homens, de armas e de equipamentos, as forças paulistas não entraram no Rio de Janeiro. Permaneceram em Cruzeiro, em observação, enquanto eram observadas pelo General Góes Monteiro, estacionado em Resende.

Com poucas exceções, os reforços prometidos pelos outros estados não vieram, impedidos pelo Presidente Vargas, que efetuou muitas prisões e, com habilidade, conseguiu unir a maior parte da Federação contra os revoltosos de São Paulo. O movimento acabou se restringindo ao território paulista, e contou com a participação dos matogrossenses e tiveram como líderes principais: o General Bertoldo Klinger, comandante da guarnição militar do Mato Grosso, que se deslocou para o nosso estado, o general reformado Isidoro Dias Lopes e o Coronel Euclides de Oliveira Figueiredo, de modo que a luta ocorreu em desigualdade de forças. As tropas legalistas sitiaram todas as fronteiras do Estado de São Paulo, tanto por terra quanto por mar e ar, acarretando grandes dificuldades no tocante à importação de armas e munições.

De imediato, as indústrias locais substituíram as suas produções pela fabricação de fardas, capacetes e armamentos. Homens, mulheres e crianças, brasileiros e estrangeiros, negros, brancos e índios mobilizaram-se – tanto para ir ao front, quanto para trabalhar nos quartéis, nas comunicações, nas indústrias, nas igrejas, em clubes e sociedades.

Das colônias de origem estrangeira houve os que lutaram bravamente e os que enviaram alimentos às tropas. Tratores e automóveis, colocados à disposição pelos proprietários, transformaram-se em tanques de guerra. Uma invenção importante foram os **trens blindados ou trens fantasmas**, cujos vagões eram envoltos em placas de aço pintadas de cores diversas, entremeadas de pranchas de peroba, envolvendo metralhadoras e canhões no interior, que contava com geradores de eletricidade e telefone. A locomotiva ficava no centro da composição.

Os estudantes e sua participação

Foi notável a participação dos estudantes que deixaram as escolas e a universidade para auxiliarem os feridos e para produzirem ou adaptarem armamentos. Como faltassem armas, os alunos da Escola Politécnica usaram de um expediente engenhoso, o de utilizar matracas nas trincheiras porque o seu ruído, ouvido à distância pelas tropas contrárias, daria a impressão de que os constitucionalistas dispunham de metralhadoras.

As mulheres

Salienta-se o papel das mulheres que saíram de casa para auxiliarem o recrutamento de homens para o exército. Quando elas não vestiram a farda masculina e se dirigiram à luta armada, atuaram como enfermeiras (aulas no Inst. Biológico, na Cruz Vermelha, Cruzada Pró-Infância, Liga das Senhoras Católicas, etc.), e como cozinheiras para as tropas e os quartéis. Foram também costureiras: 70 mil delas confeccionaram fardas. Muitas cozinham para as tropas, tricotaram para seus filhos e maridos que sofriram o inverno rigoroso nas trincheiras. Costuraram, também, a bandeira de São Paulo. Muitas doaram jóias raras e de família, além de atenderem as campanhas de doação de ouro e de sangue. As mortes eram sublimadas por amor a São Paulo.

Elas tanto pertenciam à alta sociedade como às camadas populares. Entre as primeiras, salientam-se:

– D. Olívia Guedes Penteado, proferiu discurso convocando as mulheres na Rádio Record.

– Nicota Pinto Alves, anjo tutelar, foi em socorro das famílias dos combatentes paulistas.

– Maria José Barroso (Limeira, 1905 - 11 fev. 1957)
= Maria Soldado, de cor negra, foi eleita mulher símbolo de 32.

Foi cozinheira da família Lébeis e de d. Nicota. Deixou o avental e foi para o interior arregimentar negros e índios para a revolução. Trouxe um grupo que acampou nos jardins do palacete dos seus patrões, Pinto Alves. Vieram armados de facas e de facões. Pretinha e miúda, alistou-se na Legião Negra e lutou no front, segundo escreveu o poeta Paulo Bomfim:

“No Setor Norte e no Setor Sul, lá estava Maria Soldado, com seu rosto cor da noite, sua alma de neve, seu sangue vermelho, formando uma bandeira paulista viva, conduzindo seus camaradas”! Maria Soldado foi pipoqueira no Ibirapuera. Está enterrada no Mausoléu, ela e sua patroa. Dá nome ao Museu da Revolução.

Sobre o papel da mulher paulista na Revolução de 1932, acrescentamos um texto (s. a.), lido por Dulce Amaral no microfone da Rádio Record, que foi publicado na *Folha da Noite* em 14 de julho de 1932:

– Eu sou a Mulher Paulista!

– Obrigada, Homem Paulista!

Em nome da vossa Mãe, em nome da vossa irmã, em nome da vossa esposa. O sangue “Brasil” (sic) que circula nestas minhas veias, dá-me o sagrado direito de gritar neste momento tão decisivo para os destinos da nossa terra: Eu sou a Mulher Paulista. Sou filha e neta de Bandeirantes. Os nossos maiores que rasgaram brumas e brenhas, que traçaram, no planalto, caminhos, sonhos e destinos, vivem e exercem a sua influência sobre a nossa vida de todos os dias. Foi desse passado glorioso que nos vieram essa pujança afetiva, essa firmeza intrépida e esse indomável impulso para as causas que elevam as nossas capacidades físicas e

intelectuais até às ambições sadias e boas de um futuro melhor.

A Constituição é a meta ambicionada. E hoje eu vejo gota a gota, passo a passo, dia a dia, se avolumar, despontar, crescer, florir, em torno desta Cruzada patriótica, toda a energia represada por muitos anos de opressão. Tudo o que vos anima neste momento. Homem Paulista, coragem, brio, consciência do dever, expansão cívica, já animou outrora os heróis das Bandeiras Paulistas, que revivem hoje nos nossos filhos, nos nossos pais e nos filhos, dos nossos filhos.

Estas palavras não são um apelo porque São Paulo já está de pé, já está alerta e intimorato na convicta esperança de que sejam bem compreendidos os seus ideais. Não. Não é um apelo. É apenas um agradecimento. Agradecimento humilde da mais humilde filha de Piratininga. Obrigada Homem Paulista!”

Entre os **18 mil combatentes paulistas**, merecem destaque, principalmente, cerca de setecentos que faleceram nas frentes das batalhas. Apesar de terem lutado bravamente, acabaram por capitular, tendo cessado as hostilidades no dia 2 de outubro de 1932. Contudo, sua luta não fora em vão. Politicamente, saíram vitoriosos. Dois anos depois, Getúlio Vargas daria a tão almejada constituição. Nela eram instituídos o voto feminino e a diminuição do limite da idade mínima do eleitor de 21 para 18 anos, direitos trabalhistas, pluralidade e autonomia sindicais, salário mínimo, jornada de oito horas diárias de trabalho, proibição do trabalho para menores de 18 anos, repouso semanal obrigatório, férias remuneradas, indenização por dispensa sem justa causa, assistência e licença remunerada à gestante. Uma das conseqüências foi a eleição da primeira mulher deputada, a médica, pedagoga e escritora Dr^a. Carlota Pereira de Queiroz.

Abortada pelo golpe do Estado Novo, em 1937, as conquistas da Constituição de 34 seriam restauradas nas Constituições de 1946 e 1988.

A Revolução Constitucionalista de 1932 mobilizou todas as classes sociais, credos e etnias. Brancos, negros e índios uniram-se num ideal comum: a defesa do Estado de Direito, isto é, da democracia, contra a

ditadura. Apesar de que esta foi consolidada posteriormente, com o golpe do Estado Novo, dado em 1937, por Getúlio Vargas, o qual ainda seria reconduzido à presidência da República, pelo voto popular, em 1954. Entretanto, a Revolução deixou uma experiência positiva entre nós, o culto do exercício democrático, expediente que coloca o povo em estado de alerta face à ameaça do autoritarismo, sempre recorrente em nossa história, como observou o jornalista Ruy de Mesquita Filho. Salienta-se, ainda, a presença feminina na vida pública, em todas as profissões e setores da sociedade, concorrendo ombro a ombro com o homem.

Para concluir, devemos sempre nos lembrar da importante participação da Mulher Paulista na Revolução Constitucionalista, um dos maiores movimentos armados da História do Brasil. Colocadas sob segundo plano quando se trata da história das guerras. Contudo, mais de 72 mil mulheres provaram a sua importância e o valor de seu legado, em 1932.

Honras às admiráveis mulheres paulistas que, com coragem e determinação deixaram um exemplo de civismo e determinação na luta pela Liberdade e a Democracia em defesa do Estado de Direito.

A estas mulheres maravilhosas nossas honras e eterna gratidão!

Referências

- DONATO, Hernani. **A revolução de 32**. São Paulo, Círculo do Livro, 1982.
- HILTON, Stanley E. **1932: a Guerra Civil Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- LOBO, Lucia Lameyer; VASQUEZ, Pedro Karp. **Revolução de 32: a fotografia e a política**. Rio de Janeiro: Funarte, 1982.
- NOGUEIRA FILHO, Paulo. **A guerra cívica: 1932**. Resumo da obra em seis volumes por Pedro Ferraz do Amaral. São Paulo: Comissão de Comemorações do Cinquentenário da Revolução Constitucionalista de 32, 1982.
- PEREIRA, Antonio Carlos. **Folha Dobrada I: documento e história do povo paulista**. 1932. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1982.
- PONTES, José Alfredo Vidigal. **O Brasil se revolta: o caráter nacional de um movimento democrático**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, Terceiro Nome, 2004.
- RODRIGUES, J. **A mulher paulista no Movimento Pró-constituente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933.

Sites

MIGALHAS. <https://www.migalhas.com.br/quentes/204015/participacao-da-mulher-na-revolucao-de-32-e-marco-importante-para-legado-feminino-no-pais>.

GOOGLE ARTS & CULTURE – MUSEU DA IMAGEM E DO SOM. <https://artsandculture.google.com/story/AwVRXg7DS8ZpKg?hl=pt-BR>.

10

9 de julho de 1932

Arthur Jorge do Amaral¹

Desembanhamos a espada em continência à Lei.

Gal. Bertoldo Klinger

1. Natural de Rio Brilhante-MS, é filiado a UBE/MS (União Brasileira de Escritores). Autor de 12 livros, inclusive *Sou MS*, em 3 volumes. Filho de Paulino Ribeiro do Amaral, voluntário que serviu à causa Constitucionalista ao lado do Doutor Arthur Jorge, um dos líderes do movimento em Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul tem sua origem em expectativas de seus filhos e pioneiros há mais de um século, e seria pouco dizer que centenas ou milhares de vidas foram sacrificadas por esse ideal! São histórias e feitos que, marcados por famílias com nome e sobrenome, se espalham na planície do cerrado, nas matas, campos e imensos pantanais, guardando memórias sepultadas como heróis, uns conhecidos e outros muitos, anônimos! Mas, existem também entre os conhecidos, pouco divulgados!

Retrospectiva Histórica

Voltar 90 anos na história brasileira, pode parecer saudosismo ou mesmoleite de historiadores, amantes da literatura. Mas existe uma razão muito forte a exigir explicações, principalmente do Sul-mato-grossense de origem, coração e alma!

Esse estudo e ponderações a respeito da Revolução Constitucionalista de 1932 que, agora, em 2022 vai completar 90 anos, são motivos de reflexão ponderada, onde fatos importantes não são lembrados, e nossa consciência pede a oportunidade para apresentar algumas versões apropriadas para contribuir com a sociedade a qual fazemos parte.

E é neste ponto que vamos nos debruçar sobre esse acontecimento histórico, que nos toca fundo quando 9 de julho ressurge após 90 anos. Sem precisar se deter na importância daquele momento, vamos mais além, para observar o reflexo que por 10 anos assolou nossa região, desde o 5 de julho de 1922, quando o 17º Batalhão de Caçadores de Corumbá se dirigiu até Três Lagoas, pronto para invadir São Paulo, sob o comando do Cap. Joaquim Fernandes de Nascimento Távora. Era o início do levante conhecido como Revolta dos Tenentes e que, 2 anos depois, na mesma data, irrompe em 1924 a Revolução Paulista, e aquele capitão foi morto em combate na capital de São Paulo. Seu irmão, o tenente Juarez Távora, vai representar figura importante neste cenário, e aqueles revoltosos em número superior a 3.000, armados e organizados, chegam ao Porto XV de Novembro e, visando Campo Grande, fazem incursão pelo Rio Pardo e depois sobre Três Lagoas, proclamando a Unidade Federada de Brasilândia, e são rechaçados

no dia 18 de agosto, pelas tropas do Exército Mato-grossense sob o comando do General João Nepomuceno e do destacamento do Coronel Malan.

Este episódio, com a expulsão destes revoltosos de terras mato-grossenses e, a seguir, a invasão do Estado do Paraná, onde o general Rondon vai lhes dar combate por mais de seis meses e os expulsa dos pinheirais paranaenses quase dizimando-os, em torno de 200 remanescentes, entrarem para o Paraguai.

Ali terminava a atuação do General Rondon no episódio, mas eis que, já no Paraguai, em 1925, estes 200 remanescentes da Revolução Paulista vão se juntar à Coluna Rio-grandense e formam, ali, a grande marcha conhecida como Coluna Miguel Costa/Prestes, e invadem novamente Mato Grosso por Iguatemi, Amambaí e Ponta Porã.

Neste ponto, estes aventureiros fardados se dizendo revoltados contra tudo e contra todos, vão se encontrar e serem combatidos pelo pequeno grande herói: o Major Bertoldo Klinger!

General Bertoldo Klinger

Naquele momento em Amambai, Iguatemi, Ponta Porã e Cabeceira do Apa, estará de prontidão o então Major Klinger, com as tropas brasileiras e mato-grossenses, tinha que dar garantias a população, a integridade da nação e a defesa de sua soberania. Lhes ditavam ordens constitucionais. Esta maratona de revoltosos (paulistas e gaúchos) iria percorrer todo o espaço terrestre do hoje Mato Grosso do Sul e, embrenhando-se por Goiás até a Bahia, no seu encalço, pari-passo, seguia o pequeno grande herói, e seus brilhantes comandados, só regressando a Campo Grande em fins de 1925. Eis que aquela maratona seguia até o Maranhão, para desaparecer na Bolívia, dois anos depois.

Este relato é bom que se faça porque, Bertoldo Klinger, após estes episódios, viria a representar uma figura exponencial na criação do Estado independente do Sul do Mato Grosso, durante a Revolução Constitucionalista de 1932.

E, após o seu brilhante trabalho na retaguarda, e no combate a Coluna Miguel Costa/Prestes, retomou à sua atuação no Exército Nacional, razão de sua vida. Vale dizer, também, que a sua pequena estatura, 1,60 m, ou um pouco mais, possuía um carisma de importante chefe, intelectual e humano!

Formado em Engenharia Militar, foi confirmado no Posto de 2º tenente em 10 de janeiro de 1907 e, em 1912, a 1º tenente. Foi um dos fundadores, redator e diretor da revista *Defesa Nacional* onde, por muitos anos, se dedicou à literatura militar.

Foi capitão em 1918 e major, em 1923, quando veio servir em Campo Grande, pelo Decreto de 3 de dezembro de 1924. Registre-se, também, que mesmo sendo engenheiro, serviu sempre na arma de Artilharia.

Ao aqui chegar, encontrou com o já general Malan, comandando a Região Militar de Mato Grosso, sob às suas ordens é que vai dar combate a Coluna Miguel Costa/Prestes.

Após prestar relevantes serviços a pátria brasileira, foi promovido por merecimento a Tenente-Coronel, em 5 de maio de 1.927. Ainda por merecimento, a Coronel a 26 de setembro de 1929. Após a Revolução de 1930, que colocou no poder Getúlio Vargas, nosso pequeno grande herói foi promovido a General de Brigada a 7 de maio de 1931. E é, nesta condição, designado comandante do Exército de Mato Grosso, onde veio para Campo Grande, onde assumiu a 12 de junho de 1931.

Atuação de Klinger em Mato Grosso

Ao ser designado Comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, o General Bertoldo Klinger, antes de tomar posse, e ainda no Rio de Janeiro, recebeu a informação de transferência do Batalhão de Engenharia de Aquidauana, para o Nordeste.

Esta determinação, partira do Ministério de Viação, onde José Américo de Almeida, ministro nordestino, justificara como urgência e emergências a cumprir naquela região. Esta ordem já fizera o Batalhão encaixotar os

seus haveres, deveres e se aprontarem o pessoal para a partida quando, numa contra ordem dada por Klinger, que não admitiu em hipótese alguma. Em suas memórias, ele escreveu o seguinte:

Não mexeram mais no “meu” Batalhão, nem mais pensaram em descobrir outro que pudesse ser incumbido de tarefa urgente, para a qual haviam obedecido ao primitivismo de querer despir um santo, esfarrapado, para por uns trapos em outro!

Uma vitória antes de tomar posse, e Aquidauna não perdeu seu grande Batalhão de Engenharia e Combate, (BEC), com grandes serviços prestados ao Oeste Brasileiro! Consegui, também, um adiantamento para melhorias no Forte Coimbra, construção de casas para oficiais no 10º RCI, Bela Vista, abastecimento de água no quartel de 11º RCI de Ponta Porã e reparos no quartel do 17º BC de Corumbá e, ainda, reparação no cemitério histórico de Nhandipá, também em Bela Vista.

Após a sua posse, foi planejada uma manobra de toda a região de Mato Grosso, se concentrando em Nioaque, e que teve a participação de 75 oficiais, 127 sargentos e 1.206 cabos e soldados. Também foram utilizados 663 animais de artilharia (cavalares) e, no auto transporte, 20 caminhões, inclusive oficina e reserva, tripulados por 117 homens.

Com início em 7 de setembro de 1931, prolongou-se essa manobra, com apresentação pela primeira vez a esquadrilha de aviação, especialmente vinda do Rio de Janeiro. Foi feito, também, pelo 10º RCI o percurso da Retirada de Laguna de Bela Vista até Miranda e Nioaque, registrando todo o itinerário percorrido por aqueles heróis como parte da manobra.

Por este íterim já grassava em São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná, movimentos políticos, pedindo eleições constitucionais, em detrimento da idéia de uma ditadura política. Em Mato Grosso não foi diferente, e o General Bertoldo Klinger começou a se manifestar nesta direção justificando a sua posição de ser líder do pensamento Constitucionalista.

Sua ação de comandante teve grande apoio e reconhecimento público ao completar o primeiro ano. Recebeu a maior manifestação já concedida a um chefe militar em Campo Grande. Com notícias divulgadas pela imprensa local e nacional, distribuídas aos Diários Associados e ABI, foi o seguinte divulgado:

A oficialidade de todos os corpos de guarnição, federal e estadual do Estado de Mato Grosso, resolveu oferecer ao seu ilustre e muito digno chefe, General Klinger, um grande banquete no dia onze do corrente (11/06/1932) primeiro aniversário de seu eficiente e instrutivo comando, como prova de solidariedade ao caráter altivo, espírito de justiça e nobres atividades que caracterizam a sua personalidade.

Esta confraternização foi no amplo salão de festas do então Hotel Colombo, na Rua Dom Aquino. A liderança intelectual, militar e social de Bertoldo Klinger se confirmara no quadrante mato-grossense no Oeste do Brasil!!

8 de julho – exoneração de Klinger

Reconhecido o prestígio e camaradagem conquistado com seu comando em Campo Grande e em toda a região mato-grossense, começam no mês de abril e maio, manifestações em São Paulo de confiança em Klinger para liderar o movimento Constitucionalista. Um dos principais incentivadores desta liderança, foi o General Izidoro Dias Lopes, chefe-comandante da Revolução Paulista de 1924 e, agora, chefe militar no governo Getúlio Vargas.

Sabe-se que, em Mato Grosso, um dos amigos, companheiro e confidente de Klinger foi o fazendeiro Laudelino Barcellos, que se prontificou a ajudá-lo em São Paulo, pois eis que este também apoiava a ideia constitucionalista. Este registro foi feito porque este era realmente companheiro mato-grossense de um dos líderes civis do movimento de 1932.

Segundo relata Klinger, nos procedimentos interligados de São Paulo e Mato Grosso, em caso de guerra iminente, a força mato-grossense poderia mobilizar 5.000 homens, que se configuraria como promessa implícita do contingente. Relatou, ainda, que a “ideia de manobra”, militar e política pró-Constituição ficaria definida como preliminar e impreterível que, além de São Paulo e Mato Grosso, contassem seguramente com o Rio Grande do Sul, e fossem feitos esforços para atrair a cooperação de Minas Gerais e, se possível, o Estado do Rio e do próprio Distrito Federal, na época, no Rio de Janeiro.

A ideia primária como “ação de guerra”, seria a tomada dos governos de São Paulo e do Mato Grosso para, a partir daí, não fazer invasões a Estados, mas sim, conquistar todo apoio para a causa, com a cooperação espontânea, convencida destes.

Em primeiro lugar, definiu-se a data “15 de julho” para o início destas operações e a deflagração. Porém houve, em 1º de julho com a nomeação de novo Ministro da Guerra, uma total divergência intema-corporis. Klinger com conhecimento de seu Estado Maior e de seus oficiais se manifesta em ofício dirigido ao novo ministro com fortíssimas críticas a forma de sua nomeação, e também pela forma que foram conduzidas as políticas no âmbito militar. Era um protesto solene lançado e que ele, posteriormente, vai afirmar que o fez “pronto para ser sacrificado se as circunstâncias assim determinassem”, e também que “mantenho os meus ideais e não arrastarei Mato Grosso para uma iniciativa de reação armada”.

Estava aí tramada a situação que interessava ao governo e, eis que, às 14 horas do dia 8 de julho, recebia Klinger um telegrama urgente:

De Rio, dia 8, 13 hs e 15: Comunico-vos que chefe governo provisório vos reformou administrativamente, pelo que deves passar comando Circunscrição ao substituto legal, imediatamente. Assina: general Espirito Santo Cardoso, Ministro da Guerra.

Em plena tarde de sexta-feira estava consumado um ato sobre a cabeça do pequeno grande herói. Naquele momento, foi sacrificado perdendo o

seu comando e levado à aposentadoria compulsória, para assim segurar o seu ímpeto de brasilidade!

O amanhecer de 9 de julho

Assim, o sol nasceu no leste no dia 9, um sábado, com a fria neblina de julho e, nos corações de milhões de brasileiros, era o fogo que irrompia como um vulcão. Era um momento em que extasiavam os espíritos e levaram aos confins do firmamento as mentes mais lúcidas e sensatas. Era a reedição de revolta contra uma ditadura de poder que a todos amedronta, ou decepa os mais sombrios conceitos nacionais!

Em Mato Grosso, com a exoneração e a substituição urgente/urgentíssima de Klinger, que deixou a todos estupefatos porém, sem reação, de pronto, na mesma tarde do dia 8, o comando foi passado ao Coronel Oscar S. de Paiva.

E as manobras marcadas para serem iniciadas no dia 15 de julho, já anteriormente definidas, e que iriam lutar pela constitucionalização do país, tinham ali sido antecipadas pelo duro golpe dado em um dos líderes e defensores do movimento. Era o momento de uma imediata resposta e, de São Paulo, todos os líderes em homenagem ao general injustamente reformado e exonerado, fizeram a proclamação: Klinger, Chefe do Movimento Armado!

Em suas memórias, ele escreve:

Eu acabara de ser proclamado chefe militar do movimento armado, em confirmação do convite que me fizera o General Izidoro. Era de máxima importância, consideravam os conjurados, não perder a minha colaboração, nem as possibilidades de que eu dispunha enquanto em Mato Grosso!

E segue narrando o momento crucial daquela data: “Tais foram as contingências que ditaram a brava resolução de não mais esperar o dia ‘15 de julho’, para desencadear a revolução, desencadeada imediatamente. Daí a memorável, esplêndida eclosão: 9 de julho de 1932”!

Nosso pequeno grande herói foi o porta-voz naquele momento das incertezas, e ele escreveu com o coração aberto o que ocorreu com perguntas e respostas, nos seguintes termos:

Por que?... nos anseios nacionais pró-restauração do regime constitucional, culminastes na reação armada contra a ditadura, São Paulo é que veio a ser a voz do Brasil? E, logo seguido por Mato Grosso, o braço do Brasil?

Por que?... para essa reação de armas na mão, a mim é que veio a caber o supremo comando militar das Forças Constitucionalistas?

E, com ele mesmo, vamos trazer as respostas consideradas essenciais para o momento.

Em resumo, e em última análise, o papel que desempenhou São Paulo no movimento pró-Constituição, desde os primórdios da conspiração contra a perduração da ditadura-censuração, a bem dizer, *ultima ratio*, veio a lhe ser imposta pela ostensiva, notória preferência que teve São Paulo na aplicação dos processos discricionários do governo outubrinho para a conquista do Brasil.

Semelhante preferência foi percalço da perfeita punição do Estado, a destacá-lo altamente dentro da federação, por isso impondo-o no mais alto grau aos apetites dos famélicos conquistadores. O ditador lançava São Paulo a essas feras – em que se desmascaravam a maioria dos processos do “espírito revolucionário” – para ver-se livre dos seus ameaçadores grunhidos e mostra de garras, com a agravante do assim descarado repúdio, traição, aos veteranos paulistas, até precursores, da campanha pro regeneração da política nacional, nomeadamente no âmbito do Governo Federal.

Mato Grosso veio a secundar São Paulo em razão de achar-se, ali no comando militar, um chefe inteiramente embalado na reação nacional anti-ditadura e a quem tocara o comando das forças armadas constitucionalistas.

Entramos, assim, no domínio da resposta a segunda das questões que fazem objeto do presente capítulo, formulada no seu intróito.

Assinalemos que aquela minha condição de comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso acrescia a de ser eu o único irmão de armas constitucionalistas investido de semelhante função, à testa de grande unidade?

E segue finalizando:

A essa altura do fluvial curso dos acontecimentos já eu fora convidado para comandante superior das Forças Constitucionalistas em-ser e comunicara aos conjurados que aceitava a missão.

Comandante Superior da Revolução Estado Independente no sul de Mato Grosso.

As primeiras providencias como chefe da revolução, foi feita uma proclamação, largamente distribuídas em Campo Grande, e dali levada a todos os seus quadrantes, e trazia o seguinte, assinado por Klinger:

Em São Paulo irrompeu vitoriosa revolução com objeto restaurar pureza revolução de outubro de 1930, especialmente conduzir o Brasil máxima brevidade ao regime da Lei para todos governados, mas também para os governantes.

A seguir, diz ele que, antes de partir para São Paulo, tomava a seguinte providencia relevante e urgente a respeito do governo revolucionário do Estado, (que depois seria somente a Região Sul): “consegui convencer a que aceitasse o encargo ao Dr. Vespasiano Barbosa Martins, que até segunda ordem (esclarecimento da situação em Cuiabá) estabelecia a sede do governo em Campo Grande”.

Nosso pequeno grande herói houve, ali, com aquela providencia na condição de Chefe Superior Revolucionário, criado o novo Estado, designando seu governador e autorizando o seu funcionamento.

Temos que ressaltar aqui, que Dr. Vespasiano era o Prefeito Intendente de Campo Grande e, incontinenti, convidou e nomeiou prefeito o seu substituto o Dr. Arthur Jorge Mendes Sobrinho e eles, dois médicos de renome, benquistos da sociedade local e regional iriam, naquele período, abraçar a causa constitucionalista na região Sul de Mato Grosso, durante três meses.

E não sendo possível o seu deslocamento para São Paulo, como esperava que fosse de avião, a única forma foi utilizar o trem da Noroeste, com destino a Três Lagoas, o que saiu em comboio especial, na noite do dia 10 de julho. Lhe acompanhava o aviador Moacir Ferraz, o chefe do Estado Maior, Vilabela e mais quatro oficiais, um sargento-ajudante de ordens, um datilografo, um ordenança e quatro praças de escolta.

E, nos seus escritos e memórias ele, Klinger, registra o seguinte sobre esta viagem dia e noite:

Minha viagem de Campo Grande à capital paulista foi pouca coisa retardada por que em várias estações das mais importantes cidades paulistas do percurso a população esperava o comboio, que queria manifestar seu regozijo, e era inevitável e justo dar atenção a tais expansões, sobretudo contra a ditadura. Foi na de Lins que, em breve agradecimento e resposta ao orador popular, pronunciei a frase:

Desembainhamos a espada em continência a Lei.

Em Três Lagoas foi recepcionado, como também em Bauru, e ele vai falar e registrar a partir de Campinas, nos seguintes termos:

Prosseguimos logo após a indispensável demora; em Campinas por sua vez tomaram o meu trem representantes das autoridades civis e militares da Capital. Vinham, não apenas por gesto de cortesia, mas para adiantar serviço, a prestar-me informações sobre a situação.

Entramos, finalmente, na Estação da Luz cerca das 9 horas da manhã de 12. Na própria gare superlotada, falou Ibraim Nobre, a saudar-me em nome de São Paulo, com poucas palavras, a que respondi com

igual parcimônia: “São Paulo aqui me tem”. O orador pôs o coração na boca. Falou o coração de São Paulo, vamos trabalhar! Repito o que disse a um orador, em Lins: “desembainhamos a espada em continência a Lei!” depois de cumprimentar os principais, tomei um carro com o General Izidoro e nos encaminhamos aos Campos Elíseos, penoso percurso, tal a densidade da massa popular em toda a extensão. Como o povo haveria de querer ver o General, pouco depois de partirmos da estação, montei no cavalo do policial mais próximo e assim alcançamos o Palácio do Governo.

São estas as considerações que julgamos necessárias levar ao conhecimento público, para uma análise cuidadosa dos personagens e da participação sul-mato-grossense no 9 de julho de 1932. Esta ligação histórica com o Estado de São Paulo e que, em um momento conturbado da vida nacional, despontou na região Oeste, principalmente pela atuação do seu pequeno grande herói.

Apeado do poder e do comando, seguiu sozinho seu destino para se cobrir de glória e reconhecimento, enquanto durou a Revolução Constitucionalista de 1932, e depois amargou o exílio em Portugal. Marcou porém, com seu carisma e sua inteligência, uma população inteira do que seria hoje, o grande e querido Estado de Mato Grosso do Sul!

11

Da derrota nasce a vitória

Maura Silva de Oliveira¹

-
1. Natural da cidade de Aparecida-SP, é bióloga e médica veterinária. Filiada ao MMDC, Comandante e Chefe do Estado Maior do Exército Constitucionalista MMDC (2021/2022), Vice-presidente da Sociedade Cívico Cultural dos Heróis Desconhecidos de 1932 de Guaratinguetá. Representante da história e memória dos Combatentes da Revolução de 1932 da cidade de Aparecida. Católica e devota de Nossa Senhora de Conceição Aparecida, assumiu a memória de Frei Galvão idealizadas nas palavras do falecido Comandante Edson Galvão na cidade de Guaratinguetá.

Sobre a revolução de 1932 tenho mais curiosidades do que dúvidas e um sentimento inexplicável de amor pela causa. Procuo respostas e, por sorte, a voz dos combatentes está escrita e eu pude escutá-las. Então perguntei: como foi realizada a constituição do primeiro pelotão da Revolução de 1932 na frente norte? Quem eram os responsáveis pelo tratamento ao morto de guerra? Como eram as mensagens de incentivo e sentimentalismo que chegavam aos combatentes? Com estes e muitos outros questionamentos, obtive sucesso com a contribuição de uma pessoa ímpar, o 1º Ten. da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Gilberto da Costa Ferreira, historiador e pesquisador, coordenador técnico do memorial General Júlio Marcondes Salgado.

90 anos após a revolução de 1932, só encontrei paulistas vitoriosos que se emocionam com as histórias daqueles bravos homens que saíram de casa no início do mês de julho de 1932 orgulhosos para cumprir a grande tarefa de libertar nosso Brasil das ordens de um tirano.

Muitos homens não estavam preparados, contavam com os irmãos, os amigos a sorte e uma matraca. Sempre temos uma nova oportunidade depois de uma perda, pois cabe a nós não desistir.

O dia 2 de outubro de 1932 deveria ser comemorado com o mesmo civismo do dia 9 de julho, pois foi neste dia que o povo paulista se fortaleceu, não aceitando a ordem da rendição. Entretanto, saíram de cabeça erguida com o sentimento de dever cumprido com heroísmo, embora, com a profunda tristeza pela falta do reconhecimento depois de tanto esforço realizado. E, assim, nos tornamos realistas com as nossas aspirações. A perda não nos tirou das trincheiras, pelo contrário, continuamos na trincheira que nunca se rendeu.

O exemplo de um combatente que nunca se rendeu é o Ten. Gilberto da Costa Ferreira da cidade de Taubaté, um herói guardado com suas relíquias, pois ele salvou os livros que seriam incinerados no ano de 1980, livros que descreviam o dia a dia de vários combatentes, uma fonte de riqueza onde todo acontecimento da guerra eram registros regimentais diários. Estes registros eram comunicados pelos sub-comandantes, pelos tenentes e sargentos para cada agrupamento de ataque, os registros eram reunidos e lançados em boletim regimental da guerra nº 1, nº 2, nº 3.

Boletins regimentais de 1932

São registros de todos os oficiais e praças que combateram na revolução de 1932, todos os voluntários, relação de fazendeiros, veículos e máquinas agrícolas que foram requisitados pelo comando do 5º Batalhão de Taubaté.

No Boletim Regimental nº 9, de 23 de julho de 1932 uma recomendação. A nota é esclarecedora a toda tropa, para que não cometam crimes e envergonhem o Exército Constitucionalista, cujo povo demonstra lealdade com a causa.

Ao Sr. Cel. Comandante do Dest. das Forças Constitucionalistas de Areias pede a todos os comandantes de unidades, destacamentos e outras forças sob suas ordens que façam prevenir a seus homens que está disposto a agir com a extrema violência se preciso, contra todos os subordinados seus que, esquecendo a missão elevada que nos reúne todos sob a mesma bandeira do respeito ao próximo e a defesa das leis e da moral, cometerem violências, ou atos contrários à disciplina e à razão. Qualquer transgressão e desrespeito nosso nos confundirá com a gente inconveniente que defende o governo nefasto da ditadura e seria um gesto ridículo e incompreendido de ingratidão para a população de S. Paulo que unanimemente nos ampara e conforta com a assistência de recursos de toda a espécie. Areias, 20 de julho de 1932. (a) Cel. José Joaquim Andrade. Comte do Destacamento.”

Referências nos boletins regimentais de falecimento de combatentes em 1932

Augusto Corrêa Leite e Venâncio Ramos – Força Pública do Estado de São Paulo – 5º Batalhão de Caçadores Paulista Mixto – Destacamento Cel. Andrade – Operações de Guerra em Areas/SP em 31/07/32 – Boletim Regimental nº 17, de 31/07/1932.

Venancio Ramos, soldado da 2ª Cia. nº 117: nos mesmos moldes da primeira referência, porém, descreve detalhes. Força Pública do Estado de

São Paulo – Destacamento Cel. Andrade – 5º Batalhão de Caçadores Paulista Mixto em Operações de Guerra em Varginha, em 04/08/1932 – Boletim Regimental nº 20, de 04/08/32.

Antonio de Oliveira Pinto soldado da 1ª Cia. nº 106 – De São José dos Barreiros.

Mortos em Combate: Anspeçada nº 10 da 2ª cia Augusto Corrêa Leite, vitimado por hemorragia da artéria e da veia femoral consequente a ferimento de projétil de arma de fogo sobre a arcada crural. Carregado com vida, faleceu ao ser transportado. Enterrado no cemitério da cidade. Soldado da 2ª cia nº 117 Venâncio Ramos trazido morto por seus companheiros em um ônibus, foi colocado no necrotério da Santa Casa de Barreiro. Na impossibilidade de ser enterrado no cemitério da cidade, foi sepultado, com autorização do Sr. Capitão Manoel Marques Machado, subcomandante interino, nos fundos da referida Santa Casa, a 10 metros para trás do corpo principal e a 10 metros a esquerda do alpendre dos fundos. O corpo apresentava ferimentos de grandes dimensões produzidos por estilhaços de granada, na região lombar, no braço direito (com fratura), no braço esquerdo e na cabeça (região temporal direita).

Falecimento de praça:

De acordo com a comunicação do Sr. 2º Ten do 1º B.C.P. adido a este, Antonio de Oliveira Pinto, faleceu em combate, no flanco esquerdo da frente de S. José do Barreiro, a 29 do mês findo, o soldado nº 106 da 1ª cia deste batalhão Tertuliano Meirelles, vitimado por estilhaços de granada.

Como não fosse possível a remoção do cadáver dessa praça para o cemitério de S. José do Barreiro, foi ele sepultado próximo ao local do combate, na estrada do Benjamim, em o terreno fronteiro ao que se achava o P.C. do 4º R.I.

Falecimento de praça

São extensas as limitações encontradas no esforço de interpretação das atitudes daqueles que tentavam salvar uma vida e, em caso de morte, tentar descrever onde foi enterrado e comunicar a família, encontrei fontes privilegiadas em minha pesquisa, fontes inéditas, e cabe uma reflexão sobre o comportamento diante da iminência da morte na guerra. Estes boletins regimentais são fontes capazes de preencher a ausência de informações sobre a relação do indivíduo com a possibilidade da própria morte. Muitos mortos não tiveram tempo de um sepultamento digno preparado por seus familiares, pois ficara no mesmo local onde foi a óbito.

Em 7 de setembro de 1932

Por algum momento, a guerra foi cessada e a Força Pública do Estado de São Paulo em 07/09/32 – Destacamento Cel. Andrade – 5º Batalhão de Caçadores Paulista Mixto em Operações de Guerra no Valle do Quilombo (Silveiras) – Boletim Regimental nº 40, de 07/09/32.

Por solicitação do Ten. Gilberto da Costa Ferreira em manter a ortografia da época para que se pudesse explorar ao máximo o sentimentalismo dos nobres paulistas não transcrevi o relato.

7 de setembro:

Soldados constitucionalistas. Festejamos hoje em nossos acantonamentos de Guerra, o dia da Independência do Brasil. Em meio ao encontro da artilharia e o incessante fogo da metrada combatendo os maus brasileiros que não querem ser livres. Culturaremos o dia da nossa independência com homenagem excepcional. Então, rememorando a data gloriosa, vosso comando vos relembra que, foi pela palavra, pela persuasão, pela pregação do ideal, e sem derramamento de sangue, que a Nação Brasileira conseguiu, há cento e dez anos, demover um Príncipe Estrangeiro, herdeiro das coroas de Portugal e do Brasil, e ele, despojando-se de um dos títulos régios,

nos entregou nossa liberdade política. Em seguida, o mesmo Príncipe, superior à propaganda absolutista que dominava aquela época, nos entregou também nossa carta constitucional. Deste então, até o advento da atual ditadura, o Brasil viveu sob o regime legal. Com a proclamação da República tivemos a mais liberal e democrática das constituições do mundo. E, foi norteadada pelos princípios do mais puro, liberalismo que a nossa positiva internacional conseguiu liderar a política Sul Americana, Esquecendo, porém, a nossa formação histórica, a nossa tradição, não se persuadiu, ser pela pregação, nem pelos reclamos populares, como outrora Pedro Primeiro e instituiu, o governo execrado do absolutismo. Retrogradamos amis de 110 anos, e, a continuaremos sob o regime da ditadura anularemos o invejável patrimônio de nossas tradições além de perdermos o conceito internacional que até agora desfrutavamos com honra. Foi para conduzir o Brasil as suas finalidades históricas, foi para restituir a nação ao império da lei, que alçamos as nossas armas contra a ditadura, única forma de convencer o usurpador, que a Pátria tem de ser entregue ao destino de si próprio. Só assim completaremos, um século após, a obra de Pedro Primeiro. Deus que veja pelo nosso destino há de consentir que a Independência do Brasil se consolide na arrancada vitoriosa do Exército Constitucionalista pela pátria libertada. Viva o nosso 7 de Setembro! Viva o Exército Constitucionalista.

A história da Revolução 1932 está inserida numa relíquia que o tempo não pode apagar enquanto documentos provarem o que falamos. Os combatentes que saíram no dia 9 de julho não foram os mesmos que retornaram depois de três meses de conflito e, 90 anos após a revolução, isso está claro em todo país, o civismo e o patriotismo de São Paulo está na maioria dos brasileiros, fortalecido naquele 2 de outubro de 1932.

Viva 2 de outubro, heróis não vencem o tempo todo e a rendição não cancela um herói.

12

Numismática paulista. A Revolução de 1932

Gilberto Fernando Tenor¹

-
1. Presidente da Sociedade Numismática Brasileira. Membro e Tesoureiro da Academia Sorocabana de Letras na Cadeira de nº 22, tendo como patrono, Francisco Luiz d'Abreu Medeiros. Membro Correspondente da Academia Botucatuense de Letras. Embaixador Vitalício da Sociedade Filatélica e Numismática da Paraíba. Coordenador de Relações Institucionais da Sociedade Numismática Paranaense. Presidente do Club Philatelico Sorocabano. Tesoureiro da Federação das Entidades Filatélicas do Estado de São Paulo. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Avaré. Presidente do Clube Filatélico Avareense.

Neste ano que comemoramos os 90 anos da Revolução Constitucionalista, nada mais apropriado que divulgarmos a impressão do “Dinheiro Paulista” durante a citada revolução.

Esta impressão devemos ao Presidente Getúlio Dornelles Vargas que, para enfraquecer financeiramente o movimento revolucionário, decretou o fechamento das agências dos bancos federais no estado de São Paulo.

Existem relatos de ordens superiores das agências que a tesouraria cortasse as cédulas existentes, para fazerem um livro com o pedaço da numeração, para controle da matriz.

A emissão da primeira família

Com isso, o Governador do Estado de São Paulo, Doutor Pedro de Toledo, em 14 de julho, decretou a emissão de bônus divisionários Pró Revolução, com verba destinada de 100.000:000\$000 (cem mil contos de réis). Estes bônus tiveram atribuição de poder liberatório igual ao da moeda nacional.

Estes bônus tiveram os seus valores e quantidades emitidas oficializadas em 23 de julho pelo Decreto nº 5.603, sendo esta primeira emissão de 5 valores, da seguinte forma:

5\$000 réis – 500.000 bônus

10\$000 réis = 400.000 bônus

20\$000 réis = 300.000 bônus

50\$000 réis = 200.000 bônus

100\$000 réis = 100.000 bônus

Esta primeira emissão totalizou 32.500:000\$000 (Trinta e dois mil e quinhentos contos de réis).

A proposta foi que, sendo restabelecida a normalidade ou as ligações regulares das agências e filiais do Banco do Brasil com a matriz, que era no Rio de Janeiro, além do que seriam resgatados os bônus emitidos com o

produto dos cheques recebidos que, assim, não poderão ter qualquer outra aplicação.

Após isso o tesouro procederia a incineração dos bônus, na medida que eram resgatados.

Esta impressão ficou a cargo da Companhia Melhoramentos, em sua fábrica de papel no bairro paulista de Caieiras. Seus dirigentes aceitaram essa grande empreitada, já com ideia dos grandes problemas que seriam enfrentados: pouco tempo e papel de qualidade para evitar falsificações.

Com um esforço hercúleo, a empresa conseguiu produzir o solicitado em 5 dias e logo as cédulas chegaram aos bancos para serem trocados pelo seu valor nominal, por cheques sacados por bancos contra fundos existentes no Banco do Brasil.

Estes cheques eram nominativos a ordem do Tesouro do Estado de São Paulo e, da mesma forma, serem escriturados à parte, de maneira a não se confundirem com o movimento normal de Receita e Despesas do Estado.

Na primeira família, foram escolhidos dois bandeirantes paulistas, Domingos Jorge Velho nos bônus de 5 a 50 mil réis e Fernão Dias Paes Leme, no de 100 mil réis.

Nesta primeira emissão, as primeiras cédulas de 5\$000 não constava na parte inferior, o nome da casa impressora, mas logo foi incluído. Acharmos até o número 28.000 com essa diferença.

Falsificação

Os bônus ainda eram pouco conhecidos da população em geral e, 10 dias após o lançamento, já se tem notícia de bônus falsos de 100\$000, o maior valor da série, circulando pela capital. Com isso, o Tesouro do Estado montou pontos de conferência dos bônus, aonde um técnico da Companhia Melhoramentos e um policial, verificavam as cédulas apresentadas pelos cidadãos, sendo que as falsas detectadas, eram devidamente destruídas na hora.

Bônus de uso interno dos bancos

Foram impressos, também, 4 tipos de bônus, de uso interno dos bancos, nos valores de 500\$000 a 10:000\$000 (quinhentos mil a dez contos de réis). Sendo a primeira emissão de:

500\$000 réis = 36.000 bônus

1:000\$000 réis = 24.000 bônus

5:000\$000 réis = 6.000 bônus

10:000\$000 réis = 4.800 bônus

Com o passar da guerra, foram autorizados a impressão de novas cédulas e bônus para arcar com as despesas do conflito.

A segunda família dos bônus

Em 14 de setembro, devido à representação feita pelo Secretário da Fazenda e do Tesouro, foram aprovados os novos Bônus do Tesouro de São Paulo, sendo eles nos valores de 5, 10, 20, 50, 100 e agora também de 200 mil réis.

Os bônus impressos na primeira família de 23 de julho, deveriam ser trocadas no Tesouro ou por intermédio dos bancos.

Sendo assim a segunda família foi trocada por personagens históricos:

5\$000 – Almirante Barroso

10\$000 – Almirante Tamandaré

20\$000 – General Osório

50\$000 – Floriano Peixoto

100\$000 – Duque de Caxias

200\$000 – Ruy Barbosa

A troca, com certeza, foi feita em razão de ter mais segurança nos bônus em circulação, além de reforçar a identidade visual das cédulas, com os principais vultos célebres brasileiros.

Ajuda aos cafeicultores

Em 17 de setembro, o Governo Estadual autorizou a emissão de mais bônus para adquirir 2.000.000 de sacas de café, para garantir o valor de mercado e para não prejudicar os produtores durante este período revolucionário.

Foram autorizados a emissão de 130.000:000\$000 (cento e trinta mil contos de réis) em bônus da seguinte forma:

De 10:000\$000 = 5.000 bônus

De 5:000\$000 = 8.000 bônus

De 1:000\$000 = 25.000 bônus

De 500\$000 = 30.000 bônus

Doação ao Governo Paulista

A fim de colaborar com o movimento revolucionário, muitos patriotas paulistas doaram esses bônus para serem cancelados e guardados como recordação.

Vemos inúmeros tipos de cancelamento por todo o Estado de São Paulo, com carimbos ou manualmente. Existe um carimbo “oficial” em vermelho e preto, escrito *cancelado por doação*, com uma assinatura. Possivelmente esse carimbo ficava na capital paulista, em razão da frequência que o mesmo aparece nas coleções.

Existem também uma forma de cancelamento que não conseguimos encontrar aonde o mesmo era utilizado. Trata-se de um furo oval na parte central das cédulas, das duas famílias de cédulas. Cogitou-se que estes

furos seriam feitos dentro dos bancos para cancelar as cédulas que ainda estavam na reserva dos mesmos, ao fim da revolução.

Resgate dos bônus

Mesmo com o final da Revolução, em 2 de outubro, todos os bônus foram honrados pelo novo Governador Militar do Estado de São Paulo, General Waldomiro Castilho de Lima.

Após assumir e verificar a situação do Tesouro Estadual deixado pelo governo anterior, em 15 de outubro determinou que não poderia resgatar todos os bônus neste final da guerra, em virtude de operações de café que tinham que ser realizadas sem prejudicar o mercado. Os bônus continuariam circulando por mais 75 dias e, ao fim deste, todos os bônus já seriam resgatados.

A emissão dos bônus, conforme o novo governo declarou, foi de 342.566:000\$000 (Trezentos e quarenta e dois mil, quinhentos e sessenta e seis contos de réis), sendo que 130.380:000\$000 (Cento e trinta mil, trezentos e oitenta contos de réis) representavam a parte de cheques sobre disponibilidade do banco e de particulares no Banco do Brasil que, nessa época, já estavam totalmente liquidados, ficando a circulação reduzida a 258.571.000\$000 (duzentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e setenta e hum contos de reis).

Passados três dias, o General Waldomiro, solicitou à Secretaria da Fazenda a emissão de 220 mil títulos de 1:000\$000 (hum conto de réis) perfazendo 220.000:000\$000 (duzentos e vinte mil contos de réis) para fazer o pagamento dos bônus pró revolução restantes. Esta emissão foi feita para preservar o valor de mercado das 2.000.000 de sacas de café que foram compradas pelo governo anterior. Os novos títulos chamaram-se “Obrigações de Resgate de bônus do Tesouro do Estado de São Paulo” e foram entregues ao Banco do Brasil para que, a partir de 1º de dezembro, pudessem começar o resgate dos bônus.

Colecionismo

Mesmo com a urgência da impressão das cédulas, a Companhia Melhoramentos foi excepcional em seu trabalho e acabou colaborando com o colecionismo destas séries.

Foram impressas provas com a perfuração ESPECIMEN – WJC (1ª e 2ª família), AMOSTRA SEM VALOR (1ª, e 2ª família) e provas sem numeração (2ª família) nos bônus divisionários. Já nos bônus foram impressos FAC-SÍMILE.

90 anos depois

Passados todos estes anos, a pesquisa sobre este importante momento da história do Estado de São Paulo, ligado intensamente à nossa numismática é muito interessante. Pudemos ver o andamento contábil de uma revolução, com a emissão de bônus com valor de cédulas oficiais, a colaboração com os produtores agrícolas e o engajamento da população. Enfim, temos que preservar este evento que será marcado para sempre na memória dos paulistas.

13

Ibrahim Nobre e a Revolução de 1932

Pedro Nastro¹

-
1. Paulistano, jornalista e radialista. Âncora do programa *Metrópole em Foco* na Rádio Trianon SP e na Rádio Universal de Santos. Também é colunista da Gazeta de São Paulo. Pesquisador da história da cidade de São Paulo, possui 4 livros escritos sobre a cidade e seus bairros. Autor de *Pequena história da imprensa paulista: 50 anos da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo*. É coautor de *70 anos da Votorantim*, entre outros corporativos. Participante da *Coletânea 1000 Histórias da Cidade de São Paulo*, da Prefeitura do Município de São Paulo e SPTuris. Diretor da UBI – União Brasileira de Imprensa e Conselheiro da APJor – Associação Profissão Jornalista.

A Revolução de 1932 teve a sua origem mais remota no não cumprimento das promessas de Getúlio Vargas, então candidato à Presidência da República, feitas em seu discurso na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, em 1929. O Brasil chegava ali sofrido e esperançoso, a República resfolegando, quase sem alma.

Era um cenário bíblico!

Lá em baixo a baía da Guanabara semelhante ao mar da Galiléia. As estrelas surgindo no céu. Lá no alto, no Corcovado, o Cristo, braços abertos, convidando à união dos povos. Era um cenário bíblico e o discurso de Getúlio Vargas continha as promessas do Sermão da Montanha.

- Nunca mais a miséria!
- Nunca mais a injustiça social!
- Nunca mais a falta da liberdade de expressão!
- Nunca mais famílias abandonadas!
- Nunca mais...

A Revolução de 3 de outubro de 1930, que nasceu calcada nestes ideais, foi uma amarga decepção para o povo brasileiro. Getúlio Vargas, no poder, abjurou a sua fé democrática. O ditador provou o gosto do poder absoluto e transformou o Brasil numa suserania, numa grande fazenda, da qual era ele o feitor. Usou de todas as suas forças, de todo o seu poder, para humilhar a gente paulista. Nomeou tenentes despreparados para administrar o mais rico e mais próspero Estado da Federação.

Temeroso do ressurgimento do poderio político de São Paulo, sustentado pelo pé de café, negou o apoio de que tanto necessitava a nossa lavoura cafeeira que, desde o Império, sustentava o orçamento nacional. E procurou difamar o nosso Estado, depois de nada encontrar que depusesse contra os políticos paulistas, nas devassas que instaurou.

Ao mesmo tempo, espezinhava o país, cercado de pessoas ambiciosas, despidas do menor sentimento cívico!

Em fins de 1931 o Brasil começou a despertar para a nebulosa realidade em que vivia mergulhado. Alguns brasileiros concordaram que havia chegado a hora de dizer um basta aos abusos praticados pelo ditador. Aí nasceu a Tríplice Aliança: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que assinaram um protocolo. Se o Presidente não convocasse imediatamente uma Assembleia Nacional Constituinte para elaborar a nova Constituição da República, desencadeariam um movimento armado exigindo a constituição.

Veio o ano de 1932.

Quando São Paulo quase sufocado, exigiu o cumprimento do Protocolo, viu que estava sozinho. E não havia mais como recuar, sem a perda da própria dignidade.

É quando Ibrahin Nobre surge, como um gigantesco Isaias, no cenário político:

- Sou promotor de justiça!
- Denuncio a ditadura como imoral!

Ali no Palácio da Justiça, bem perto da sala onde o Poeta Paulo Bomfim ocupava antes de seu falecimento, em 7 de julho de 2019, encontrava-se o modesto gabinete. Porta fechada, vivia na obscuridade. Era o santuário onde nasceu a Revolução de 1932. Naquele modesto gabinete Ibrahin estudava os processos. Promotor de Justiça, condenava o crime, não o delinqüente. A lei, em suas mãos, como ensina Sêneca, não tinha ódios. E convencia, ao mesmo tempo que os jurados, o acusado de suas culpas. Terminado o júri o promotor se tornava advogado de defesa. Visitava os condenados nas prisões, aconselhava-os e, nas ocasiões oportunas, subscrevia o pedido de liberdade condicional. Um destes, o Mineirinho, já motorista de praça, era assíduo na casa de Ibrahin Nobre. Lutava pela melhoria das prisões e o advogado se transfigurava na assistente social. Visitava as famílias dos detentos, preocupava-se com os filhos menores e repartia, muitas vezes, o seu magro salário com aquelas famílias necessitadas.

No dia de seu sepultamento, depois que todos se retiraram, os guardas do Mausoléu do Soldado Constitucionalista encontraram um senhor, já encanecido, ajoelhado diante do túmulo de Ibrahin. Era o Mineirinho.

Ibrahim mesmo disse, duma feita: “Nasci na rua Direita. Isso já é uma certidão de idade”. Era, sim. Nasceu naquele 19 de fevereiro de 1888 – a rua Direita ainda residencial, naquela São Paulo do século XIX.

Sua família, Nobre no nome e nas atitudes, eram os pais e eram a irmandade numerosa, moços e moças, todos de belo porte e notáveis pela inteligência.

Depois, concluído o ginásio do Estado, em 1905, ingressou nas lendárias Arcadas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, ali se formando em 1909. Foi de uma turma que teve o apelido “das distinções”. Aconteceu que um de seus maiores mestres, Pedro Lessa, achou de protestar contra a relaxação das autoridades do ensino – e deu, em sua cadeira, Filosofia do Direito, nota 10, distinções a todos os alunos, bons e maus, mesmo aos que nada sabiam.

Foi, no entanto, turma que nos deu alguns dos grandes do Direito: Spéncer Vampré, Manuel Carlos de Figueiredo, Nereu Ramos, Carlos de Moraes Andrade, entre outros.

Amante da Medicina, tentou a faculdade, mas cedo abandonou.

Ibrahim Nobre começou sua vida pública como delegado de polícia. Recém formado e já casado, procurou o Secretário de Justiça: precisava de emprego.

– Você vai agora mesmo, pelo primeiro trem da Central, assumir a delegacia de Salesópolis. Desceu do trem quando a noite já ia avançada. Não encontrou ninguém que o conduzisse. Foi a pé, por aqueles caminhos desolados. Quando chegou, de manhãzinha, o povo estava na rua, alvorocado. O telefone levava a notícia: “O delegado vai indo a pé!” Aquilo era impossível! Por aqueles caminhos cheios de assombração.

O ex-Delegado, assustado com a epidemia de febre amarela, havia abandonado o posto. Ibrahim assumiu e levou consigo a sua diletta esposa, a Brisa. Ibrahim que estudara na faculdade de medicina, sem se formar – a medicina era sua paixão – acumulou o cargo de médico. Ele, médico higienista e ela, a Brisa, assistente social. Trabalharam, os dois, dias e noites.

Salvaram vidas e deixaram nomes que por muitos anos, foram lembrados como santos, pelos moradores daquela cidade.

E ele, Ibrahim, que havia assumido o cargo antes de sua nomeação ter sido publicada no Diário Oficial, foi convocado, depois de extinto o surto epidêmico, para trabalhar no gabinete do Secretário, em reconhecimento a assinalados serviços prestados a São Paulo, nos difíceis dias de febre amarela.

Mais algum tempo, ei-lo em Santos, à época uma das circunscrições mais difíceis, no que se refere a ordem pública, à disciplina, mormente na zona do porto, já que é um dos mais movimentados do Brasil. Pois em breve conquistou Ibrahim aquela turba, logrou sua obediência à lei e, sem os costumeiros atos de violência, arma de antecessores seus, em luta permanente com tumultos e greves.

Precisou-se, depois, de um Promotor Público nesta São Paulo, e esteve aqui para marcar época: antes e depois de Ibrahim.

Marcou época, sim – mormente quando sofremos a Revolução de 1930, São Paulo reduzida a terra conquistada, a butim de guerra dos invasores. Uma vez impávida, fez-se ouvir, Ibrahim em sua tribuna de promotor, numa pregação constante contra os que intentavam o amesquinamento da nossa terra, de nossa gente.

Contar coisas do Ibrahim Nobre, é contar uma história sem fim.

Certa vez, já Delegado de Polícia em São Paulo, foi ameaçado de morte se comparecesse ao comício que iria realizar-se nesta tarde. Cuidadosa, Dona Brisa trancou a porta da rua e escondeu a chave. Ibrahim escapou pelos fundos, pulou o muro do quintal vizinho e foi ao comício: “Aqui estou! Prometi que vinha, e vim! Atire seu covarde!”

Numa greve, na cidade de Santos, um jovem operário foi morto. A cidade estava em pé de guerra. Ibrahim procurou o comandante do Batalhão que estava armado na rua: “Senhor Coronel, recolha a tropa. Eu controlarei a situação”. Dirigiu-se à casa do morto. Piquete de grevistas na porta. Ambiente carregado. Aproximou-se do caixão e rezou. Depois, disse ao pai do falecido:

– Sou o delegado Ibrahim Nobre. Vim trazer-lhes o sentidos votos de pesar do Presidente do Estado. E peço-lhes, humildemente, permitam-me pegar numa das alças do caixão deste meu irmão, seu filho.

Acompanhou o enterro. As manifestações prometidas não se realizaram. Daí por diante, sempre que ia a Santos, visitava aquele velho casal e ficavam conversando, na varanda, enquanto o tempo corria, lá fora, as palmeiras dizendo adeus à tarde que morria.

Ibrahim – 1932

Em 25 de janeiro de 1932, ao jornal *A Gazeta*, de propriedade de Casper Líbero, estampa *Minha Terra! Minha Pobre Terra!* o poema conclamação, a sublime clarinada de Ibrahim, começando assim:

Ah!, então tu me compreendes! Trazes como eu o luto em tua alma e lágrimas de fel no coração. Ferve em teu peito a cólera sagrada, de quem recebe na face a bofetada, o insulto, a vilania, a humilhação. Minha voz, que entre cóleras se alteia, é tua dor também. Minha voz é murmúrio, é marulho, é o eco pobre, de sete milhões de angústias indormidas, e sete milhões de ódios despertados, através do pudor de todos nós.

Em 22 de maio, um domingo de céu azul, brunido, porcelanado. Aí a faulha se fez fogaréu. A notícia correu célere: estava a caminho de São Paulo o então Ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha. Vinha tratar do “caso paulista”.

Havia, sim, um “caso paulista”, consequência da falta de tato e de trato com que os homens de 1930 faziam os desmandos contra os paulistas. Chegava a hora de dar voz aos clamores dos homens livres, dizer bem alto que não mais se tolerava ditaduras, ditadores e asseclas de ditadores.

Ibrahim e um grande grupo foi às ruas. Em pouco tempo, o centro fervilhava, tomado pela multidão indignada. Na Praça do Patriarca, teve início a marcha da rebeldia. No marco então ali plantado ergueu-se, de repente, Ibrahim.

Foi claro:

São Paulo, pelo que sofreu, pelo que foi acintosamente humilhado, não poderia nunca admitir uma transação com a ditadura. Só poderia defrontá-la de beligerância para beligerância. Que mais se espera? Bastam Palavras. Vamos à II Região.

As bandeiras do Brasil e de São Paulo tremulavam ao vento, e Ibrahin e os seus puseram-se a marchar. Cantavam o Hino Nacional – firmes e resolutos. Erguiam vivas ao Brasil, à São Paulo.

Na Conselheiro Crispiniano, onde se encontrava o QG da II Região Militar, um sentinela apontou o fuzil. Ibrahin desabotoou o paletó: “Atira! Matarás um brasileiro, pelo crime de querer ser livre”.

Houve um instante de silêncio. O sentinela baixou o fuzil. Ibrahin clamou:

Acoimam-nos de separatistas! Mentira da Ditadura! Aqui estamos numa jornada de confraternização. Ou vocês, nossos irmãos, soldados do Brasil, estão conosco e recebem-nos e acolhem-nos ou, não estão e, neste caso, sejam sinceros e atirem para matar-nos – pela simples culpa de não quisermos ser escravos!

Fez-se ouvir o capitão Gastão Goulart (então capitão, depois chegando ao generalato). Em voz pausada, firme, disse que o Exército Nacional nunca poderia ser contra São Paulo e os paulistas – os “construtores desta obra gigantesca, que é orgulho da nossa Pátria!”

Prosseguiram rumo ao QG da Força Pública, na avenida Tiradentes. Falaram Antonio Ferreira Lima e Ibrahin Nobre. A pedido do Oficial do Dia, foi designada uma comissão para entender-se com o comando. Encontravam-se em conferência, no interior do QG, quando um piquete de cavalarianos atacou o povo. Não recuaram, até estavam levando a melhor, quando um oficial do Estado Maior da Força interveio, e fez com que os cavalarianos se retirassem.

Eram 19h30, quando seguiram para o Palácio dos Campos Elíseos, então residência do Chefe do Governo Estadual. Abriu-se o portão e a guarda foi impotente para conter a multidão. Apareceu Pedro de Toledo e foi recebido com ovação. Ibrahím Nobre interpelou o chefe do governo:

Diga senhor Embaixador Pedro de Toledo, se a Vossa Excelência está conosco, com nossos anseios, com nossas aspirações, ou se devemos abrir trincheiras em nossas ruas. Estamos algemados, dentro de uma senzala e Vossa Excelência também está nesta senzala! Vossa Excelência tem que sair com os paulistas, para reivindicar conosco a liberdade perdida!

Emocionadamente, Pedro de Toledo respondeu: “Para aqui vim trazer a paz e o trabalho. No dia em que isso não conseguir, deixarei o palácio”. Alguém da multidão perguntou: “Para quando será a solução?” Respondeu o Governador de 32 que, certamente, no dia seguinte já tudo “deve estar solucionado” e pediu que todos voltassem para suas casas. Acharam por bem de não voltar.

Seguiram, noite adentro, os passos nos passos da história. Dia 23, o Centro estava tomado pela multidão. Bandeiras do Brasil e de São Paulo nos braços de muitos, drapejando ao vento, aqui e acolá oradores clamando suas reivindicações. Correu que a Frente Única, estava reunida com Pedro de Toledo, no Palácio dos Campos Elíseos e para lá foram. Não demorou para, ali, chegar Ibrahím Nobre. Produziu oração que a todos empolgou. Afinal, o sol já nos caminhos do ocaso, Francisco Morato comunicou estar constituído o secretariado civil e paulista das reivindicações.

Queriam para logo a posse. Achavam de deixar para o dia seguinte. Mas não arredaram o pé – e conseguiram que o secretário da Justiça, Waldemar Ferreira, fosse empossado no mesmo dia. Waldemar Ferreira saiu à frente e a pé, seguido por Ibrahím e a população, até o Pátio do Colégio, onde se localizava a Secretaria. O povaréu que ali já estava confraternizou-se com Ibrahím e seus seguidores, e foi um não mais acabar de aplausos.

O até então Secretário da Justiça, José da Silva Gordo, insistiu em transmitir os poderes a Waldemar. Também achou de sair pela parte da frente.

Precisaram, alguns dos seguidores de Ibrahin, proteger Silva Gordo da fúria de muitos. Num corre-corre levaram-no até o prédio da Equitativa, então o mais sólido da Praça da Sé.

Veio o 9 de julho, e a Revolução Constitucionalista. Sim, paulistas foram derrotados no campo das armas, prisioneiros da ditadura os seus líderes. Entre eles, Ibrahin Nobre soube ser incisivo, firme, preciso, em seu depoimento aos beleguins ditatoriais: “tem responsabilidade no Movimento e assume integralmente, não acusando nem denunciando quem quer que seja”.

Foi, sim, para o exílio, com tantos outros. Em Lisboa, tentou exercer a advocacia – mas reagiram os advogados de lá, na certa pelo grande sucesso da primeira e única defesa que pode ali fazer.

Escreveu: “Exílio?! Podem tirar a gente do coração da pátria, mas não se tira a pátria do coração da gente!”

Houve aqueles acenos da ditadura – até porque o ditador sabia usar os fascínios do poder: um ministério, o ministério que ele escolhesse...

Ibrahin alteou-se e respondeu: – “Da ditadura não quero nem aceito nada – nem sequer justiça!”

Após o exílio, voltou e assumiu seu posto no Ministério Público e, mais tarde, como Subprocurador Geral da Justiça, posto em que ficou até se aposentar.

A Academia Paulista de Letras elegeu-o como um dos seus – e sua posse, no dia 9 de julho de 1960, foi uma consagração, presente o que São Paulo tinha de mais representativo.

No Uruguai, Ibrahin, no exílio, foi visitado por um grupo de estudantes da sua querida Faculdade – a do Largo São Francisco. Convida-os para o almoço. Faz uma coisa que nunca havia feito em toda sua vida: vai ao proprietário e faz um pendura. Alguém nota um rasgão na manga do paletó: “É para arejar... sinto muito calor nesse braço...”

Na hora da partida acompanha os jovens até o cais. O comandante do navio faz-lhe um convite: “Suba Doutor Ibrahin.”

– Não, meu amigo. Estou exilado e o convés do seu navio é chão brasileiro.

O navio partiu e ele ficou ali, no porto, vendo a nave que se afastava. A sua cabeleira branca, agitada pela brisa da tarde, era um lenço branco dizendo adeus aos que partiam.

Passaram os anos. É aniversário de Ibrahim Nobre: 80 anos. Festa no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Foi convidado de honra, o Presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Atayde. Aureliano Leite, o saudoso Presidente do Instituto é envolvido pelos encantos das palavras do conferencista ilustre que vai se assenhoreando das homenagens. Uma voz se levanta lá do fundo do salão:

– A festa é do Ibrahim! – É o poeta Paulo Bomfim protestando.

Quando Brisa faleceu, Ibrahim conservou a casa como ela a deixou. E se tornou o Santo da rua Salto. A sua casa se transformou em santuário e seus amigos, irmãos no amor a São Paulo, iam para lá todas as noites, na ânsia de, sempre, aprender alguma coisa.

Ibrahim martelava o velho piano. Canções antigas. Às vezes trechos clássicos. E dizia: “Quero ver se aprendo alguma coisa”.

Uma noite convidou o amigo José Benedicto Silveira Peixoto:

– Passe aqui amanhã. Vamos comer um macarrão numa casa amiga.

O amigo foi e encontrou Ibrahim adoentado.

– Mandei assar um frango. Uma cervejinha está na geladeira.

– Tenho um pedido a fazer-lhe: só serei sepultado no Mausoléu, se os restos de Brisa me acompanharem. Não quero que a revolução, que foi a causa de minha vida, seja a razão do meu eterno divórcio.

Ibrahim nunca mais se levantou.

José Benedicto Silveira Peixoto foi visitá-lo no Hospital do Servidor. Um aviso na porta do quarto: “proibida visitas”. Silveira Peixoto perguntou ao médico que saía do quarto: “O senhor pode dizer ao Doutor Ibrahim

que vim visitá-lo.” Ibrahin ouviu a voz de Silveira Peixoto e disse: “Doutor, deixe o Silveira entrar. “É o meu conselheiro.”

Silveira Peixoto confessou: “Conselheiro coisa nenhuma, apenas um adorador”.

Silveira Peixoto levou um jovem estudante de engenharia, o Américo Fontana. O Ibrahin, daquele que seria seu leito de morte, disse ao estudante: “Amériquinho, eu estou saindo da vida, você está entrando. Cuide de São Paulo para mim”.

Na madrugada do dia 9 de abril de 1970 Ibrahin Nobre faleceu. Silveira Peixoto telefonou ao Paulo Bomfim: “Tenho um recado. O Ibrahin disse que só será sepultado no Mausoléu do Soldado Constitucionalista, se os despojos de Brisa lhe acompanhar”.

– Cuidarei disso – respondeu Paulo.

Os jornais noticiaram as lágrimas do povo Paulista. O sofrimento que tanto tomou conta de todos.

Ibrahin voltava à Grande Pátria de onde todos viemos, e para onde todos retornaremos.

Tinha dito: “Quando eu for silêncio, minha Terra, quando a paz me acolher no teu seio, aí, então, mais próximo de ti, tu ouvirás, no fremito do meu pé, teu coração”.

14

Nove suspiros de 32

Camila Giudice¹

-
1. Paulista, pintora, Bacharel em Direito e organizadora de eventos. Possui diversas obras sobre a temática da Revolução Constitucionalista de 1932 em acervos de renomadas instituições. Na literatura, participa de coletâneas como ilustradora, coautora, organizadora e prefaciadora. Atuou como voluntária na Sociedade Veteranos de 32 – MMDC, nas funções de Presidente e idealizadora do Núcleo MMDC Academia de Cultura "Pro MMDC Fiant Eximia". Diretora de Comunicação Social e Presidente da Comissão dos Familiares dos Heróis de 32 – COFAM, além da criação e edição do jornal *32 em Movimento*.

I

*Nascer de 32 é ter o brio do herói Paulista
É marchar São Paulo no esplendor das 13 listras
E formar em tropa o batalhão em suas avenidas
Das artérias que corre sangue forte, quente com a força que pisa
Nascer de 32 é lutar por uma causa, honrar a gloriosa família
É ter o ideal frente e claro como a própria vida
É botar o bem maior em virtude ascendente, quando se clama por justiça
É poder olhar para trás e deixar marcado uma pista
É ser grande em futuro resplandecente em bandeira que agita
É poder narrar a luta em trincheira com a mão amiga
Nascer de 32 é ter seu nome marcado em mármore e ferro
É ter seus despojos repousando em monumento eterno
É ter um coração que não parou no instante da partida
É retumbar nos sonhos daqueles que ainda tem vida.*

II

*Treme terra, treme São Paulo, treme asfalto preto e branco!
Os paulistas chegaram! Treme, pisa forte, balança essa gente!
Agitam as bandeiras, tropa guerreira, olhos ferventes,
Contra os inimigos, o paulista não nega o fogo!
Ferro quente, fuzil que brada, projéteis idealistas,
Disparam frente a frente, batalha que tem cara,
Trincheira que embala, mãe de terra em leito de proteção,
Cobre seus filhos de amor paulista, abrigando em sagrado peito.
Manjedoura de heróis, combatentes de sangue que verte em seu amor,
E nela jazem com a mais profunda honra e gratidão!
Treme, terra! Treme São Paulo, abriga teu filho, que por ti se ergueu e tombou,
Com a mesma paixão, que o solo sagrado, terra que treme, seu filho criou.*

III

O último suspiro
O último suspiro sou eu quem dou
Já sem pulso que por ti tanto pulsou
O meu sangue em seu leito derramou
Por um São Paulo que nunca vivenciou
O último suspiro vem do meu peito
Ferido por qualquer bravo sujeito
Manchou de sangue farda cerzida
Por mãos delicadas de donzelas queridas
O último suspiro vem do meu ideal
Aquele que jamais entreguei
E bravamente lutei até o final
Até o meu último suspiro
Maculado por lágrimas vermelhas,
Anunciadas em uma única batida
Buscando as últimas forças
Que ainda vertiam em minhas veias
Para dar um último suspiro
E partir para eternidade
Com minha alma cravada nas treze listras.

IV

Dei meu ouro
O meu ouro não estava nos meus dedos
Tampouco ornando meu pescoço
Meu ouro
Meu maior tesouro
Não foi trocado por uma aliança

*Sequer coube em uma caixinha
Dei meu ouro
Minha vida lançada em combate
Fundida em meu peito
Não poderia ser derretida
Quando se trata de um idealista
Dei meu ouro
Este não construiu edifícios
Apenas ofereci meu sacrifício
O bem mais precioso que possuía
Ao meu povo paulista
À uma causa de grande conquista
Dei meu ouro
Que hoje jaz reluzente
Entre tantos ouros combatentes
Que deram seu ouro
E nos unificamos nos elos eternos
da maior corrente paulista
Eu dei o meu ouro.*

V

*Sou um soldado em versos simples
Nascido das trincheiras
Das conversas das tropas amigas
Da família mistura brasileira
Éramos todos assim
Homens comuns
Que não conheciam as cores da guerra
Não sabíamos do vermelho sangue*

Ou da palidez da morte
Sabíamos somente que fomos capazes
De se manter em oração
Acreditando no ideal de uma nação
Das famílias que nos aguardavam
As cartas que chegavam
E as que nunca seriam lidas
Sou um soldado em verso simples
Que retornei do front
Agora com cores novas
Que tingiram meu peito
E fizeram do soldado em versos simples
Herói de epopeia paulista
Contada aos plenos ventos!

VI

Se eu caminhar nas treze listras
Saberei as cores da minha terra
Para onde ela me conduz
Quando se agita a flâmula de guerra

Se eu caminhar nas treze listras
Conhecerei a minha paz paulista
Em suas retas brancas, largas
Como as estradas que percorro a vida

Se eu caminhar nas treze listras
Verei o vermelho do sangue do soldado derramado
Verterei lágrimas de orgulho
Pelo valor do meu antepassado

*Se eu caminhar nas treze listras
Alcançarei as estrelas que ladeiam meu berço pátrio
Passearei em seu esplendoroso céu
Que eterniza seus filhos com capacetes de aço.*

VII

*Do chão brasileiro que vim,
da terra que corre em meu sangue,
indígena e bandeirante,
dos meus passos Borba Gato.
Terras desbravadas,
coragem desmedida,
dos tropeiros viajantes,
surge a terra paulista.
Povo imigrante,
travessia de oceano,
faz meu sangue cor café.
Amor às 13 listras,
uma luta, vinte vidas.
Marca o passo na história,
deixa seu rastro de glória.
Em memória,
a batalha é constante.
Engrenagens que sustentam
o passo do soldado paulista,
sua ponta é uma lança,
pois sem seu passado não avança.
Me encontro na última trincheira,
que não se rendeu,*

*dela sou combatente,
de um tempo que não estive presente.
Sou paulista, sangue quente,
 piso forte, sigo em frente.
Em tela e tintas coloco minha alma,
minha terra, minha gente.*

VIII

*Das histórias que só ouvi falar
E as que nunca me contaram
Fui ouvinte de alma infiltrada
Em tempos passados dos quais
Estão vivos em meu sangue
Fundidos em minha pele
Meu passado é combatente
É idealista e se faz presente
Não sou carne, sou semente
De luta eterna da minha gente
Futuro em construção
Pela grandeza de uma nação
E assim eternizar nossa tradição
De ser Paulista, herói por devoção!*

IX

*O silêncio se fez presente
Para desembarcar de sua última viagem
A marcha é fúnebre
Já não são mais seus passos
Agora é a chegada na última trincheira*

*As medalhas não ornam mais seu peito
Somente sua honra, a virtude da coragem
Da conquista
Monumento em mármore imponente,
Que recebe envolto no brilho do cobre
Na qual jaz o justo repouso
Ladeado por companheiros de trincheiras
Pela marcha, pela festa
Pelas honras dos presentes
Se torna soldado reluzente
Com seu nome na história,
Seja bem-vindo, meu herói jacente,
Para eternizar seu passado repleto de glória!*

15

A fé: a alma do povo paulista

Cássio Martin¹

-
1. Paulista, cineasta, produtor audiovisual, diretor e roteirista. Estudou na Contemporânea Escola de Artes em SP na década de 1980. Escreveu, produziu e dirigiu o curta metragem *SP32* (2015). Atualmente é diretor de comunicação da SV de 32 – MMDC. Está produzindo o documentário *90 Anos da Revolução de 1932*.

Como podemos, nos dias de hoje, criticar ou sequer julgar os fatos ocorridos no ano de 1932 no Brasil? Perante o conforto de toda a modernidade e abundância de informações disponíveis em nosso cotidiano atual? Pois imaginem viver em 1932 apenas lendo jornais e ouvindo as poucas estações de rádio, fofocas e boatos, que eram a grande rede de comunicação. O “WhatsApp” da época era de porta em porta, de boca em boca. O rádio já ocupava um certo destaque há alguns anos, e era o sonho de consumo ter um modelo bem grande no centro da sala de visitas, para ostentar e poder reunir a família em volta

E foi assim que uma grande parte do povo paulista vibrou e festejou a chegada de Getúlio Vargas ao poder com o golpe de 1930. Assim também festejaram muitos políticos de São Paulo que se encontravam sempre ao seu redor, com aquele grande sorriso e o famoso tapinha nas costas. Sim, estar colado em quem manda é, de certa forma, achar que também pode mandar. Mas não foi bem assim.

Ao longo do ano de 1931 os sorrisos chegaram ao fim. A população em geral, como sempre, tinha apenas os jornais e as rádios pra tentarem entender o que estava verdadeiramente acontecendo. Por sua vez, os boatos corriam bem mais rápidos que todos e chegavam bem mais longe, nos quatro cantos do país. Logo, o povo de São Paulo, e de outros estados da federação, também deixariam de sorrir, políticos e militares de outros estados, que já acumulavam suas desavenças com o governo federal, começavam a conspirar e logo reúnem aliados.

Com a persistência de Getúlio Vargas, em manter os seus interventores (homens de confiança e não paulistas) em cargos estratégicos na administração de São Paulo, os políticos paulistas inconformados, em continuar de fora do círculo do poder, resolveram agir o mais rápido possível para derrubar Getúlio e seus asseclas, confiantes de que Minas Gerais e o Rio Grande do Sul comungam do mesmo objetivo, os paulistas assumiram a liderança do movimento.

Getúlio Vargas, muito astuto, já sentindo o cheiro de pólvora no ar, deu ordens e mandou retirar os melhores armamentos dos quartéis do exército de todo o estado de São Paulo, deixando apenas material obsoleto. Aqui

vale lembrar que revoltas armadas no Brasil já eram uma tradição, vide 1922, 1924 e a própria Revolução de 1930. Sendo assim, Getúlio sabia o que esperar dos insatisfeitos e logo partiu pra censura aos meios de comunicação e fez uma repressão pesada aos seus desafetos. Certamente o povo ficaria no fogo cruzado.

Incitados pelas rádios e pelos jornais, além dos boatos, as massas foram para as ruas e o quebra-quebra começou. Pequenos protestos deram lugar a grandes manifestações e, logo, surgiram as primeiras vítimas fatais. Era tudo que a classe política de oposição a Getúlio precisava. A gasolina já estava derramada, bastava riscar o fósforo. A opinião pública nacional, em sua maioria, ficou ao lado dos paulistas diante da tragédia ocorrida na Praça da República. Em outros estados, protestos e manifestações semelhantes começaram a se espalhar. Foi um caminho sem volta para a guerra.

O grito de ordem era a queda do governo federal e uma nova constituição para o Brasil.

“Constituição” uma palavra tão falada, gasta e surrada nos dias de hoje, por que será? Talvez porque a Carta Magna, a carta constitucional, seja a alma de uma nação, onde por ela se norteia, encontra abrigo, segurança, prosperidade, liberdade e, principalmente, justiça e paz. Será que é pedir muito?

O povo Paulista pegou em armas e não mediu as consequências, pois o ideal era mais forte, o bem comum falava mais alto, e o sonho de um futuro melhor e mais justo era o alvo. Ao perceberem que foram abandonados no campo de batalha por seus principais aliados, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, mesmo diante da eminente derrota, a falta de poder bélico e grande inferioridade de tropas, os paulistas deram um grande exemplo de coragem, força e união que ficarão marcados pra sempre na história de São Paulo e do Brasil.

Assim, Nove de Julho, não é apenas um feriado estadual. Nove de Julho representa muito mais do que isso, Nove de Julho é um grande ideal, é a luz da pátria e a alma do povo paulista. Desapego, trabalho duro, de sol a sol, liberdade, prosperidade e justiça para todos.

A história da Revolução Constitucionalista de 1932 está eternizada, impressa em vários livros, com relatos emocionantes de quem realmente encarou a triste realidade de uma trincheira, e viu um amigo ou um irmão tombar ao seu lado. Como em todas as guerras, estes relatos foram escritos com muitas lágrimas, suor e sangue. Essa grande epopeia de 1932 deve ser sempre lembrada, debatida e muito bem estudada, para que sirva de farol para as futuras gerações de paulistas e brasileiros.

Encerro aqui com algumas frases que nunca saem da minha memória quando o assunto é 1932.

Sim, São Paulo foi derrotado, mas foi derrota pelos seus próprios erros...

Políticos profissionais são seres inescrupulosos, vendem a própria mãe ao diabo, são capazes de tudo, mentir, roubar e até de provocar uma guerra entre irmãos.

São Paulo, a grande oficina, que volte ao trabalho, pois o Paulista vencedor não será maior que o Paulista vencido.

Dr. Luiz Vieira de Mello – do livro: *Renda-se paulista!* (Nov/1932)

Nota: Aprenda com o passado e não repetirá os mesmos erros, conheça a história do seu País, suas origens e compreenderá o quanto importante foi a Revolução Constitucionalista de 1932 para São Paulo e para o Brasil.

Salve 9 de Julho! – Avante Paulistas!

16

O espírito constitucional de 1932

Hélcio de Abreu Dallari Júnior¹

A pátria é a família amplificada. E a família, divinamente constituída, tem por elementos orgânicos a honra, a disciplina, a fidelidade a bem-querença, o sacrifício.

Rui Barbosa (1849-1923)

Em discurso no Colégio Anchieta, 1903.²

-
1. PhD em Ciências – Escola Paulista de Medicina – Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP; Tutor para Gestão Social em Saúde – Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID e Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Econômico e Social/INDES (Washington, D.C. – E.U.A.). Mestre em Direito do Estado – Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo/USP. Especialista em Direito Constitucional – Escola Superior de Direito Constitucional de São Paulo. Parecerista ad hoc da Revista Jurídica da Presidência – Presidência da República do Brasil (Brasília – BRASIL). Membro Efetivo e Vice-Presidente da Comissão de Direito e Saúde da FECOMERCIO/SP. Membro Efetivo da Comissão de Jurimetria e Análise Preditiva da OAB, Seção São Paulo. Membro Efetivo e Coordenador de Estudos de Direito do Estado e Gestão Pública da Comissão do Acadêmico de Direito da OAB, Seção São Paulo. Membro Efetivo da Comissão do Advogado Professor da OAB, Seção São Paulo, Subseção de Pinheiros. Membro Efetivo e Vice-Presidente da Comissão de Direito Médico da OAB, Seção São Paulo, Subseção de Pinheiros. Membro do Conselho Deliberativo da Associação Beneficente Pró-Saúde Policial Militar do Estado de São Paulo – PRÓ-PM. Advogado parecerista inscrito na OAB, Seção São Paulo e membro da Sociedade Veteranos de 32 – M.M.D.C..
 2. RÓNAN, Paulo. *Dicionário Universal Nova Fronteira de Citações*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 736.

Introdução

Muitos já analisaram e escreveram sobre a Revolução Constitucionalista de 1932. Todavia, este processo revolucionário é historicamente tão rico que jamais poderá ser esgotado por completo. Vários são os possíveis vieses de sua observação, principalmente no tocante à agitada situação política e socioeconômica daquele momento. Porém, no presente artigo, além do enquadramento geral comumente abordado, daremos foco ao que entendemos ser um dos aspectos mais centrais e, ao mesmo tempo, menos comentado: o espírito constitucional dos paulistas em prol do Brasil.

Apontamentos históricos gerais

O início da Segunda República foi marcado pelo governo provisório de Getúlio Vargas (1930–1934). No final de 1930, foi marcado pela vitória da revolução do mesmo ano, que acabou por conduzir Getúlio Vargas à Presidência da República, como chefe de um governo provisório, munido de poderes extremamente amplos. Com o fim da hegemonia das oligarquias cafeeiras, o novo governo contou com respaldos sociais múltiplos (classes médias urbanas, amplos setores da nova burguesia industrial e financeira, exército, dentre tantos), todos ávidos por participarem ativamente do novo cenário político nacional. Assim, os diversos setores populares, de algum modo, buscaram se posicionar da maneira mais oportuna e conveniente aos seus específicos interesses.

Como nenhum destes setores tinha força suficiente para se colocar com hegemonia, Getúlio Vargas conseguiu habilmente atrair os interesses de todos para sua própria pessoa. Como Presidente da República, buscou satisfazer alguns interesses de todos os grupos sociais: representantes das oligarquias gaúcha, mineira e paraibana ocupavam, em grande parte, os muitos órgãos do governo federal. Lideranças tenentistas foram nomeados como interventores nos governos estaduais.

Sem se esquecer dos setores populares urbanos, Getúlio Vargas deu início à criação de seu modelo de política populista, aventando a possibilidade

de estabelecer benefícios legais mais favoráveis às classes trabalhadoras urbanas.

O que é desconhecido por muitos é que Getúlio Vargas também manteve proximidade dos cafeicultores paulistas que, apesar da Grande Crise Depressiva mundial de 1929, ainda eram o grupo econômico mais importante do Brasil. Em 1931, com o intuito de estabelecer uma nova rígida política de controle de valorização do café, Vargas criou o Conselho Nacional do Café (tal política caracterizava-se pela compra e queima de café excedente não vendido, tendo durado até 1944). Com tal prática, vários setores dependentes da cafeicultura (comércios, bancos, pequenas indústrias, ferrovias) se beneficiaram, mantendo o bom funcionamento da economia nacional.

E, como não poderia ser diferente, o pujante setor industrial foi o mais beneficiado de todos. Com a depressão mundial, a entrada de capital estrangeiro no Brasil escasseou. A desvalorização da moeda nacional por constantes emissões de papel-moeda para pagamento dos cafeicultores paulistas inviabilizavam de vez as importações. Assim, a indústria nacional leve obteve a oportunidade adequada para seu desenvolvimento.

Todavia, a história é sempre muito dinâmica e, gradualmente, este cenário alterou-se devido a alguns fatores, como por exemplo o esfacelamento do modelo político-econômico de dominação governamental das oligarquias ruralistas brasileiras, a partir, principalmente, da crise econômica internacional desencadeada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929; o rompimento da sequência relacionada ao processo sucessório de alternância do exercício da Presidência da República estabelecido pela chamada “política do café com leite” dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e a falta de atualidade do texto constitucional vigente na ocasião (Constituição de 1891), frente às novas realidades sociais e políticas derivadas do ágil processo de industrialização e de urbanização.

Diante de tamanha complexidade, e frente à vitoriosa Revolução de 1930, Getúlio Vargas assumiu a Presidência da República em caráter provisório, após um breve período de funcionamento de uma Junta Pacificadora, após a deposição do Presidente Washington Luís. Desta forma, um

golpe de Estado, que quebrara a ordem constitucional vigente, trazia em si promessas de mudanças constitucionais no sentido da modernização das instituições. Contudo, tais promessas não se concretizaram.

O Estado brasileiro caminhava rumo à ditadura de Vargas, firmemente marcada pela aplicação da violência e da tortura. Getúlio Vargas suspendeu a Constituição de 1891 e, gradativamente, passou a concentrar em suas mãos tanto o Poder Executivo, quanto o Legislativo, até que uma Assembleia Nacional Constituinte fosse convocada. Os governadores dos Estados acabaram destituídos, sendo substituídos por interventores federais diretamente ligados ao próprio Presidente da República.

Em um primeiro instante, Getúlio Vargas nomeou João Alberto Lins de Barros – um militar pernambucano, como seu interventor em São Paulo. Todavia, diante da forte oposição paulista à sua nomeação, este se viu obrigado a exonerar-se do cargo. Em seu lugar vieram dois novos interventores federais: o magistrado Laudo Ferreira de Carvalho e o General Manuel Rabelo – que não conseguiram apaziguar os ânimos paulistas. Como última tentativa de serenar o povo paulista, Vargas resolveu nomear o Embaixador Pedro de Toledo, um paulista civil, como seu interventor.

Aos poucos, o Estado de São Paulo adotou uma postura de liderança no restabelecimento da autonomia dos Estados dentro da federação brasileira. O clamor por uma nova constituição nacional tornou-se cada vez mais forte. Para se ter uma ideia, o povo paulista fez uso do lema “Tudo pela Constituição!”, que, como uma espécie de campanha, foi abraçado por muitos outros brasileiros em várias localidades do país.

E, em 23 de maio de 1932, nas ruas do centro da cidade de São Paulo ocorreu uma grande manifestação popular contra a ditadura do Presidente Getúlio Vargas. No entroncamento da Praça de República com a Rua Barão de Itapetininga, tal manifestação acabou alvejada por tiros disparados por lideranças representativas de Vargas. Quatro jovens foram mortos imediatamente na referida ocasião: Mário **Martins** de Almeida, Euclides Bueno **Miragaia**, **Drausio** Marcondes de Souza, e Antonio Americo de **Camargo** Andrade, o que acabou por originar a criação e o estabelecimento de uma sociedade política secreta, batizada pela sigla M.M.D.C., (vinculada aos

nomes destes primeiros heróis mortos). Esta sociedade tinha por condão elementar dar origem a um novo processo de constitucionalização do Brasil, restabelecendo a democracia em todo o território nacional.

E, conforme consta na parte inicial do livro *Cruzes paulistas*, o interventor Pedro de Toledo procurou harmonizar os interesses de ambos os lados, sem sucesso. Preparou-se esta revolução totalmente sem o seu apoio.

Em 9 de julho de 1932, teve início o movimento armado que duraria quase três meses. Pedro de Toledo foi popularmente aclamado como Governador do Estado de São Paulo para liderar a Revolução Constitucionalista. Que seja destacado que São Paulo pôde contar, também, com o apoio da guarnição militar de Mato Grosso. Ao final, devido a inúmeras dificuldades de cunho material impostas pelo bloqueio do porto de Santos realizado por navios federais e pelos constantes ataques bélicos em suas fronteiras com Estados limítrofes, São Paulo saiu derrotado militarmente desta revolução, porém, vitorioso politicamente, uma vez que impeliu Getúlio Vargas a convocar eleições diretas para uma Assembleia Nacional Constituinte no ano seguinte. Assim, teve origem a nossa Constituição democrática de 1934, que teve vida curta, durou até o golpe de estado de 10 de novembro de 1937, quando Getúlio Vargas reimplantou a ditadura de modo ainda mais tirano, no período denominado como Estado Novo.

Verdades sobre a Revolução Constitucionalista de 1932

A história é composta de fatos corretamente ou erroneamente revelados. Ao longo do tempo, sobre a Revolução Constitucionalista de 1932, diversos fatos importantes foram omitidos ou deturpados para atender interesses governamentais escusos, principalmente os do governo de Getúlio Vargas. E sabemos bem que, quando uma mentira é repetida por várias vezes, esta acaba sendo tomada como se verdade fosse. Façamos aqui algumas considerações com o devido zelo histórico.

Primeiramente, precisamos resgatar que o desejo por uma nova constituição federal não existia apenas nos corações dos paulistas natos. Ao todo, lutando por São Paulo, morreram 634 combatentes, dentre eles, brasileiros

originários de outros Estados brasileiros além de São Paulo, que combateram voluntariamente a ditadura de Vargas. Vejamos os números ligados a eles: Alagoas (02); Bahia (16); Ceará (03); Espírito Santo (01); Goiás (04); Maranhão (01); Mato Grosso (08); Minas Gerais (31); Paraíba (04); Paraná (04); Pernambuco (09); Piauí (01); Rio de Janeiro (16); Rio Grande do Norte (02); Rio Grande do Sul (03); e Sergipe (01). Além deles, também morreram combatentes constitucionalistas estrangeiros; Alemanha (06); Áustria (02); Espanha (03); Hungria (02); Inglaterra (01); Itália (02); Líbano (01); Portugal (06); e Rússia (01).³

Colônias estrangeiras tiveram igualmente espontânea presença marcante na causa constitucionalista. As colônias italiana e portuguesa arrecadaram doações em dinheiro à sociedade M.M.D.C. e organizaram serviços de saúde completos, com recursos próprios, trabalhando intensivamente em apoio às organizações sanitárias militares. A colônia americana doou uma ambulância totalmente equipada à Cruz Vermelha e se organizou para fornecer remédios, material hospitalar em geral, roupas e lençóis confeccionados em oficinas de costura próprias, em benefício de hospitais e de famílias de combatentes necessitados.

A Cruz Vermelha de São Paulo também recebeu cinco ambulâncias, dez padiolas e uma maca da colônia alemã e um aparelhamento completo de raios X da colônia britânica. A colônia russa, bastante limitada economicamente, organizou um jejum, no dia 31 de julho, para que o dinheiro correspondentemente economizado revertesse em donativo à Cruz Vermelha, além de seus membros terem doado sangue e se dedicado no trabalho voluntário hospitalar. A pequena colônia japonesa da época conseguiu arrecadar elevadas somas em dinheiro, material hospitalar e diversos sacos de cereais. Colônias francesa, belga, espanhola, grega e húngara organizaram comissões para angariar donativos à Cruz Vermelha. A colônia judaica, por meio da Sociedade Beneficente das Damas Israelitas, teve papel humanitário decisivo no atendimento das inúmeras carências sociais.⁴

3. DE PAULA, Jeziel. *1932: Imagens construindo a História*. Campinas/Piracicaba: Editora da UNICAMP; Editora UNIMED, 1998, p. 185.

4. OLIVEIRA FILHO, Benjamim de. *M.M.D.C.* Rio de Janeiro: Schmidt, 1932, p. 155-164.

Uma impropriedade é imaginar que a Revolução Constitucionalista de 1932 teria sido um movimento das elites paulistas. Pessoas comuns do povo tomaram parte deste processo revolucionário. As elites paulistas não teriam condições de mobilizar tantos indivíduos: foram aproximadamente 200.000 pessoas que se alistaram voluntariamente por São Paulo. Dentre os 373 voluntários civis mortos em combate pelo lado paulista, encontramos inúmeros profissionais liberais tais como advogados, alfaiates, ambulantes, bancários, barbeiros, comerciantes, comerciários, contadores, dentistas, engenheiros, eletricitas, farmacêuticos, fazendeiros, ferroviários, lavradores, mecânicos, médicos, motoristas, operários, pedreiros, pintores, professores e telegrafistas – qual seja, eram populares.⁵

Outro aspecto marcante é que não se fala da dimensão do descontentamento nacional com a ditadura de Getúlio Vargas. Ocorreram episódios isolados a favor da causa constitucionalista em vários outros Estados da Federação, com escaramuças, tiroteios e combates, havendo mortos e feridos. A versão oficial da história tratou de omitir e de abafar a existência de outros movimentos armados contra o governo federal. Sejam recordados aqui os principais episódios, com suas correspondentes datas e localidades: em 17 de julho, Rio de Janeiro/RJ; em 19 de julho, Bela Vista/MT; em 20 de julho, Pouso Alegre/MG; em 21 de julho, Coronel Joaquim Macedo/MG, Guaxupé/MG, Santana dos Tocos/RS, e Vacaria/RS; em 22 de julho e 29 de julho, Rio de Janeiro/RJ; em 2 de agosto, Belém/PA; em 18 de agosto, Itacoatiara/AM; em 19 de agosto, Ipajim/MT e Ladário/MT; em 20 de agosto, Perdido/MT e Porto Murtinho/MT; em 22 de agosto, São João/RS e Salvador/BA; em 29 de agosto, Coxim/MT; em 3 de setembro, Porto Esperança/MT; em 4 de setembro, Pelotas/RS; em 7 de setembro, Mandioca Assada/MT; em 10 de setembro, Porto Murtinho/MT, São Gabriel/RS e Santa Maria/RS; em 13 de setembro, Reizinho Macedo/RS; em 20 de setembro, Cerro Alegre/RS; em 25 de setembro, Porto Esperança/MT; e, finalmente, em 4 de outubro, Campo Grande/MT.⁶

5. DE PAULA, Jeziel. 1932: *Imagens construindo a História*. Campinas/Piracicaba: Editora da UNICAMP; Editora UNIMED, 1998, p. 186.

6. *Ibidem*, p. 249.

Um pouco mais do espírito constitucional da sociedade e dos heróis de 1932

Realmente, não foi pouca a mobilização dos paulistas, em prol de uma nova constituição para o Brasil.

Além das formas organizadas que, até o momento já foram mencionadas, citemos outras: foi organizada uma campanha de arrecadação de ouro (“Ouro para o bem de São Paulo”) para servir de lastro à emissão de bônus paulistas e arcar com os custos relacionados à revolução; crianças participaram de atividades pró-constituição, através de batalhões mirins e de grupos de escoteiros (com destaque para o escoteiro mensageiro Aldo Chioratto, morto em Campinas, durante um bombardeio realizado pela aviação das Forças Armadas Brasileiras); mulheres participaram por intermédio de diversas instituições tradicionais apoiadoras do movimento, como as Casas do Soldado, além do fato de algumas delas terem ido trabalhar nas fábricas de armamentos e capacetes, como também de outras terem se alistado e lutado diretamente no front (casos específicos de Maria Iguassiba e Maria José Barroso – esta última conhecida como “Maria Soldado”); a Legião Negra, batalhão formado especificamente por indivíduos negros; e a Imprensa Paulista, que se mobilizou para inflar o brio e o patriotismo dos paulistas para defenderem a nova constitucionalização do Brasil.

No mais, caberia revisar as muitas histórias heroicas pessoais dos combatentes paulistas e de suas famílias. Muitos dedicaram suas vidas, vivendo ou morrendo, plenos de sentimentos e de instintos morais de forte caráter. Não são poucos os registros de tais histórias de bravura e denodo contidos em arquivos oficiais, em bancos de dados de empresas jornalísticas e em bibliotecas públicas e privadas. E talvez os mais preciosos registros permaneçam desconhecidos do grande público: falo aqui de cartas e cartões postais trocados entre combatentes e seus familiares – eu mesmo guardo em meu poder algumas cartas escritas por meu tio-avô Mario Hilario Dallari, 2º Tenente do Exército Constitucionalista Paulista, morto aos 20 anos em combate durante uma ofensiva geral da linha no Rio das Almas, avançando de Capão Bonito para Ribeirão Grande, no interior de São Paulo (material este já selecionado para um projeto documentário futuro próximo).

Conclusão

A Revolução Constitucionalista de 1932 representa um marco histórico vivo do exercício da cidadania para o Brasil, para o Estado de São Paulo e para o povo brasileiro. Este movimento constitucionalista jamais objetivou o separatismo de São Paulo do Brasil. Prova maior do orgulho paulista de ser brasileiro está cravada na própria bandeira do Estado de São Paulo, onde podemos ver nitidamente a silhueta do mapa do Brasil. O detalhe é que esta bandeira foi adotada como símbolo oficial do Estado de São Paulo exatamente em 1932, a partir da sua utilização nas manifestações populares contra a ditadura de Getúlio Vargas.

Momentos decisivos como este servem para revelar grandes homens e grandes instituições. E tais momentos não são apenas inscrições do passado. São exemplos para o presente e para o futuro! Exemplos para todos os brasileiros amantes da liberdade, da ordem e do progresso!

Tendo escrito tudo o quanto me propus, encerro o presente artigo repetindo as honrosas palavras finais escritas por meu tio-avô Mario, em sua carta datada de 13 de julho de 1932: “Viva São Paulo! Viva o Brasil!”

Referências

- BARBEIRO, Heródoto; CANTELE, Bruna Renata. **Ensaio geral: 500 anos de Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.
- BARELLI, Ettore; PENNACCHIETTI, Sergio. **Dicionário das citações**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BASTOS, Alves. **Palmo a Palmo**. São Paulo: Sociedade Impressora Paulista, 1932.
- BOTTALLO, Eduardo Domingos. **Cartas de (e para) um combatente**. Santo André-SP: Alfabeta, 2007.
- CANDEIAS, Nelly Martins Ferreira. Uma instituição fortemente dinamizada pela reflexão histórica e memorialística. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP**, ano CXXI, vol. XCIX. São Paulo: RG Editores, 2015.
- CORRÊA, Sílvio Faria. **Serro Alegre: a Revolução Riograndense de 32**. Porto Alegre: Globo, 1933.
- DALLARI JÚNIOR, Hécio de Abreu. **Teoria geral do Estado contemporâneo**. São Paulo: Rideel, 2008.

- DE PAULA, Jeziel. **1932: imagens construindo a História**. Campinas/Piracicaba: Editora da UNICAMP; Editora UNIMED, 1998.
- DEPARTAMENTO EDITORIAL DAS EDIÇÕES MELHORAMENTOS. **Dicionário de História do Brasil – Moral e Civismo**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- DONATO, Hernâni. **A Revolução de 32**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História do Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- HORTA, Pedro José Vilar Godoy. **Jornalistas e a Revolução de 32**. Disponível em: <https://www.ambientelegal.com.br/jornalistas-e-a-revolucao-de-32>. Acesso em: 9 jul. 2022.
- LIVRARIA MARTINS EDITORA. **Álbum de Família 1932**. São Paulo: Studgraf, 1954.
- MARQUES, Tenório Heliodoro da Rocha; OLIVEIRA, Odilon Aquino de. **São Paulo contra a ditadura**. São Paulo: Ismael Nogueira, 1933.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. Um povo sem memória é um povo fadado a desaparecer. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP*, ano CXXI, vol. XCIX. São Paulo: RG Editores, 2015.
- MELLO, Arnon Afonso de Farias. **São Paulo venceu!** Rio de Janeiro: Flores & Mano, 1933.
- MONTENEGRO, Benedicto; WEISSOHN, Alberto Aguiar (Orgs.). **Cruzes paulistas**. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, 1936.
- OLIVEIRA, Benedito Fernandes de. **Revolução Paulista de 1932**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1950.
- OLIVEIRA FILHO, Benjamim de. **M.M.D.C.** Rio de Janeiro: Schmidt, 1932.
- PAULA, Jorge de. **O fã: Revolução Constitucionalista de 32 em Soledade**, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro: O Globo, 1935.
- QUEIROZ, Augusto de Souza. **Batalhão 14 de Julho**. São Paulo: Sangirard, 1982.
- SARAIVA, João. **Em continência à lei**. São Paulo: Edição do Autor, 1933.
- SILVA, Hélio. **1932: a guerra paulista**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1964.
- TAVARES, André Ramos; CASSEB, Paulo Adib. A Revolução Paulista de 1932. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP*, ano CXXI, vol. XCIX. São Paulo: RG Editores, 2015.
- THIOLLIER, René. **A República Rio-Grandense e a Guerra Paulista de 1932**. São Paulo: Alarico, 1932.
- VIANNA, Helio. **História do Brasil**, Vol. II. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- VILLA, Marco Antonio. **1932: imagens de uma Revolução**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

17

Será verdade que os gaúchos traíram os paulistas?

Jairo Carneiro dos Santos¹

1. Pesquisador especializado sobre a Revolução Constitucionalista de 1932 no Rio Grande do Sul. Cursa história na UFPEL. É microempresário, natural de Soledade-RS.

Nos últimos 90 anos muito se tem ouvido falar que os gaúchos se comprometeram com a revolução constitucionalista e que, na última hora, abandonaram São Paulo a sua própria sorte. Esta afirmação não está correta, ela é falsa.

Não! Os gaúchos não traíram os paulistas.

Eles lutaram junto com São Paulo e honraram sua palavra empenhada.

Em abril de 1931, a Frente Única Gaúcha, reunida em Pelotas, já defendia a reconstitucionalização do país. A convocação de uma assembleia constituinte, e a imediata aprovação do novo código eleitoral, coordenado por Assis Brasil.

Em maio do mesmo ano, em congresso do Partido Libertador, foi aprovada moção pela imediata volta do Brasil ao regime democrático e, através de Raul Pilla, iniciam uma negociação para uma solução do caso paulista, com a sugestão à Getúlio Vargas para que aceitasse um interventor indicado pelos partidos de São Paulo e de apoio ao Partido Democrático e contra os excessos do interventor João Alberto.

Em setembro de 1931, em novo congresso, aprovam uma série de moções, conhecidas pelos gaúchos como heptálogo que reiteram a necessidade da volta ao regime constitucional e a volta dos artigos da constituição de 1891 referentes aos direitos individuais para que os responsáveis pelo empastelamento do *Diário Carioca* pudessem ser punidos. O Partido Republicano Rio-Grandense vai na mesma linha e, na sequência, Borges de Medeiros envia a Vargas o decálogo que aumenta as exigências pedindo a punição aos responsáveis ao atentado ao *Diário Carioca*, o afastamento de Pedro Ernesto do comando do Distrito Federal, eleições até 31 de dezembro para composição de uma assembleia constituinte, liberdade de imprensa e solução para o caso de São Paulo.

No início do ano de 1932, Paulo de Moraes Barros, em nome do Partido Democrático Paulista, procura Vargas para pedir a substituição do interventor Manoel Rabelo, sem conseguir que a demanda paulista fosse atendida. O Partido Democrático, rompeu com Getúlio Vargas em protesto contra o controle do estado por “estrangeiros” ligados ao tenentismo.

No Rio Grande do Sul, o Partido Libertador (PL) manifesta solidariedade ao Partido Democrático Paulista e Mauricio Cardoso, ministro da Justiça e Flores da Cunha, Interventor Federal no Rio Grande do Sul, conversam com Vargas para achar uma solução para resolver o impasse com São Paulo.

O gaúcho João Neves da Fontoura, em conversa no palácio, propõe a Vargas, a substituição de todo o ministério, reduzir a influência do tenentismo para distensionar as relações com o Rio Grande, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso.

Vargas responde ao representante gaúcho na capital federal, João Neves da Fontoura, sobre as mudanças propostas em seu ministério. Vargas lhe diz que não aceita a substituição de todo o ministério e que concorda em trocar o ministro do trabalho, nomeando João Alberto (desafeto dos gaúchos), e propõe Flores da Cunha para ministro da Justiça e para o ministério da agricultura, o paulista Moraes de Barros. João Neves entente que aquilo não é um ministério de recomposição que traga a paz. João Neves lhe disse que era importante a representação de todos, paulistas, mineiros, mato-grossenses e gaúchos no ministério, bem como a substituição de João Alberto como interventor no Distrito Federal, do interventor em São Paulo e do ministro da guerra.

Quanto aos mineiros, Vargas disse que consultaria seu interventor em Minas Gerais. Quanto às demais questões, não recuaria de sua proposta.

O Partido Libertador gaúcho ameaça seguir o mesmo rumo do Partido Democrático e Borges de Medeiros avisa a Flores da Cunha que se os Libertadores romperem, o Partido Republicano Riograndense deve fazer o mesmo para não quebrar a unidade no estado.

A Frente Única Gaúcha envia Batista Lusardo até Vargas para construir uma nova solução aceitável para São Paulo.

Getúlio Vargas envia seu ministro da justiça, o gaúcho, Mauricio Cardoso, acompanhado de Miguel Costa à São Paulo para negociar uma solução e sondar um nome para interventor que possa ser aceito na capital paulista.

Não obtendo êxito e, somado o empastelamento do *Diário Carioca*, os gaúchos liderados por Mauricio Cardoso, Ministro da Justiça, Batista Lusardo, Chefe de Polícia no Distrito Federal, Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho, João Neves da Fontoura, do Banco do Brasil e Assis Brasil da agricultura, com o incentivo e o apoio, e de comum acordo com Flores da Cunha, Interventor Federal no Rio Grande do Sul, renunciam a seus respectivos cargos no governo Vargas e são seguidos por vários outros gaúchos.

Assis Brasil reitera as condições para os gaúchos continuarem a apoiar Vargas, subscritos no documento heptálogo. Vargas não se compromete com as condições que lhe foram enviadas, os gaúchos as tornam públicas e as publicam nos jornais gaúchos, entre as condições está a solução do caso paulista com interventor negociado com a Frente Única Paulista.

Sem resposta afirmativa ao heptálogo, Assis Brasil, Borges de Medeiros e Raul Pilla, em nome da FUG (Frente Única Gaúcha/PRR e PL) elevam as condições para manter apoio com um decálogo. Querem uma reforma ministerial ampla.

Vargas incube Flores da Cunha para em reunião em Cachoeira com líderes da Frente Única Gaúcha, lhe representar, ouvir e discutir o decálogo com os líderes, Borges de Medeiros, Assis Brasil, Raul Pilla, Mauricio Cardoso, Batista Lusardo, Lindolfo Collor e João Neves da Fontoura.

Quando o Partido Democrático Paulista rompe com Getúlio Vargas, o partido Libertador Gaúcho, em solidariedade aos paulistas, segue o mesmo caminho e, na sequência, o partido Republicano Rio-Grandense faz o mesmo. Agora, a Frente Única Gaúcha assume o compromisso de lutar junto com o povo de São Paulo.

A combinação entre os estados descontentes era de um levante no dia 14 de julho de 1932 e era com essa data que a Frente Única Gaúcha trabalhava junto com seu interventor Flores da Cunha que já havia iniciado a formação de Corpos Auxiliares no estado gaúcho com distribuição de armas, como por exemplo na cidade de Vacaria e Lagoa Vermelha, para lutarem junto com São Paulo pela constitucionalização do país.

O Rio Grande do Sul foi tomado de surpresa quando soube que a revolta havia sido antecipada para o dia 9 de julho de 1932. Isso fez que o planejamento gaúcho que estava em curso sofresse um grande revés pois, ainda não estávamos suficientemente organizados. Esta antecipação unilateral, causou um momento de incertezas e revelou a Getúlio Vargas o tamanho do problema que ele iria enfrentar. De imediato ele agiu, pressionando seu interventor, Flores da Cunha, que chegou a colocar seu cargo a disposição para juntar-se à Frente Única Gaúcha, pressionando os seus fiéis seguidores a não lhe abandonarem, Vargas, fez promessa à Flores de assumir o ministério da justiça, vago por Mauricio Cardoso, e que seu irmão Chico Flores, assumiria a presidência do estado do Rio Grande do Sul. Assim, Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha convenceram Flores da Cunha a abandonar os constitucionalistas e organizar dezenas de corpos auxiliares para lutarem ao lado da ditadura.

O Rio Grande do Sul tinha um efetivo regular de 2700 soldados na Brigada Militar do estado que rapidamente foi elevado a 24700 soldados em dezenas de corpos auxiliares bem armados para a luta que se avizinhava, somando-se ao efetivo de toda a força nacional em solo gaúcho que contava com inúmeros quartéis no estado para proteger sua fronteira e portos. O efetivo militar no Rio Grande do Sul era gigantesco para a época.

Rapidamente, a máquina de guerra gaúcha estava voltada para servir a Getúlio Vargas e não mais à Revolução Constitucionalista.

Nosso vice-presidente do estado, João Neves da Fontoura, vai para São Paulo para lutar ao lado do povo Paulista.

Flores da Cunha, primeiramente traiu os gaúchos, pois sempre esteve favorável e incentivou a revolução constitucionalista, traiu a Frente Única Gaúcha e, o mais grave para um gaúcho, traiu a palavra empenhada.

Tendo mudado de lado, imediatamente montou cerco à Frente Única Gaúcha, com vigilância e prisões das lideranças, censurou a imprensa, montou fortíssima vigilância nos telégrafos, cortando a comunicação entre líderes partidários e, destes, com o interior do estado. Assim, o povo nas cidades do interior não sabiam o que estava acontecendo.

Aproveitando-se desta desinformação, enviou telegramas a todas as localidades do estado informando que São Paulo havia iniciado uma luta separatista contra o Brasil. Esta informação falsa, tinha o intuito de persuadir os gaúchos a não aderirem à causa paulista. Embora houvesse paulistas que assim pensavam, esta ideia não correspondia à maioria do povo paulistano. Mas, ela foi muito bem trabalhada pelos opositores da volta ao regime democrático, causando dúvidas dos reais motivos de São Paulo para a luta e desmobilizando muitos dos constitucionalistas gaúchos.

A primeira cidade constitucionalista a ser atacada foi Vacaria, aquela que Flores da Cunha havia formado um corpo provisório e fornecido armas para combater favoravelmente a São Paulo. Para lá, enviou o 3º corpo provisório, o pé no chão, que logo embarcaria para combater no setor sul paulista. Em Vacaria, no Campo do Meio, combateu o levante da força do coronel Otacílio Fernandes. Não foi possível ao coronel Otacílio impor resistência.

Na sequência, sufocam os constitucionalistas em Lagoa Vermelha que haviam recebidos ordens de organizar um corpo provisório favorável a lutar contra a ditadura de Vargas. Em Lagoa Vermelha estava Batista Lusardo que dribla o cerco e dirige-se para Porto Alegre para juntar-se a Borges de Medeiros com o objetivo de tirá-lo de Porto Alegre e dirigirem-se para Santa Maria com o propósito de estabelecer o QG do governo revolucionário.

Sem comunicação com o interior, vigiados e muito cercados, sem armas e tendo todo o aparato do estado e federal a lhes caçar, pouco os líderes gaúchos podiam fazer, o que não os impediu de lutar para honrar a palavra dada a São Paulo.

Uma das lideranças que, ainda, não estava presa, devido à sua estatura de grande líder, foi Borges de Medeiros, que tinha como objetivo tomar a cidade de Santa Maria, por sua posição geográfica estratégica no centro do estado e ter o principal ramal da ferrovia gaúcha para ali montar o comando geral da revolução e retirar o trem de circulação, aliviando assim, o envio de tropas para combater São Paulo na frente sul.

Sua fuga de Porto Alegre foi combinada com a de Batista Lusardo, líder do Partido Libertador e bastante sincronizada. Borges de Medeiros já era

um senhor de idade para a época, sabia que era uma luta sem possibilidade de vitória pelo aparato repressivo montado no estado e que iria enfrentar uma longa e dura jornada para honrar um compromisso assumido pela Frente Única Gaúcha.

Era de sua rotina sair à rua para caminhar ao final da tarde, sempre sobre a vigilância de homens da ditadura. Em uma dessas caminhadas, um carro de correligionários aproxima-se velozmente da calçada e Borges é colocado rapidamente em seu interior e quando a vigilância entende o que estava acontecendo, não havia mais como impedir a sua fuga. Trocou de carro mais duas vezes despistando, assim, a vigilância.

Aconteceu de forma idêntica com Batista Lusardo, porém, a sucessiva troca de automóveis chegou a treze vezes, até ficar longe de seus perseguidores. Ambos foram levados as docas do porto e foram escondidos no assoalho do barco de um leiteiro de Guaíba que comercializava seu produto na capital. Escondidos, fizeram a travessia do rio Guaíba, fugindo da vigilância dos barcos governistas que patrulhavam o rio. Dirigiram-se para Caçapava (do Sul) e, de lá, pretendiam chegar a Santa Maria para estabelecer o governo revolucionário constitucionalista.

Naquela madrugada, em Porto Alegre, foi distribuído o manifesto da Frente Única Gaúcha que informava ao povo gaúcho para estarem em armas contra o governo do estado e o federal para honrar o compromisso da palavra empenhada com São Paulo e com a nação.

Ao Rio Grande e à Nação.

A hora grave que atravessamos obriga-nos a falar com a possível franqueza ao Rio Grande e à nação.

Terra de lealdade e de desassombro não perezam as nossas mãos os apanágios mais puros de nossa gente. A frente única rio-grandense, isto é, os partidos republicano e libertador, tem compromissos de honra com os revolucionários constitucionalistas de São Paulo. Negá-los ou mesmo silenciá-los equivaleria há um crime de traição que enodoaria não apenas os nossos nomes, mas humilharia perante a nação o bom nome do Rio Grande, amontoaria sobre nós o desprezo dos contemporâneos e sobre nós

desencadearia as maldições do futuro. Caia o Rio Grande se houver de cair, porém caia de pé. Onde o rio grandense, só por estar animado de pontos de vistas contrários aos nossos, capaz de aconselhar-nos ou esperar de nós uma atitude de felonía ou gesto de desonra? A identidade de propósitos que animaram o povo de São Paulo e do Rio Grande nas suas resistências aos erros da ditadura e ao seu ânimo deliberado de pôr entraves a volta do país a ordem legal foram a causa inicial da nossa solidariedade. Desdobrando-se ela em compromissos políticos assumidos em nosso nome e pelo representante da frente única, no Rio de Janeiro, dr. João Neves da Fontoura, para o fim da Constituição de um governo verdadeiramente nacional, afirmados ainda por nós para a eventualidade de uma ação militar, desde que a tanto fosse arrastado o governo de São Paulo.

Esta é a verdade que não pode ser ocultada, sob pena de levarmos o Rio Grande a mais dolorosa das provocações morais que é o vexame pelo ridículo. A ação militar de São Paulo contra a ditadura e estava realmente prevista; atenta-se para este quadro: ou São Paulo manteria os seus compromissos com o Rio Grande, conservando-se afastado da ditadura e recusando dar-lhe a sua colaboração para não ser desleal conosco, outra não seria a fé da sua palavra, abandonando-nos no combate em que estávamos empenhados. Foi de extrema nobreza o procedimento de São Paulo. A capitulação com a traição ao Rio Grande preferiu a resistência com a dignidade da palavra empenhada. O Rio Grande foi colhido de surpresa na avalanche. Mas a hora em que os nossos aliados apelaram para nós, como lhes poderia frente única responder com a apostasia aos compromissos assumidos e com a deserção do posto de honra aqui voluntariamente se obrigou?

Homens de honra, que preza seus próprios compromissos, não exigiria por certo o ilustre interventor federal no estado que nos renegássemos os nossos compromissos políticos, dando os sumariamente por não existentes, pela razão de haver S. Ex., vivos que não nos compete discutir aqui, entendido não dever corresponder aos apelos que lhes dirigirmos no sentido

de ser o condutor do Rio Grande na nova cruzada redentora da consciência brasileira. Comprometeu-se S. Ex. a manter a ordem no Rio Grande do Sul, sabe, S. Ex. melhor do que ninguém, que nunca foram outros propósitos da frente única. pelo contrário, é sobre a intangibilidade da frente única que repousa, exclusivamente a paz do Rio Grande. Não nos apartemos das graves responsabilidades que nos pesam. E já que a frente única não foi possível contar com o interventor para conduzir o Rio Grande a satisfação dos nossos compromissos com São Paulo, seja-lhe lícito, pelo menos, dirigir a S. Ex. mais um público e solene apelo no sentido de não levar o Rio Grande a atirar contra nossos irmãos e aliados de São Paulo. A frente única deseja como S. Ex. preservar da anarquia e da desordem do Rio Grande do Sul. A frente única não poupará esforços nesse sentido. Mas em atenção aos nossos compromissos de honra que o interventor federal conhece, exortamos, pedimos, rogamos, imploramos que se mantenha pelo menos o Rio Grande afastado do incêndio, pronto a contribuir com que porventura ainda lhe sobre da sua antiga autoridade moral para encontrar uma solução digna e patriótica, nunca para aumentar-lhes a extensão ou para afastar os brasileiros da vitória definitiva e seus ideais, compreendam o Rio Grande e a nação a angústia de nossas palavras. Talvez ainda seja tempo de evitar o desastre final. E é porque queremos evitá-lo que nos limitamos nesta hora, de consciência conturbada, ao mínimo que é possível esperar de nós e que é esta simples e precisa declaração de compromissos este apelo que dirigimos ao general Flores da Cunha, aquele mesmo valoroso cabo de guerra que nos próprios dias da vitória de outubro, prezava tanto os brios de São Paulo e a nobreza de seu povo que não permitia pisassem os soldados como conquistadores as ruas da capital Paulista. Ao Rio Grande e à nação: esta é, na sua expressão mais serena e leal, a orientação política dos partidos republicano e libertador do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 13 de julho de 1933.

Borges de Medeiros

Raul Pilla

Rapidamente, Flores e Getúlio agem para combater com toda força os levantes em várias cidades gaúchas e para impedir que Borges de Medeiros, Raul Pilla, Batista Lusardo e Lindolfo Collor aproximem-se de Santa Maria, travando vários combates para impedir que tomassem a estratégica cidade.

Impossibilitados de adentrarem a cidade pelos poucos recursos bélicos, e pelo grande contingente enviado por Flores da Cunha para a defender, planejam retirar o trem de circulação, importante meio do governo mobilizar tropas dentro do estado e de as enviar para as trincheiras getulistas em São Paulo.

Marcial Terra e Lindolfo Collor reúnem 800 homens em Tupanciretã, e chegaram a danificar a linha férrea entre Santa Maria e Tupanciretã, onde travaram combate com os ditatoriais. Porém, mal armados e em número inferior, fazem a retirada e transferem a missão ao General Cândido Carneiro Junior, conhecido como Candoca, de Soledade que reunia 1500 homens, também, com pouquíssimas armas conseguidas em um ataque bem-sucedido a um quartel de sua cidade. O grupo do general Candoca, tomou a cidade de Soledade, destituiu e prendeu autoridades civis e militares nomeando novas autoridades constitucionalistas.

De imediato, lançou o seguinte manifesto:

Manifesto ao povo do Rio Grande do Sul

A Terra heroica de Soledade, atendendo a voz dos partidos republicano e libertador e honrando as suas tradições, levanta-se hoje de armas na mão pela restauração da ordem do regime legal no Brasil.

Estamos com uma brigada de um efetivo superior a 1500 homens armados, cheios de ardor e fé cívica, para sustentar ao lado de outros municípios que, como o nosso, se acham empenhados no movimento revolucionário constitucionalista, à palavra de honra do Rio Grande!

Os compromissos assumidos pelos chefes eminentes Borges de Medeiros e Raul Pilla, que representa a totalidade da população rio-grandense, é que nos levaram ao lutar ao lado do heroico povo de São Paulo,

nessa memorável jornada cívica, contra uma ditadura funesta e nefasta aos destinos da nacionalidade.

Borges de Medeiros, o excelso varão republicano e Raul Pilla, a individualidade estuante de fé e ardor pela liberdade; se acham em campo para a defesa dos mesmos ideais que nos animam!

Outra não podia, pois, ser nossa atitude sob a pena de nos tornarmos indignos da terra extraordinária dos farroupilhas!

O nosso movimento é invencível, porque defende a causa do Rio Grande do Sul!

Duas de nossas divisões marcham para invadir os municípios de Carazinho e Passo Fundo.

Nada nos deterá nessa hora Histórica em que combatemos a boa peleja pela dignidade, pela honra do Rio Grande e salvação da pátria!

Viva Borges de Medeiros!

Viva Raul Pilla!

Viva a revolução constitucionalista!

Cândido Carneiro Júnior, Sebastião Scheeleiniger Júnior, Kurt Spalding, Abelardo de Almeida Campos, Caio Graccho Serrano, Clóvis líbero Cardoso, Hércules Boccardi, Antonio Pereira de Almeida, Pantaleão Ferreira Prestes, Manoel da Silva Corallo, Sebastião J. da Rosa, Olavo de Almeida Campos, Olmiro Ferreira Porto, Mario Ortiz, Abílio Tatim, Ivo Tomasi, João Ferreira Dias, Emilio Jacob, Cantídio Borges, Thimóteo Loureiro, Guilherme de Vasconcelos, Pedro Guilherme Simon, Dário Carneiro, Cesário dos Santos, Sebastião de Freitas Borges, Hermenegildo Rossin, Alfredo Dias, Urbano Benigno dos Santos, Armando de Souza Kanters, Henrique Bohrer Sobrinho. Pedro Carneiro

Rosauro Tavares, Álvaro Rodrigues Leitão, Hugo Barroso, Virgílio José Landin, Nicanor R. de Almeida, Pedro Bambini, José Miguel Dipp, Francisco Pereira dos Santos, Cássio Brutus Cardoso, Ludovico Thomasi. Hugo Thomasi, Ulderico Franklin da Silva, Osvaldo

Vieira, Rodolfo Tatim, Oralino Bibiano Ribeiro, Justino Soares, Ignácio Dihel, José Portella de Andrade, José Antunes de Almeida, Antônio Reveliau, Honorato R. de Almeida, Alípio Fernandes Batista, Deodoro Graccho Serrano.

Rapidamente a máquina de guerra de Flores/Getúlio moveu-se em direção a Soledade para combater os constitucionalistas que tinham adeptos naquela região, como em Lajeado, Estrela, Encantado, Guaporé, Carazinho e Passo Fundo. Imediatamente, nestas cidades, foram realizadas várias prisões de constitucionalistas impedindo, assim, que as duas divisões do general Candoca invadissem as cidades de Carazinho e Passo Fundo, o que daria novo impulso ao movimento.

Esta grande mobilização das forças de Flores, impossibilitou a retirada do trem de circulação que, naquele momento, era fortemente protegido pelas forças oficiais do estado.

No dia 13 de setembro, aconteceu o maior combate da revolução constitucionalista em solo gaúcho, o Combate do Fão, onde as forças do general Cândido Carneiro Junior enfrentam a elite militar do estado, o regimento presidencial e o grupo de metralhadoras, reforçados por vários corpos auxiliares armados com fuzis recém comprados e farta munição.

Os constitucionalistas tinham fuzis velhos e pouca munição. Após 9 horas de intenso combate com perdas de vidas de ambos os lados, os constitucionalistas, com o pouco da munição que lhes restava, retiram-se do campo de combate sem serem perseguidos pelos ditatoriais. Refugiam-se nas matas e começam a reaglutinarem-se para manterem-se em luta com o objetivo de irem combater nas trincheiras paulistas, honrando a palavra empenhada até a vitória ou a morte.

No dia 20 de setembro, Borges de Medeiros e Batista Lusardo, após várias escaramuças com tropas governistas, entram em combate com forças de Flores da Cunha e Getúlio Vargas em Serro Alegre, acarretando em baixas em ambas as trincheiras. Borges de Medeiros é capturado e Batista Lusardo consegue escapar ao cerco e vai para o exílio. Borges de Medeiros

é feito prisioneiro e enviado para o Recife para não ter nenhuma influência no estado.

Em 1º de outubro, São Paulo rende-se, pondo fim à Revolução Constitucionalista. Porém, em Soledade a informação não chega aos rebeldes que se refugiaram no interior do município. Flores da Cunha manda emissário para propor-lhes um acordo de paz.

O acordo é assinado no dia 22 de outubro pondo fim à Revolução Constitucionalista no Rio Grande do Sul com a seguinte ata definitiva:

Ata definitiva de acordo estabelecido entre partes, de um lado o general interventor federal do estado, Dr. José Antônio Flores da Cunha, neste ato representado pelo Dr. Félix Engel Filho, e de outra parte, o general Cândido Carneiro Júnior, comandante em chefe das forças revolucionárias do município de Soledade, pela forma que se segue: “aos vinte e dois dias deste mês de outubro de mil novecentos e trinta e dois, nesta Vila de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul, na prefeitura municipal, às quatorze horas, presente os cidadãos, Dr. Félix Engel Filho, como delegado especial do general interventor do estado, como certo o telegrama, que abaixo se transcreve, e o general Cândido Carneiro Júnior, comandante em chefe das forças revolucionárias de Soledade, concordaram tornar efetivo todos os termos contidos em ata preliminar, lavrada em cinco de outubro do corrente ano, Subscrita pelos referidos concordantes, além de outras pessoas do povoado Itapuca, Victória, 2º Distrito do município de Soledade, em que ata foi promovido o entendimento, os revolucionários desse município ficam fazendo parte integrante do presente acordo as condições seguintes aceitas pelas partes: 1- O general Cândido Carneiro Júnior, em virtude dos termos da ata preliminar, considera efetivada a deposição das armas por todos os seus comandados, mediante a aceitação da proposta que lhe foi feita e hoje reiterada pelo general interventor do estado, de serem asseguradas, bem como a todos os seus comandados, amplas garantias individuais de regresso aos seus lares e estabilidade neles, sem temor de qualquer coação ou responsabilidade criminal originadas do levante

armado de Soledade; 2 – O general Cândido Carneiro Júnior se compromete a fazer entrega ao representante do general interventor, ou a quem este indicar, do remanescente em armas de guerra (fuzis), usados no levante e depositados na casa do cidadão Cícero Ferreira de Albuquerque, cujas armas foram tomadas do corpo provisório 44º em organização, sobre o comando do tenente coronel Pedro Corrêa Garcez; 3 – O general Cândido Carneiro Júnior se compromete, ainda, em virtude da presente ata de acordo, após ser posto em liberdade, a dar por escritura pública, terras, tantas quantas forem necessárias, de seu casal ou de terceiros, situadas no município de Soledade, ao governo do estado do Rio Grande do Sul, no valor de noventa contos de réis (90:000\$000), quantia esta correspondente à importância igual, que recebera para a organização e manutenção de um corpo auxiliar de quatrocentos homens sob seu comando, criado para marchar com destino ao estado de São Paulo, com o objetivo de combater a favor da ditadura, e cujo corpo, depois de organizado, e após ordem de marcha, revoltou-se, fazendo causa comum com outros, dele assumindo o mando geral, o acordante Cândido Carneiro Júnior; 4 – Este assume, finalmente, o compromisso de entregar seis mil tiros de fuzil (6000), deixados em depósito na casa do fazendeiro Antônio Revelhan, à pessoa indicada pelo delegado do general interventor, entrega de mais armamento, por ter sido grande parte extraviado no combate travado nas margens do Arroio Fão arrecadada pelas forças ditatoriais. Em seguida, passa-se a transcrever o telegrama acima referido, que é do teor seguinte:

Major Oscar Karnal, podeis encarregar o Dr. Felix Engel Filho, negociar grupo de rebeldes Soledade, deposição armas, que serão entregues, devolvendo também importância recebida para organização do corpo provisório, podendo assegurar a todos garantias regressar seus lares. Saudações. Assinado Flores da Cunha, e por nada mais a ver, foi lavrada a presente ata, em duas vias, que, lida e achada conforme, vai assinada pelos acordantes e os demais presentes ao ato.

Guaporé, 22 de outubro 1932

Dr. Félix Engel Filho
Cândido Carneiro Júnior
Agilberto Maia
Athayde Osório Rodrigues
José Garibaldi Silva
Eduardo Almanos
Basílio Loureiro
José Luiz Maia
Amadeu Guerra
Luís Osório de Almeida
José Domingos Maia
Armando Dall’Igua
José Carlos El
Ernesto F. Bertasso
Germano Dottil

Todos são imediatamente anistiados, com exceção do General Cândido Carneiro Junior que é enviado preso para a capital e fica detido no quartel da brigada militar na av. Praia de Belas, como forma de pressão até a efetivação da assinatura das escrituras de transferência de suas terras para o Estado do Rio Grande do Sul, a fim de indenizar o governo.

O Ato efetivou-se no dia 27 de outubro de 1932, conforme consta no livro de transmissões (manuscrito) nº 052, folhas de nº 91 a 94 do tabelionato de notas de Guaporé. Foi transferido ao estado o total de 508,2 hectares, sendo 484 hectares no 8º distrito, Rincão de Santo Antonio, atual, Barros Cassal e mais 24,2 hectares no 11º Distrito de Soledade.

Findada a revolução, as consequências foram terríveis para os gaúchos que apoiaram a luta constitucionalista, com perseguições políticas, agressões físicas e verbais, invasão de domicílios, humilhações de familiares,

furto de seus bens, perda de funções públicas, inelegibilidade e assassinatos. Até os dias atuais estas desavenças prevaleceram.

Por isso, irmãos paulistas, não é correto afirmar que os gaúchos abandonaram São Paulo. Os gaúchos, lutaram entre si, morreram e mataram seus próprios conterrâneos, diferentemente de São Paulo, onde praticamente todo o estado estava unido no mesmo ideal, sem um inimigo interno para combater e todos lutavam unidos, no Rio Grande do Sul, a luta foi entre irmãos em dezenas de pequenos e grandes combates que impediram que uma força muito maior batesse às portas de São Paulo.

Não, não traímos.

Honramos a palavra empenhada e lutamos para tornar o Brasil um país onde a democracia seja respeitada.

18

23 de maio

Edson Rontani Júnior¹

1. Jornalista, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, e coordenou o Núcleo M.M.D.C. Voluntários de Piracicaba.

O triste resultado da manifestação ecoou de forma tímida em Piracicaba. No dia 23 de maio de 1932, portanto, há 90 anos, a mídia local nada informou sobre o embate armado ocorrido na Praça da República. Talvez não pela distância de 160 quilômetros entre nossa cidade e a capital paulista. Talvez porque a informação viesse de forma mais lenta que nos dias de hoje. A distância não era percorrida, à época, nas duras horas e pouco que levamos atualmente. Já a comunicação à distância tinha rápida (para a época) condução com o telégrafo, o qual necessitava de interpretação pelos que conhecessem o Código Morse.

Aquele 23 de maio, perpetuado depois como o Dia da Juventude Constitucionalista, foi o estopim para a Revolução de 1932 que faz 90 anos. O cenário à época era de descontentamento com a Constituição em vigor, datada de 1891, a qual não delimitava os poderes do presidente da República que, por sua vez, governava o país como queria. Contra este autoritarismo, manifestantes vão às ruas da capital de São Paulo e, em certo momento, pretendiam invadir a sede no PPP (Partido Popular Paulista), simpatizante ao governo Getúlio Vargas. Membros do partido se municiam de armas e granadas. O resultado a história definiu como MMDC, sociedade então secreta que eclodiu com a insurreição civil contra o governo federal. MMDC foram perpetuados nas carteiras escolares do passado e muitos sabiam na ponta da língua que eram Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, mortos no 23 de maio.

Piracicaba possuía o *Jornal de Piracicaba*, *O Momento* e *Gazeta de Piracicaba*, jornais quase diários, cada um composto por poucas quatro páginas. A cidade possuía cerca de 20 mil habitantes que se informavam por estes veículos. A reviravolta na capital paulista sequer saiu na imprensa daqui. O mesmo ocorreu com o fim da Revolução de 1932, no dia 2 de outubro, quando toda a imprensa paulista se calou diante deste fato visto que a grande maioria de seus defensores foi deportada para Portugal.

O 23 de maio se tornou conhecido como a data dos jovens que clamavam pela liberdade e por direitos garantidos numa constituição. Foram jovens que partiram às ruas solicitando esta liberdade que hoje possuímos, sendo que os MMDCs tinham 14, 21, 25 e 30 anos. O mais moço era Dráusio Marcondes de Sousa (o D do MMDC), 14 anos, alvejado pelo PPPistas,

falecendo no dia 28 de maio. A juventude é também lembrada na Revolução de 1932 como o caso do escoteiro Aldo Chioratto morto em Campinas aos 9 anos depois de alvejado por uma granada lançada de um avião. Já em Piracicaba, o registro de jovens espelha-se em Natal Meira Barros, atingido no pescoço por uma rajada de metralhadora na cidade de Cruzeiro aos 17 anos, falecendo dias depois.

O Dia da Juventude Constitucionalista precisa ser lembrado com carinho o tanto quanto os paulistas olham para o 9 de julho. A Constituinte saiu em 1934, dois anos depois do embate. Nesta nova Carta Magna foram implantados direitos que ainda hoje usufruímos, como a dissociação dos poderes executivo, legislativo e judiciário; defesa judicial com direito ao “habeas corpus”; ensino gratuito para adultos inclusive na zona rural e tantos outros.

A mídia impressa de Piracicaba passou a dar ênfase à causa constitucionalista a partir do 9 de julho, ecoando por aqui os ares paulistas. Este JP na edição de 12 de julho de 1932 entoava uma retórica que funcionou nos três meses da Revolução: “Matto Grosso ao lado de São Paulo. Enorme affluencia de civis aos postos de alistamento. Minas, Rio Grande e Santa Catharina integrados na arrancada paulista. Inumeras adhesões” (ortografia da época). Com o tempo, o Governo Federal esmagou as forças de oposição. Foi-se a causa, mas ficaram as memórias dos jovens do 23 de maio.

19

Síntese histórica da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC

Rodrigo Gutenberg¹

-
1. Pesquisador de História da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC, e do Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932. Coordenador histórico do Júri Simulado do Caso MMDC, ocorrido no Tribunal de Justiça de São Paulo. Organizador e coautor de diversos livros, entre eles: *Diário de campanha de Clineu Braga de Magalhães*; *Trem blindado* de Fernando Penteadó Medici; *Capacetes de aço* de Samuel Baccarat; *História e Arte – O Relicário*; *Ensaio Historiográfico sobre a Revolução de 32 e Vamos Falar de S. Paulo*, Vols. I, II, III e IV.

Este último capítulo faz parte da soma da preservação dos valores do movimento constitucionalista. Se você estudou todos os capítulos anteriores, teve a oportunidade de ter contato com histórias e memórias sobre a Revolução de 1932 de ótima qualidade. Este compêndio é produto intelectual e que, se consumido corretamente, lhe dará subsídios para a compreensão de diversos aspectos sobre a Revolução de 1932. Os textos aqui apresentados nos ajudam a compreender diversas perspectivas da História de 1932, ou seja, o tema geral é Revolução de 32 e cada autor se propõe a trazer um subtema, um diferente do outro.

Não estamos isentos de equívocos. Contudo, está completo, robustamente, com a real ideologia do movimento constitucionalista. Afinal, notoriamente, os autores carregam os valores da geração de 1932, quer seja por consanguinidade ou apenas cultural.

Entre os diferentes prismas dos quais podemos observar a guerra da Revolução Constitucionalista de 1932, um deles é em relação a doutrina da guerra justa. Esta teoria filosófica tem como alicerce as mais variadas doutrinas filosóficas. A base e a estrutura do Direito Civil Brasileiro, tem como modelo o Direito romano. O país é membro da ONU e participa de diversos acordos internacionais. Desse modo, o Direito brasileiro tem preocupações com a teoria da guerra justa. Então, com o intuito de ajudar a justificar o levante armado encabeçado pelos paulistas de 1932, observamos os motivos pelos quais o Estado de São Paulo teve para fazer a luta armada e, também, observemos quais meios para isso foram utilizados. A problemática da teoria da guerra justa em relação a da Revolução de 1932 é complexa. Entretanto, encontra-se nela as respostas e as justificativas para que a guerra cívica de 1932 possa ser, através do prisma da doutrina da guerra justa, considerado um movimento nobre, pois reivindicava justiça, liberdade e democracia.

Além disso, os meios empregados para forçar tal governo a adotar as medidas reivindicadas, também foram justas. Aliás, podemos também considerá-las injustas pois os paulistas, que eclodiram o movimento, mesmo sabendo de sua própria inferioridade bélica, esperaram pela adesão real de outros estados para que, aí sim, constituir mais força e tiveram esperança que o sentimento comum de justiça pudesse se espalhar entre

todos, alcançar os seus objetivos que, em suma, podemos chamar de reconstitucionalização do Brasil. Gostaria só de deixar aberto este debate e propor uma reflexão sobre o tema, além de trazer mais uma explicação pela qual a Revolução Constitucionalista de 1932, é considerada um movimento popular, democrático, que aglutinou os valores e os ideais de um povo que defende as liberdades individuais e o Estado Democrático de Direito.

Neste espaço também gostaríamos de registrar a História da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC, uma das maiores instituições cívicas brasileiras que, com muita humildade e alegria, temos a honra de pertencer. Dá-nos orgulho sim, encarecidamente, haja vista a satisfação individual e o amor demonstrado por cada pessoa que chega e permanece na Sociedade, mantendo-a e, assim, certificando-se da importância dos motivos da concepção da instituição que são razões das mais nobres, como por exemplo, a memória da Revolução Constitucionalista de 1932; o resguardo pela vida humana; pelos bens públicos; a preservação das condutas morais e tantos outros valores e costumes. Um padrão cultural tão íncito que é um dos nossos patrimônios, tão importantes que chamamos de valores. Também por conta da liberdade do homem, que é o escopo de toda a obra da Revolução de 1932 e que, fundamentalmente, é a razão de existência da Sociedade. Sendo assim, sistemático, à mercê também da exposição dos problemas internos, entender a História dos Veteranos de 32 – MMDC é ter contato com a austeridade da História da Revolução Constitucionalista de 1932.

Não está sendo fácil escrever a marcha no tempo da Sociedade. Em seus 68 anos de existência contam-se quase 20.000 associados e milhares de eventos. Em certa medida, o material de pesquisa é escasso e deficitário, pois a compilação de dados está dispersa e desarrumada. Contudo, com um paciente estudo e fleumático labor, estamos organizando todo este repertório e confeccionando textos que, aos poucos, estão desmontando este complexo quebra-cabeça.

Diversas visitas aos arquivos públicos e alguns particulares, leitura de jornais e atas, além de longas reuniões, conversas com antigos e com atuais participantes da instituição e descendentes de antigos diretores.

Tenho muito para agradecer ao presidente Dr. Carlos Romagnoli e ao Comendador Luiz Fernando por, entre outras razões, me chancelarem o acesso

à documentos e à organização dos estudos às milhares de atas do MMDC, um material substancial, para compreender o desenvolvimento institucional e a própria História de 1932. Afinal, a Sociedade Veteranos de 32 é a meca de informações sobre a Revolução Constitucionalista. Nestas leituras muita coisa já foi revelada, esclarecida e, assim, está sendo possível ordenar e escrever uma obra historiográfica que guarda as atividades dos veteranos de 1932 que depositaram, nesta instituição, os sentimentos cívicos do qual empregaram na épica Revolução Constitucionalista. Concomitantemente está sendo igualmente estudada, analisada e resgatada a História de nossa própria casa, o Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932.

Esta publicação é um dos marcos da retomada da força que a Sociedade tem. Atualmente, novamente goza de liberdade administrativa, o que pressupõe transparência de sua regência e participação efetiva do associado e de toda a população. Por fim, jus à democracia, que é inerente à História de São Paulo e sempre muito bem praticada no MMDC.

Exatos quatrocentos anos antes da Epopeia de 1932, o Código Eleitoral Português capitulado nas Ordenações do Reino, Martim Afonso, precisamente na data de 22 de janeiro de 1532, presidia as primeiras eleições populares realizadas nas Américas instalando a Câmara de Vereadores de São Vicente, sendo assim, esta cidade o berço da democracia americana, ou melhor, de todo o continente americano. Anos mais tarde Martim Afonso e João Ramalho transpõem a serra e chegam até o planalto de Piratininga. Em 1553 fundam a vila de Santo André da Borda do Campo, mesmo ano em que os jesuítas instalaram o Colégio São Paulo de Piratininga, no histórico gradouro chamado de Pátio do Colégio, em São Paulo.

A origem da Sociedade remonta ao mesmo local da fundação da cidade de São Paulo em um momento que, em ambas as situações, o chão paulista estava completamente feliz. Conforme consta em Ata,² a primeira reunião dos combatentes que fizeram a “Veteranos de 32 – MMDC” ainda sem a palavra “sociedade” no nome, foi na rua Luiz Coelho, no bairro da

2. Ata da Reunião dos Veteranos de 32 – MMDC realizada em 22 de abril de 1955 às 20:30 horas, no antigo Torreão do Palácio do Governo no Pátio do Colégio.

Consolação, em 7 de julho de 1954, por efeito do início dos festejos do IV Centenário de São Paulo. Porém, foi no mesmo local onde a cidade aniversariante foi fundada 400 anos atrás, em 25 de janeiro de 1554, que ocorreu a primeira reunião dando posse à uma diretoria provisória, preocupando-se já com a organização das comemorações do 23 de maio, 9 de julho e 28 de setembro. Isso nos dá uma responsabilidade enorme. Nosso batismo foi na mesma pia batismal de nossa terra e de nossos antepassados. A cidade de São Paulo foi alentada, foi nutrida, fora iniciada, através de um engendramento que buscava a educação e o desenvolvimento de uma sociedade. Não foi fundada através de lutas, dominações de terras e muito menos através de colonizadores da pura maneira. Além de que, São Paulo é uma das raras cidades do mundo que conhece perfeitamente seu núcleo primordial, ou seja, o seu local exato de fundação.

Ao logo das décadas, foram jornadas, lutas e amparo àqueles que participaram da guerra pelo Estado democrático de direito. Hoje, 66 anos depois, a paisagem intelectual e cultural do MMDC está no cerne, no âmago de sua existência, portanto, é intrínseco, e uma obviedade, que tenhamos sempre que resgatar, semear e perpetuar todas estas histórias para que sejam fincadas no século desta contemporaneidade, o XXI. Todo o trabalho para o amparo médico, jurídico e moral aos combatentes que pertenceram ao Exército Constitucionalista, e das demais instituições, foi feito e, se for necessário, faremos qualquer coisa nesse sentido novamente.

Pois bem, a existência de qualquer instituição ou nação que seja, depende da preservação de sua História. A consciência de seu passado deve ser preservada e constantemente levada ao próximo. Resguardar e divulgar a memória de sua identidade perfaz a cidadania geral. É uma prática social obrigatória de qualquer instituição e são determinantes na formação cultural do cidadão. Não a fazer, ou fazê-la da forma inadequada, enquadrar-se-ia um “estelionato cívico”, parafraseando com Ibrahim Nobre.

O MMDC do século XXI está comprometido com a manutenção, com o melhoramento e o fortalecimento de uma sociedade democrática, responsabilizando-se, além da preservação da memória da Revolução Constitucionalista de 1932, em última estância, com a reafirmação

propriamente dita, dos valores democráticos que são originários do caráter paulista. Ao longo de toda a segunda metade do século passado isso foi feito e esta obra historiográfica registra, factualmente, o que está sistematizado na memória do povo bandeirante.

Este tomo de História Paulista é uma síntese do exercício de lutas, derrotas, vitórias e glórias, sendo, a Sociedade, deste modo, a sociedade.

Como vimos, nossa raiz é o movimento constitucionalista. Outrossim, mais do que isso, somos herdeiros do primeiro M.M.D.C., a organização civil, criada no restaurante Posilipo, em reunião secreta na madrugada do dia 24 de maio de 1932, pois muitos dos membros fundadores desta primeira instituição, também fundaram a “Veteranos de 32 – MMDC” em 1954.

O Clube Piratininga, fundado em 1934, tem íntima ligação com a “Sociedade Veteranos de 32” e muitos de seus antigos dirigentes, também participaram da Sociedade e vice-versa. Os membros fundadores e dirigentes da Fundação Pró-Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932 também eram da Sociedade. Fica até difícil separar o que era a Fundação e o que era a “Veteranos de 32 - MMDC”, pois os membros eram os mesmos. O andamento das obras do Monumento e do Mausoléu, a partir de 1954 era fiscalizado pela Sociedade em parceria com a Fundação presidida por um de nossos associados, médico na Primeira Guerra Mundial e veterano da Revolução de 1932, Dr. Benedito Montenegro. Este concedeu credenciais de livre acesso para que a Sociedade se desenvolvesse o que fosse necessário para a adoção da arquitetura desenhada pelo escultor Galileu Emendabili. O MMDC tanto fez pelo Monumento e Mausoléu que, em 1999, foi-nos cedido, integralmente, a guarda do mesmo. Historiando a Sociedade, fica fácil perceber que, sem o MMDC, muito provavelmente o “32”, como chamava Emendabili, nunca teria sido concluído.

O Brasil é um país de democracia frágil mas, neste momento, estamos conseguindo manter a conquista da melhor democracia que tivemos em nossa História. Isso não quer dizer que os problemas mais graves acabaram. Não, a máquina pública tem muito à ser reestruturada e reformada. Agora temos uma perspectiva objetiva e cada vez mais assegurada. A Sociedade vem trabalhando com doutrina e sendo democrática de forma

maciça, entusiasmada, versada e eficiente. Participamos ativamente dos principais fatos da política brasileira desde a nossa fundação em 1954. Porém, sempre sem partidarismo, um fator determinante para que tenhamos esta longevidade. Contudo, quando o assunto é política, estamos presentes e preocupados com a soberania da legalidade nacional. Também é observada pelo MMDC as políticas internacionais, tal como se manifestou em 1956 em favor da Revolução Húngara, ocasião que teve como estopim o movimento da população que reivindicava eleições livres e eram contra a ditadura soviética que se mantinha no país.

Em 2019 uma verdadeira “revolução” justa e necessária foi feita no MMDC. Posto isso, as coisas passaram a se normalizar e a instituição, que chegou a ter sua existência colocada em dúvida, passa por um revigoreamento, ganhando robustez e resgatando o potencial pelo qual foi criada e se mantém de pé, e manter-se-á, nem que seja entre as ruínas.

Praticamente tendo que refazê-la, reorganizando o corpo associativo, diretivo e demais processos administrativos, os novos presidentes e diretores tem um livro em branco pela frente, e já o iniciaram escrevendo com vitórias. É importante informar que uma diretoria nova foi composta com nomes de grandes homens que já tem histórico de grandes feitos em suas carreiras, dentro e fora do MMDC.

Esta é a primeira vez que descendentes diretos de combatentes da Revolução de 1932 – que também atuaram no corpo diretor da entidade – estão empossados nos cargos de presidência que dão os destinos do MMDC. Impregnado com dever cívico, moral e familiar, o Dr. Carlos Alberto Maciel Romagnoli assumiu a presidência da instituição, pois seu antigo presidente renunciou. Então, Romagnoli nomeiou o Comendador Luiz Fernando Valente de Souza Marcondes como seu vice e a Dra. Janaína Exposito Pinto, advogada, que há muitos anos ocupa cargos na diretoria da instituição, foi nomeada Diretora Jurídica e, de maneira excepcional, cuida das atribuições administrativas e questões técnicas que a Sociedade demanda.

O Dr. Carlos Romagnoli é filho de Armando Romagnoli, soldado do 4º R.I (Regimento de Cavalaria) e genro de Sr. Flávio Augusto Pires de Oliveira (antigo membro do MMDC) que, por sua vez, é filho de Geraldo

Pires de Oliveira (eterno presidente do MMDC). O Comendador Sr. Luiz Fernando é neto paterno de Geraldo Faria Marcondes (eterno presidente do MMDC) soldado do 5º B.C.R (Batalhão de Caçadores da Reserva), filho de Fernão Freire de Souza Marcondes (membro da Sociedade). Seu avô materno Heber de Mello Valente (combatente e membro da Sociedade, ambos são parentes de Dráusio Marcondes de Souza. Relevante lembrar que o filho do Dr. Romagnoli, o Dr. Gabriel Romagnoli é a 4ª geração desta família que são associados ao MMDC. Uma enorme descendência de paulistas presentes na Sociedade Veteranos de 32 – MMDC.

Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes – Isaac Newton.

Quando foi organizado, o MMDC tinha como preocupação mais efetiva e prática os próprios combatentes. Nasceu como uma irmandade, forte e coesa. Consta em diversas atas de reuniões já dos primeiros anos a intensa preocupação com os irmãos combatentes que continham problemas de diversas ordens, sobretudo enfermidades e até mesmo pobreza. A solicitude com os homens e mulheres que haviam participado da Revolução de 1932 era sempre presente, e todos eram assistidos. Gradativamente, os veteranos iam se organizando, a confraria aumentando e a instituição se tornando mais conhecida em todo o Brasil. Além dos problemas sociais, também fora recorrente e proeminente na História do MMDC preocupações culturais e a atenção com o processo histórico, ou seja, com a integridade da Revolução de 32. Poucos anos mais tarde o MMDC espalhou-se por diversos municípios do Estado de São Paulo em sucursais chamadas de Departamento ou Núcleos. Solenidades alusivas às datas cívicas da Revolução jamais eram somente lembradas, eram festejadas, havia reflexão sobre a efeméride e a alegria e a tristeza faziam-se presentes. O 23 de maio, o 9 de julho e o final da Revolução – que, por alguns anos, chegou a ser relembrada no dia 28 de setembro e não 02 de outubro – tinham impecável organização que começavam no ano anterior aos festejos. Quando pessoas de fora da instituição tratavam do tema Revolução de 32, os veteranos lá estavam para saber do que realmente se tratava pois, desde aquela época, já se encontrava falsificação histórica, algo inadmissível em qualquer cultura.

A incumbência, seriedade e obrigação dos veteranos de 1932 com o andamento das obras do Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista sempre foi presente, desde antes da fundação do MMDC. Nas atas da instituição há os registros da intensa fiscalização das obras, sua administração e a cobrança ante o poder público que sempre atrasava os pagamentos das verbas destinadas à obra. Os quatorze membros da Fundação Pró-Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista eram membros da Sociedade, então, era natural que as duas instituições trabalhassem uníssonas na construção daquele monumento e mausoléu. Outros marcos históricos, antes mesmo da conclusão das obras do Mausoléu de São Paulo, foram inaugurados pela Sociedade.

Hodiernamente, um dos outros trabalhos que a Sociedade tem, é o de preservar seu perfil de instituição de pesquisa pública, divulgando itens de seu acervo e, na medida do possível, prestando consultoria relacionada ao tema Revolução Constitucionalista de 32, produzindo cultura e rememorando as datas oficiais. Eventualmente, somos procurados por diferentes pessoas, pequenos e grandes veículos de comunicação, ambos com o intuito de obterem as mais variadas informações. Desde simples dados sobre a epopeia de 32 e até mesmo ajuda e participação em trabalhos acadêmicos, documentários e entrevistas para programas de TV e na internet. Também somos requisitados por descendentes – ou possíveis descendentes – pois, muitas vezes, eles também têm dúvidas se de fato são descendentes de combatentes. Uma das perguntas mais comuns é sobre a existência de uma lista geral de todos que combateram na Revolução. Enfim, procuram qualquer vestígio que seja sobre seus parentes que viveram naquela época como participantes do movimento constitucionalista. Afinal saber que um antepassado seu participou de uma luta tão nobre é motivo de muito orgulho.

A Sociedade Veteranos de 32 – MMDC é a responsável em assegurar ao participante da Revolução Constitucionalista a possibilidade de repousar *ad perpetuam* no Mausoléu aos Heróis de 1932 de São Paulo, conforme seu regulamento de 1984, e de acordo anterior com a Fundação Pró-Monumento e Mausoléu, sendo esse outro motivo pelo qual os descendentes de combatentes nos procuram, pedindo ajuda para que sejam trasladados os restos mortais daqueles familiares-heróis para o Mausoléu.

Contudo, sem dúvida, o público que vem até o MMDC para se associar e contribuir de alguma forma é um público geral, ou seja, todos os tipos de pessoas vêm até nós. Mas, todos sempre cheios do espírito altruísta e energia, como se “tivessem um dever a cumprir”, encontram no MMDC uma família, uma trincheira intransponível para suas convicções cívicas, sua identidade histórica e um lugar onde a presença e a memória de seus antepassados jamais morrerão de inanição espiritual. Mesmo que um ou outro deste público não tenha suas raízes históricas aqui em São Paulo e até mesmo no Brasil, identificam-se com a nobre causa da epopeia de 1932 e decidem se juntar ao grupo. Nada estranho, muitos estrangeiros combateram pelo Exército Constitucionalista e muitos morreram em combate.

Factualmente, a Sociedade ocupa o lugar mais proeminente da intelectualidade e da cultura sobre a Revolução Constitucionalista de 1932. Em face disso os traços que se paramentam os bens sob sua tutela demandam análise justa, correta e leal, corrigindo a falsificação histórica e ocasional deturpação leviana ou por imperícia. Para defender uma ideia deve-se proceder com uma grande responsabilidade, observando todas as leituras e senso crítico para que a mantenha justa.

O público da Sociedade sempre foi plural. Admiradores de nossos trabalhos, colaboradores, o corpo diretivo e de associados invariavelmente é muito diversificado. Sempre repletos de operadores do Direito, professores, acadêmicos, autoridades civis e militares, lideranças, empresários, trabalhadores em geral, ricos, pobres, pessoas de pele mais clara, de pele mais escura, brasileiros e estrangeiros. Uma verdadeira pluralidade populacional, a típica característica paulista. Aqui neste caldo, os membros são um só, um corpo sólido. Tal qual na Revolução Constitucionalista de 32, um por todos e todos por um ideal, respeitando-se e exercendo as ações que visam o melhor para o MMDC. Os que não concordaram, assim como no movimento constitucionalista, recolhem-se.

Além do sepultamento em cortejo fúnebre e cerimonioso, uma das primeiras homenagens criada pela Sociedade para os veteranos do Exército Constitucionalista foi em 1957, quando foi criado o simbólico cargo de “Comandante do Exército Constitucionalista”, uma forma de destacar e

homenagear os veteranos por terem participado da guerra. Anteriormente, os desfiles dos veteranos aconteciam sob o comando de um oficial de alta patente. Com a criação do Comandante do Exército Constitucionalista, um combatente de baixa patente também poderia ser escolhido, sem distinção, desde que tenha lutado na guerra. Nos dias atuais não temos mais os veteranos desfilarando e nem para serem nomeados e ocuparem o cargo citado. Porém, a tradição continua e pessoas de mais idade que já há muitos anos estão na Sociedade, podendo ou não serem descendentes de combatentes, são escolhidas para o cargo.

A valorização de pessoas ou instituições que se destacaram por algum feito, ou seus relevantes trabalhos à memória da Revolução Constitucionalista ou ao nosso Estado, é mais um de nossos trabalhos. Homenagear, destacar e distinguir dignamente estas pessoas é muito importante. Nossa existência se deve também aos homenageados que cooperam com as mais diversificadas contribuições e que, de tanto merecer, por fazer jus, oferecemos uma gratidão e, muitas vezes, pode ser uma medalha ou outro tipo de agradecimento. “Para consagrar os grandes vultos, precisamos homenagear os vivos, recordando os mortos para serem eternamente lembrados”, como foi citado pelo Dr. Cesar Salgado em reunião do MMDC, ocorrida em 1957.

Em fevereiro de 1962, no 30º Aniversário da Revolução Constitucionalista, a Sociedade criou o regulamento e a Medalha M.M.D.C. e, no dia 14 do mês de maio seguinte, a honraria foi oficializada pelo Estado de São Paulo através do Decreto nº 40.087. Esta é a primeira medalha do MMDC e também a primeira alusiva à Revolução de 32 que foi oficializada pelo Estado de São Paulo. Poucos anos antes, em 1959, o deputado estadual Israel Dias Novaes havia criado o Projeto de Resolução nº 15. Este projeto levou a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo a oficializar, através de Resolução própria, nº 330, de 25 de junho de 1962, a Medalha da Constituição. Ambas as medalhas são outorgadas até os dias de hoje exatamente pelos mesmos motivos. Em nossos arquivos de pessoas que condecoramos há a mesma pluralidade de pessoas e instituições. Os conselhos de medalhas do MMDC reestruturaram-se e, atualmente, trabalham de forma coesa e aberta a atender todos os casos.

Como vimos, este último capítulo resume a História da lendária entidade, denominada Sociedade Veteranos de 32 – MMDC, mais conhecida como MMDC, o guarda vigilante das mais altas tradições paulistas. Nosso trabalho de produção intelectual é produzido com respeito às cláusulas morais e éticas dos profissionais de História e Jornalismo. Isso quer dizer que há cuidado com o tratamento das fontes, com os procedimentos metodológicos e com atenção com o resultado final.

Outrossim, este livro, integralmente, é um marco de homenagem, de veneração, de respeito e de agradecimento. É um culto a todos que fizeram a Revolução Constitucionalista e a existência da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC a maior instituição cívica brasileira, uma entidade de preservação cultural e histórica, de valores, com visão e com missões. Em 2022, data da publicação destes anais, e que rememoramos e celebramos os 90 anos da Revolução de 1932, e os 68 anos de História da Sociedade, é nossa obrigação registrar estas páginas da memória de São Paulo.



1. Manifestação do povo de São Paulo, que ocorreu na Praça do Patriarca no domingo de 22 de maio de 1932.



2. As fotos dos mártires de 23 de maio de 1932. Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, o MMDC, estampando o suplemento em rotogravura do jornal *O Estado de S. Paulo* de 25 de Agosto de 1932.



3. Fazendo parte da eclosão do plano militar em São Paulo, que fora elaborado pelo então Cel. Euclides Figueiredo, a Guarda Paulista – MMDC, entre outras missões, sob o comando do Dr. Aureliano Leire, ocupou a central telefônica.



4. Civis e militares na Avenida São João, no domingo 10 de Julho. Era contagiante o espírito da Revolução Constitucionalista de 1932.



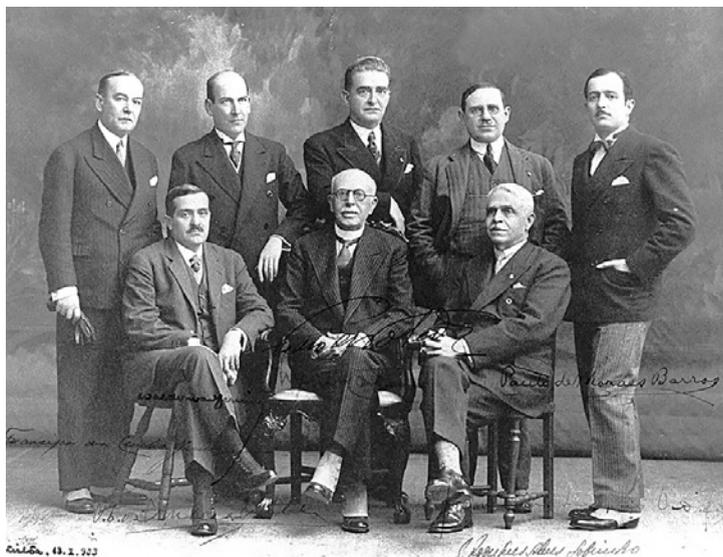
5. Trincheira de contingentes do Exército Constitucionalista em Amparo.



6. Trincheira de contingentes do Exército Constitucionalista em Silveiras.



7. Solenidade da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC em frente ao Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932, em 9 julho de 1959.



8. O secretariado composto pelo Governador do Estado de São Paulo, Pedro de Toledo, em 25 de maio de 1932, perdurou até o fim do movimento. Estes membros do governo de São Paulo jamais aceitaram o armistício proposto pelo comandante da Força Pública. Deste modo, o governador e seu secretariado foram exilados. Da esquerda para a direita: Francisco da Cunha Junqueira (Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio); Francisco Egídio da Fonseca Teles (Secretário de Viação e Obras Públicas); Tirso Martins (Diretor-chefe da Polícia de São Paulo); José Rodrigues Alves Sobrinho (Secretário de Educação e Saúde Pública); Joaquim Sampaio Vidal (Secretário de Administração Municipal). E sentados (da esquerda p/ direita): Valdemar Ferreira (Secretário de Justiça e Segurança Pública); Pedro Manuel de Toledo (Governador do Estado de São Paulo); e Paulo de Moraes Barros (Secretário da Fazenda).



9. Veteranos de 32 fazendo a inumação de restos mortais de combatentes em 9 de julho de 1959.



10. Comemorações do 40º aniversário da Revolução de 1932. Na imagem é possível identificar Aureliano Leite, Paulo Bomfim, Geraldo Faria Marcondes, Francisco Molinari e Emilio Almeida Bessa.



11. Voluntário Armando Romagnoli, lotado no 4º R.I. (Regimento de Infantaria de Quitaúna, atual 4º BiMec), pai do atual presidente da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC, Dr. Carlos Romagnoli.



12. Voluntário Geraldo Faria Marcondes, lotado no 5º B.C.R. (Batalhão de Caçadores da Reserva). Avô do atual vice-presidente da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC, Comendador Luiz Fernando de Souza Marcondes.



13. O simbólico Batalhão Aldo Chioratto, sob o comando do Major Natanel, Capitão Castello Branco e Sargento Rosalin, desfilando no 9 de julho de 2022.



14. Autoridades no palanque do desfile de 9 de julho de 2022. Da esq. para dir.: Luiz Fernando Marcondes de Souza, vice-presidente do MMDC; Carlos Pignatari, Deputado Estadual; Delegado Olim, Deputado Estadual; Ricardo Nunes, prefeito de São Paulo; Dr. Carlos Romagnoli, presidente do MMDC; Joice Hasselmann, Deputada Federal e Rodrigo Garcia, Governador do Estado e São Paulo.



15. Rodrigo Garcia, General de Brigada Valério Luiz Lange e o Dr. Carlos Romagnoli.



16. Deposição da coroa de flores no túmulo do MMDC, durante as comemorações do 9 de julho de 2022. Vemos ao centro o atual governador do Estado de S. Paulo, Rodrigo Garcia, ladeado pelo Presidente do MMDC, Dr. Carlos Romagnoli e o prefeito de São Paulo Ricardo Nunes. Também se encontram na foto o Comendador Luiz Fernando de Souza Marcondes, vice-presidente MMDC; presidente da ALESP Carlos Pignatari; comandante geral da Polícia Militar, Coronel Ronaldo Miguel Vieira e o subcomandante Coronel Reinaldo Neri Machado.



17. Evento do MMDC ocorrido no interior do Mausoléu em 2019, com a presença do professor Adilson Cesar, presidente do Conselho da Ordem do Ipiranga, Major Olímpio, Ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, Eduardo Bolsonaro, Gil Diniz, General Peternelli, Rafael Telhada, José Jantália, Fernando Palmieri, Castelo Branco, Major Olímpio, Luiz Fernando de Souza Marcondes e Carlos Romagnoli.



18. Solenidade no interior do Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista em 2 de outubro de 2022.



19. Solenidade em 23 de maio de 2022, alusiva aos 90 anos dos heróis MMDC.



20. Visita Guiada ao Monumento e Mausoléu de 1932 e à Exposição Epopeia de 32 por grupo escolar de Horlândia.



21. A Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, grande parceira do MMDC. Nesta imagem o comandante geral GCM Inspetor Superintendente Agapito Marques e o comandante do CERCOM Inspetor de Divisão Paulo Eduardo Breves.



22. Outro aspecto da Solenidade Alusiva aos 90 anos ocorrida em 5 de julho na ALESP.



23. Solenidade no Rio Grande do Sul, alusiva aos 90 anos do Combate do Rio Fão e à Revolução Constitucionalista de 1932 em território gaúcho.



24. Posse em 2019 da presidência e diretoria do MMDC. Esq. para Dir.: Carlos Romagnoli, Luiz Fernando Marcondes, General de Brigada, Castelo Branco, Gil Diniz, Rodrigo Gutenberg, Adilson Cesar e Maria Dorotea Senger.



25. Malcolm Forest, Carlos Romagnoli, José Jantália e o Dr. Ives Gandra Martins ao centro.



26. Visita à cidade de Cruzeiro e ao Túnel da Mantiqueira pela Associação Comercial de São Paulo e o MMDC.



27. Vereador Sargento Tarcísio, Comendador Luiz Fernando Marcondes, Deputado Estadual Tenente Coimbra e o presidente do MMDC, Dr. Carlos Romagnoli.



28. Dr. Carlos Romagnoli, Luiz Fernando Marcondes e ao centro o saudoso Deputado Federal Major Olímpio.



29. Solenidade alusiva aos 87º Aniversário da Revolução de 32.



30. Batalhão Aldo Chioratto do Exército Constitucionalista, organizado pela Sociedade Veteranos de 32 – MMDC e seu Núcleo MMDC Leste, no desfile de 9 de julho de 2022.



31. Em 4 de julho de 2022 por meio do seu Comitê de Civismo e de Cidadania (COCCID), a Associação Comercial de São Paulo, como Colar Carlos de Souza Nazareth, condecorou a Sociedade Veteranos de 32 – MMDC, a União dos Escoteiros do Brasil e a Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Da esquerda para a direita: Samir Nakhle Khoury, vice-presidente da ACSP e coordenador do COCCID, Rodrigo Ramos, presidente da Região Escoteira de São Paulo, Celso Fernandes Campilongo, Diretor da Faculdade de Direito, Carlos Romagnoli, presidente do MMDC e Roberto Ordine, o 1º vice-presidente da ACSP.

Créditos das fotos

1. Extraído de MARTINS, José de Barros. *Álbum de família de 32*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.
2. Jornal *O Estado de S.Paulo*.
3. Acervo Sociedade Veteranos de 32 – MMDC.
4. FGV/CPDOC. Coleção Yasuhiko Nakamura.
5. Acervo Sociedade Veteranos de 32 – MMDC.
6. Acervo Memorial da Democracia.
7. Acervo Sociedade Veteranos de 32 – MMDC.
8. Acervo Sociedade Veteranos de 32 – MMDC.
9. Acervo Sociedade Veteranos de 32 – MMDC.
10. Acervo Sociedade Vetranos de 32 – MMDC.

11. Acervo Carlos Romagnoli.
12. Acervo Luiz Fernando de Souza Marcondes.
13. Acervo Sociedade Veteranos de 32 – MMDC.
14. Acervo Sociedade Veteranos de 32 – MMDC.
15. Acervo Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.
16. Acervo Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.
17. Acervo Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.
18. Acervo Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.
19. Acervo Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.
20. Acervo Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.
21. Acervo Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.
22. Acervo Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.
23. Acervo Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.
24. Acervo Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.
25. Acervo Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.
26. Acervo Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.
27. Acervo Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.
28. Acervo Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.
29. Acervo Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.
30. Acervo Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.
31. Acervo Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.



E, para comemorar estes 90 anos da “Epopéia de 32”, como costumavam dizer os antigos combatentes, o MMDC organizou e tomou parte em diversos eventos e festividades cívicas, militares e culturais.

As comemorações oficiais da Revolução de 32, 23 de maio, 9 de julho e 2 de outubro, tradicionalmente, deste a fundação da “Veteranos de 32 – MMDC”, nunca deixaram de ocorrer, nem mesmo nos dois últimos anos, onde a pandemia forçou a cessação temporária de diversos eventos públicos.

Trabalhando durante todos os dias, a presidência do MMDC e seus colaboradores, dedicam-se incansavelmente para assegurar tudo o que já foi feito e, assim, perpetuar a Revolução de 32.

Neste livro, agrupamos diversas personalidades, lideranças e colaboradores que nos acompanham e que seguem se destacando na sociedade em geral, dignamente, desempenhando algum tipo de trabalho e que vai de encontro com as nossas ações e nossos ideais de preservação do movimento constitucionalista. É um prazer estar ao lado de quem se assemelha a nós.

PRO MMDC FIANT EXIMIA



tira de Letra
E D I T O R A

www.tiradeletra.com.br
contato@freepress.com.br
(11) 3021-4131 / (11) 98222-1701

Apoio



ASSOCIAÇÃO
COMERCIAL
São Paulo



COCCID
Civismo e Cidadania